



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ANA SUELLE DE OLIVEIRA GOMES

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E O LIVRO DIDÁTICO:
OS POVOS INDÍGENAS NO ENSINO DE HISTÓRIA DO PIAUÍ (2004-2024)

FORTALEZA

2024

ANA SUELLE DE OLIVEIRA GOMES

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E O LIVRO DIDÁTICO:
OS POVOS INDÍGENAS NO ENSINO DE HISTÓRIA DO PIAUÍ (2004-2024)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre. Área de concentração: História Social.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Sara Parente Cortez Irffi.

Coorientador: Eurípedes Antonio Funes.

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

G612h Gomes, Ana Suelle de Oliveira Gomes.
 História, historiografia e o livro didático: os povos indígenas no ensino de História do Piauí (2004-2024) / Ana Suelle de Oliveira Gomes Gomes. – 2024.
 248 f. : il. color.

 Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2024.
 Orientação: Profa. Dra. Ana Sara Ribeiro Parente Cortez Irffi.
 Coorientação: Prof. Dr. Eurípedes Antonio Funes.

1. História. 2. Ensino. 3. Indígena. 4. Protagonismos. 5. Piauí. I. Título.

CDD 900

ANA SUELLE DE OLIVEIRA GOMES

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E O LIVRO DIDÁTICO:
OS POVOS INDÍGENAS NO ENSINO DE HISTÓRIA DO PIAUÍ (2004-2024)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre. Área de concentração: História Social.

Aprovada em: 30/11/2024.

BANCA EXAMINADORA

Ana Sara Ribeiro Parente Cortez Irffi (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez Reis
Universidade Regional do Cariri (URCA)

Joao Paulo Peixoto Costa
Instituto Federal do Piauí (IFPI)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, à força Universal do bem, a qual acredito que guia nosso planeta e rege pelo bem, pelo amor, pela generosidade e pela justiça. Gratidão pela oportunidade de viver a vida, de ter saúde, de trilhar o caminho que escolhi; por guiar minha jornada ao lado de pessoas bondosas e generosas que sempre me ajudaram e estiveram comigo em momentos difíceis e desafiadores.

Segundamente, ao meu querido e eterno professor André Aguiar Nogueira, pois sem ele esta realização não teria acontecido. Ele foi o responsável por acreditar em mim e no meu potencial de pesquisa, desde a graduação quando escolhi pesquisar a temática indígena; para o Mestrado, foi ele também o meu grande incentivador. Obrigada professor. Eu estava desestimulada, mas você conseguiu fazer acreditar que seria possível, e hoje me encontro fazendo os agradecimentos desta pesquisa, fruto do seu apoio e estímulo. Obrigada, de todo coração.

Terceiramente, aos Povos Indígenas do nosso país, em especial, do nosso amado Nordeste e, principalmente, à maravilhosa e “passarinha” (chamada carinhosamente por mim) Aliã Wamiri Guajajara e, sua adorável mãe, Cacica Marina Benício Vilarins. Ambas liderança indígena da aldeia *Ukair*, em Teresina-PI que me receberam com muita alegria e acolhimento. Obrigada pela participação e contribuição, sem vocês este estudo não seria possível.

Agradeço também às professoras indígenas Lucinete Maria do Nascimento e Maria da Conceição de Araújo Santos; à comunidade Nazaré em Lagoa de São Francisco-PI pela contribuição e participação na pesquisa. Especialmente ao Cacique Henrique Manoel do Nascimento que me levou de Teresina a Lagoa de São Francisco-PI, e à professora Maria da Conceição (Mariazinha) que tratou de toda logística e me hospedou em sua residência durante o período de investigação.

Agradeço também aos colaboradores da Secretaria de Educação, tanto os que contribuíram diretamente como indiretamente, especialmente, aos componentes do Núcleo de Educação Escolar Indígena e Quilombola (NEEIQ) - Tatiana Gonçalves de Oliveira e Dante Gomes Galvão que também contribuíram para o estudo em questão, meu muito obrigada.

Também agradeço ao meu querido amigo João Victor, de Teresina, também colega de profissão o qual foi responsável por encontrar nos acervos dos arquivos públicos e bibliotecas de Teresina, os livros/fontes dos primeiros momentos da historiografia piauiense. MUITÍSSIMO obrigada! Sua ajuda foi essencial para o acesso e análise dessas fontes.

Agradeço também às amigas Danielle e Lia pela estada em Teresina quando precisei

me hospedar na cidade para concluir as investigações.

Agradeço imensamente à Universidade Federal do Ceará pelo incentivo, apoio e estrutura para realização do Mestrado. Sobretudo ao Programa de Pós-graduação de História, à todo o corpo docente e Secretaria, especialmente, ao meu querido Coorientador Prof. Dr. Eurípedes Antônio Funes por todo o conhecimento, maturidade intelectual, experiência e clareza ao orientar o caminho, a estrutura da pesquisa a ser seguido.

Agradeço à incrível, generosa, paciente, competente e empática orientadora Prof.^a Dra. Ana Sara Parente Cortez Irffi pela sua maneira tranquila de lidar com os desafios da escrita, o que tornou o processo menos doloroso e mais leve.

Agradeço também à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo incentivo e suporte para que a pesquisa fosse realizada.

Agradeço imensamente, também, ao querido amigo e bibliotecário Alan Santos, da Universidade Estadual do Piauí-UESPI, pela disponibilidade e generosidade em revisar este trabalho.

E por fim, à todos familiares e amigos que contribuíram direta e indiretamente para que esta etapa profissional se realizasse tornando o processo mais fluído e menos penoso.

E, agradeço à mim mesma por não ter desistido.

RESUMO

Este trabalho buscou compreender o lugar dos povos indígenas no ensino de História do Piauí. Tomou-se como ponto de partida esta temática, posto que ainda se faz presente um discurso de inexistência indígena no Piauí. Neste Estado há uma construção histórica e ideológica da invisibilidade indígena na História. Todavia, sabe-se, hoje, que este discurso não se sustenta, haja vista que o Estado tem passado por um processo de emergência identitária indígena em que grupos reivindicam seu pertencimento e a sua valorização étnica-cultural, sua ancestralidade e territorialidade, e, conseqüentemente, seus direitos reconhecidos por parte dos órgãos oficiais. Dito isso, no último Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2022), dados apontam a presença de mais de 7 mil indígenas vivendo no Piauí, conferindo, assim, um aumento significativo na identificação desses povos na região. Assim, para compreender essa dinâmica entre ensino, povos indígenas e História no Piauí foi analisado livros didáticos dessa disciplina regional e clássicos da historiografia local sobre a temática; como também fez-se um trabalho de campo em 2 comunidades indígenas, em 2 escolas próximas e na Secretaria de Educação do Estado para compreender, além do ensino local, se os povos indígenas são incluídos e de que modo(s) nesse âmbito. Bem como fez-se a análise das representações sobre os povos indígenas trazidas nos materiais didáticos utilizados nessas instituições visitadas. Ademais, entender quais as políticas de inclusão educacional - em relação aos povos indígenas no Estado - têm ocorrido. Isto, numa perspectiva da história social e cultural com enfoque na necessidade de se pensar uma educação decolonial, a fim de compreender como é realizado o ensino da história do Piauí, no que tange aos povos indígenas. Buscou-se, por conseguinte, propor uma alternativa ao modelo vigente: uma pedagogia indígena em que esta população/comunidade deverão ser os protagonistas de sua história.

Palavras-chave: história; ensino; indígena; protagonismos; Piauí.

ABSTRACT

This paper seeks to understand the place of indigenous peoples in the teaching of history in Piauí. We started with this question, given that there is still a discourse of indigenous non-existence in Piauí. There is a historical and ideological construction of indigenous invisibility in history. However, today we know that this discourse is not sustained, since the state has been going through a process of indigenous identity emergence, in which groups are claiming their belonging and valuing their ethnic and cultural identity, their ancestry and territoriality, and consequently their rights recognized by official bodies. The most recent census carried out by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) (2022) recorded the presence of more than 7,000 indigenous people living in the state, which means that there has been a significant increase in the identification of these peoples in Piauí. So, in order to understand this dynamic between teaching, indigenous peoples and history in Piauí, we analyzed Piauí history textbooks and classics of local historiography on the subject. We also carried out fieldwork in two indigenous communities and two schools close to them, as well as at the State Department of Education, to understand whether and how indigenous peoples are included in local teaching. We also analyzed the representations of indigenous peoples in the teaching materials used in the schools we visited. To understand what educational inclusion policies have been implemented in relation to indigenous peoples in the state. From a perspective of social and cultural history, with a focus on the need to think about decolonial education, in order to understand how the teaching of the history of Piauí is carried out in relation to indigenous peoples, we seek to propose an alternative to the current model: an indigenous pedagogy, where indigenous peoples should be the protagonists of their history.

Keywords: history; teaching; indigenous; protagonisms; Piauí.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Capa do livro do Piauí na História (1937)	32
Figura 2 – Folha de Rosto do Livro O Piauí na História (1937)	32
Figura 3 – Capa do livro do Piauí na História (1959)	32
Figura 4 – Folha de Rosto do livro do Piauí na História (1959)	32
Figura 5 – Capa do Livro do Piauí na História (1975)	33
Figura 6 – Folha de Rosto do livro do Piauí na História (1975)	33
Figura 7 – Capa do Livro do Piauí na História (2013)	33
Figura 8 – Folha de Rosto do livro do Piauí na Hist.....	33
Figura 9 – Advertência do livro Piauí na História (1937)	37
Figura 10 - Advertência do livro Piauí na História (1959)	37
Figura 11 – Advertência do livro Piauí na História (1975)	38
Figura 13 – Advertência do livro Piauí na História (1959)	40
Figura 14 – Capa do Livro do <i>O índio no solo piauiense</i> (2013)	78
Figura 15 – Capa do Caderno do livro <i>O índio no solo piauiense</i> (1953).....	80
Figura 16 – Folha de Rosto 1 do livro <i>O índio no solo piauiense</i> (1953)	81
Figura 17 – Folha de Rosto 2 do livro <i>O índio no solo piauiense</i> (1953)	81
Figura 18 – Mapa Curt Nimuendajú (1944)	90
Figura 19 – Presença dos povos indígenas no Piauí contemporâneo.....	91
Figura 20 – Capa do Livro <i>Etno-história piauiense</i> (2009)	105
Figura 21 – Tabela do Massacre	113
Figura 22 – Resumo Cronológico	114
Figura 23 – Bibliografia do livro <i>Estudos regionais: geografia e história do Piauí</i> (2004)	120
Figura 24 – Capa do Livro <i>Educação sem Fronteiras</i> (2002)	127
Figura 25 – Dados de Catalogação do livro <i>Educação sem Fronteiras</i> (2002)	127
Figura 26 – Capa do livro <i>Geografia e História do Piauí para estudantes: da pré-história à atualidade</i> (2010)	130
Figura 27 – Parecer de Aprovação do livro <i>Geografia e História do Piauí para estudantes: da pré-história à atualidade</i> (2010)	130
Figura 28 – Lei Nº 5.359/12/2003.....	131
Figura 29 – Tabela-Nações Indígenas.....	135
Figura 30 – Capa do livro <i>História do Piauí</i> (2008)	137
Figura 31 – Dados de Catalogação do livro <i>História do Piauí</i> (2008)	137

Figura 32 – Capítulo 4 do livro <i>História do Piauí</i> (2008)	141
Figura 33 – Capítulo 4 – Subtema: <i>Os povos indígenas</i> do livro <i>História do Piauí</i> (2008)	142
Figura 34 – Capítulo 4 – Subtema: <i>Os povos indígenas</i> – Tabela Quantitativa do livro <i>História do Piauí</i> (2008)	143
Figura 35 – Referências Bibliográficas – grifo nosso - do livro <i>História do Piauí</i> (2008)	144
Figura 36 – Tremembés do livro <i>História do Piauí</i> (2008)	145
Figura 37 – Mapa – Povos Indígenas Séc. XVII do livro <i>História do Piauí</i> (2008)	146
Figura 38 – Mapa – Povos Indígenas no Piauí do livro <i>História do Piauí</i> (2008)	147
Figura 39 – Causas do extermínio indígena no Piauí do livro <i>História do Piauí</i> (2008)	148
Figura 40 – Mapa da população indígena no Brasil (2000)	149
Figura 41 – Mapa da distribuição da população indígena no Brasil, (2000).....	150
Figura 42 – Mapa Ampliado do Piauí do Mapa da distribuição da população indígena no Brasil, (2000)	151
Figura 43 – Mapa da distribuição da população indígena em Piripiri-PI, Teresina-PI e Bom Jesus-PI, (2000)	152
Figura 44 – Folho de Rosto do livro <i>Piauí: História</i> (2008)	155
Figura 45 – Dados de catalogação do livro <i>Piauí: História</i> (2008)	155
Figura 46 – Representação dos povos indígenas em imagens do livro <i>Piauí: História</i> (2008).....	157
Figura 47 – Dados da população indígena.....	159
Figura 48 - Povos indígenas no Piauí	160
Figura 49 – Povos Indígenas no Brasil	163
Figura 50 – Povos Indígenas no Brasil	163
Figura 51 – População Indígena no Brasil – Censo 2022	171
Figura 52 – Mapa de Monitoramento de Terras Indígenas no Piauí.....	172
Figura 53 – Mapa de Monitoramento de Terras Indígenas no Piauí por Tabela.....	173
Figura 54 – Presença dos povos indígenas organizados no Piauí contemporâneo.....	174
Figura 55 – Capa do livro <i>Piauí Educativo</i> (2021)	184
Figura 56 – Escambo – <i>Piauí Educativo</i> (2021)	188
Figura 57 – Pintura de Rugendas sobre a Evangelização.....	189
Figura 58 – Imagem de abertura do capítulo 7.....	190
Figura 59 – Atividade 2 do capítulo 7.....	192
Figura 60 – Atividade do capítulo 17.....	193

Figura 61 – Atividade do capítulo 19.....	194
Figura 62 – Folder Censo Escolar 2022.....	197
Figura 63 – Capa e verso da Cartilha <i>História dos povos indígenas Tabajara e Tapuio da comunidade Nazaré em Lagoa de São Francisco-PI</i>	206

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tabelas de Itens que compõem cada versão do livro	41
Tabela 2 – Presença Indígena no Piauí - Obras de Odilon Nunes e Monsenhor Chaves	86

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	CAPÍTULO I: OS POVOS INDÍGENAS NA HISTÓRIA DO PIAUÍ: EM O PIAUÍ NA HISTÓRIA (1931) DE ODILON NUNES E EM O ÍNDIO NO SOLO PIAUINESE (1952) DE MONSENHOR CHAVES	28
2.1	Odilon Nunes e o primeiro livro didático de História do Piauí: <i>O Piauí na história</i> (1931)	28
2.2	Monsenhor Chaves e o livro <i>O índio no solo Piauiense</i>	74
2.3	Diálogo entre Chaves e Odilon	94
3	CAPÍTULO II: OS POVOS INDÍGENAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO PIAUÍ.....	103
3.1	Os povos indígenas em <i>Etno-história indígena Piauiense</i> (2009)	104
3.2	Os livros didáticos de história do Piauí e os povos indígenas na história do Piauí.....	116
3.2.1	<i>Estudos regionais do Piauí, 2ª ed. (2004) da autora Joselina Lima Pereira Rodrigues</i>	116
3.2.2	<i>Educação sem Fronteiras, 1ª ed., 8ª Série, modalidade EJA-Piauí, 4ª etapa (2002), dos autores Alcebíades Costa Filho e Clarice Helena Santiago e outros</i>	126
3.2.3	<i>Geografia e História do Piauí para estudantes: da pré-história à atualidade, 6ª ed. (2010), do autor Adrião Neto</i>	129
3.2.4	<i>História do Piauí, 1ª ed., 4º ou 5º ano (2008) dos autores Henrique Delboni e Paulo Jorge Storace Rota</i>	136
3.2.5	<i>Piauí: História, 1ª ed. (2008), 1ª ed., 4º ano, da autora Luana Andrea Sampaio</i> ...	155
3.2.6	<i>Considerações finais sobre os livros analisados</i>	165
4	CAPÍTULO III: NOVOS CAMINHOS: DA INVISIBILIDADE À VISIBILIDADE INDÍGENA NO PIAUÍ.....	168
4.1	<i>Piauí educativo (2021)</i>	176
4.2	<i>Olhares da História (2016)</i>	187
4.3	Desafios escolares - ensino de História do Piauí e os povos indígenas na escola Prof.ª Mª de Lourdes Rebelo, em Teresina-PI	195
4.4	<i>Cartilha: História dos Povos Indígenas Tabajara e Tapuio, da comunidade Nazaré – Lagoa de São Francisco-PI (2023)</i>	204

4.5	Secretaria de Educação do Estado do Piauí, o Ensino de História do Piauí e os povos indígenas: desafios para a implementação de uma educação escolar indígena.....	217
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	229
	REFERÊNCIAS.....	231
	ANEXO A – TERMOS DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCL).....	243
	ANEXO B – TERMO DE CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL	244
	ANEXO C – TERMO DE CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL	245
	ANEXO D – TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	246
	ANEXO E – TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	247
	ANEXO F – OFÍCIO ENCAMINHADO À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO AO NUCLEO DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E QUILOMBOLA...	248

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa busca compreender qual o lugar dos povos indígenas no ensino de história do Piauí, como é tratada a questão indígena na historiografia e no livro didático. Através da análise dos livros didáticos de história do Piauí e da coleta de entrevistas em duas comunidades indígenas e em duas escolas ligadas a essas comunidades. Analisamos como o ensino de História sobre os indígenas mudou ao longo do tempo. O recorte deste trabalho tem início na primeira década do século XXI e vai até à atualidade, para acompanhar uma produção historiográfica mais recente sobre os indígenas no Piauí e como são trabalhados no ensino de História, mais especificamente no livro didático.

Este trabalho analisa, portanto, obras da historiografia piauiense produzidas desde a década de 1930, sobretudo no que se refere à temática indígena e como tais obras refletiram no ensino de História dessa temática por todo o novecentos e início do século XXI. Num segundo momento, esta pesquisa se volta a observar as mudanças sobre a história indígena, consequência das novas proposições historiográficas.

Observa-se uma produção historiográfica local que por muito tempo invisibilizou os povos indígenas na história, ao escrever que no Piauí não havia mais indígenas, que fez questão de destacar a extrema violência sofrida pelos povos indígenas, mas os enclausurou no passado, apenas no processo da colonização. Esta narrativa que aqui chamamos de tradicional, traz uma carga ideológica, nela, os indígenas foram “todos aniquilados”¹ ou assimilados à sociedade colonial.

Narrativa que nos últimos vinte anos vem sendo desconstruída, tanto com o processo da emergência étnica indígena no estado, como o surgimento de novas produções historiográficas acerca do tema, de variadas áreas de conhecimento, dos cursos de graduações e de pós-graduações, especialmente na área da História, que vêm buscando renovar a visão sobre os povos indígenas na história, a fim de escrever uma história mais justa e democrática, em que os povos originários sejam sujeitos de suas próprias histórias.

No penúltimo Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010) registrou-se a presença de quase três mil indígenas (2.944)², vivendo de norte a

¹ COSTA, João Paulo Peixoto. A farsa do extermínio: reflexões para uma nova história dos índios no Piauí. In: PINHEIRO, Áurea; GONÇALVES, Luís Jorge (Org.). **Patrimônio Arqueológico e Cultura Indígena**. Teresina, Lisboa: EDUFPI, Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, 2011. p. 140–161.

² **Os indígenas no Censo Demográfico 2010 primeiras considerações com base no quesito cor ou raça**. IBGE. Brasil. 2010. Disponível em: https://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/estudos/indigena_censo2010.pdf. Acesso em: 05/05/2024.

sul do estado do Piauí, e agora, no último Censo (2022)³, registrou-se a presença de 7.192 pessoas, conferindo assim, um aumento significativo de 144% no quantitativo de pessoas autodeclaradas indígenas, em relação ao registrado no ano de 2010. Evidência que desconstrói o velho discurso que por muito tempo se propagou, de que “não existe índio” no Piauí.

Diante desta realidade em que se configura a presença indígena no estado do Piauí e, marcado por um histórico de invisibilidade, nosso olhar atentou-se para compreender o lugar dos povos indígenas no ensino da história do Piauí, através da análise dos livros didáticos e da pesquisa de campo.

Desta maneira, faz-se necessário compreender como se deu o ensino da história do Piauí, qual material didático, quais livros foram utilizados, quais representações foram construídas por seus autores acerca dos povos indígenas. Assim, percebemos que desde os anos 70, mais precisamente em 1975, Odilon Nunes, ao prefaciar a 4ª edição de seu livro *O Piauí na História* (1931), já justificava a sua própria escrita, a fim de atender a uma normativa do estado. Segundo ele, o livro foi “feito para que se cumprisse a lei do Estado que impunha ao professor o conhecimento de nossa história. Apesar dessa imposição legal, não havia nenhum livro que se destinasse a esse fim” (Nunes, 1975).

Acreditamos que a normativa a que Nunes se refere, possa ser a obrigatoriedade do ensino da parte diversificada, presente na Lei 3.273 de 10 de maio de 1974, a LDB Estadual antiga⁴, que “Dispõe sobre o Sistema de Ensino do Piauí e dá outras providências”⁵. Em seu ‘Capítulo I: Dos Objetivos e Organização’, no artigo abaixo ela outorga como os Currículos estaduais serão organizados e por quais núcleos de conteúdos/conhecimentos eles devem ser compostos:

Art. 46 – Na organização dos currículos de ensino de 1º e 2º graus haverá um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, as peculiaridades, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos.

§ 1º - caberá ao Conselho Estadual de Educação relacionar as matérias dentre as quais os estabelecimentos poderão escolher a parte diversificada de seus currículos (Piauí, 1974, p. 7).

Observamos que a proximidade da data de publicação da normativa e a data da 4ª edição da obra do autor, em que o Nunes prefacia (1975), explicando o motivo do surgimento

³ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102018.pdf>. Acesso em 11/08/2023.

⁴ Foi parcialmente revogada pela nova LDB Estadual, a Lei 5.101/1999, que pode ser acessada em Normativas do Conselho Estadual de Educação do Piauí/Seduc. **Conselho Estadual de Educação: Legislação e Normas**. Disponível em: <http://www.ceepi.pro.br/normativos.htm>. Acesso em: 05/05/2023.

⁵ (Piauí, 1974, p. 1).

da obra, dá-se em torno de quase dois anos apenas de diferença, entre uma e outra. Ou seja, entende-se que pelo curto prazo de tempo, da imposição legal, o porquê do autor afirmar que não havia obras deste tipo, sendo ele assim, considerado o autor do “primeiro texto didático sobre o Piauí, contendo elementos de história e de geografia para o curso primário”⁶ (Costa Filho, 2012, p. 179).

Ao que tudo indica, Nunes inaugurou as produções deste tipo. Quanto à parte diversificada⁷ que o artigo acima trata, ele é bem claro ao determinar que deve atender à necessidade do aluno, de acordo com seu contexto regional e local, ficando a cargo do Conselho Estadual de Educação, apresentar quais disciplinas poderão ser escolhidas pelas instituições de ensino para complementar seus currículos. Neste contexto a LDB Estadual seguia a LDB Nacional em vigor naquele período, a Lei 5.696 de 1971⁸, que trazia a mesma obrigatoriedade quanto à parte diversificada, em seu Art. 4º. Esta LDB estava no momento em que a política do país sofria a Ditadura Militar (1964-1985) que já revogara a anterior, a Lei 5.540 de 1968 e esta, a legislação inicial Lei 4.024/61⁹, que trouxe inúmeras mudanças, especialmente em relação às nomenclaturas, de ensino primário para 1º grau e de ensino médio para 2º grau, além da obrigatoriedade do ensino de Educação Moral e Cívica, e reduzindo drasticamente a carga horária da disciplina de história.

Visto isso, consideramos importante atentar-nos para as relações que se estabeleceram entre governantes do estado, historiografia piauiense, livros didáticos, ensino da história do Piauí e povos indígenas, em que pretendemos compreender qual o lugar que eles ocupam no ensino da história do Piauí. Ademais, o Estado do Piauí, através de seus diferentes gestores ao longo do tempo, possui um histórico de patrocínio e incentivo às publicações e reedições de obras de autores presentes na literatura e de autores consagrados na historiografia local, interessados em construir uma narrativa histórica para o estado.

⁶ COSTA FILHO, Alcebíades. História da Educação no Piauí: história e pesquisa. **Revista FSA** - Teresina - n° 9 / 2012 - ISSN 1806-6356. Disponível em: <http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/26/18#>. Acesso em 10/05/23.

⁷ BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR - BNCC. Ministério da Educação. Brasil, 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79611-anexo-texto-bncc-aprovado-em-15-12-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 29/06/24.

⁸ **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 29/05/24.

⁹ CERQUEIRA, Aliana Georgia Carvalho; CERQUEIR, Aline Carvalho; SOUZA, Thiago Cavalcante de; MENDES, Patrícia Adorno. **A Trajetória da LDB: um olhar crítico frente à realidade brasileira.** Universidade Estadual de Santa Cruz. Disponível em: http://www.uesc.br/eventos/ciclohistoricos/anais/aliana_georgia_carvalho_cerqueira. Acesso em: 29/06/24.

Esse incentivo/patrocínio, vê-se através da Secretaria de Cultura do Estado, com a criação de planos editoriais estaduais, como o Plano Editorial do Estado, criado pelo Decreto de nº 1416 de 17/01/1972, na gestão do ex-governador Alberto Tavares Silva (1971-1975), que “visava a reedição das obras histórico-literárias” (Moura, 2010, p. 143), que inclusive, reeditou a obra *Piauí na História* (1975, 4ª ed.), de Odilon Nunes. O Plano Editorial também foi seguido pelo seu sucessor, o ex-governador Dirceu Arcoverde (1975-1978), além do Projeto Petrônio Portela, criado no governo de Hugo Napoleão (1983-1986), através do Decreto de nº 5.678 de 06/01/1984, com “a proposta de impulsionar a intelectualidade piauiense [...] estimulando a produção literária, publicando obras de interesse para a cultura piauiense”¹⁰.

A exemplo de obras, patrocinadas nestes períodos, que trazem os povos indígenas em suas narrativas, temos *O índio do solo piauiense* (1953) de Joaquim Raimundo Ferreira Chaves, mais conhecido como Monsenhor Chaves, *Pesquisas para História do Piauí* (1975), de Odilon Nunes. Estas obras e autores pertencem à segunda geração da historiografia piauiense, de acordo com a delimitação proposta pela historiadora Teresinha de Queiroz. Dos três períodos mais expressivos da historiografia piauiense, segundo a autora, em seu livro, *Do Singular ao Plural* (2006), no capítulo “Historiografia piauiense”, “correspondem ao período que abarca do final do século XIX às primeiras décadas do século XX, às décadas de 1950 à 1970 e ao período iniciado nos anos 1980 até 2000” (Queiroz, 2015, p. 141).

Embora estas duas obras citadas anteriormente não sejam livros didáticos, elas constroem representações acerca dos povos indígenas, especialmente a de Monsenhor Chaves, que se destaca pela primeira vez ao vermos uma obra dedicada ao tema no Piauí, ainda no ano de 1953. Período em que os estudiosos possuíam temas de interesses, como a colonização, a economia, o desenvolvimento, entre outros, a fim de compreender os problemas locais que o estado enfrentava (Queiroz, 2015; MOura, 2010.).

E, não trouxeram menção alguma ao indígena nessas áreas de conhecimento, dando a entender que o indígena não esteve presente e atuante em nenhum desses campos, visto que se sabe, que sem o indígena nesses temas, a história do Brasil torna-se incompleta. Pois inúmeras pesquisas confirmam a base da força motriz da economia brasileira, cunhada na exploração e escravidão por séculos, também dos povos indígenas, que até atualidade ainda sofrem com o sistema capitalista, visando o lucro em troca da expropriação de suas terras.

Já no período que abarca o terceiro momento expressivo da historiografia piauiense, vemos que os governantes do estado demonstraram interesse também na produção e

¹⁰ *Id*, 2010, p. 186.

distribuição de livros didáticos sobre história do Piauí. De acordo com Sousa em seu trabalho de conclusão de curso, intitulado *Livros Didáticos Regionais: análise dos livros distribuídos pelo Estado do Piauí para Educação de Jovens e adultos, entre 2002 e 2004*¹¹, no mandato do ex-governador Wellington Dias, entre os anos de 2003-2006, ele teria aberto uma licitação para produção e distribuição de livros didáticos com a temática local, “destinados ao ensino fundamental e ao EJA, seguindo os critérios das diretrizes curriculares do estado, exigindo em edital a contemplação de elementos da cultura regional no material didático” (Sousa, 2018, 21).

Nesse período destacam-se a publicação dos livros:

- *Estudos Regionais do Piauí*, 2ª edição (2004), da autora Joselina Lima Pereira Rodrigues, a obra se propõe a abordar tanto a geografia quanto a história do estado;
- *Geografia e História do Piauí para estudantes*, 6ª edição (2006), do autor Adrião Neto¹²;
- *Educação sem Fronteiras. 1ª ed., 8ª Série, modalidade EJA-Piauí, 4ª etapa* (2002), dos autores Alcebiades Costa Filho e Clarice Helena Santiago Lira; (participou da licitação de 2003-2006)¹³.
- *História do Piauí. 1ª ed., 4º ou 5º ano* (2008), dos autores, Henrique Delboni e Paulo Jorge Storace Rota;
- *Piauí: História. 1ª ed. (2008), 1ª ed., 4º ano*, da autora Luana Andrea Sampaio.
- *Palavras em Movimentos, 2ª ed., modalidade EJA-Piauí 3ª etapa* (2008), ambos dos autores Alcebiades Costa Filho e Clarice Helena Santiago Lira; (participou da licitação no ano de 2004, período da gestão do ex-governador Wellington Dias (2003-2006), porém foi retirada de circulação visto a identificação de erros de escrita/conteúdo)¹⁴.

É importante destacar que são quase inexistentes pesquisas sobre o ensino de história do Piauí através do livro didático regional, e ainda mais raras, com o foco nos povos indígenas e suas representações. A primeira dificuldade é ter acesso aos editais de licitações que estimularam a produção e compra de livros didáticos acerca do tema local no período investigado, e a segunda é conseguir reuni-los. Acessamos o site oficial do Diário Oficial do

¹¹ SOUSA, Francisco Antoniel de Oliveira. **Livros Didáticos Regionais: análise dos livros distribuídos pelo Estado do Piauí para Educação de Jovens e adultos entre 2002 e 2004.** Monografia de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Licenciatura em História do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros da Universidade Federal do Piauí: Picos-PI, como requisito parcial à conclusão do curso. 2018, p. 51.

¹² Atualmente obtivemos a edição de 2010 com o próprio autor.

¹³ Temos essa informação, pois falamos diretamente com um dos autores, no caso o professor e historiador, Alcebiades.

¹⁴ Esta informação foi dada também pelo professor Alcebiades.

Estado, em busca dos editais/licitações, mas não obtivemos êxito. Desta forma, fomos diretamente à Secretaria de Educação do Piauí, em Teresina-PI e presencialmente tivemos acesso ao local de guarda dos arquivos físicos de Licitação da instituição. Nele, encontramos arquivos de licitações de compra de livros didáticos, para distribuição nas escolas de ensino fundamental, médio e na modalidade Ensino de Jovens e Adultos-EJA, e encontramos um edital de produção de livro didático, mais recente, do ano de 2022.

Tivemos acesso aos arquivos de licitações de compra para aquisição de livros história do Piauí e de livro didático regional a partir de 2004, e neles percebemos presença de algumas obras que se destinam a contar a história do Piauí, tanto na historiografia quanto como livro didático regional, e nosso intuito ao analisar algumas delas, é compreender como os povos indígenas aparecem em sua escrita.

Os livros didáticos aqui analisados, se situam dentro do contexto dos anos 2000, quando a legislação educacional que os engloba tem como aparato legal a Constituição promulgada em 1988. Nela, reconhece juridicamente os povos indígenas como cidadãos de direitos:

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. (BRASIL, Constituição Federal, 1988, Capítulo VIII-Dos índios, Art. 231).

De acordo com o antropólogo Luís Donisete Benzi Grupioni, em seu texto *Do nacional ao local, do federal ao estadual: as leis e a Educação Escolar Indígena* (2001), é o momento quando é garantido ao indígena o direito de ser quem ele é:

Com a Constituição de 1988, assegurou-se aos índios no Brasil o direito de permanecerem índio, isto é, de permanecerem eles mesmos com suas línguas, culturas e tradições. Ao reconhecer que os índios poderiam utilizar as suas línguas maternas e os seus processos de aprendizagem na educação escolar, instituiu-se a possibilidade de a escola indígena contribuir para o processo de afirmação étnica e cultural desses povos e ser um dos principais veículos de assimilação e integração. Depois disso, as leis subsequentes à Constituição que tratam da Educação, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Plano Nacional de Educação, têm abordado o direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada, pautada pelo uso das línguas indígenas, pela valorização dos conhecimentos e saberes milenares desses povos e pela formação dos próprios índios para atuarem como docentes em suas comunidades (Grupioni, 2001, p. 130).

Após a oito anos promulgação da Constituição, foi criada a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a qual estabelece e organiza

todo o sistema educacional do país. Grupioni (2002)¹⁵ também lembra do movimento indígena na luta para conquista de seus direitos na nova Constituição:

Durante todo o ano de 1988, o movimento indígena e o movimento de apoio aos índios se articularam para conduzir as iniciativas referentes aos direitos indígenas na futura Constituição do país. Além de participar das discussões de temas correlatos assessoraram os parlamentares na elaboração de propostas e emendas constitucionais em favor dos índios. Essa mobilização foi fundamental para garantir a consagração dos direitos indígenas e para barrar as ações de grupos contrários, interessados na exploração dos recursos naturais dos territórios indígenas (Grupioni, 2002, p. 13).

Ao entrar na Constituição como cidadão de direito, os povos indígenas ganham respaldo legal para exigir do Estado brasileiro acesso e cumprimento dos seus direitos, entre eles, de uma educação diferenciada que atenda às suas demandas. E com isso imputa às esferas estaduais e municipais o seguimento e execução.

Visitamos então, a Secretaria de Educação do estado do Piauí (SEDUC-PI) em Teresina-PI, acessamos os arquivos de licitação, a partir de 2004, e observamos que houveram inúmeras licitações de compras de livro para as escolas de ensino fundamental e médio, para compor o acervo bibliográfico das bibliotecas dessas escolas, da rede básica de educação do estado. E nestas licitações desde 2004 é visível a recorrência de solicitação de compra de determinadas obras, como *Estudos Regionais do Piauí*, 2ª edição (2004), da autora Joselina Lima Pereira Rodrigues, que repete em licitações de 2005, 2007, e 2013. Ainda na década de 2000, foi publicada a obra *Etno-história indígena piauiense* (2009), do autor João Gabriel Baptista.

Desta forma, este trabalho ao tentar compreender o lugar que os povos indígenas ocupam no ensino da história do Piauí, diante desta dinâmica de disputa de interesses, e consequentemente de narrativas. Nos possibilita entender na atualidade como os povos indígenas ainda são vistos nas práticas de ensino escolar, e quais caminhos o ensino da história do Piauí têm percorrido acerca deles, até o tempo presente. Para esta empreitada acadêmica, além da análise dos livros didáticos e dos livros que tratam especificamente da temática indígena, também se realizou pesquisas de campo. Em um primeiro momento, realizamos

¹⁵ GRUPIONI, Luís D. Benzi (org.). **As leis e a educação escolar indígena: Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena**. Brasília: Ministério da Educação, 2001. p.72. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Legislacao%20miolo.pdf>. Acesso em: 10/07/2024.

entrevistas na aldeia urbana *Ukair*, do povo *Guajajara*, localizada na cidade de Teresina, na capital do estado. Segundo a liderança indígena Aliã Wamiri, da comunidade, *Ukair*, significa grafismo, desenho e *Guajajara*, significa “os donos do cocar”¹⁶. E em seguida, na escola onde os integrantes da comunidade frequentam, com o objetivo de entender se, e como, no ensino local, os povos indígenas são incluídos. Momento em que pudemos compreender, ainda de forma inicial, como os indígenas, a escola e o ensino de história se relacionam e coexistem.

É importante lembrar que atualmente os povos no Brasil residem em diferentes espaços, tanto no espaço rural como no urbano, e no Piauí, também não é diferente. Inúmeros povos indígenas se viram obrigados a se deslocar de seus territórios, desde a colonização e após a ela. Com o surgimento das cidades, com as transformações no meio-ambiente, e com as consequências do “desenvolvimento” desenfreado, também acelerou o processo de degradação e o impacto ambiental na sobrevivência de muitos deles, que antes dependiam diretamente da natureza para sua sobrevivência, e, os conflitos territoriais que ainda ocorrem, podem acarretar inúmeros deslocamentos destes povos da zona rural para a zona urbana. Além disso, o Censo do IBGE de 2022, registrou que a “maioria dos indígenas vivem fora de Terras Indígenas”¹⁷.

Isso mostra como os povos indígenas continuam resistindo e criando estratégias de sobrevivência em meio às mudanças causadas pela sociedade, fruto da colonização ocidental. No caso do povo Guajajara, da aldeia *Ukair* em Teresina-PI, ela se originou quando:

[...] em 1976, Alípio Matias veio do maranhão com sua esposa marina Benício Vilarins, uma indígena Guajajara, para Teresina. Ele era técnico indigenista da Funai na Aldeia Cururu, Anjico Torto, estado do Maranhão. Era essa a comunidade de dona Marina Guajajara e foi lá que os dois se conheceram. A partir de 1976, ambos vieram para Teresina e fundaram sua casa, aldeia *Ukair* (Guajajara, M., Guajajara, A., Oliveira, Pereyra, 2024, p. 87).

E, de acordo com o gerente de Territórios Tradicionais e Áreas Protegidas, Fernando Damasco, do IBGE, ao falar das mudanças metodológicas em 2022 para identificação dos povos indígenas fora e dentro de Terras Indígenas, como a inclusão da pergunta “você se considera indígena”, ele afirma: “Os povos indígenas estão presentes nas cidades, em áreas urbanas, em áreas rurais, em áreas remotas, em favelas e todos precisam ser recenseados”. Além do mais, os próprios indígenas têm a sua percepção do que é ser indígena dentro de um território

¹⁶ WAMIRI, Aliã. **Culturas indígenas**. Itaú Cultural. You Tube, 26/04/2022. Disponível em: <http://bit.ly/2VpITbG>. Depoimento gravado durante o evento "Mekukradjá – círculo de saberes: (re)existência: muitas línguas, muitos saberes", em 2019, em São Paulo/SP.

¹⁷ **Censo 2022: Brasil tem 1,7 milhão de indígenas e mais da metade deles vive na Amazônia Legal**. Agência IBGE Notícias. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37565-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas-e-mais-da-metade-deles-vive-na-amazonialegal#:~:text=Maioria%20dos%20ind%C3%ADgenas%20vive%20fora,93%2C49%25%20deles%20ind%C3%ADgenas>. Acesso em 29/06/2024.

demarcado, de uma terra indígena ou fora dela. Vejamos o que diz a liderança indígena da comunidade *Ukair* do povo *Guajajara*, Aliã Wamiri, em entrevista ao canal do Itaú Cultura, no *You Tube*, na *Playlist: Culturas Indígenas*:

Outro dia eu estava em videoconferência com Ailton Krenak. Diante de tanta conversa que a gente teve, me senti a vontade de perguntar pra ele: ‘Ailton, o quê que é o indígena hoje?’” E ele olhou pra mim... e deu tempo pra mim... e perguntou: “Como é teu nome?” Aí eu disse: ‘Sou Aliã Wamiri Guajajara’. Aí ele: ‘Guajajara, o índio hoje, é cidadão do mundo. Ele ocupa vários lugares, né. Ele tem o poder de voz. Ele transmite o que sai de dentro’. Então, essa resposta me satisfaz. Por que, realmente é isso né. Essa possibilidade, que a gente nunca foi escutado, mas a gente sempre teve voz. Como diz a Eliane Potiguara, ‘que nunca nos quiseram ouvir.’ E o hoje, a gente está aqui, por exemplo, né, gravando, vocês escutando, o que temos para dizer. Isso é aproximação muito forte né, de pessoas, de energia, e que essa energia está respondendo, através desse equipamento de audiovisual, né. Isso vai reverberar né, aí a fora. Então Aliã Wamiri Guajajara, vai estender essa voz para outros cantos, para outros caminhos (Wamiri, 2022).¹⁸

Vemos que a visão dos povos indígenas é mais ampla do que estamos acostumados a percebê-los, no que diz respeito a estar sempre ligados ao um espaço fixo. Embora saibamos da demanda por demarcação de seus territórios, luta ainda urgente e contínua, o que se destaca aqui é o movimento e a diversidade de ser e estar dos povos originários no mosaico indígena brasileiro e as diferentes formas de viver, tanto na zona rural como na zona urbana. A existência indígena no Brasil ela é plural.

A escolha por esta aldeia, *Ukair*, deu-se por ser localizada na capital do estado, dentro de um contexto urbano, onde também se encontra o centro administrativo da educação no Piauí, a Secretaria de Educação do Estado (SEDUC), local onde também já realizamos entrevistas, com o intuito de analisar as propostas curriculares, compreender quais políticas públicas de inclusão educacional, em relação aos povos indígenas no estado têm sido realizadas.

As entrevistas iniciais também nos proporcionaram identificar o que têm sido feito em busca de uma educação que atenda e inclua os povos indígenas na educação do estado do Piauí. A exemplo, temos a criação do Núcleo de Educação Escolar Indígena e Quilombola (NEEIQ), criado recentemente em julho de 2022, pela PORTARIA SEDUC-PI/GSE Nº 1495/2022, que o institui. Inclusive, ao visitarmos no mês de julho/2024 o Núcleo, vimos que a primeira equipe de componentes se desfez, de quando visitamos em outubro de 2022. Houve também mudança na estrutura do Núcleo, que passou agora a ser uma Unidade, o que teria mais autonomia.

¹⁸ WAMIRI, Aliã. **Culturas indígenas**. Itaú Cultural. You Tube, 26/04/2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-WozzteATOY>. Acesso em 29/06/2024. Trecho retirado do depoimento gravado durante o evento "Mekukradjá – círculo de saberes: (re)existência: muitas línguas, muitos saberes", em 2019, em São Paulo/SP.

A segunda comunidade na qual realizamos a pesquisa de campo, é a aldeia Nazaré localizada no município de Lagoa de São Francisco, no território Morro Belo, dos Povos Tabajara e Tapuio¹⁹ Itamaraty. Lá, está também sediado o primeiro Museu Indígena do Estado, o Museu Anízia Maria²⁰, em homenagem a uma das primeiras “tronco velhos”²¹ da aldeia, que foi inaugurado no dia 29 de agosto de 2023²². É lá também que foi produzida e lançada no dia 5 de agosto de 2023, em parceria entre a comunidade e o município, a “primeira cartilha educativa elaborada pelos povos indígenas *Tabajara* e *Tapuio*, que vai servir também de paradidático nas escolas municipais e estaduais”²³. A Cartilha conta a história dos povos indígenas *Tabajara* e *Tapuio*, e será de enorme importância para o presente trabalho. Conversamos com algumas professoras indígenas que lecionam na escola em que os integrantes da aldeia Nazaré frequentam.

Nos valem, dessa forma, dos métodos da História Oral no tocante às escolhas e diálogo com os nossos narradores. Como citamos acima, já realizamos entrevistas na aldeia urbana *Ukair*, com lideranças indígenas, as Cacicas²⁴ Marina Guajajara e Aliã Wamiri Guajajara, na Secretaria de Educação do estado, com os componentes do NEEIQ, Dante Gomes Galvão²⁵ e Tatiana Gonçalves de Oliveira²⁶, à época, ambos professores. E, na escola de ensino

¹⁹ O termo ‘Tapuio’ ou ‘Tapuia’ é controverso, pois sobre tudo durante o período colonial foi utilizado para identificar os grupos indígenas “não domesticados” que moravam nos territórios do interior e não para se referir apenas a uma etnia. A transferência de categoria geral e atribuída exteriormente à categoria étnica específica e auto atribuída faz parte de um processo de apropriação mais complexo que não podemos aprofundar aqui. Uma referência central sobre esse tema é Monteiro, 2001 (Bottesi, 2021, p. 207).

²⁰ BOTTESI, Anna. O museu indígena “Anízia Maria”. Etnicidade, território e patrimonialização. **Revista Confluente** Vol. XIII, No. 2, 2021, pp. 201-225, ISSN 2036-0967, DOI: <https://doi.org/10.6092/issn.2036-0967/12333>, Dipartimento di Lingue, Letterature e Culture Moderne, Università di Bologna. Disponível em <https://confluente.unibo.it/article/view/12333/13847>. Acesso em 16/08/2023.

²¹ São as pessoas mais idosas da comunidade, dotada sabedoria e de conhecimentos populares para repassar às pessoas (Definição dada na Cartilha *História dos povos indígenas Tabajara e Tapuio da comunidade Nazaré-Lagoa de São Francisco-PI*, 2023).

²² SANTOS, Geneide e VIEIRA, Fábila **Piauí terá o primeiro museu indígena**. Disponível em <https://www.pi.gov.br/noticias/piaui-tera-o-primeiro-museu-indigena/>. Acesso em 17/08/2023.

²³ VIEIRA, Fábila Adriana. **Povos indígenas lançam cartilha sobre história das comunidades Tabajara e Tapuio**. Disponível em: <https://www.pi.gov.br/noticias/povos-indigenas-lancam-cartilha-sobre-historia-das-comunidades-tabajara-e-tapuio/>. Acesso em 17/08/2023.

²⁴ Termo utilizado pelas próprias lideranças para auto se referirem.

²⁵ Professor efetivo da rede estadual de ensino, sou professor de história, e trabalho na gestão da Secretaria desde 2011, como técnico de ensino, durante boa parte desse tempo, na verdade até o início deste ano, trabalhei na equipe de Educação do Campo, certo. Mais ou menos isso, já um pouco, menos de um ano né, desde de Fevereiro, mais ou menos de 2022, que a gente começou o trabalho de organizar o Núcleo de Educação Escolar Indígena e Quilombola (informação fornecida à autora pelo professor Dante Gomes Galvão em 06/10/2022).

²⁶ Professora de história, meu vínculo com a Universidade Estadual do Piauí onde eu atuo desde 2018, fiz concurso e ao chegar na UESPI né, eu não fui para uma cadeira específica, eu fui dar aula de todas as disciplinas. A minha formação, né, eu tenho graduação história, mestrado em história, onde eu pesquisei a temática indígena no século 19 e no doutorado antiga essa pesquisa pensando nos processos para criação de terras indígenas no século 19. [...] No finalzinho de 2021, Dante entrou em contato comigo, para formar essa equipe que iria trabalhar com educação escolar indígena e quilombolas, aqui no Piauí, bom meu nome veio até ele, porque ele,

médio Prof.^a M^a de Lourdes Rebelo, com a coordenadora, Ana Célia Sousa Vieira²⁷, escola em que as sobrinhas e netas das Cacicas frequentam. Desta forma, nosso intuito é de compreender a realidade destes povos e a relação com o ensino de história do Piauí, podendo assim visualizar quais representações acerca dos povos indígenas estão sendo construídas e trazidas nos materiais didáticos, utilizados na escola e comunidade visitadas.

Por conseguinte, diante do processo de autorreconhecimento indígena no estado do Piauí, nosso trabalho vem contribuir com a luta dos povos nativos, em busca de uma educação mais democrática, de um ensino inclusivo e valorize estes povos, respeitando suas trajetórias, suas histórias, seus conhecimentos e suas culturas. Acreditamos também que possa somar à luta por uma educação escolar indígena diferenciada, que atenda às demandas e necessidades deste público alvo, ao apresentar os resultados desta investigação. Este estudo se propõe a ser também canal de escuta e de registro do que os povos indígenas que fazem parte dessa pesquisa pensam sobre o ensino de história do Piauí, como se percebem nele através dos livros didáticos e como desejam que o ensino de história do Piauí seja realizado.

Este trabalho é sobre, e, com os povos indígenas no ensino da história do Piauí. Acreditamos ainda, que este trabalho possa acrescentar ao quantitativo e qualitativo de pesquisas sobre estes povos no Piauí, alargando assim, o leque de possibilidades de estudos sobre a temática, que ao longo do tempo, estudantes de graduações e pós-graduações, professores, acadêmicos e interessados no tema, têm avançado e vêm construindo novas perspectivas históricas acerca dos povos originários no estado do Piauí. Pesquisas interessadas em revisar visões obsoletas e compreender a realidade e pluralidade destes, e escrever uma história que valorize a ação desses sujeitos como partícipes da história e da formação sociocultural das sociedades piauiense e brasileira.

Os povos indígenas, habitantes em diferentes regiões do estado, tanto na área rural quanto na área urbana, ainda lutam pelo reconhecimento étnico, pelo acesso ao seus territórios demarcados²⁸, pela valorização de suas culturas ancestrais, pela garantia de seus direitos

em contato com colegas né, soube que eu sou pesquisadora da temática, embora não seja pesquisadora de educação escolar indígena, né, mas enfim, a gente sabe que tem poucos pesquisadores, então pelo menos eu pesquisava a temática indígena. Então fui chamada, convidada para participar da Coordenação, dentro do antiga Coordenação na equipe, muito nesse sentido, como essa pesquisadora da temática indígena (informação fornecida à autora pela professora Tatiana Gonçalves de Oliveira em 06/10/2022).

²⁷ Professora de letras português, certo, já estou em frente à coordenação, mais ou menos uns oito anos, sendo que eu era só de um turno da noite, aí depois, que o turno da noite não há mais né, só temos agora a amanhã e a tarde, as turmas regular de terceiro ano. E mesmo de professora aqui na escola, já está com mais de dez anos por aí (informação fornecida à autora pela professora Ana Célia Sousa Vieira (06/10/2022)).

²⁸ Àqueles que ainda não possuem seus territórios demarcados, mas vivem em área rural das cidades.

assegurados pela Constituição de 1988 em seus Artigos 32, 78 e 79²⁹, e exigem a prestação de uma educação diferenciada para atender as necessidades e demandas específicas de aprendizagem, e pelo o atendimento do que preconiza a Lei Nº 11.645, de 10 de março de 2008, que torna obrigatório incluir no currículo oficial da rede de ensino, a temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”, a qual altera a Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Diante disso, nosso trabalho pretende compreender qual o local que os povos indígenas, presentes e resistentes no estado, ocupam no ensino da história do Piauí. Tentando responder esta pergunta central que norteia nosso estudo. Referimo-nos aqui ao ensino da história do Piauí na educação básica, especificamente no ensino fundamental e médio. Analisaremos tanto o livro didático de história do Piauí, produzido pelo estado para atender a demanda educacional, como também a Cartilha produzida pelo povo *Tabajara* e *Tapuio* em Lagoa de São Francisco-PI, para contar a história do seu povo no Piauí em parceria com o poder público municipal.

O questionamento central de nosso estudo surge ainda da necessidade de continuar desconstruindo o discurso da inexistência indígena no estado, que por muito tempo foi alimentado pela historiografia local, através de obras, que até os dias de hoje, seguem sendo reeditadas pelo comércio editorial local, e contribuíram para a invisibilização dos povos indígenas na história do Piauí, relegando-os ao tempo passado, na perspectiva do colonizador. Visto que na realidade piauiense e na escrita de sua história, não há mais espaço para este discurso excludente, que não tem sustentação diante das inúmeras evidências de retomada da identidade indígena no estado, e das novas pesquisas que revisam estas narrativas arcaicas.

Os povos indígenas têm assumido sua identidade indígena, que por muito tempo foi silenciada pelas elites locais em diversos espaços, inclusive na escrita da história, na historiografia local piauiense, consequência do processo violento de colonização implementado no estado e no país.

Já sabemos que existem povos indígenas no Piauí. Desta forma, faz-se necessário perceber como o poder público atualmente lida com a demanda destes povos, em diferentes áreas, especialmente na educação. No ensino da história do Piauí, observamos que o discurso da inexistência indígena no Estado, tem sofrido modificações. Perceber também, como ele ainda pode reverberar ou não através do material didático, nas práticas de ensino, na sala de aula, na relação professor-aluno, possibilita-nos visualizar o lugar que é destinado aos povos

²⁹ **O que diz a LDB sobre a educação escolar indígena.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em 22/07/22.

indígenas atualmente do ensino de história do Piauí e, caso, a permanência desse discurso seja identificada, pensar o que pode ser feito para que ele desapareça efetivamente do conhecimento histórico escolar. Estes questionamentos tornam-se cruciais para dimensionarmos como tem sido ou não realizado o ensino escolar acerca dos povos indígenas na história do Piauí, e como ele pode produzir conhecimentos e representações acerca dos povos originários na história do estado. E, a partir disso, pensar novas alternativas de ensino que os inclua de maneira equitativa, respeitando e valorizando sua diversidade cultural, étnica e construindo uma educação intercultural no estado.

Por conseguinte, para que possamos chegar à discussão que sustenta nossa pesquisa, em nosso primeiro capítulo analisaremos dois livros que são considerados referências para a história do Piauí e por abordarem o sujeito indígena em suas narrativas. O primeiro deles é o *Piauí na História*, publicado no ano de 1931, pelo professor e pesquisador Odilon Nunes, considerado o primeiro livro didático sobre história do Piauí. O outro, é *O índio no solo piauiense*, publicado em 1952, pelo professor, pesquisador e padre, Joaquim Raimundo Ferreira Chaves, mais conhecido como Monsenhor Chaves. Ambos pertencem à segunda geração da historiografia piauiense³⁰, são autores consagrados e considerados referências clássicas para o estudo sobre a história do Piauí. Nosso objetivo é compreender como os povos indígenas são representados, como estava posta a história indígena nessas duas obras, uma de cunho didático, outra que se destaca por ser uma das primeiras obras no Piauí ao trazer o sujeito indígena para o centro da narrativa.

Em nosso segundo capítulo, analisaremos a obra *Etno-história indígena piauiense*. 2ª ed., (2009), do professor e geógrafo João Gabriel Baptista e os seguintes livros didáticos de conteúdo regional: *Geografia e história do Piauí para estudantes: da Pré-história à atualidade* (2002), *Estudos Regionais do Piauí*, 2ª edição (2004), da autora Joselina Lima Pereira Rodrigues, de Adrião Neto, em que ambas tratam da geografia e história do Piauí, *História do Piauí*. 1ª ed., 4º ou 5º ano (2008) dos autores, Henrique Delboni e Paulo Jorge Storace Rota, e *Piauí: História*. 1ª ed. (2008), 1ª ed., 4º ano, da autora Luana Andrea Sampaio. A primeira obra surge com o intuito de construir uma etno-história acerca dos povos indígenas no estado do Piauí. Nosso objetivo é analisá-la e compreender a sua influência nos materiais didáticos no Piauí e a descrição sobre os indígenas na História do Piauí.

No terceiro capítulo, temos como objetivo compreender qual o lugar é dado às sociedades indígenas no ensino da história do Piauí. Analisaremos o livro *O Piauí Educativo*. 1ª

³⁰ Queiroz, 2010

ed., (2021), publicada pelo Governo do Estado do Piauí, na administração do ex-governador, Wellington Dias (2019-2022), destinado aos estudantes do ensino fundamental e médio. Analisaremos o livro utilizado na escola de ensino médio Prof.^a M^a de Lourdes Rebelo, localizada em Teresina-PI, em que a sobrinha da liderança indígena Aliã, da aldeia *Ukair* estuda. Embora o livro não trate do conteúdo regional, já que faz parte do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, e pelo o que conseguimos verificar, a escola não utiliza outros livros de conteúdo regional, analisaremos de forma breve como os indígenas aparecem, quais, e como. O livro utilizado pela escola visitada acima, localizada próximo à aldeia, é o *Olhares da História* (2016), do 2º ano do ensino médio, série em que a sobrinha de Aliã, cursava no ano de 2022, período em que aldeia foi visitada.

Analisaremos também a *Cartilha: história dos povos indígenas Tabajara e Tapuio da comunidade Nazaré-Lagoa de São Francisco-PI* (2023), produzida pelo Povo Tabajara e Tapuio da Comunidade Nazaré, em Lagoa de São Francisco-PI. Além disso, apresentaremos o resultado das investigações nas duas comunidades visitadas, ouvindo os próprios sujeitos indígenas sobre o que pensam e como se enxergam no ensino da história do Piauí e o resultado das investigações na Seduc-PI. A fim de compreender como se dá a relação entre educação, ensino de história do Piauí e povos indígenas.

2 CAPÍTULO I: OS POVOS INDÍGENAS NA HISTÓRIA DO PIAUÍ: EM *O PIAUÍ NA HISTÓRIA* (1931) DE ODILON NUNES E EM *O ÍNDIO NO SOLO PIAUINESE* (1952) DE MONSENHOR CHAVES

Compreender as relações que se estabelecem entre história, historiografia, livro didático e povos indígenas neste primeiro capítulo nos possibilita entender quais representações foram criadas ao longo do tempo sobre a trajetória dos povos indígenas na história do Piauí. Ao partimos de autores clássicos que estudaram em seu tempo e espaço a história do estado, que tinham como objetivo primordial, memorar a história do Piauí para as futuras gerações, autores como Odilon Nunes e Monsenhor Chaves, destacam-se neste aspecto e suas obras consolidaram os estudos sobre a história do Piauí.

Estes autores exerceram um papel fundamental na historiografia piauiense. Suas obras são referências até os dias hoje sobre a história do Piauí, e nelas também expressaram suas percepções acerca dos povos indígenas e de sua participação na história do estado. Percepções que possivelmente, influenciaram por bastante tempo, a visão acerca dos povos indígenas no Piauí e na construção de um discurso da inexistência indígena no estado, principalmente nas obras do autor Odilon Nunes.

Aspecto já diferente do autor Monsenhor Chaves, que diverge de seus contemporâneos ao trazer o sujeito indígena para o centro da narrativa como vítima do colonizador, e deixa em aberto o futuro destes povos. Perceber como o sujeito indígena é representado nessas obras, e como elas influenciaram ou não, e de que maneira na construção de uma visão histórica invisibilizada/vitimada acerca dos povos indígenas no ensino da história do Piauí, pode nos possibilitar caminhos para compreender o lugar que os povos indígenas ocupam no ensino da história do Piauí, a partir destas obras.

2.1 Odilon Nunes e o primeiro livro didático de História do Piauí: *O Piauí na história* (1931)

Odilon Nunes é o responsável por escrever e publicar a primeira edição de seu livro didático: *O Piauí na História*, no ano de 1931. Sua motivação, possivelmente, deve-se ao contexto em que está inserido, ao exercer a profissão de professor, à época, docente do ensino primário, além de exercer a função de “diretor/fundador do Ginásio Amarantino, Amarante, no Piauí, sua terra natal. E, cumprindo o programa oficial do Estado

que exigia o ensino de história do Piauí, escreveu e editou o primeiro livro didático piauiense” (Silva, 2017, p. 1)³¹.

Segundo a historiadora Terezinha de Queiroz, a presente obra em análise, teve suas quatro primeiras edições, nos anos de 1931, 1937, 1959 e 1975³². Recentemente, foi publicada a quinta edição, em 2013 pela Academia Piauiense de Letras, que faz parte da *Coleção Centenário*, e relançada em edição comemorativa ao centenário da instituição no ano de 2017. Segundo Erasmo Celestino, em sua monografia intitulada: *Odilon Nunes: historiador e educador* (1995)³³ essas quatro edições foram realizadas pelo Núcleo de Estudos Piauienses do Instituto Dom Barreto³⁴ (Celestino, 1996 *apud* Queiroz, 2015, p. 55), formado no período, por estudiosos da história do Piauí, que atualmente não existe mais.

Tivemos acesso às versões publicadas nos anos de 1937, 1959, 1975 e 2013. Contatamos à Direção do Museu das Letras do Piauí “Casa Odilon Nunes”, em Amarante³⁵, cidade natal do autor, localizada a 160 km da capital, Teresina-PI, em busca das duas primeiras edições, mas lá só havia a terceira (1959). O Museu das Letras do Piauí, além de homenagear, de acordo o governo do estado, os “grandes nomes da literatura piauiense”³⁶, também é o local onde Odilon Nunes nasceu e residiu. Passamos então, a procurar na capital, em Teresina, e encontramos a versão de 1937 no Acervo Público Estadual Casa Anísio Brito, a versão de 1959 encontramos na Academia Piauiense de Letras (APL), a versão de 1975 na Biblioteca Municipal Abdias Neves e a versão de 2013 na Biblioteca da Universidade Federal do Piauí (UFPI, e a primeira versão, a original de 1937, não conseguimos.

De antemão às análises das edições acima citadas, é interessante observar, a permanência dessas reedições, mesmo entre longos intervalos de tempo, atualmente a grande maioria das obras de história do Piauí concentra-se sob o domínio de publicação e venda da

³¹ SILVA, Reginaldo Miranda. Apresentação. **Estudos de História do Piauí**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2017. Disponível em: <https://www.portalentretextos.com.br/post/odilon-nunes-e-a-construcao-de-nossa-historia-1>. Acesso em: 17/08/2023.

³² QUEIROZ, Terezinha de. Odilon Nunes: história e erudição. In: NUNES, Odilon. **Pesquisas para a história do Piauí**. 2 ed. Vol. 1. Teresina: FUNDAPI; Fund. Mons. Chaves, 2007.

³³ SANTOS, Erasmo Celestino dos. **Odilon Nunes: historiador e educador**, 1995. Trabalho de Conclusão de Curso (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização Em História do Piauí) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 1995.

³⁴ O Instituto Dom Barreto foi criado em Teresina, no ano de 1944, pela Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, e, desde então, forma cidadãos eticamente autônomos e capazes de refletir sobre a sua realidade social, a fim de transformar o mundo em um lugar melhor. **História do Instituto Dom Barreto**. Disponível em: <https://dombarreto.com/portal/memoria/historia/>. Acesso em: 14/05/2023.

³⁵ **Cidades:** Amarante - PI. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/amarante/historico>. Acesso em: 14/10/2023.

³⁶ LIMA, Gleyca. **Amarante ganha Museu das Letras do Piauí “Casa Odilon Nunes”**. Disponível em: <https://antigo.pi.gov.br/noticias/amarante-ganha-museu-das-letras-do-piaui-casa-odilon-nunes/>. Acesso em 14/10/2023.

Academia Piauiense de Letras (APL). As versões de 1959 e 2013 da obra analisada, por exemplo, encontram-se disponíveis para venda, apenas na loja física da APL, localizada na cidade de Teresina, ainda assim, conseguimos acesso à versão de 2013, através do acervo da biblioteca da Universidade Federal do Piauí, por meio eletrônico. Vale lembrar que a APL participou da execução do Plano Editorial do Estado, na gestão do governo de Alberto Tavares Silva (1971-1975), e no Projeto Petrônio Portela na gestão do governador Hugo Napoleão (1983-1986), tendo um de seus membros, como componente do Conselho Editorial. Ambos os projetos, pertencem à uma política de valorização e publicação de obras de autores locais da história e literatura do estado, percebe-se, desta forma, o interesse por parte dos Governos do Estado e da APL, ao longo do tempo, no domínio literário e histórico de obras relacionados à história, memória, e cultura do estado do Piauí.

Quanto a promoção cultural do Estado em relação aos estudiosos da história do Piauí, no período da segunda geração da historiografia piauiense (1950-1970), de acordo com Iara Conceição Guerra de Miranda Moura (2010), em sua dissertação intitulada *Historiografia piauiense: relações entre escrita histórica e instituições políticas culturais*³⁷, Nunes assim como outros pesquisadores, foram contratados em 1962 pelo estado, na gestão do governador Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, a fim de escreverem as obras *História do Piauí* (Nunes), e *História econômica do Piauí* (Santana), devido a necessidade de pesquisas sobre a história do Piauí, visto que havia poucos livros que tratavam sobre o estado, além disso, alegou-se também o desconhecimento dos jovens, dos fatos considerado, por eles, “marcantes” da história local. Quanto à escolha destes intelectuais Moura, nos explica:

Pode estar relacionada ao tipo de abordagem que estes historiadores davam a seus trabalhos, isto é, uma escrita ligada às seguintes temáticas: economia, sociedade e administração estadual, e que buscava a compreensão da formação econômico-social do Piauí, a partir do período colonial. Eles faziam assim, parte da linha de pesquisa conhecida ao longo dos anos 50, como nacional desenvolvimentista, cuja preocupação girava em torno da concepção de um projeto comprometido com o desenvolvimento brasileiro (Moura, 2010, p. 70).

Fato este que demonstrou a preocupação do governo em produzir uma história para o estado. Uma história que dialogue com seus propósitos, interesses, e objetivos, na tentativa de “preservar uma memória histórica para o estado, até então carente de produções.”³⁸ História esta, que tem como eixo, o desenvolvimento do estado, em que a história e economia são

³⁷ MOURA, Iara Conceição Guerra de Miranda. **Historiografia Piauiense: relações entre escrita histórica e instituições político-culturais**. Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí, para a obtenção do grau de Mestre em História do Brasil, Teresina, 2010.

³⁸ *Id.*, 2010.

parceiras indissociáveis. A história serviu para explicar sua origem e como lupa para enxergar os problemas enfrentados pelo estado, e também para pensar soluções através da economia, assim acreditavam esses estudiosos do período.

Quanto ao patrocínio do Governo do estado às publicações de obras sobre história do Piauí, podemos citar o Plano Editorial do Estado, uma “Política editorial criada em 1972, no governo Alberto Silva (1971-1974), visando à reedição das obras histórico-literárias dos intelectuais piauienses.”³⁹. De acordo com Queiroz (2007), tanto Odilon Nunes como Monsenhor Chaves, autor da segunda obra a qual iremos analisar em seguida, beneficiaram-se dessa política, bem como outros autores, o que tornou possível o acesso às essas obras até os dias de hoje:

No primeiro governo de Alberto Tavares Silva (1971-1975), e no seguinte, de Dirceu Mendes Arcoverde (1975-1978), houve um grande movimento editorial que beneficiou Odilon Nunes, cuja obra mais importante foi publicada nesse contexto. [...] Tanto Monsenhor Chaves quanto Odilon Nunes beneficiaram-se das políticas adotadas pelos governos estaduais e pela Prefeitura Municipal de Teresina, principalmente entre as décadas de 1970 e 1990, para dar publicidade a pesquisas sobre o Piauí. Os planos editoriais do Estado possibilitaram que os textos odilonianos chegassem até nós, permitindo também a divulgação de outros historiadores[...]. (Queiroz, 2007, p. 35)

Ainda segundo a autora, na conjuntura de publicação do livro *O Piauí na História* (1931), “foi elaborado em um momento extremamente fértil da historiografia local, do ponto de um esforço de reflexão crítica e de revisão dos temas, que desde os primeiros cronistas e historiadores, começavam a dar forma à história do Piauí” (*Id*, 2007, p. 18). Compreender, se e como, os povos indígenas são retratados nessa obra, de cunho didático produzida para ensinar a história do Piauí, é o que nos interessa neste período, que segundo a autora, se mostrou um momento de reflexão e revisão de temas na historiografia local.

Seguimos então, à análise do livro em debate. Observamos a princípio, as capas e folhas de rosto do livro, em suas quatro edições (1937, 1959, 1975 e 2013), conforme vemos abaixo:

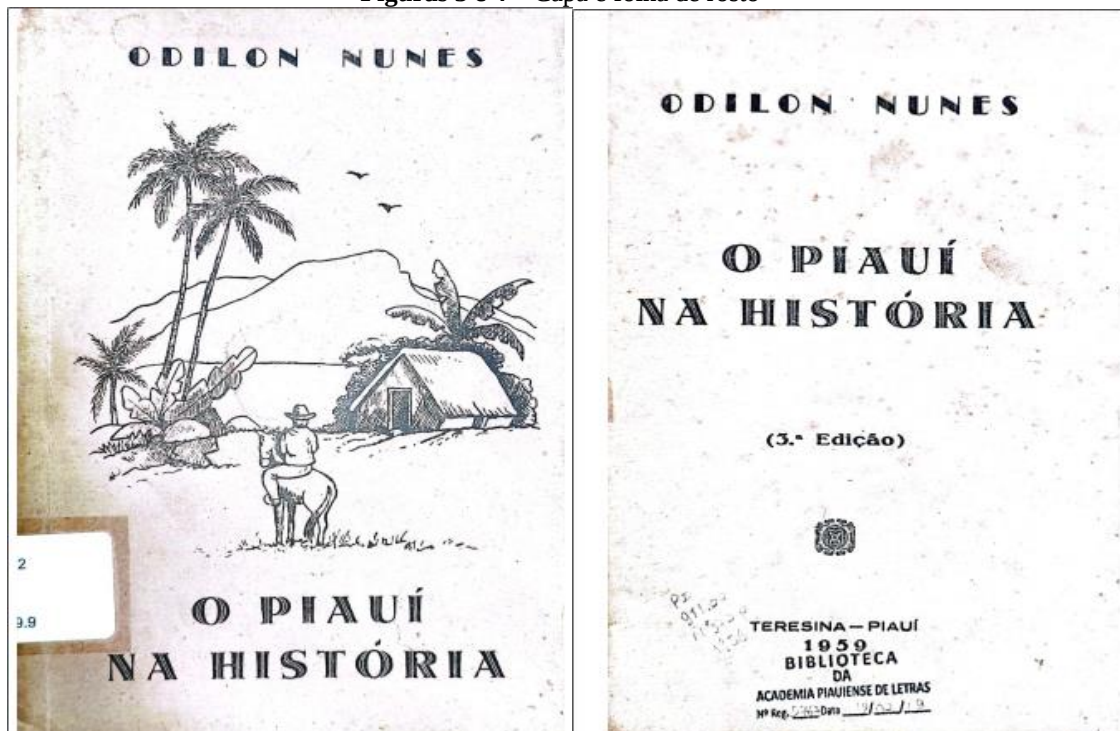
³⁹ *Id.*, 2010, p. 143

Figuras 1 e 2 – Capa e folha de rosto



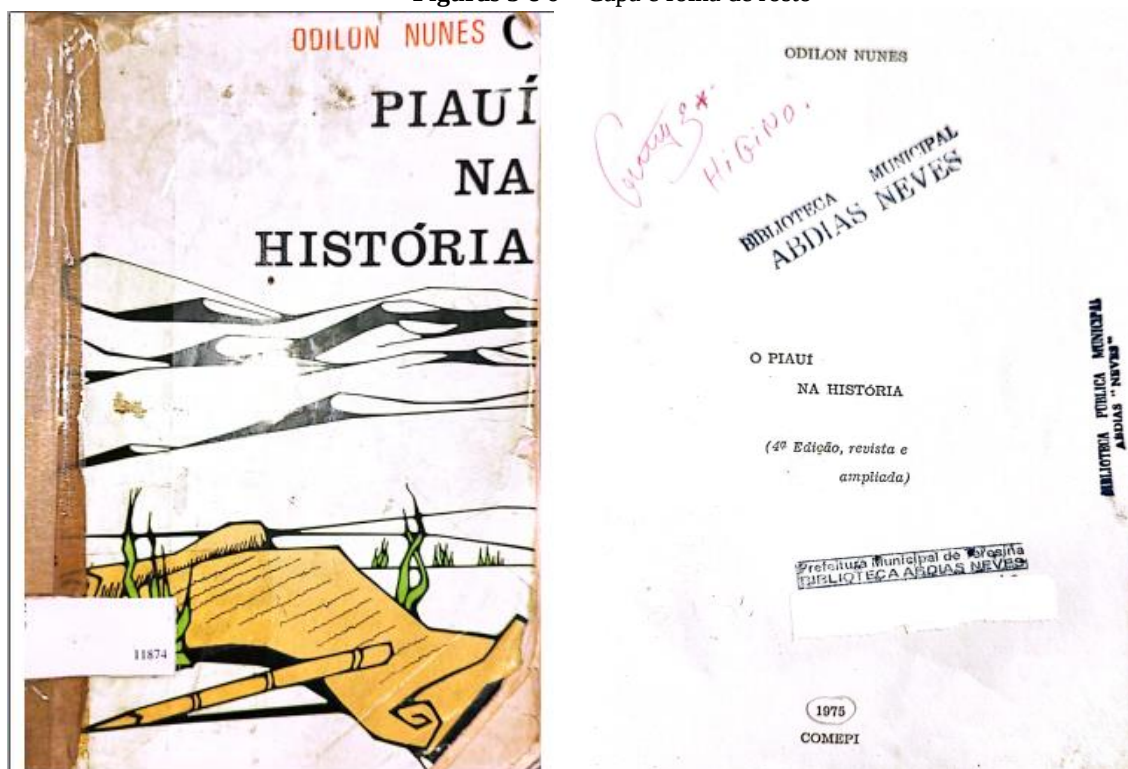
Fonte: livro *O Piauí na História*, 2ª edição, 1937

Figuras 3 e 4 – Capa e folha de rosto



Fonte: livro *O Piauí na História*, 3ª edição, 1959

Figuras 5 e 6 – Capa e folha de rosto



Fonte: livro *O Piauí na História*, 4ª edição, 1975

Figuras 7 e 8 – Capa, Folha de rosto



Fonte: livro *O Piauí na História*, 5ª edição, 2013

Diante o exposto há mudanças em relação à arte das capas ao longo de suas reedições, especialmente na arte das capas dos anos mais recentes (1975 e 2013), em relação à arte das capas de 1937 e de 1959, que utilizam a mesma arte. Estas capas representam um espaço rural, com uma residência bem humilde, e na parte central da capa, um homem de chapéu montado à cavalo.

À nossa interpretação, ela remete à chegada de um homem a um local praticamente inabitado, com terras longínquas, de palmeiras/carnaubeiras⁴⁰ e montanhas que à primeira vista, não se alcançam fim. Sugerimos chegada, pois a visão que se têm da figura do homem ao centro, e de costas, mas poderíamos também inferir que ele esteja de passagem, observando a paisagem pitoresca. O personagem escolhido, é um homem que utiliza um animal como meio de transporte, enroupado de camisa, calças e chapéu, trajes característicos que remetem ao colonizador, ao sertanejo, o “caboclo”, sujeito histórico que na narrativa do autor, da história de origem do Piauí, inicia-se a partir da chegada dele, ou seja, marco que faz o Piauí entrar na história, como próprio título do livro sugere, *O Piauí na História*, no caso, na história do Brasil.

Quanto à arte da capa de 1975, vemos uma arte bem diferente das anteriores (1937 e 1959), nesta proposta, ao centro, destaca-se, o que parece ser um papel, porém, pela forma que é apresentado, lembra um pergaminho, em meio ao que aparenta ser dunas de areia, encontra-se aberto sobre uma delas, entre duas plantas verdes, já está escrito, e ao lado, um lápis. A interpretação que temos é que a história do Piauí será contada a partir da escrita do próprio livro, que de fato, é ele quem inaugura a produção historiográfica voltada para o conteúdo regional do estado.

Já na arte da capa de 2013, a perspectiva visual muda, ela sugere, o que seria, *O Piauí na História*, a partir ocupação colonial, do domínio de um determinado território, já em formato de vila, em que há predominância de residências, onde destacam-se três tipos de construção: 1. Em maior quantidade - casas com telhados vermelhos; 2. Em menor quantidade - casas com tetos pontiagudos, em formato de pirâmides (o que pode sugerir utilização de palha no telhado), e 3. Somente três casas/construções com telhados escuros. Também é marcante a presença de símbolos religiosos, como uma igreja, a Cruz, em grande quantidade, aparecem fincadas por todo o território ali representado, em uma longa extensão de terra, além de uma construção bem grande, o que lembra um mosteiro.

⁴⁰ Planta típica e muito presente na vegetação no estado do Piauí.

Curiosamente, esta imagem não é de uma vila no estado do Piauí, ela é na verdade, a primeira Planta da Vila de Fortaleza, no ano de 1776⁴¹, não se sabe ao certo qual o motivo da escolha desta imagem, pelo responsável do projeto gráfico dos livros (John Kennedy Costa Pereira) relançados na Coleção em comemoração ao Centenário (1917-2017) da Academia Piauiense de Letras, os quais inclui-se *O Piauí na História*, em que há reprodução da mesma imagem da Vila de Fortaleza.

Quanto à ocupação colonial no Piauí, o que se sabe, é que ela inicia-se a partir do final do século XVII, com a chegada dos colonizadores “Domingos Afonso Mafrense e Francisco Dias D’Ávila da Casa da Torre”⁴², com instalação dos primeiros currais, sua primeira Vila é fundada em 1712 na atual cidade Oeiras, antiga Vila da Mocha, e só 1758 torna-se independente do Estado do Maranhão⁴³, ao qual a Capitania São José do Piauí, era subordinada. Já “a criação do município de Fortaleza se deu em 13 de abril de 1726, quando a povoação do Forte foi levada à condição de vila.

Em 1799, a Capitania do Ceará foi desmembrada da Capitania de Pernambuco e Fortaleza foi escolhida capital.”⁴⁴ Pode ser que a utilização da imagem da vila de Fortaleza, deve-se ao fato dela está representada de forma mais estruturada e organizada como vila, e demonstrar um melhor registro do período colonial e, da presença do colonizador. Aspecto que dialoga bem com a narrativa do livro, que a história do Piauí inicia-se a partir da colonização, pode ser uma hipótese de interpretação⁴⁵.

⁴¹**Exposição 2001.01** – Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial – 14/02/2001. (Texto Extraído do livro Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial). Por uma perspectiva urbana da História do Brasil. Disponível em: <https://mauc.ufc.br/pt/exposicoes-realizadas/exposicao-2001-01-imagens-de-vilas-e-cidades-do-brasil-colonial-14-02-2001/>. Acesso em: 22/03/2024.

⁴²LIMA, Nilsângela Cardoso (Org.) **Em cada página, História do Piauí colonial e provincial**. 2020, p. 10. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/570203/2/P%C3%A1ginas%20da%20Hist%C3%B3ria%20do%20Piau%C3%AD%20colonial%20e%20provincial_livro_Cead%20%5BE-book%5D.pdf. Acesso em: 22/03/2024.

⁴³GALVÃO RAMALHO, João Pedro. "Capitania do Piauí". In: **BiblioAtlas**. Disponível em: http://lhs.unb.br/atlas/Capitania_do_Piau%C3%AD. Acesso em: 22 de abril de 2024.

⁴⁴CASTRO, Salomão, SONSOL, Júlio. **Exposição “Celebrando Fortaleza 297 anos”**. Disponível em: <https://portal doservidor.al.ce.gov.br/noticias/exposicao-celebra-297-anos-de-fortaleza>. Acesso em: 22/04/ 2024.

⁴⁵ Para estudos mais aprofundados acerca do período colonial piauiense, sugerimos:
LIMA, Nilsângela Cardoso (Org.) **Em cada página, História do Piauí colonial e provincial**. 2020, p. 10. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/570203/2/P%C3%A1ginas%20da%20Hist%C3%B3ria%20do%20Piau%C3%AD%20colonial%20e%20provincial_livro_Cead%20%5BE-book%5D.pdf. Acesso em: 22/03/2024.

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Memória Cronológica e corográfica da Província do Piauí**. 4ª ed. Teresina, PI: Academia Piauiense de Letras, 2015. p. 192

MOTT, Luiz. **Piauí Colonial: população, economia e sociedade**. 2ª ed. Teresina, PI: APL; FUNDAC; DETRAN, 2010. p. 200.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a história do Piauí**. 2 ed. Vol. 1, 2, 3 e 4. Teresina: FUNDAPI; Fund. Mons. Chaves, 2007.

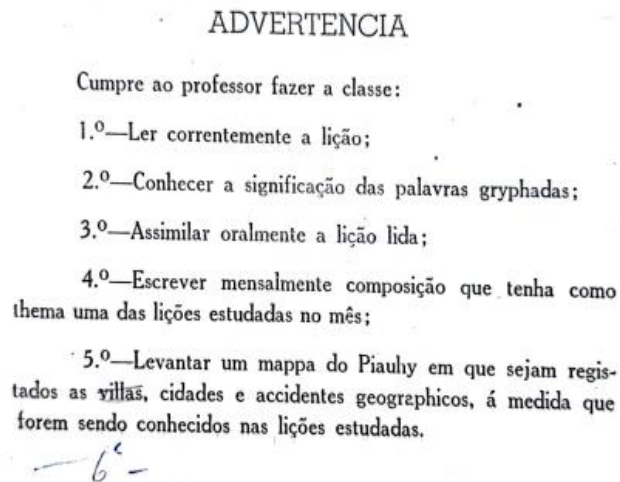
Quanto às folhas de rosto, nas quatro edições (1937, 1959, 1975, 2013), há registros dos locais da guarda do livro, a segunda edição (1937) recebe o registro “Biblioteca Odilon Nunes”, biblioteca pessoal do autor. Nela possui a assinatura do autor, ao que parece, o livro foi doado ao Arquivo Público do Estado, hoje, é ele que possui a guarda desta edição do livro.

Na terceira edição de (1959), o registro de guarda pertence à Biblioteca da Academia Piauiense de Letras, na quarta edição (1975), o registro pertence à Biblioteca Municipal Abdias Neves, e a quinta edição (2013), republicada pela APL, em comemoração ao Centenário da instituição, em 2017. Ambas, instituições de poder, que prezam pela guarda da memória histórica e cultural do estado.

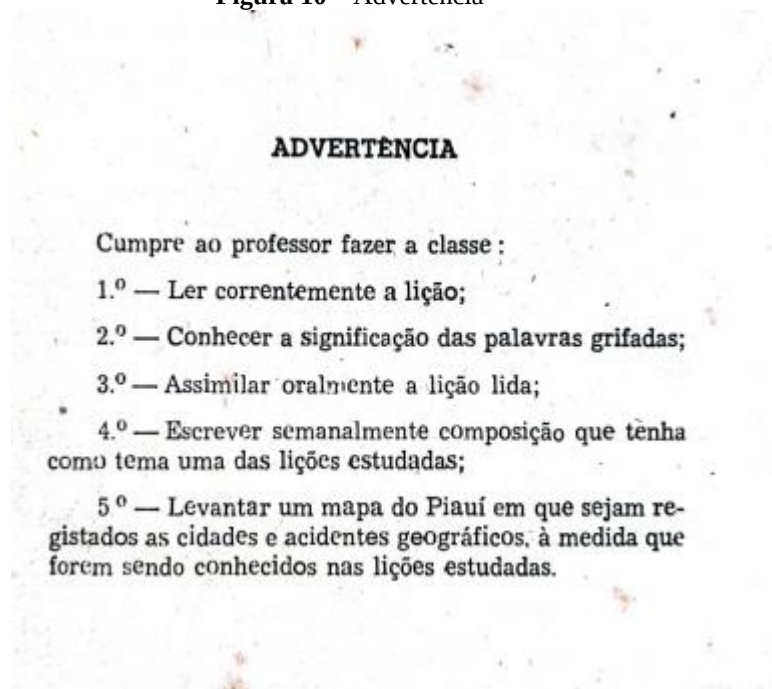
Continuando nossa análise das edições de *O Piauí na História*, percebemos algumas diferenças dos itens que compõem o livro e como são organizados. Vejamos, nas edições de 1937 e de 1959, temos uma semelhança, logo após as folhas de rosto, vem três Dedicatórias, em ambas, elas são dedicadas: 1. Aos pais do autor, 2. À Anísio Brito⁴⁶, estudioso da história do Piauí, e 3. Aos seus compatriotas (Anísio Brito, Benjamim Batista, Wiademir Abreu, José Amável, Sylla Ribeiro, José Otávio de Barros, aos quais estima admiração). A de 1937, possui duas assinaturas, uma do autor e outra, a qual não conseguimos decifrar. Possui também o registro de guarda, da biblioteca do autor, há uma faixa diagonal, enquanto que na dedicatória de 1959, é mais simples e não possui assinaturas ou qualquer registro de guarda.

Logo em seguida, nas duas edições (1937 e 1959) vêm o item “Advertências”, que são cinco orientações direcionadas ao professor, para a realização de “lições”, que deverá ser feita após a leitura de cada tema do texto, que analisaremos mais adiante. Expomos agora, o que são as “Advertências”:

⁴⁶ Anísio de Brito Melo (1886-1946). Patrono da cadeira 34 da APL. Nasceu em Piracuruca-PI e faleceu em Teresina-PI. Emérito educador e historiador. Cirurgião dentista. Foi diretor do Liceu Piauiense, por quatro vezes. Dirigiu a biblioteca, um arquivo público e o Museu do Piauí, hoje Casa Anísio Brito. Vereador de Teresina nas legislaturas iniciadas em 1921 e 1925. Foi sócio fundador e presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí. Bibliografia: *A Quem Pertence a Prioridade Histórica do Descobrimento do Piauí; Os Balaços no Piauí; A Reforma Atual e o Ensaio Público, A Independência do Piauí*. Trecho retirado de: SOARES, Nildomar da Silveira. (Org.) *Livro do Centenário da Academia Piauiense de Letras*. Teresina: APL, 2017.

Figuras 9 – Advertência

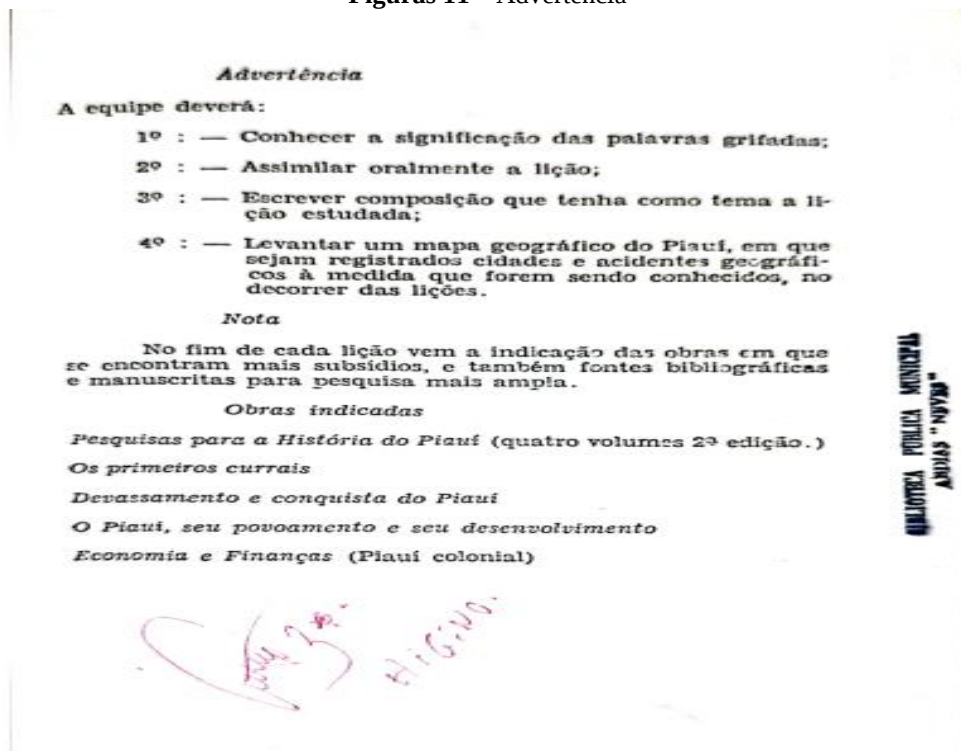
Fonte: livro *O Piauí na História*, 2ª edição, 1937

Figura 10 – Advertência

Fonte: livro *O Piauí na História*, 3ª edição, 1959

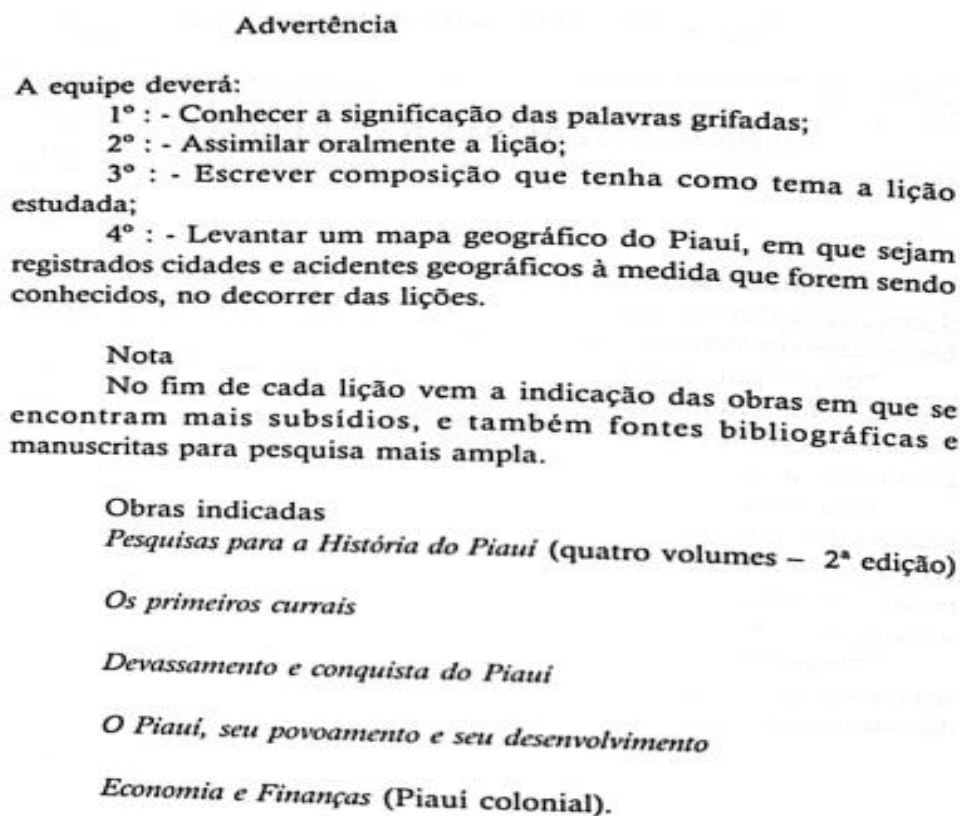
Enquanto que nas edições de 1975 e 2013, as orientações do item “Advertências”, são direcionados à “equipe” e não diretamente ao professor, como nas anteriores, há também mudanças nas orientações para fazer as lições, além disso, uma orientação é suprimida, restando apenas quatro orientações e no final há indicação de obras do autor, para aprofundamento dos estudos, como ele mesmo sugere. Conforme a figura abaixo:

Figuras 11 – Advertência



Fonte: livro *O Piauí na História*, 4ª edição, 1975

Figuras 12 – Advertência



Fonte: livro *O Piauí na História*, 5ª edição, 2013

Nestas duas últimas versões, é excluída a orientação de número um: “Ler corretamente a lição”, presente nas versões de 1937 e 1959 e substituída por “Conhecer a significação das palavras grifadas” nas versões de 1975 e 2013, permanecendo as demais orientações.

Interessante observar que todas as obras indicadas são de autoria do autor, o que sugere que a indicação das obras nestas edições, foram feitas em edições posteriores à publicação original da primeira, visto que a sua obra original teve cinco edições, demonstrando o interesse do estado e demais instituições na circulação da obra no estado. Ao tempo que suas demais obras foram produzidas enquanto realizavam novas reedições de “O Piauí na História”, por isso a indicação de suas demais obras, somente nas edições de anos mais recentes.

Chamamos atenção aqui também para a metodologia empregada pelo o autor, “assimilar oralmente”, meio empregado por muito tempo no ensino de história, o conhecimento “decoreba”, ainda marcante no ensino de história desse período. Interessante também observar a narrativa escolhida pelo autor, em forma de diálogo, entre o avô, o mestre e o neto, o aprendiz. Porém em âmbito nacional, a partir da década de 1920, já havia um movimento de crítica à forma ensino praticada no país. Como podemos ver no trabalho da professora Janaína Pires Garcia, em *Breve percurso histórico para pensar a questão dos PCNs na educação brasileira* (2011), publicado na Revista Educação Pública⁴⁷:

O Brasil começou a ser repensado em termos de educação, dando espaço a um movimento de renovação no setor educacional. Esse período, efervescente tanto do ponto de vista cultural quanto artístico (destaca-se a Semana de Arte Moderna, de 1922), repercutiu amplamente no campo educacional, pois muitos educadores promoveram a crítica a um modelo de ensino passivo, engessado, em que o aluno era apenas um receptor das ideias e dos conhecimentos transmitidos pelos mestres (Cunha, 1977 *apud* Garcia, 2011).

Outro aspecto verificado relacionado às orientações para realização das “lições”, da orientação de número um, presente em todas edições: “Conhecer a significação das palavras grifadas”, no item “Advertências”, identificamos as palavras grifadas: coparticiparam, proporciona, cooperar e manifestações nativas, e elas só aparecem nas edições mais antigas, de 1937 e 1959:

⁴⁷GARCIA, Janaína Pires. **Breve percurso histórico para pensar a questão dos PCNs na educação brasileira.** Revista Educação Pública. Disponível:<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/11/7/breve-percurso-histoacuterico-para-pensar-a-questatildeo-dos-pcns-na-educaccedilatildeo-brasileira>. Acesso em: 22/04/ 2024.

Figura 13 – Palavras Grifadas

—De facto, o estudo de Historia é muito agradável.

—Mas, uma cousa, Vovô... A Historia do Brasil não falla do Piauhy. Quase todos os estados do Brasil **coparticiparam** nos lances mais bellos e gloriosos da vida nacional. O Piauhy não apparece em parte alguma.

—Sim, é verdade, meu filho. Muito **contribuíram** para isso a sua posição geographica, os difficeis meios de communicações e sobretudo o analphabetismo. Basta **saberes** que a primeira escola primaria do Piauhy funcionou no anno de nossa Independencia, quando as outras provincias colhiam já as vantagens que **proporciona** a instrucção.

—Assim, é...

—Sim. A posição, geographica do Piauhy, o seu estreito littoral sem bahias, nem mesmo enseadas, os contrafortes das cadeias de montanhas que se levantam nas suas actuaes fronteiras, como Ibiapaba, Vermelha, Dois Irmãos, Tabatinga, tudo isso foi motivo para o seu esquecimento.

O europeu dava preferencia ao littoral, especialmente ao do oriente, pela facil communicação com a terra natal.

—Tem razão.

—Como era possivel o Piauhy **cooperar** na Guerra hollandêsa, nas primeiras **manifestações nativistas**, se ainda não era conhecido, se ainda seus filhos eram analphabetos em pleno anno do Grito do Ypiranga?

O nosso Estado, entretanto, meu filho, tem tambem a sua historia e historia notavel pelos seus feitos de valor.

Fonte: livro *O Piauí na História*, 2ª edição, 1937

Nas edições mais recentes, de 1975 e de 1937, elas não aparecem. À nossa interpretação o autor, pode ter considerado as palavras grifadas (coparticiparam, proporciona, cooperar e manifestações nativas), talvez difíceis de serem compreendidas o seu significado pelo público ao qual o livro se destina, alunos do primário. Ainda na observação da organização dos itens que compõem o livro, vamos adiante. Avançando as páginas, após o item “Advertência” na versão de 1937, há o Prefácio da primeira edição (1931), intitulado “Uma explicação”, na qual o autor fala sobre sua obra, suas intenções ao produzi-la, e para qual público ela se destina. Diferentemente da versão de 1959, que depois do item supracitado na página seguinte, já inicia-se o texto/conteúdo do livro. As duas versões não apresentam sumário.

Quanto as versões mais recentes (1975 e 2013), a quantidade de itens e a organização deles, são bem diferentes das demais. Criamos abaixo uma Tabela de Itens que compõem cada versão, para melhor visualização e compreensão da estrutura de cada livro:

Tabela 1: Tabelas de Itens que compõem cada versão do livro

O Piauí na História (1975)	O Piauí na História (2013)
1 . Capa	1 . Capa
2 . Folha de rosto com carimbo de Doação	2. Primeira Orelha: “Odilon Nunes, o construtor da historiografia Piauiense” – M. Paulo Nunes.
3 . Descrição das Obras publicadas pelo Governo do Estado - Secretaria de Cultura	3 . Folha de rosto (apenas título da obra ao centro)
4 . Apresentação: Governador do Estado - Alberto Tavares Silva (1971-1975)	4 . Folha de rosto com o nome do autor, título da obra, edição, ano, local, editora APL, código de identificação
5. Folha de rosto com o nome do autor, título da obra, edição, ano, editora COMEPI e carimbo da Biblioteca Municipal Abdias Neves	5 . Ficha Catalográfica
6 . Dedicatória 1- À mãe (Prezilina do Bonfim Nunes) e à esposa (Maria do Carmo Veras Nunes) do autor. Obs.: Nesta versão mudam os destinatários da dedicatória.	6 . Apresentação à 4ª edição (1975) - Governador do Estado - Alberto Tavares Silva (1971-1975)
7 . Dedicatória 2- aos seus compatriotas	7 . Advertência
8 . Advertência	8 . Dedicatória 1- À mãe (Prezilina do Bonfim Nunes) e à esposa (Maria do Carmo Veras Nunes) do autor.
9 . Prefácio (1975)	9 . Dedicatória 2- aos seus compatriotas
10 . Prefácio à 1ª edição (1937): “Uma explicação”	10 . Prefácio à 4ª edição (1975)
11 . “Tópico de uma carta”: José Coriolano de Carvalho e o Piauí na História	11 . Prefácio à 1ª edição (1937): “Uma explicação”

12 . “Imprensa e o Piauí na História	12 . “Tópico de uma carta”: José Coriolano de Carvalho e o Piauí na História
13. Inicia-se o texto/conteúdo do livro na página 19.	13 . “Imprensa e o Piauí na História”
	14 . Sumário
	15 . Dados Biográficos do autor
	16 . Inicia-se o texto/conteúdo do livro na página 21.

Podemos observar inúmeras mudanças na composição dos itens do livro em suas diferentes versões. Entre elas, que a edição de 2013 possui há mais itens, foi adicionado os itens de número 2, 3, 5 14 e 16, quatro itens a mais que a versão de 1975. Exclui-se o item 3 da versão de 1975 na edição de 2013. Muda-se os destinatários a partir da versão de 1975 em relação às versões de 1937 e 1959. Há também repetição de alguns itens nas duas versões analisadas, como os de número dos itens 4, e de 7 a 13 da versão de 1975, embora consideramos a repetição de alguns deles desnecessários. Quanto a organização, a versão de 2013 está mais organizada, estruturada, possui sumário, ficha catalográfica, observa-se um material de maior qualidade tanto na capa quanto na estrutura do livro.

Seguindo a ordem da edição de 2013, logo após a ficha catalográfica do livro, chamamos a atenção para o texto de “Apresentação” escrito à quarta edição no ano de 1975, (e que se repete na edição de 2013), pelo Governador do Estado, à época Alberto Tavares Silva (1971-1975), na qual inicia destacando que a edição é em cumprimento ao Plano Editorial do Estado, além disso, direciona para qual público a obra se destina:

Esta obra, já na sua quarta edição, se destina aos estudantes e professores que precisam conhecer a evolução social, política e econômica da terra comum. Reeditando-a, a Secretaria da Cultura presta um serviço à coletividade piauiense e presta ao insigne mestre a sua homenagem de grande admiração. Numa reverência toda especial à criança de nossa terra, em que se fundamentam todas as nossas maiores esperanças, datamos no seu dia, esta apresentação.

A data a qual o Governador se refere, é a data do dia 12 de outubro daquele ano, dia em que é comemorado no Brasil o dia das crianças, o que parece a republicação da obra na data comemorativa, uma forma também, segundo ele, de “presentear” as crianças do estado, visto que é o público destinado ao seu consumo, segundo ele, considera este público, “necessitados de conhecer a evolução social, política e econômica” do Estado.

Quanto aos prefácios, a edição de 1937 possui o prefácio referente à 1ª edição (1931), já a edição de 1975 além de possuir um prefácio referente ao seu ano de publicação, possui também referente à 1931, e a edição de 2013 possui dois prefácios, referentes às edições de 1975 e de 1931. Ou seja, o prefácio referente à 1ª edição (1931) é repetido nas edições de 1937, 1975 e 2013, exceto na edição de 1959. E na edição de 2013 repetem-se os prefácios de 1931 e 1975.

No “Prefácio” à quarta edição, escrito pelo próprio autor, ou seja, há quarenta e quatro anos após sua primeira publicação, Odilon avalia esta obra como a que possui mais apreço entre as obras que escreveu. Além de destacar que a fez em cumprimento a lei estadual na qual “obrigava o professor conhecer a história do estado” e enfatiza que apesar da “imposição legal, não havia até àquele momento nenhum livro que se destinasse a esse fim”. A observação de Nunes exprime o contexto na qual o autor e sua obra estão inseridos, a década de 1930, período em Vargas assume o poder e o Brasil passava por diversas transformações, inclusive na educação e o Piauí ainda sofria com a falta de investimentos nesta na área:

O poder naquele momento encontrava centralizado no governo, que possuía o interesse nas indústrias. Ainda, tinha como característica o autoritarismo, centralismo, nacionalismo, modernização e o intervencionismo. Estas características implicaram na educação, pois havia representantes para centralizar o ensino, no campo nacionalista os currículos passaram a valorizar a história geografia, costumes do Brasil e criaram órgãos para desenvolver o ensino brasileiro. Sabemos que a educação no Brasil foi marcada por muitos acontecimentos e também no Piauí pois esse estado por ser da região nordeste esteve à mercê das autoridades governamentais, que visava outros interesses e deixava a educação fragilizada, tornando assim, um estado com elevado índice de analfabetos (Sousa, *et al.* 2014, p.691, 692-693).⁴⁸

Em âmbito nacional o país passava por diversas transformações, na política, marcada “pela decadência dos poderes estaduais e o fim da república das oligarquias. Em 1930 ocorre a ascensão de Vargas ao poder, com a formação de um novo governo” (Delfiori, 2011, p. 39), o que pode se relacionar com o fato de Odilon Nunes, nesse primeiro momento de governo provisório (1930-1934), não ter obtido financiamento do governo estadual para a primeira publicação de seu livro, o que o leva, ele próprio a publicá-lo.

Já a cultura, “tornou-se espaço privilegiado para os debates que envolviam a definição dos caminhos a serem seguidos para se alcançar a modernidade” (Lino, 2007, p. 164), aspecto que marca também a produção historiográfica local, em que os estudiosos da história do Piauí buscavam soluções para os atrasos econômicos

⁴⁸ SOUSA, Célia Camelo de; SOUSA, Raiane Pereira de; SOUSA Alba Patrícia Passos de. **Era Vargas: um estudo sobre a educação piauiense**. Repositório da Universidade do Ceará, 2014 Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/41186/1/2014_eve_ccsousarpsousa.pdf. Acesso em: 11/05/2023.

que o estado enfrentava, acreditavam que estudando a história do Piauí desde sua origem até a formação, conseguiriam entender as causas dos problemas e assim buscar soluções, por isso, tão necessário produções que tratassem da história do estado. Era o Piauí em busca do crescimento econômico, onde o país caminhava rumo à almejada modernização, caminhando para o processo de industrialização.

É também na década de 1930 que é implementada em 1931 pelo Ministério da Educação e Saúde pública, “a reforma Francisco Campos, a qual dava uma estrutura orgânica ao ensino secundário, comercial e superior em território nacional” (Cunha, 1977 *apud* Garcia, 2011). E, “pela primeira vez, aparecendo na História do Brasil, o currículo nas leis e reformas educacionais, a frequência obrigatória, dois ciclos – um fundamental e outro complementar – e a exigência de habilitações neles para o ingresso no ensino superior” (Garcia, 2011). Em 1932 é publicado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, marco da defesa da escola pública, gratuita e laica⁴⁹. E mais adiante, na “Constituição de 1937, com o estabelecimento do Estado Novo, o Estado deixava de proclamar seu dever frente à educação: o que em 1934 era um dever do Estado em 1937 passou a ser uma ação meramente supletiva” (*Id*, 2011). Bem, com “a queda do Estado Novo, em 1945, os ideais da década de 1930 puderam ser retomados e consubstanciados no primeiro projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1948” (Lima, 1969 *apud* Garcia, 2011).

Quanto ao ensino de história, esta torna-se disciplina obrigatória no currículo, consequência das ações implementadas pelo ministro da educação, além de ser utilizada como meio de adequar à formação do cidadão ao interesse do estado:

O governo de Vargas propõe-se a solidificar a escola pública e ao mesmo tempo implantar uma nova política pedagógica e investir na formação dos novos docentes. Devido a isso, ocorreu o surgimento de uma cultura escolar, a qual era caracterizada por uma pedagogia alinhada com aspectos psicológicos do alunado, fato este que alterou a percepção da disciplina de História. Nesse período, a atuação do ministro Francisco Campos é preponderante nesse processo, já que suas instruções metodológicas praticamente selaram o destino da disciplina de História, tornando-a obrigatória no currículo escolar. [...] Percebe-se então que o ensino de História começa a ser utilizado junto a população como meio de adequar o cidadão desde cedo a entrar em consonância com as políticas estatais, de modo a todos perceberem a necessidade de estarem juntos para o engrandecimento do Brasil, quase não havendo espaço para o desenvolvimento crítico dos discentes, apesar

⁴⁹ **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova** – 1932. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Disponível em: <http://inep80anos.inep.gov.br/inep80anos/passado/manifesto-dos-pioneiros-da-educacao-nova-1932/143>. Acesso em: 19/08/2023.

de já existirem propostas pedagógicas neste sentido (COSTA NETO; NASCIMENTO, 2017, p. 104)⁵⁰

No que diz respeito ao uso do ensino de história para adequar o cidadão desde cedo em concordância às políticas do estado, no caso do Piauí, uma tentativa de valorização da história local, da geografia, da economia, do seu povo, da sua cultura, do sentimento de pertencimento, vemos isto presente no esforço de Odilon ao produzir esta sua primeira obra, acreditando na importância do ensino como transformação, nas palavras do autor, agora no prefácio à primeira edição:

Passando por tuas mãos este volume, não suponhas que eu alimente a ideia de, com a sua publicação, me exibir numa obra de arte literária. Bem sei que aí não encontrarás para produzir intelectualmente algo de grande que desperte a admiração e os elogios dos homens cultos de minha terra. Anima-me, entretanto, o grande amor que voto à instrução primária do Piauí, o desejo ardente de contribuir para o seu progresso e, sobretudo, a vocação que impõe minha atividade não se limite exclusivamente ao ministério cotidiano, dentro da escola. E, levado por estes sentimentos, escrevi, estas páginas que se destinam à mentalidade jovem do Piauí. Procura, pois, leitor amigo, encontrar o mérito do O Piauí na História, sob esse outro aspecto, levando em conta o meu valor intelectual, que não é senão o de um professor piauiense de cursos primários (Nunes, 2013, p. 105)⁵¹

Contexto este, diferente do período em que Odilon, professor de história, prefacia à quarta edição (1975) de seu livro, momento em que governo ditatorial é empreendido entre os anos 1964 e 1984. No qual a disciplina de perde sua carga horária, antes obrigatória, é retirada do ensino fundamental (antigamente ensino primário), como disciplina autônoma, e substituída pelas disciplinas de Educação moral e cívica, Estudos sociais e Organização Social e Política Brasileira (OSPB). A lei que regia a educação no país era a chamada “Nova LDB”, a Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, previa uma parte diversificada no currículo em decorrência das diferenças regionais, que tinha como objetivo:

[...] principal proporcionar aos estudantes a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades vocativas, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania. A cooperação com empresas, através de convênios, deu origem aos estágios profissionalizantes. O ensino passou a ser obrigatório dos 7 aos 14 anos. O texto também previa um currículo comum para o 1º e 2º graus e uma parte diversificada, em função das diferenças regionais.⁵²

⁵⁰ COSTA NETO, Tomé Soares da; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa. O ensino de história local nas escolas públicas brasileiras: uma análise bibliográfica. **Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI**. Teresina, v. 6, n. 2, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/contraponto/article/download/7616/4425>. Acesso em: 11/05/2023.

⁵¹ NUNES, Odilon. **O Piauí na história**. Teresina: Academia Piauiense de Letras. 5 ed. 2013.

⁵² CONHEÇA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA. Ministério da Educação (MEC). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/33771-institucional/83591-conheca-a-evolucao-da-educacao-brasileira>. Acesso em: 12/05/2023.

Quanto à legislação em âmbito Estadual a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Estadual, a Lei nº 3.273, de 10 de maio de 1974, que dispunha sobre o Sistema de Ensino do Piauí e dá outras providências, ela que regia a parte diversificada dos currículos, ficando a cargo da aprovação do Conselho Estadual de Educação, conforme o artigo 42º da Lei nº 3.273/1974 que descreve as atribuições do Conselho, uma delas está relacionada à parte diversificada do currículo: Art. 42: 4 – relacionar as matérias dentre as quais poderá, cada estabelecimento de ensino de 1º e 2º graus, escolher as que devam constituir a parte diversificada do currículo;⁵³

Desta forma, cabia ao estado do Piauí então seguir as normativas legais, e diante dessa possibilidade legal, diversificar o currículo, podendo assim incluir o conteúdo regional, porém, eram raras as obras com essa temática local. Lembrando que a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e os Parâmetros Curriculares Nacionais só serão publicados em 1996, após “o fim do regime autoritário em 1985 e com a implementação da Constituição de 1988, uma nova fase da educação brasileira estava começando a surgir” (Garcia, 2011). Então no nível estadual, com o intuito de atender a demanda local, e sem investimentos para a publicação, Odilon Nunes publica “por sua conta e risco” (Queiroz, 2007), o seu primeiro livro *O Piauí na História* (1931), vinte e seis anos depois, a partir de 1957 retoma a publicação de suas monografias na Revista Econômica Piauiense e depois, suas obras.

Quanto ao item 11 e 12 - “Tópico de uma carta: José Coriolano de Carvalho”, presente nas duas versões (1975 e 2013), fala da importância da obra e critica o fato de obras como a do autor serem esquecidas, naquele momento em que há poucos livros que abordam a história do Piauí para as escolas. No item 13. “Imprensa e o Piauí na História”, (presente na versão de 1975 e 2013), em nome do estado, está descrito uma pequena biografia de Odilon, e que:

O livro de Odilon Nunes, que está escrito em linguagem simples e ao alcance das inteligências infantis, veio, assim, preencher um claro que já reclamava a atenção dos estudiosos. O autor justifica-se no póstumo, louvando-se na sua intenção. Como obra de iniciação em nossa pouca conhecida história política, pelo seu valor didático. O Piauí na História merece o acatamento do magistério primário. O autor fez trabalho de sinceridade e inteligência. E não é justo se regateie ao fruto de seu espírito e tenacidade o valor educativo que o afirma como um livro de mérito (*In: Estado do Piauí*, edição de 9 de setembro de 1931).

O que demonstra o apreço e valorização da obra pelo próprio governo do estado que enxergava na obra uma luz para “iluminar” o caminho da história do Piauí diante da demanda e necessidade de contar a história do Piauí nas escolas.

⁵³ Lei nº 3.273/10/1974. **Normativas do Conselho Estadual de Educação do Piauí**. Conselho de Estadual de Educação. Disponível em: <http://www.ccepi.pro.br/normativos.htm>. Acesso em: 12/05/23.

Na página seguinte chegamos ao sumário, presente apenas na versão de 2013, observemos:

Dados biográficos do autor.....	19
A chegada de Vovó.....	21
I-O Piauí antes do Brasil.....	23
II-O Piauí antes do Brasil.....	25
Os aborígenes.....	27
Primeiras explorações.....	29
Colonização.....	31
Palmares.....	34
Os primeiros currais.....	36
Mocha.....	38
A expansão dos currais.....	40
Primeiro governador.....	42
Obras de Pereira Caldas.....	44
Segundo governador.....	46
I-Guerras indígenas.....	48
II-Guerras indígenas.....	50
Último quartel dum século.....	52
Dois vultos.....	54
Carlos César Burlamaque.....	56
Situação do Piauí em 1822.....	58
Prelúdios da revolução	
da Independência.....	60
Batalha no Jenipapo.....	62
Os independentes no Maranhão.....	65
A queda de Caxias.....	67
Aspirações republicanas.....	70
Labor.....	72
A guerra dos balaíos.....	74
A revolução de Parnaguá.....	76
O cerco de Oeiras.....	78
A mudança da capital.....	80
Navegação a vapor.....	82
A Guerra do Paraguai.....	84
Jovita.....	87
A abolição.....	89
I-Colonização depois da Independência.....	91
II-Colonização depois da Independência.....	93
Outros fatos.....	96
Proclamação da República.....	98
Novo regime.....	100
Novo século. Governos civis.....	103
Igreja e Estado.....	105
Novos governadores.....	108
O centenário da Independência e a ação do governo.....	110
Prenúncios da Revolução de 1930.....	113
Governos da fase getuliana.....	115
Últimos governos.....	117
Literatura piauiense.....	120
I- Nossa riqueza.....	122
II- Nossa riqueza.....	124

(Nunes, 2013)

Observamos que no sumário há dois momentos que são dedicados aos nativos: “Aborígenes” e “Guerras Indígenas I e II”. Após o sumário, segue mais um item do livro da

versão de 2013, 16. “Dados biográficos do Autor”, em que relata um pouco da trajetória de vida e profissional do autor. E na página seguinte, inicia-se o texto/conteúdo propriamente dito do livro.

Iniciamos nossas análises a partir da 5ª edição, a mais recente do livro, a versão de 2013. Isso se deve à facilidade de acesso à obra, pois ela foi relançada em 2017, como já citamos anteriormente, em comemoração ao centenário da APL. Desta forma, só posteriormente, é que obtivemos as edições de 1937, 1959 e 1975. Então, nossa análise segue entre a mais recente e a mais antiga versão que conseguimos adquirir, a versão de 1937, pois também identificamos que o texto desta edição é o mesmo da edição de 1959, com raras mudanças em alguns termos, como por exemplo: para se referir aos povos indígenas presentes no estado, na versão de 1937 ele utiliza “aruazes”, já na versão de 1959 ele utiliza o termo “aroás”.

Percebemos também na edição de 1937, que na grafia de algumas palavras, há bastante utilização da letra “h”, exemplo: “Piauhy”, “épocha”, nas palavras em que há som de “f”, são utilizados a letra “ph”, exemplo: “geographia”, além de ser muito comum a duplicação da letra “l” e da letra “p” nas palavras: “applicados”, “apparece”, “belleza”, “intelligentes”, enquanto que na versão de 1959 essa grafia não se repete, mas o conteúdo do texto permanece o mesmo de 1937.

Identificamos também que o texto da edição de 1975 é o mesmo da edição de 2013, relançado em 2017 em comemoração ao centenário da APL. Assim, diante da repetição dos textos sem significativas mudanças nas edições de 1959 e 1975, importa mais ao nosso trabalho, analisar e comparar os textos, apenas das edições de 1937 e de 2013.

Na edição de 2013, o livro possui um total de cento e vinte e quatro páginas, e na versão de 1937 possui cento e vinte e cinco páginas, o tópico de abertura de ambas, é “*Dados biográficos do autor*”. Item que não encontramos na edição de 1937. Nele é contado um pouco da vida pessoal e profissional do autor. O livro é estruturado por temas, e a história sobre esses temas é contada em forma de diálogo entre dois personagens, um avô e um neto, respectivamente, o Velho Aguiar, e “Almir”, que é aluno do “Ginásio Amarantino”, local onde se contextualiza a narrativa. Odilon na vida real fundou um colégio, o Colégio Amarantino, o que pode ter influenciado em sua escrita a presença de elementos próximo à sua realidade escolar. Apesar disso, o seu colégio, fundado em sua cidade natal, Amarante-PI, funcionou apenas entre os anos de 1928 a 1932, após isso, ele se muda para a capital do estado, em que exercerá diversas funções na área da educação, inclusive no Conselho de Educação Estadual.

Retomando à análise do livro, passamos agora para tema inicial da obra: “*Chegada do Vovô*”, tanto na versão de 1937 e 2013, (seguem a ordem dos mesmo temas). Inicia-se aqui

o diálogo dos dois personagens, em que Almir encontra seu avô ao chegar do Ginásio. O diálogo apresenta quem são os personagens ao público, em qual disciplina o personagem Almir, aluno da escola (Ginásio Amarantino), alcança boas notas, e sendo um dos melhores em história, sua disciplina preferida, paixão de Almir, que fala ao seu Avô a vontade de conhecer todas as histórias do Brasil, mas reclama a ele que a história do Brasil não fala do Piauí.

Diálogo este, que revela a intenção do autor em fazer uma crítica à história nacional pela exclusão do Piauí da história, o próprio título da obra e sua produção, revela a indignação e atesta que o Piauí foi sim ativo e teve sua participação importante para o Brasil, esta característica é própria da historiografia piauiense, como vimos desde a primeira geração que antecede Nunes, bem como também a geração qual ele faz parte.

Na perspectiva do autor, o Avô de Almir, após a reclamação do neto, segue apresentando os possíveis motivos que ocasionaram a exclusão do Piauí na história nacional, vejamos o diálogo na abaixo:

-Mas, uma coisa, Vovô... A história do Brasil não fala no Piauí. Quase todos os estados do Brasil coparticiparam nos lances mais belos e gloriosos da vida nacional. O Piauí não aparece.

- Sim, é verdade, meu filho. Muito contribuíram para isso sua posição geográfica, os difíceis meios de comunicação e, sobretudo o analfabetismo. Só muito depois da Independência do Brasil tivemos escolas, quando as outras províncias já colhiam os frutos que proporciona a educação.

- Assim é...

- Sim. A posição geográfica do Piauí, seu estreito litoral, bem baías, nem mesmo enseadas, os contrafortes das cadeias de montanhas que se levantam nas suas fronteiras, como Ibiapaba, Vermelha, Dois Irmãos, a Tabatinga, tudo isso foi motivo para seu esquecimento, ou melhor, seu isolamento.

O europeu, no primeiro século de nossa história, vindo para o Brasil, dava preferência ao litoral, especialmente ao do oriente, pela fácil comunicação com a terra natal (Nunes, 2013, p. 20-21).

Aspectos estes que demonstram a realidade que o Piauí enfrentava no âmbito da educação, como mostramos anteriormente, com altos índices de analfabetismo e com um alto percentual de alunos fora da sala de aula.

O Avô de Almir segue falando que o Piauí possui uma história notável, conta da participação de piauienses da Guerra dos Balaio, na Batalha do Jenipapo, na Guerra do Paraguai entre outros, e nesse primeiro momento não cita a presença dos povos indígenas. Diferentemente da versão de 2013, ao final de cada tema, na versão de 1937, há sempre uma orientação de como o professor deve trabalhar em sala o conteúdo abordado em cada tema, além do personagem pedir o esboço de um mapa do Piauí, solicitação que não ocorre na versão de 2013, observamos:

-Mãe Anna, quando eu era pequeno, me fallava na Guerra dos Balaíos, de Fidié e de outras cousas mais. Até para a guerra do Paraguay foi o pae della.
 -Ora, meu filho, eu não fui porque não tinha idade. E' preciso que saibas três tios meus seguiram como voluntarios. Os jor- naes daquela epocha diziam que o Piauí, em relação ás populações das outras províncias, foi a que mais deu soldados. Mas desgraçadamente quase todos eram analphabetos. Que pode fazer um povo analphabeto? Apezar disso, o piauiense foi patriota.
 -Vovô, quero conhecer o nosso passado. O senhor tem que me contar...
 -Sim, deixa estar, teremos tempo.
 -Precisamos saber o que fizemos.
 -Já que tanto te interessas, podes ficar certo de que vou te ajudar a conhecer o nosso passado. Verás, então, como elle é d'igno de ser estudado.
 Mas, uma cousa. Quando vieres receber a primeira lição, traze-me um esboço geographico do Piauí, feito por ti e que contenha apenas os seus contornos.
 O professor mostrará aos alunos as fronteiras do Piauí, nos seus contornos, fazendo salientar as linhas divisorias, rios, montanhas, etc. (Nunes, 1937, p. 15).

O segundo tema é o “O Piauí antes do Brasil I”, o diálogo é ambientado em frente à casa do velho Aguiar, avô de Almir, ao entardecer, embaixo de uma pitombeira. Em seu bolso Almir traz um esboço de um mapa geográfico do Piauí com omissões a serem preenchidas no decorrer de suas aulas no Ginásio Amarantino. Almir já aguardava o velho Aguiar para sua primeira aula de história do Piauí, nesta, seu avô destaca os aspectos geográficos do estado, chama atenção para os monumentos rochosos do Parque Nacional de Sete Cidades⁵⁴, localizado na região norte do Estado, em que seu território abrange os municípios de Piracuruca e Brasileira-PI, aula descrita como fictícia na narrativa, porém bem próxima da prática de uma escola real. A partir da explanação geográfica, Aguiar remonta a um dos períodos mais antigos da história do Estado, baseado nos estudos do pesquisador europeu Ludovico Schwennhagem⁵⁵, que falará mais adiante no terceiro tema seguinte “O Piauí antes do Brasil II”.

⁵⁴ O Parque Nacional das Sete Cidades é uma unidade de conservação brasileira, localizada em área de transição entre cerrado e caatinga. São 36 quilômetros de proteção integral à natureza, situados em Piripiri, na região norte do estado do Piauí. Reúne sete cidades imaginárias, nome dado a sete grupos de formações rochosas. No parque, caminhando sob as árvores, você avistará cachoeiras, piscinas naturais, olhos-d'água e muitas rochas em formatos históricos, simbólicos, humanos e de animais. Para completar esse mundo de sonhos, ouvirá o trinado de aves a voejar pelo céu ou a descansar sob as árvores, dando mais cor ao seu dia. Não é nenhuma Atlântida, mas, com certeza, é um paraíso natural e misterioso, escondido do interior do Brasil. **Parque Nacional das Sete Cidades:** Paraíso natural no Piauí. Rota Combo. Disponível em: <https://rotacombo.com/blog/parque-nacional-das-sete-cidades/>. Acesso em: 14/05/2023

⁵⁵ Ludwig Schwennhagen era membro da Sociedade de Geografia Comercial de Viena e pesquisador de história e filologia. Tido como um alemão tranquilo, de grande porte, um cara afável que bebia cachaça com seus pares nas horas vagas, o professor Ludwig dava aulas de alemão no Liceu Piauiense. Rapidamente, seu nome germânico foi traduzido para o "piauiês", passando a ser chamado de Ludovico Chovenágua. Em paralelo a sua atividade acadêmica, Ludovico se embrenhou pelos sertões do Piauí em busca de subsídios para a formulação de uma tese surpreendente de que navegadores fenícios estiveram por vários pontos do Brasil a partir de 1100 A.C. E que foram estes os primeiros habitantes do Piauí. **Documentário rodado no Piauí resgata história de 'Ludovico Chovenágua'.** Redação. Cidade Verde. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/252499/documentario-rodado-no-piaui-resgata-historia-de-ludovico-chovenagua>. Acesso em: 14/05/2023.

Neste ele explora a tese⁵⁶ defendida pelo Schwennhagem em que o Piauí foi habitado por antigas civilizações e que:

[...] esses povos mantinham comércio com habitantes de outras Partes do Mundo, dos quais eram legítimos descendentes, **emigrados** para aqui com o fim de explorar a nossa riqueza mineral. Depois, interrompidas as comunicações por causas que se presumem, esses **emigrantes** se tornaram **bárbaros**. E teria sido a Pedra do Sal a estação marítima desses antigos navegantes, e as Sete Cidades o centro de reuniões, onde se celebravam verdadeiros congressos (Nunes, 2013, p. 25, grifo nosso).

Segundo o autor, ao perderem o contato com esses comerciantes navegadores (os fenícios), os que ficaram no Brasil, tornaram-se “bárbaros”, ou seja, tornaram-se seres “não-civilizados”, e, quando os europeus chegaram aqui, encontraram “um povo descendente dos emigrantes”, como o autor sugere e reforça com essa sua perspectiva, a visão de um povo “atrasado, por que não mantiveram contato”, que os fenícios é que foram os primeiros habitantes do Piauí e não os descendentes dos povos indígenas, em uma análise simplista. O que não faz sentido para os dias de hoje, pois temos a confirmação, que a citada teoria de Schwennhagem, não possui base científica e nem provas suficientes. Mas para Odilon, naquela época, apenas três anos antes da publicação de seu *O Piauí na História* (1931), em 1928 esta teoria havia sido levantada.

Diante da escassez de pesquisas sobre o Piauí, além da enorme vontade e esforço do autor de colocar o Piauí na história, e, no momento e contexto em que estava inserido, em que o sujeito indígena não era considerado importante para a história, era visto como inferior ao branco europeu, incivilizado, Odilon, possivelmente, não iria deixar de citar, ou em partes, concordar com esta teoria, dos “primeiros habitantes do Piauí serem os fenícios”, povos que ele considerou “civilizados”, e não, povos que ele considerava “bárbaros”, para ele, a sua “teoria”: “fenícios civilizados versus indígenas bárbaros” tornou-se mais interessante, embora no final do diálogo entre os personagens, ele alerte à Almir, não ser uma verdade absoluta, mas a considera como hipótese, mesmo sendo uma hipótese ficcional. E o autor também não fala na Serra da Capivara.

⁵⁶ Teoria da presença de fenícios no Brasil, ou *Fenícios no Brasil*, é uma designação para uma teoria, levantada por diversos autores, de que o Brasil foi visitado pelos fenícios na antiguidade, havendo registro em inscrições e artefatos. São apontadas por alguns autores semelhanças entre as línguas indígenas do Brasil e da América e as línguas semitas. Outro argumento apontado é a semelhança de tradições indígenas brasileiras, e.g. a mitologia tupi-guarani, com as mediterrâneas. Alguns dos principais proponentes desta teoria são Ludwig Schwennhagen e Bernardo de Azevedo da Silva Ramos. **Fenícios no Brasil muito antes dos portugueses**. Disponível em: <https://portal.divinafeminina.org/teoria-da-presenca-de-fenicios-no-brasil-muito-antes-dos-portugueses-brasil-pre-colombiano-historia-amazonas-ordem-cariatides/>. Acesso em: 14/05/2023.

Além disso, Odilon era um estudioso da economia, tema que é marcante em suas diversas obras, aspecto que pode ter fundamentado seu critério do ele considera como civilidade. Fazendo assim, como vimos acima uma supervalorização de uma cultura em detrimento da outra, ou seja, dos fenícios em detrimento dos povos indígenas, os primeiros povoadores da região. Lembremos também que o autor parte de um olhar ocidental, cristão, que valoriza a ação do colonizador, e que vê no indígena um ser cheio de barbaridade, selvageria, carente de salvação, preguiçoso, incivil, visão comum em sua época.

Passamos agora para o quarto tema “Aborígenes”, em que o autor trata do “descobrimento do Brasil” por Pedro Álvares Cabral, e na narrativa descreve os povos indígenas que habitam a região que se tornou hoje o Piauí, como “selvagens”, como “os mais atrasados das Américas” na edição de 2013, vejamos no diálogo abaixo, pelas palavras do autor:

- É verdade. Os portugueses puseram-se logo em comunicação com a terra descoberta. **Seus habitantes eram talvez os mais atrasados das Américas.** Andavam nus, e não poucos praticavam a antropofagia. Eram **selvagens** e viviam da caça e da pesca. **Altivos**, de índole guerreira, nunca sofriam impassivelmente a humilhação. Repeliam sempre, de armas em punho, a ofensa atirada a sua honra (Nunes, 2013, p. 27, grifo nosso).

Neste trecho também percebemos um aspecto marcante em diversos momentos nos diálogos da obra, em relação aos povos indígenas, a contradição que o autor apresenta, quando enxerga o indígena como indivíduo selvagem, bárbaro, mas também corajoso, “altivo”⁵⁷, quando não se submete e resiste à opressão do colonizador e na defesa da terra, embora acabassem submetidos ao dominador. Na edição de 1937, esse mesmo trecho é apresentado de forma diferente, nas palavras em negrito, temos: “É verdade. Os portugueses puseram-se logo em comunicação **com índios, isto é, com os habitantes da terra.** Eram selvagens **nos seus costumes** e viviam **exclusivamente** da caça e da pesca” (Nunes, 1937, p. 22-23).

O autor, consoante ao trecho acima, reconhece explicitamente que haviam habitantes na terra recém contatada pelo colonizador, já nas versões mais recentes (1975 e 2013), ele substitui o trecho “em comunicação **com índios, isto é com os habitantes da terra.**” por “em comunicação **com a terra descoberta.**” E adiciona “**Seus habitantes eram talvez os mais atrasados das Américas**”. Nessa versão exclui a palavra “exclusivamente” ao se referir ao modo de sobrevivência/alimentação destes povos. É nítido o reforço da inferioridade acerca

⁵⁷ Significa dotado de brio, de dignidade; ilustre. **Léxico:** dicionário de Português Online. Disponível em: <https://www.lexico.pt/brio/#:~:text=A%20palavra%20brio%20designa%20a,de%20que%20se%20C3%A9%20capaz>. Acesso em: 05/03/2024

dos povos indígenas nas duas narrativas, repete-se na edição mais antiga⁵⁸ como nas mais recentes (1959, 1975 e 2013). No trecho seguinte, descreve aspectos de organização social e cultural dos povos indígenas:

Eram geralmente nômades, e estavam em guerras constantes, e contínuas correrias em disputa de terras mais ricas em pesca, e repletas de caças. **Não tinham agricultura**, embora alguns já cultivassem o fumo, a mandioca e outros tubérculos. A indústria estava em seu começo e aparecia com a cerâmica, rápidos tecidos de fibras, grosseiros instrumentos. Já havia manifestações de arte como a tatuagem, o uso de pedras e plumas de aves como atavios, tecidos de fibras, instrumentos de música, de caça, de pesca. Não conheciam o metal; sua matéria-prima era o osso, o chifre, a argila, embira. E já usavam a tinta extraída de vegetais, para tatuagem, e pintura de seus utensílios (Nunes, 2013, p. 27, grifo nosso).

Como observado acima, o autor não considera que os povos indígenas praticavam a agricultura e muito menos a coleta, talvez, por desconhecimento. O vê como “atrasado”, “incivilizado”. Porém, no Brasil existe a técnica agrícola coivara, conhecida secularmente, de origem indígena, de subsistência, ainda muito utilizada pelos povos tradicionais quilombolas, indígenas, caiçaras e pequenos agricultores. Sem falar que os povos indígenas tem sua alimentação baseada no plantio da mandioca, do milho, feijão, entre outros.

Outro aspecto importante nesta escrita de Odilon é a semelhança com a descrição feita na carta de Pero Vaz de Caminha, na utilização de termos para descrever a cor, as características físicas e culturais dos indígenas à época do contato, como “pardos, de maneira avermelhados”, de “bárbaros” por não compreenderem suas línguas, por “andarem nus”, a ideia de serem selvagens, necessários a “amansar”, como se fossem animais, a ideia de serem inocentes, carente de salvação, visto como incivilizados, ainda permanecem na narrativa do autor.

Mais adiante, segundo Odilon, os povos indígenas pertencem à “raça vermelha”, termo utilizado como marcador social de diferença, ou seja, pela cor da pele dos povos indígenas, para diferenciá-los do colonizador branco europeu, como podemos ver abaixo:

Esse povo **pertencia à raça vermelha**, encontrada no Novo Mundo, descoberto por Cristóvão Colombo. Essa raça dividia-se em várias nações espalhadas pelas Américas. No México, na América Central, no Peru, na Bolívia, esses povos já tinham alcançado um nível de cultura superior ao de outros povos das Américas (Nunes, 2013, p. 27, grifo nosso).

Este termo “raça vermelha” faz referência a perspectiva pessimista em relação aos povos indígenas, presente em diversas obras do autor alemão naturalista Carl Friedrich Phillip

⁵⁸ Referimo-nos à versão mais antiga que conseguimos acessar, a de 1937. Lembrando que a primeira/original é de 1931.

Von Martius, que foi responsável juntamente com “Johann Baptiste Von Spix, por viajar pelo Brasil sob o encargo da Academia de Ciência da Baviera, como pesquisador, com o objetivo de coletar amostras para formar coleções mineralógicas, botânicas e zoológicas” (Almeida, 2020, p. 111), além de realizar estudos etnográficos sobre os povos indígenas.

Von Martius também venceu o concurso proposto pelo Instituto Histórico e Geográfico (IHGB) em 1840 com o objetivo de escolher o melhor compêndio de como deveria ser escrita a história do Brasil, o texto vencedor foi *Como se deve escrever a História do Brasil: Dissertação oferecida ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, pelo Dr. Carlos Frederico Ph. de Martius, acompanhada de uma biblioteca brasileira ou lista de obras pertencente à história do Brasil* (1843), em que traz, pela primeira vez a ideia de formação do Brasil a partir das três raças, a branca, a negra e a indígena (vermelha). De acordo com Jonh Manuel Monteiro em seu texto *As raças indígenas no pensamento brasileiro do império* publicado no livro *Raça, ciência e sociedade* (1996)⁵⁹, nos mostra que:

[...] sobretudo a partir do último quartel do século XIX, uma abordagem racial do Brasil indígena começou a fincar nos círculos científicos e intelectuais do País. Pode-se afirmar que, sob certo ponto de vista, havia um consenso em torno de uma espécie de padrão evolucionista, onde os índios “remanescentes” constituíam uma “raça” -ou mesmo um conjunto de “raças” - em vias de extinção [...]. No Brasil, com a penetração das novas ideias, aprofundou-se a vertente pessimista que prognosticava a extinção total dos índios. Na obra de von Martius, ainda na primeira metade do século XIX, a sentença é dura, sem possibilidade de comutação da pena: ‘la raça vermelha] traz já o visível germen do desaparecimento rápido’ (Martius, 1982 [1845], p.70 *apud* Monteiro, 1996, p. 18).

Na proposição de Von Martius, o “índio no Brasil tem relevância pelo caráter de exotismo e curiosidade que a permeia, devendo o historiador ser instigado pela explicação de como foram originadas essas ‘ruínas de povos’ ” (Portela, 2009, p. 153), ou seja, o que “sobrou” destes povos, como o próprio autor aponta, beirando a extinção. Perspectiva diferente de Odilon, que não enxerga nesses povos nenhuma contribuição cultural, como já mostramos anteriormente, quando o autor de refere a estes povos como “talvez os mais atrasados das Américas” (Nunes, 2013, p. 27), em relação aos povos encontrados em outras regiões da América, como nas regiões do México, na América do Norte, na América Central, e na região do Peru e Bolívia na América do Sul, em que ele considera mais “evoluídos”. A narrativa defendida por Nunes é mais radical, em relação de Von Martius, visto que ele reforça a

⁵⁹ MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996. Reúne os trabalhos apresentados durante seminário: Raça, Ciência e Sociedade no Brasil, realizado no Centro Cultural Banco do Brasil, Rio de Janeiro, 30-31 maio 1995. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/djnty/pdf/maio-9788575415177.pdf>. Acesso em: 24/08/2023.

inferioridade como vimos nestes trechos, e defende a extinção dos povos originários na região do Piauí, em seu texto mais a diante. “Vale ressaltar que a imagem decadente do indígena é frequente nesse período e sempre salientada pela comparação entre indígenas brasileiros e indígenas de outras regiões sul-americanas, ou seja, os Incas, Astecas e Maias” (Almeida, 2021, p. 113). Há um olhar do outro (Todorov, 2008) uma racialização, o discurso de uma inferioridade racial, étnica e sociocultural.

Odilon fala agora do povos indígenas no Brasil, vejamos abaixo:

No Brasil estavam os tupis, os tapuias e outros pequenos grupos. As nações indígenas subdividiam-se em **tribos** que se estendiam ao longo do litoral e nas margens dos rios, pelo interior. O Piauí era muito habitado pelos **aborígenes**, devido ao Parnaíba, seus afluentes, e várias lagoas, como a de Parnaguá, a do Cajueiro, as da foz do rio Longá (Nunes, 2013, p. 27, grifo nosso).

Os classifica na velha dicotomia “Tupi” e “Tapuias” criada pelos colonizadores, que reforçam estereótipos generalizantes sobre a diversidade dos povos indígenas:

As denominações tupis e tapuias partiram das percepções construídas pelos colonizadores portugueses [...]. Criou-se desde a colonização uma dicotomia tupi-tapuia, litoral-sertão, que por muito tempo se firmou como uma divisão étnica e cultural. Essa tendência romantizava o índio tupi e rejeitava o tapuia, tendência esta que está sendo desmitificada nas discussões atuais da historiografia.⁶⁰

Conforme John Manuel Monteiro em sua tese *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo* (2011) sobre o tema ele nos explica:

As origens do paradigma Tupi Tapuia remontavam tanto à ambivalência da percepção europeia do índio, ora inocente e feliz, ora bárbaro e maldoso, quanto à própria política indigenista dos portugueses, que alternava posturas favoráveis a alianças e assimilação com práticas de extermínio deliberado. Se é nos primeiros relatos e crônicas coloniais que se encontra está clara distinção entre grupos da ‘língua geral’ e ‘tapuias’, esta visão foi aprimorada pelos historiadores e escritores do século XIX, que tomavam o Tupi do século XVI como símbolo maior da nacionalidade. Não é difícil identificar os contrapontos deste Tupi idealizado: além do onipresente escravo africano e mulato, encontramos também uma legião de Botocudos, Coroados e Bugres, abordada pela expansão pós-colonial e pelos cientistas estrangeiros (Monteiro, 2011, p. 184).

Ainda no texto, *Os Kariri na dispersão Tupi-Guarani na época pré-colonial e a construção das categorias Tapuias* (2023), de Antônio José de Oliveira, nas palavras do autor:

⁶⁰ MOYSÉS. Tupi e Tapuia. **Laboratório de Ensino e Aprendizagem em História**. Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <http://www.leah.inhis.ufu.br/node/62>. Acesso em: 14/05/2023. Para maior aprofundamento ver sobre o tema: MONTEIRO, John Manuel. “Redescobrimos os Índios da América Portuguesa: Incursões pela História Indígena e do Indigenismo”. **Tupis, Tapuias e historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo**. Campinas, UniCAMP, 2001. Disponível em: <http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/TESES/MFN-12944.pdf>. Acesso em: 14/05/2023.

Esses grupos indígenas sertanejos, outrora vivendo em regiões litorâneas, sempre foram vistos como arredios, de língua travada, por outros gentios e, em especial, pelos colonos chegantes, que os significavam como Tapuios. Aqueles que não falavam a língua geral, derrotados pelos Tupi, migraram para os sertões Barbarium. A noção e o conceito de Tapuia, como sendo de um povo bárbaro, adversário e inimigo comum foi então construída historicamente, isto é, criada no próprio contexto colonial, tanto a partir do texto das crônicas e relatos dos viajantes, como também nos documentos oficiais (Oliveira, 2023, p. 7-9).

Como vimos perspectiva que hoje já encontra profundo debate e revisão dos significados atrelados a estes termos, tanto por partes dos pesquisadores como dos próprios indígenas. Ainda na citação de Odilon, na qual ele fala dos indígenas no Brasil, seguindo dicotômica tupi-tapuia, ao final da frase ele escreve “outros pequenos grupos”, porém sabemos que o território que é hoje o Brasil era habitado por cerca de 2 a 4 milhões de habitantes, das mais diversas etnias, com mais de mil povos e mais de mil línguas⁶¹.

O autor segue, agora em diante descrevendo os povos indígenas que habitavam a região que hoje é o Piauí, através do diálogo entre o personagem do neto Almir e o personagem do seu avô Aguiar, vejamos:

(Almir) - E quais os **índios do Piauí**?

(Aguiar) - No delta do Parnaíba, e mesmo pelo litoral em grande extensão, atingindo **o Maranhão e o Ceará**, estavam os **Tremembés**, apelidados de peixes racionais porque eram hábeis nadadores. Os **Aroás** eram de Valença e os **Tabajaras**, da Serra Grande, ai chegados através do Piauí. Esses índios, por séculos, defenderam suas tabas. Aqui estiveram também os **Ananás** e os **Guacupês** que foram aldeados em Parnaguá por Francisco Dias de Siqueira. No norte do Piauí, ao longo do rio Longá habitavam os **Crateús**, os **Anaçus** e os **Alongás**. Os **Anaiós**, os **Galaches**, os **Gurguéias** vieram da Bahia, enxotados do rio S. Francisco, pelos vaqueiros que estavam a serviço da Casa da Torre. Entre esses vaqueiros encontrava-se Domingos Afonso Sertão, mais conhecido por Mafrense, e que iria exercer grande influência na colonização do Piauí (Nunes, 2013, p. 27, grifo nosso).

Conforme o fragmento acima, ao ser questionado pelo personagem Almir sobre quais são os povos que habitavam o Piauí, é marcante a expressão “índios do Piauí”, mais uma vez, revela a narrativa colonizante da época que influencia sobremaneira a narrativa histórica escrita por Nunes. Os povos indígenas não pertencem e não pertenciam a nenhuma repartição territorial, essas fronteiras territoriais foram criadas após a usurpação do território nacional indígena, implantadas pela administração territorial do branco europeu invasor.

Referente a este trecho acima, observamos que na versão de 1937 há divergências sobre quais povos indígenas e quais locais habitavam, vejamos:

⁶¹ **Antes de Cabral.** Povos Indígenas do Brasil Mirim. Instituto Socioambiental (Isa). Disponível em: <https://mirim.org/pt-br/antes-de-cabral>. Acesso em: 24/08/2023.

(Almir) -- Aqui, no Palha, Vovô, quaes eram os nossos índios?

(Aguiar) -- Espera, rapazinho. O Piauí era muito habitado pelos aborígenes americanos, devido ao Parnahyba, seus numerosos afluentes e a grande lagôa de Parnaguá. No **delta do nosso rio, e mesmo pelo littoral** em grande extensão, se achavam localizados os **tremembés**, appellidados "peixes racionaes", porque eram habéis nadadores. Os **pimenteiras**, nas margens do Piauí; **os aruazes, em Valença; os gueguezes, acoroás, timbiras**, ao longo do Canindé, offereceram sempre tenaz resistência á invasão portuguesa. Os índios, quase em toda parte, se oppuseram à entrada dos portuguezes, eschangeiros.

-Ao norte estavam também os valentes **putys, aranhys e caratiús** que povoavam de preferência as margens dos rios Longá e Poty. Em rumo do Gurgueia e extremo sul encontravam-se **os tapa- cuás, ubirajaras, aboipiras** e outros. Os portugueses transpuseram as serras em busca do Piauí e a luta foi logo travada (Nunes, 1937, p. 23, grifo nosso).

No primeiro trecho (2013) ele apresenta onze povos indígenas: “Tremembés, Aroás, Tabajaras, Ananás, Guacupês, Crateús, Anaçus, Alongás, Anaiós, Galaches, e os Gurguéias”, já no segundo trecho (1937), apresenta doze, acrescenta os “pimenteiras”, e também com nomenclaturas diferentes, repetindo-se apenas os “tremembés”, vejamos: “Tremembés, Pimenteiras, Aruazes, Gueguezes, Acoroás, Timbiras, Putys, Aranhys e Caratiús, Tapa- cuás, Ubirajaras, Aboipiras.” Quanto aos locais que estes povos habitavam, percebemos que ambas versões destacam a presenças deles nas margens dos rios presentes na região, tanto no litoral como no interior, seus possíveis fluxos de locomoção entres eles, mas divergem na localização, como na versão de 2013 que acrescenta os estados do Maranhão e o Ceará, e na versão de 1937 delimita a presença deles mais no estado.

Ainda na análise desta citação, em relação à presença indígena no estado, o autor enfatiza a resistência dos povos indígenas que habitam a região do litoral na defesa de suas aldeias e do confronto entre um dos colonizadores do Piauí, Domingos Afonso Sertão, (Mafrense) e os indígenas que tiveram suas terras por ele invadidas, mais uma vez utiliza o termo “índio” para se referir aos nativos.

Importante destacar que o termo “índio”, utilizado nas comemorações do dia 19 de abril, como o “Dia do Índio”, foi recentemente substituído por o “Dia dos Povos Indígenas”, pela lei 14.402/2022 de autoria da deputada federal Joenia Wapicahana (Rede-SP), segundo a autora, tem “o propósito é reconhecer o direito desses povos, mantendo e fortalecendo suas identidades, línguas e religiões, assumir tanto o controle de suas próprias instituições e formas de vida quanto de seu desenvolvimento econômico”⁶². Fruto da luta e resistências dos povos indígenas em busca de sua autonomia, além disso:

⁶² Trecho da fala da deputada, quando o texto foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. Dia dos Povos Indígenas: resgata respeito à população originária. Redação **Central Única dos Trabalhadores-CUT**. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/dia-dos-povos-indigenas-nova-nomenclatura-resgata-respeito-a-populacao-originari->

A palavra índio é considerada pejorativa ao se referir aos indígenas por ser um termo genérico, sem considerar características, valores, cultura e diversidade desses povos. Já a palavra indígena faz referência à origem, ao lugar de onde vieram essas pessoas e contempla toda a diversidade dos povos originários. São mais de 300 etnias no Brasil segundo estudo do IBGE de 2010. Cada qual tem seus costumes, língua e culturas próprias. Além disso, o termo ‘índio’ reforça o estereótipo de que o indígena é uma pessoa diferente das demais, em especial, dos brancos europeus, que colonizaram o país. Foram estes que passaram a usar o termo ‘índio’ para se referirem aos nativos, desde quando chegaram ao continente (CUT, 2023).

No quinto tema seguinte, “Primeiras explorações”, o avô de Almir fala das capitanias hereditárias, da origem do nome do estado, dado pelos “indígenas”, neste trecho é primeira vez em que faz uso do termo indígena ao invés de “índios” para se referir aos povos indígenas. E segue contando da chegada do primeiro governador do Brasil, Tomé de Sá, do naufrágio e acometeu Tomé e o primeiro Bispo do Brasil, D. Pero Fernandes Sardinha, e mortos pelos “índios” (retorno do uso do termo), da visita de Nicolau de Resende ao Piauí, da aliança de Martins Soares de Moreno com os Tremembés (“índios que moravam no Delta do Parnaíba”) na luta contra os holandeses, da missão dos holandeses enviadas ao Piauí em busca de minérios e finaliza o tema descrevendo as passagens de bandeirantes e padres pelo território piauiense, e demonstra indignação pela demora de fixação.

No sexto tema aprofunda os detalhes da colonização do Piauí, com o título “*Colonização*”, que se inicia com a primeira expedição colonizadora de Martim Afonso de Sousa, da fundação da Vila de S. Vicente, da criação do Governo geral, na visão do autor, através de seu personagem, começa nesse período o “progresso”, com a criação e vilas, engenhos, fazendas desde São Paulo até Pernambuco, da conquista das bandeiras do interior até os Andes, do esquecimento do Piauí por quase dois séculos para somente após a expulsão completa dos holandeses avistarem “esse rico pedaço de terra” e destaca que outros estados vizinhos como Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, já estavam com sua colonização em desenvolvimento, aqui percebemos que o indígena some da narrativa.

Segue destacando aqui de forma glorificante a chegada do “primeiro colonizador do Piauí”, Domingos Jorge Velho, um dos maiores caçadores de indígenas neste período. O exaltava:

Era ele filho de S. Paulo e trazia na alma o **mesmo entusiasmo de Pais Leme, Antônio Raposo, Adorno** e outros bandeirantes que tanto **contribuíram para a grandeza territorial do Brasil**. Ainda em plena mocidade, transpôs a Serra dos Dois Irmãos e começou a **sua obra de povoamento e enriquecimento de nosso solo**. Aqui viveu muitos anos, chegando a fundar os primeiros currais (Nunes, 2013, p. 32, grifo nosso).

O que para Odilon foi visto como o mesmo entusiasmo dos demais bandeirantes do período, na alma de Jorge Velho, significou para os povos indígenas todos os tipos de violências. É impossível olhar para a nossa história, para o nosso passado e não ver o saldo negativo da colonização, principalmente para os povos indígenas e negros em nossa sociedade. Assim, como aferir esplendor à uma atividade, que, se por um por lado contribuiu para a conquista colonizadora e instituiu a sociedade colonial, por outro lado impeliu aos indígenas uma nova reconfiguração social em busca de sobreviver ao regime imposto, causando-lhes danos irreparáveis, tal ação, é ao menos indiferente. O autor concebe a ideia de povoamento a partir da chegada do colonizador, da formação das primeiras fazendas e vilas, ignora totalmente a existência dos povos indígenas como os primeiros habitantes do território nacional, e consequentemente o território que se tornou o Piauí.

O que sugere que o modelo organizativo, a língua, os costumes, as tradições, a oralidade, os saberes, as pinturas, a ancestralidade, a cosmovisão, a agricultura, ou seja, o modo de vida indígena, para ele é nulo. Importante lembrar que Odilon Nunes é um apreciador das fontes documentais/oficiais, em que acreditavam estar ali a verdade absoluta da história, perspectiva tradicional da história que marca sua escrita. Essas fontes foram produzidas pela sociedade colonial, a mesma que via os povos indígenas como inferiores, selvagens, gente vadia, sem alma, carentes de salvação, necessitados do branco cristão mercantilista, desse modo não nos surpreende a visão que o autor possuiu destes povos.

Embora também, as pesquisas arqueológicas no Parque Nacional da Serra da Capivara já demonstravam a presença do homem americano há aproximadamente há vinte e seis mil anos, e, as pesquisas realizadas pela arqueóloga Niède Guidon⁶³ no Parque iniciaram na década de 1970, e sua criação em 1979, dez anos antes do falecimento do autor (1989), e três anos antes de Odilon editar finalmente a obra completa, *Pesquisas para a história do Piauí*, constituída de quatro volumes em 1975. Vale lembrar que estas descobertas causaram uma revolução na teoria da chegada do homem ao continente americano, a tese mais aceita até então era a da Cultura de Clóvis, em que as descobertas arqueológicas no Novo México, na cidade de Clóvis, datavam de 13 mil anos, e as descobertas realizadas na Serra da Capivara já datam de 26 mil anos. Essas descobertas foram massivamente divulgadas pela imprensa nacional e

⁶³ PÁDUA, Fernanda. Niède Guidon, a arqueóloga que mudou a Serra da Capivara. **360 Meridianos**. Postado em 26-03-2021 | Atualizado em 30-01-2023. Disponível em: <https://www.360meridianos.com/2021/03/niede-guidon-serra-capivara.html>. Acesso em: 14/05/2023.

internacional, o que gerou “colunas em jornais, trocas de acusações e muito debate”.⁶⁴ Desconstruindo mais ainda a ideia de que os europeus “descobriram” o que hoje é o Brasil.

Seguindo ainda no tema da “Colonização”, o velho Aguiar, personagem de Nunes continua exaltando os feitos do colonizador, agora de Domingos Afonso Mafrense. Tratando como progresso a chegada do colonizador. O que é progresso para Nunes, para os povos indígenas que habitavam essas terras significou usurpação e etnocídio. Ele defende e concorda claramente com a perspectiva de dominação do colonizador. Finaliza este tema, falando como “as terras de Mafrense” poderiam ter sido utilizadas, sugerindo espacialmente a criação de universidades, escolas de ensino técnico e profissional que contribuíssem de sobremaneira para o desenvolvimento do Piauí, e de fato foram herdadas pelas Fazendas da União. E destaca que elas ainda poderiam ser instituições que evocavam o passado e a preservação dos feitos gloriosos de seus antecessores.

Lembrando que essas terras pertenciam aos povos indígenas que habitavam a região que se tornou o Piauí, ou seja, foram tomadas dos indígenas. Mas a narrativa do autor dá a entender que essas terras não tinham moradores, ou seja, que não existia indígena, narrativa esta, que não se sustenta, diante das inúmeras evidências da presença indígena antes dos colonizadores. Infere-se então que as terras indígenas foram roubadas, invadidas por Mafrense, e a partir daí ela não é mais terra indígena.

O sétimo tema se destina a falar de “Palmares”, fala ainda das lutas entre holandeses e portugueses, cita as negociações entre holandeses e “nossos índios”, e fala da troca que os indígenas realizavam com os holandeses, trocavam madeira, o pau-brasil e por produtos das terras por “bugigangas”. O que para Nunes e para muitos historiadores tradicionais era visto como bugigangas, para os povos indígenas que não tinham acesso a estes tipos de objetos como facões, facas, machados, enxadas entre outros, era de muito valia, pois proporcionam mais conforto e rapidez ao cortar uma árvore por exemplo, para a confecção de canoas, para afiar as pontas das flechas, entre tantos. Outro aspecto, que estes esquecem de refletir, é que os povos indígenas não possuíam a mesma lógica mercadológica do branco europeu, em suas organizações não havia a necessidade de venda e compra, a lógica do acúmulo, de riqueza, do lucro, que é implementado pelo mundo pré-capitalista europeu.

Lembramos aqui do texto *A Conquista da América: a descoberta do outro* (1993) de Tzvetan Todorov, em que o autor analisa de forma profunda como se deu o processo de

⁶⁴ CÂMARA, Rafael Sette. A Serra da Capivara e os verdadeiros descobridores do Brasil. **360 Meridianos**. Postado em 06-04-2019 | Disponível em: <https://www.360meridianos.com/especial/serra-da-capivara>. Acesso em: 14/05/2023.

colonização, e descoberta do outro. Destacando para visão de inferioridade dos colonizadores em relação aos povos indígenas, em que ora o vê bom e ora o vê mal, segundo o excerto abaixo:

Como Colombo pode estar associado a estes dois mitos aparentemente contraditórios um onde o outro é um "bom selvagem" (quando é visto de longe), e o outro onde é um 'cão imundo', escravo em potencial? ambos têm uma base comum, que é o desconhecimento dos índios, a recusa em admitir que sejam sujeitos com os mesmos direitos que ele, mas diferentes. Colombo descobriu a América, mas não os americanos (Todorov, 1993, p. 30).

Nesta percepção, os indígenas, só têm duas escolhas, ser objetos ou condenados a ser cristão, eles, “estão a meio caminho entre os homens e os animais. Sem esta premissa essencial, a destituição não poderia ter ocorrido” (*Idem*, 1993, p. 80).

Ainda no tópico “Palmares” cita as reações nativistas⁶⁵, dando um tom de nacionalismo/patriotismo ao chamar os colonos revoltos de “brasileiros contra os europeus usurpadores de nossas riquezas”, porém é sabido que não havia unidade alguma em torno de uma possível independência, e sim pelo descontentamento dos colonos, vide às imposições e fiscalizações da Coroa Portuguesa, que à época em diversas regiões da colônia sofriam com as dificuldades econômicas em decorrência da crise econômica do açúcar, essas rebeliões se deram entre os séculos XVII e XVIII. Outro ponto tratado no diálogo é sobre a escravidão, vejamos abaixo o diálogo:

- Visando promover o desenvolvimento material do país, os portugueses começaram a trazer de seus domínios da África, logo no começo da colonização, muitos negros que empregavam nos trabalhos da agricultura, e eram reduzidos à condição de escravos. Esses, oprimidos pelos horrores da escravidão, aproveitaram-se da confusão no tempo da Guerra Holandesa, fugindo, então, das cidades e das fazendas e formando os quilombos (Nunes, 2013, p. 34).

Vale lembrar que os negros já saíam na condição de escravizados do continente Africano, visto que eram capturados, tratados como objeto, como um produto ser utilizado e vendido, eles não vinham por livre espontânea vontade trabalhar nos “trabalhos de agricultura que os brancos “empregavam” o negro”. Além disso, a África ainda não era dominada pelos europeus. Nunes dá a entender, ao nosso ver, que só após a chegada ao Brasil, é que eles tornavam-se escravizados, na nossa percepção essa condição já começa na desumana captura ainda em território africano.

⁶⁵ Do século XVIII: Guerra dos Emboabas (MG – 1708/1709), a Guerra dos Mascates (PE – 1710-1711) e a Revolta de Filipe dos Santos (MG – 1720).

Segue falando do Quilombo dos Palmares, descreve-o como local de “perigo”, perspectiva que atormentava toda administração colonial e vizinhanças da Serra da Barriga em Alagoas, de Pernambuco e Bahia, que segundo ele, “sofriam com suas correrias” (ataques e fugas). Continua então, falando da destruição de Palmares, da convocação de Domingos Jorge Velho para “tamanha empreitada”, ou seja, “A guerra contra os bárbaros tapuias”, com um tom de heroísmo, que o considera como “valente guerreiro nas lutas que sustentara contra os índios do Piauí”, para a história sabemos que na verdade, Jorge Velho não foi um herói e muito menos um guerreiro valente, mas sim um bandeirante violento, experiente, apresador e escravizador de indígenas e que impeliu muito sofrimento a eles.

Conforme o diálogo, o Velho Aguiar sugere que Jorge Velho partiu do Piauí com as forças piauiense formada por “oitenta guerreiros mamelucos”⁶⁶ e trezentos índios”, reforça sua indignação com a história nacional em não incluir a participação do Piauí neste fato histórico. Sua escrita de desenvolve numa narrativa que precisa colocar o Piauí na História do Brasil. Fecha este tema falando da resistência de Zumbi e do longo período de existência do Quilombo.

No oitavo tema, “Os primeiros currais”, inicia o diálogo falando dos reforços enviados a Domingos Jorge Velho para destruição de Palmares por Francisco Dias de Siqueira considerado um dos mais antigos moradores do Piauí, foi quem assinou as atas de fundação da capela de Nossa Senhora da Vitória, que daria origem à cidade de Oeiras-PI. Responsável também pelo aldeamento dos “índios” no Piauí, os “*Ananás e Guacupês*”, após vinte anos fundou o Arraial dos Paulistas, de onde saíram os reforços para Jorge Velho à época de combate ao Palmares, localizados em Valença-PI, de lá saíram os “índios *Aroás*”, segundo o personagem/autor, “os indígenas mais valentes do Piauí, além dos *Tabajaras* e *Cupinharões*, na ótica do poder. Fala da fundação capela de Nossa Senhora da Vitória pelo Padre Miguel Carvalho, responsável pelo primeiro recenseamento de terra da região, finaliza o tema com a constatação que o “Piauí estava conquistado”, descreve a quantidade de habitantes, “438 viviam nas fazendas”, “os aldeamentos Arraial dos Paulistas e a aldeia *Aroás* eram os mais populosos”, no total “603 habitantes em toda freguesia do Piauí.

Ao falar dos os vaqueiros, segue a visão do Padre Miguel de Carvalho: “esses miseráveis homens mais pareciam *tapuias*”, e segue depois justificando as qualidades dos vaqueiros apesar desse “defeito” verificado pelo Padre e por ele concordado. Ao justificar as qualidades dos vaqueiros fala da “tenacidade e audácia” dos vaqueiros, além de serem

⁶⁶ Filhos de indígenas com brancos.

conhecedores do que faziam, assim como também da confiança que tinham nos “esquadrões de *Tabajaras* e *Aróas*, sob o comando dos paulistas”, seus aliados, segundo o diálogo narrado pelo autor, na guarda “da bacia do Parnaíba, onde estava a gadaria que iria constituir a riqueza de nossa terra e de nossa gente”. Continua falando da chegada de novas bandeiras e consequentemente da formação de novos currais. Após isso, o personagem do aluno, Almir elogia a história sobre esse tema, vejamos:

- Vovô, como é bonita esta página de nossa história! ...
 - Em verdade, é muito bela. Podemos crer que esses colonizadores escreviam, ou melhor, viviam o período heroico de nossa história. Nunca, em tempo algum e em nenhuma parte, tão pouca gente conquistou tão grande extensão de terras. Aqueles vaqueiros realizaram obra definitiva e duradoura, pois assentaram a base de nossa população e de nossa economia. Hoje, grande parte das famílias piauienses descendem daqueles primitivos povoadores, cujos nomes o padre Carvalho registrou em sua Descrição do Sertão do Piauí, escrita em 1697 (Nunes, 2013, p. 37).

Mas esta “página na história” é bonita para o colonizador, especialmente Mafrense que lucrou com invasão das terras habitadas pelos indígenas, além do mais a perspectiva que Nunes traz em sua narrativa reforça a ideia de povo “resistente”, em suas palavras “altivos”, corajosos, resistentes a violência, à colonização, mas que foi dominado, morto, e consequentemente sofre também o etnocídio.

Como podemos vislumbrar, esse período é tratado no diálogo como um período “heroico” da história do Piauí, em que “poucos” conquistaram grandes extensões de terras, além disso o “vaqueiro” é visto como a base da formação da população piauiense, donde descendem as famílias mais recentes. Descartando qualquer ligação com a história e os povos indígenas que habitavam o Piauí, constitui-se na narrativa de Odilon o indígena selvagem e morto, há uma sacralização da colonização.

Destacamos que neste tema é possível perceber a ambiguidade que o autor apresenta em relação aos povos indígenas em sua narrativa, pois ao citá-los no tema “Aborígenes”, ao tecer sobre o “descobrimento do Brasil”, o autor caracteriza-os como inferiores aos brancos colonizadores, neste tema em questão, porém, ele ao falar dos indígenas *Aroás*, os caracteriza como “os índios mais valentes do Piauí”, o que parece ser, em tom de elogio, uma qualidade singular identificada pelo autor neste povo, que ele só descreve tal característica no momento da narrativa, quando este povo compõe os reforços enviados por Dias à Domingos Jorge Velho, para destruição do Quilombo de Palmares. Além do mais, reforça a dicotomia *tupi-tapuia*, ao comparar o comportamento dos vaqueiros com o modo de vida dos *Tapuias*, considerado não aprovado pela ótica do colonizador.

Infere-se que na perspectiva de Nunes, os povos indígenas só ganham notoriedade se estiverem ao lado dos interesses dos colonizadores, nos quais ele possivelmente acreditou ser o caminho que logrou o Piauí ao seu desenvolvimento, mas sabemos da outra face da história, que discorda da negação da inexistência do “outro” (indígena)

No nono tema intitulado “Mocha”, o diálogo segue em torno da fundação da primeira vila do Piauí, em que foi construída a capela que seria sede para a freguesia de Nossa Senhora da Vitória, fundada pelo Padre Miguel de Carvalho. No decorrer do diálogo descreve como se deu este processo e não faz nenhuma referência aos indígenas.

No décimo tema “As expansões dos currais”, fala da expansão dos currais para o oeste do estado, destaca que após a fundação de Mocha, o Piauí passou a exportar gado para outras capitanias, em que fins do século XVII já se trocava panos e redes por crias de gados com os moradores do Maranhão. Fala da chegada dos Jesuítas para missionar os vaqueiros, (reforça novamente o modo de viver deles como negativo, por ser parecido ao dos *Tapuias* e também por terem segundo ele, vida irregular).

E destaca que as comunicações com o Maranhão foram interrompidas por conta do “Levante Geral dos índios em começo do século XVIII”, e que depois foram “dominados mais pela catequese, do que pela força, reinicia-se a expansão dos currais” por todas as regiões mais interioranas do Brasil. Acreditamos que Nunes se referiu à Revolta de Mandu Ladino, “em que o indígena Mandu Ladino e vários povos indígenas tupis da então capitania do Piauí opôs aos fazendeiros portugueses, tendo se estendido de 1712 a 1719”⁶⁷. Considerada uma das maiores revoltas indígenas no Estado:

O conflito iniciou-se pelo assassinato do fazendeiro Antônio da Cunha Souto, pelos indígenas, revoltados com a crueldade dele no acampamento que tinha no Parnaíba. Um “divertimento bárbaro” ideado por Cunha Souto e seu irmão era libertar os prisioneiros indígenas *Anapuru* um por um, alcançá-los a cavalo e decapitá-los com facões. Uma revolta de seus prisioneiros, em 1712 matou Cunha Souto e seus soldados portugueses, e depois espalhou-se rapidamente, tornando-se a ‘mais séria e mais difundida de todas as rebeliões indígenas’. A insurreição foi chefiada por Mandu Ladino⁶⁸ e durante sete anos ela foi ganhando proporções maiores, estendendo-se pelo sertão do Maranhão, do Piauí e alcançando o do Ceará. Muitos portugueses morreram e muitas fazendas foram arrasadas nessas regiões. O movimento extingue-se com a morte por ferimento seguido de afogamento, nas águas do rio Parnaíba, do seu líder. Mandu Ladino é muito respeitado até hoje e presente nas memórias de alguns povos indígenas como um espírito libertador, guerreiro e desbravador (Oliveira *apud* Bethell, 1999, p. 463).⁶⁹

⁶⁷ OLIVEIRA, Gleydson de Castro. Biografia: Mandu Ladino. **Os Brasis e suas memórias**. Disponível em: <https://osbrasisesuasmemorias.com.br/mandu-ladino/>. Acesso em: 15/05/2023.

⁶⁸ Significa esperto, astucioso.

⁶⁹ Ver os trabalhos: BETHELL, Leslie. **História da América Latina**. Vol. 2, São Paulo, EDUSP, 1999. SANTOS, Reinaldo dos. **Os sertaniadas de 1500 a 1900: 500 anos de hipocrisia na história do Brasil**. Vol. 1, Porto Alegre: Revolução e-Books, 2017.

Atualmente o nome de Mandu Ladino ainda é lembrado, especialmente na cidade de Parnaíba-PI, possuindo uma praça em homenagem ao resistente indígena, e também na cidade de Teresina, capital do estado em que possui uma escultura na Central de Artesanato Mestre Dezinho. Ainda, de acordo com Reginaldo Miranda, em seu texto biográfico, *Mandu Ladino* (2017), traz fontes históricas, como os *Annaes históricos do Estado do Maranhão, em que se dá notícia do seu descobrimento, e tudo o mais que nelle tem succedido desde o anno em que foy descuberto até o de 1718, offerecidos ao Augustissimo Monarca D. João V, Nosso Senhor*, em São Luís em 1849, em que cita as ações de resistência de Mandu:

Tinha sido cabeça de uns, e outros insultos um índio chamado Manoel com a antonomásia de *Ladino*, que nascido no grêmio Católico, e devendo a sua educação aos Missionários da Companhia de Jesus, era o que fazia entre todos eles ostentações mais bárbaras da sua primeira natureza (Berredo, 1849, *apud* Miranda, 2017).

O trecho da citação refere-se à posição de Mandu frente às opressões que sofriam vide ter recebido educação, ainda durante a permanência dos jesuítas, antes da expulsão deles no Período Pombalino (1750-1777).

No décimo primeiro tema “Primeiro Governador” narra como se deu o processo para o Piauí ter seu primeiro governador João Pereira Caldas, a demora que se deu para que se tornasse vila e depois adquirir o título de capitania. Descreve sua vinda para a capitania piauiense com esplendor, aclamação, pompa, solenidade e gratidão.

No décimo segundo tema “Obras e Pereira Caldas” (1761-1769), o diálogo se estrutura de forma mais lúdica, retorna à ambientação cotidiana dos personagens, Vovô Aguiar e o neto Almir, que deixou de brincar na casa de sua colega “Helena”, pois “estava ansioso para saber o que fizera o primeiro governador do Piauí”. Entre elas, Velho Aguiar descreve: a expulsão dos jesuítas e o sequestro de seus bens, dedica um parágrafo às ações dos jesuítas, e segue relatando o quão obediente foi Caldas, no cumprimento das ordens da Corte. Relata também a elevação de Mocha à categoria de cidade e erigir em vila em vila, as oito freguesias existentes, conseguindo apenas seis delas. Relata também que neste período houve um importante desenvolvimento da “catequização e civilização dos índios com a fundação de S. João do Sende”, além de um novo recenseamento feito por ele.

No décimo terceiro tema “Segundo Governador” descreve a atuação de Gonçalo Lourenço Botelho de Castro (1769-1775), no qual já afirma que seu governo não foi tão satisfatório quanto ao de Pereira Caldas. Este inaugurou o serviço de correios entre Oeiras e as vilas e também esteve à frente dos aldeamentos dos “índios”. Seu neto Almir, pergunta o que Pereira Caldas fez pelos “índios”, Aguiar responde: “protegê-los e educá-los”, cita então a

fundação dos aldeamentos, “de S. João de Sendé, com os Gueguê, confiando a catequese ao franciscano frei Manuel de S. Catarina, como se os indígenas fosse indivíduos necessitados da ajuda do branco e sua religião, enxergando-os como se não fossem autônomos e livres. Depois, descreve que Gonçalo Botelho criou a missão de S. Gonçalo de Amarante, nas margens do Mulato”, cita que a cidade Regeneração surgiu de um aldeamento, criado por Gonçalo, um dos maiores, formado por cerca de 500 *Acoroá* e *Gueguê* depois de cruentas lutas”.

Importante lembrar que Gonçalo expulsou em 1772 os Gueguê e Acoroá de suas terras levando a formação desse aldeamento, que no decorrer do tempo tornou-se impossível sua sustentação e manutenção, pela falta de recurso reais, infligindo assim fome e descaso a estes povos⁷⁰. Neste processo cita também o cacique Arenque, principal líder que foi o responsável por organizar uma fuga com os demais aldeados. De acordo com Odilon, “Em face de sua coragem e altivez, tornou-se célebre em nossa história”, ou seja na história do Piauí. Enfatiza que o governo de Botelho foi o mais sofrido para os indígenas *Gueguê*, *Acoroá* e os Pimenteiras. “Sob o pretexto de conquistá-los para a catequese, o governo da capitania por intermédio de João do Rego Castelo Branco, levou a guerra a muitas tribos”.

Segundo o autor, a razão se dá pela descoberta de ouro que “obcecava tanto o governador como o comandante da expedição. E finaliza o tema falando do afastamento de Botelho na administração do Piauí, que passa a ser administrado por juntas de governo, que só depois de vinte e dois anos quando o Estado do Grão-Pará e Maranhão são desmembrados, surgem o estado do Maranhão e Piauí administrado pela metrópole que já se encontrava no Rio de Janeiro.

Neste tema, Nunes, por via de seu personagem, o avô Aguiar no diálogo com seu neto Almir, reconhece a existência das violências sofridas pelos indígenas do aldeamento em questão, mas antes de reconhecê-las, acredita que as ações realizadas por Pereira Calda, durante o Período Pombalino (1750-177), foram para “protegê-los e educá-los”, lembrando que ele foi o responsável por realizar a primeira missão contra os *Gueguê* e com isso fundou S. João de Sendé, além disso, Félix do Rêgo Castelo Branco, ajudante na missão de São José, para onde os indígenas fugitivos se refugiaram, responsável por reconduzir os indígenas fugitivos ao aldeamento em que sofriam com a fome e todo tipo de violência.

No décimo quarto tema intitulado “Guerra Indígenas I” trata da resistência indígena frente à invasão do colonizador. Que seu segundo autor pelo personagem do Velho Aguiar, é

⁷⁰ **Regeneração Piauí.** IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/regeneracao/historico>. Acesso em: 15/05/2023.

devido ao “sentimento de liberdade animado pelo instinto belicoso”, este termo belicoso⁷¹, significa ter “inclinação para a guerra, para o combate; que faz guerra por vocação”, ou seja, seria natural dos povos indígenas fazer guerra. Destaca que sua “bravura”, “chega às vezes aos lances da loucura”. Cita como exemplo a Confederação dos Tamoios (1712-1713), como exemplo desse caráter. Ainda cita que essa mesma “bravura” de “índios catequizados”, ajudou a proteger vilas e fazendas. Relata que no Piauí Domingos Jorge Velho e Domingos Afonso Mafrense “tiveram que sustentar cruentas lutas com os naturais”.

Surge então o “Levante geral dos índios”, formado pelos “índios batidos do Piauí e de outras capitanias do norte” que “abala os sertões do Ceará, Piauí e Maranhão”, chefiado por Mandu Ladino, em que resistiam “atacando as fazendas, tomando as boiadas pelos caminhos, enquanto os assassinatos se repetiam, atemorizando a população. Finalmente, em um combate travado nas proximidades do delta do Parnaíba, Mandu Ladino é morto e o levantamento geral começa a declinar.” Dessa forma, na narrativa de Odilon, mais uma vez se reforça a ideia do indígena morto, ou seja, que resistiu, mas não foi capaz de sobreviver.

Em seguida, fala da fundação de Mocha, da continuidade da catequização pelos jesuítas, do “ilustre índio D. José de Sousa Castro” que “trabalhou em busca da pacificação no Piauí”, além disso, fala das ações do jesuíta João Tavares que segundo ele, “sofria fome e sede para juntar, aldear e doutrinar os Tremembés”, período em que o Piauí “atravessou, então uma quadra de relativa tranquilidade”, e finaliza o tema destacando que a luta entre indígenas e colonos continuam devido à “primeira expedição contra os *Gueguê*, realizada por João Pereira Caldas sob o comando de João do Rego Castelo Branco com os quais funda S. João de Sende”. Enredo este, que dá continuidade ao décimo quinto tema intitulado “Guerra Indígenas II”.

Neste, o diálogo segue relatando as guerras indígenas, agora no governo de Gonçalo Botelho de Castro, o qual confia à João do Rego Castelo Branco expedições para finalizar a conquista contra os *Gueguê* e iniciar outra expedição contra os *Acoroá*, enfatiza o sofrimento dos indígenas no aldeamento de S. Gonçalo, fundado por Gonçalo, tanto pela fome como pelos maus tratos de seus soldados. Relata novamente ação do cacique Bruenque e a fuga do aldeamento, e traz mais detalhes das violências que aos indígenas foram impostas, como “cortar a orelha dos fugitivos em postes nas aldeias, barbaramente perseguidos, muitos mortos e feitos de prisioneiro”. Quanto a tentativa de fuga organizada por Bruenque, relata que logo foram alcançados e foi uma verdadeira carnificina, “centenas foram passados a fio de espada. Os

⁷¹ Oxford Lagunares and Google

perseguidores não respeitaram nem mesmo as mulheres e crianças”. O autor em seguida, tenta achar uma justificativa para essas violências:

A raça vermelha teve sorte bastante triste.

- A de ser esmagada pela raça branca. É a lei. O fraco é oprimido e escravizado pelo forte. Um dia, essa tendência da humanidade será anulada pela cultura. Assim, devemos trabalhar, instruir-nos, cultivar os nossos campos, desenvolver as nossas indústrias e a nossa criação, para que sejamos um povo forte, uma nação rica e respeitada. Os colonos europeus movem ainda uma campanha contra os Pimenteiras, que são submetidos, poucos anos depois, já quase aniquilados. Os *Tapacúas* penetram no Piauí, mas são completamente batidos. Continua a pressão por toda parte. O indígena tem que ser absorvido ou destruído pelo elemento estrangeiro. Não é ele fraco; falta-lhe apenas educação, cultura. Nenhum corpo humano mais robusto que o seu. Sempre denotou virtudes varonis (Nunes, 2013, p. 50).

Embora reconheça a violência, condene o genocídio sofrido por muitos povos indígenas no Piauí, em contrapartida não se opõe ao etnocídio, pois acredita que eles necessitam ser “assimilado”, “absorvido”, até mesmo “destruído” pela cultura do branco, o sujeito indígena é visto um ser sem intelecto, deficiente de cultura e conhecimento. Vê-se a sobreposição da cultura dominante à do “dominado”, a vê como “raça inferior, esmagada” pelo branco, porém os povos indígenas têm demonstrado durante esse processo de violações de seus direitos, constante resistência para a sua sobrevivência étnica e física.

Continua usando os termos “raça vermelha”, e vemos claramente em sua narrativa a influência do darwinismo social, que se originou da teoria da seleção natural das espécies (evolução), ou seja, sobrevivem os seres vivos que melhor conseguem se adaptar ao meio que vivem, os mais fortes, e os que menos se adaptam, morrem, os mais fracos. Muito presente na segunda metade do século XIX, seus adeptos tentaram aplicar essa teoria às sociedades humanas, consideravam que existiam sociedades em todo o globo, superiores e inferiores. E o branco europeu, colonizador, fazia parte das sociedades mais evoluídas, e as outras sociedades que não tinham seus mesmos modos de vida eram consideradas inferiores, e por isso sua colonização era necessária.

O que também impunha o modo de vida do europeu como modelo de progresso. Então, a colonização e todos os males causados por ela aos povos indígenas era um “bem” necessário na perspectiva desses autores, inclusive na de Nunes como vimos. Enfatiza-se aqui a questão heroica versus a questão triste para os povos indígenas, reforça ideia de extermínio no estado. Ou foram mortos ou deixaram de ser indígenas pela via da aculturação, integração, “absorvidos ou destruídos”, pelo colonizador. Diferentemente de atualidade, em que já há inúmeras produções de pesquisas com novas histórias que incluem os indígenas como sujeitos da história e contribuem para desconstruir esse discurso mantido por muito tempo na

historiografia piauiense. Além disso os próprios indígenas tem resistido e lutado incansavelmente para quebrar a perpetuação dessa discurso de que tem indígena no Piauí.

No final deste tema, Nunes termina o diálogo falando que a guerra de Gonçalo contra os indígenas ainda continuou, mas logo findou, e tenta amenizar, ao que parece, falando que “o sangue dessa raça forte e generosa, cuja característica predominante é o espírito de liberdade, palpita no coração de quase todo brasileiro”, porém, sabemos que não é assim, nem no período que Nunes escrevia a obra, e inclusive na atualidade em que os povos indígenas ainda lutam diariamente por seus direitos.

No décimo sexto tema “Último quartel dum século”, fala do período em Botelho deixa de administrar o Piauí e este passa ser administrado por juntas (1775-1797) e destaca que as lutas contra os indígenas ainda se realizavam, “os *Gueguê* e os Pimenteiras aparecem perturbando o sossego do rio Piauí”. Resistir à invasão do colonizador, para Nunes era “perturbar”, e sabemos, que quem na verdade “perturbou” foram os invasores, os povos indígenas que já habitam em seus territórios. Um aspecto a se perceber é a contradição do autor, ao afirmara que todos os “indígenas foram aniquilados” no tema anterior, mas no seguinte, aponta ainda a resistência indígena.

Tal ação ocorria, segundo ele, pela escravização e pela busca por ouro. Fala da agricultura, da criação de gado, das fibras que eram enviadas à Europa, da fundação das charqueadas, além da chegada de novos moradores vindo do Ceará por conta da seca, e da “entrada dos índios ao convívio social em todo o Brasil e Nordeste principalmente” e finaliza elogiando o governador D. João de Amorim Pereira (1797-1799), por ser “ilustre oficial do exército português, por ter administrado com honestidade e patriotismo” a capitania do Piauí, considerado por ele como “um dos mais distintos no período colonial”. Nos temas adiante faremos breves resumos do que tratam, pois não citam a participação dos povos indígenas, sujeito no qual investigamos seu papel nessa narrativa histórica de história do Piauí de Odilon Nunes.

No décimo sétimo tema intitulado “Dois Vultos”, retrata a atuação dos dois governadores do Piauí no período colonial, como Domingos Dias e D. João de Amorim Pereira. Fala da primeira indústria de charques criada por Dias, o qual lhe rendeu fortunas após sua morte para seus herdeiros que não deram continuidade à atividade. Quanto à Pereira, este foi responsável pela exploração minerais e teve segundo o autor uma administração “honesta e benevolente”.

No décimo oitavo tema, “Carlos César Bulamarque”, o diálogo é iniciado com uma reflexão sobre a história, na qual ele afirma que não seria interessante retratar todos os

administradores, mas sim tratar dos fatos que ele considera mais importante para a história do Piauí e da história que trata de sujeitos comuns ao cotidiano, como o industrial, o povo, o trabalhador. Trata a seguir do governo de Bulmarque, o qual elogia sua administração, pela realização de obras públicas, pela viação, abertura de estradas, construções, finanças e regularização da administração de fazendas nacionais, além de incumbir Simplício Dias da Silva pelo levantamento de mapas do Delta do Parnaíba.

No décimo nono tema, “Situação do Piauí em 1822” que trata das condições econômicas e sociais da Capitania, população analfabeta, a criação de desenvolvia, a agricultura ainda rudimentar, o comércio era feito mais por vias terrestres, com os estados vizinhos, além da navegação em barcas no rio Parnaíba de Sal e outros gêneros comerciais, ainda exportavam couros, fumo, algodão, gado vacum e cavalos. Sendo as vilas mais prósperas Parnaíba, Campo Maior e Valença, porém toda riqueza gerada era para o estado português, fato este que segundo o autor começa a estimular o sentimento de revolução, no qual o Piauí também já sentia, ou seja, pela independência.

No vigésimo tema, “Prelúdios da Revolução da Independência” relata como se deu os movimentos que antecederam o processo de independência no Brasil e como ocorreram no Piauí. No décimo nono tema, “Batalha do Jenipapo”, relata como ocorreu esta batalha no Piauí, a qual, no início deste capítulo já abordamos. Importante destacar que o autor narra este fato como um ato heroico, glorioso, honroso onde piauienses, cearenses “deixam as margens do Jenipapo, depois de terem irrigado heroicamente o solo brasileiro com o seu precioso sangue, em defesa da liberdade”.

No vigésimo primeiro tema “Os independentes no Maranhão”, relata o momento em João José da Cunha Fidié, militar, general, a serviço da Coroa Portuguesa, responsável por ter causado a Batalha do Jenipapo sob a ordem da Coroa, e o restante de sua tropa segue para Estanhado (União)-PI atravessando o rio Parnaíba e chega à Caxias – MA, e a luta dos maranhenses que se unem aos piauienses em busca da liberdade.

No vigésimo segundo tema “A Queda de Caxias”, o autor relata a tomada das últimas cidades do estado do Maranhão, a Capital, Alcântara, Caxias e Itapecuru Mirim pelo movimento da independência. No vigésimo terceiro tema “Aspirações republicanas”, trata das primeiras manifestações republicanas no Piauí e da adesão do Piauí à Confederação do Equador. No vigésimo quarto tema “Labor”, o diálogo se inicia com Almir falando ao avô o desejo de ser fazendeiro, logo após uma visita ao no sítio do Coronel Lira (personagem aparece pela primeira vez na narrativa), a partir daí a narrativa segue falando do período após a independência, descrito como um período de “paz e tranquilidade, só assim pôde haver

progresso”, porém marcado pelos “movimentos armados, rebeliões, motins, insurreições, Farroupilha, Cabanagem e Balaiada, na qual ele descreve a participação do Piauí. Descreve também a criação da polícia militar do Piauí e a chegada de quatorze escolas.

No vigésimo quinto tema “A guerra dos Balaaios”, descreve como se deu esta guerra, que se iniciou no Maranhão, mas também atingiu o Piauí, motivada pelas péssimas condições de vida da população administrada pelos seus governantes. No vigésimo sexto tema “A revolução de Paranaguá”, este evento que também é vinculada à Balaiada, e que também surgiu por conta da arbitrariedade dos governantes, em busca de melhorias, porém são derrotados pelas “forças legalistas”.

No vigésimo sétimo tema, “O cerco de Oeiras”, descreve os acontecimentos relacionados à política, as disputas, entre os partidos, de um lado, a oligarquia de fazendeiros e latifundiários liderados por Visconde da Parnaíba e protegido da Corte, de outro o partido conservador que fazia oposição ao governo, com um número considerável de apoiadores. Visconde acaba perdendo, José Idelfonso de Sousa assume por um curto período de tempo, logo em seguida assume Conde do Rio do pardo, porém enfrenta manifestação dos conservadores e da população. Período efervescência política, em que estes grupos rivalizam e grupo conservador ameaça cerca a cidade de Oeiras, até que finalmente entram em um acordo. No vigésimo oitavo tema “Mudança da Capital”, trata da mudança da capital de Oeiras para Teresina, a ideia surge ainda no século XVIII, mas só é executada após as lutas da Balaiada, com o objetivo de melhorar as transações comerciais na região.

No vigésimo nono tema intitulado “Navegação a vapor” inicia falando do primeiro “navegador” do Rio Parnaíba, Maciel Parentes, explorador que vivia perseguindo os “índios”, junto com os jesuítas a levantar as primeiras informações geográficas acerca dos rios nos quais percorreram. Após a mudança da capital, segundo o autor, o governo se interessou pela navegação a vapor. Como presidente do Piauí nesta época, João José de Oliveira é responsável por mandar construir o primeiro vapor a navegar no Parnaíba, chamado de Uruçuí. E o avô Aguiar lembra o neto Almir de colocar todos esses locais situados nos temas no mapa, o qual nos primeiros temas abriu para completar o mapa do Piauí.

No trigésimo tema, intitulado “A Guerra do Paraguai”, o diálogo se inicia com o avô Aguiar perguntando o que o neto Almir sabe sobre esta guerra, e, se ele sabe algo da participação do Piauí na Guerra, o neto responde, “nada”, o avô então descreve como se deu este evento, e destaca a participação do Piauí, com envio de “vários contingentes que partiram do estado para defender o Brasil”, sendo o mais “notável foi o segundo Corpo de Voluntários da Pátria, comandado pelo tenente-coronel José Lustosa da Cunha”, com estimativa de quase

três mil e duzentos piauienses participaram, os quais o autor os engrandece e os atribui o “sangue de heróis”. No trigésimo primeiro tema, intitulado “Jovita”, o autor destaca o papel da cearense vinda para o Piauí ao perder mãe, para a cidade de Jaicós e que se alista como combatente à Guerra do Paraguai, foi vista segundo o autor como a “Heroína brasileira”, porém acabou com fim triste após a guerra, não pode continuar na vida militar, além de falecer longe de sua família.

No trigésimo segundo tema “*Abolição*”, trata deste tema de forma objetiva no Brasil e também no Piauí, destacando o papel das sociedades emancipatórias e os principais nomes que lutaram nesta causa. No trigésimo terceiro tema “Colonização depois da Independência I”, o diálogo entre avô e neto inicia fazendo uma recapitulação dos temas vistos, desde a colonização com os bandeirantes, “os primeiros colonizadores do Piauí, até então habitado por tribos selvagens”, reforça aqui sua visão negativa acerca dos povos indígenas, ainda cita o “elemento indígena como constituinte do Arraial dos Ávila, que depois torna-se a cidade de Jerumenha”.

Segundo o autor, a “necessidade de braços para o trabalho”, ou seja, o uso do trabalho escravo indígena, segundo ele “conduziria ainda a conquista de novas tribos indígenas, com as quais se fundiram S. João de Sendé e S. Gonçalo de Amarante, além de Jaicós que teve sua origem num arraial indígena”. Destaca também nesse tema, que após a Independência houve tentativas para novas fundações coloniais, inclusive indígenas. Fala também da Lei do Ventre Livre refletiu no Piauí.

No trigésimo quarto tema, “Colonização depois da Independência II”, trata das mudanças ocorridas no estado do Piauí, descreve a mão de obra, formada principalmente por operários e trabalhadores das fazendas nacionais, a construção de escolas, oficinas para o preparo de artífices, para os negros libertos, a intensificação da pecuária, a atuação do diretor da Colônia, Ricardo Ernesto de Ferreira Carvalho, estudioso da terra, da agricultura, das fazendas, dos vales do Gurguéia, a criação da fábrica de laticínios funilaria, maquinismo para o preparo de manteiga, máquina de gelo e serraria a vapor, na administração de Antônio José Sampaio.

Já a em “Outros fatos”, trigésimo quinto tema, trata dos dois últimos decênios do Piauí antes da Proclamação da República, da criação de novas vilas, do crescimento populacional, da anexação em 1880 do porto de Luís Correia (antiga Amarração), em troca foi cedido as cidades de Crateús e Independência, da criação da Sociedade Promotora da Instrução Pública, que depois é instalada a biblioteca Cromwell Carvalho, fala também da inauguração

do telégrafo, e termina o tema falando dos aspectos que tornaram o Piauí um dos estados mais pobres.

No trigésimo sexto tema, “Proclamação da República”, é tratado como se deu este fato de maneira sucinta e o Piauí como legítimo defensor da liberdade ao aderir ao movimento, através das Câmaras de Parnaíba e Campo Maior, destaca também do percussor da campanha republicana no estado, David Moreira Caldas, fundador do Jornal “Oitenta e nove”, “cujo em primeiro número preconiza o advento da república federativa do Brasil no ano de 1889”.

No trigésimo sétimo tema “Novo Regime” relata as mudanças nas administrações do Piauí após a Proclamação da República e o crescimento de novas vilas, espalhadas pelo estado e seus administradores. No trigésimo oitavo tema “Novo Século, Governos Cívicos”, descreve a atuação do governo de Arlindo Francisco Nogueira, entre os anos de 1900-1904, de Álvaro de Assis Osório Mendes, entre os 1904-1908 e de Anísio Auto de Abreu entre os anos 1908-1912.

No trigésimo nono tema “Igreja e o Estado” trata da relação que estas duas instituições tiveram na criação de colégios católicos e órgãos de assistência social no estado Piauí. No quadragésimo tema “Novos governadores”, fala a atuação dos governos e suas principais ações, inicia com o governo de Miguel Paiva de Rosa, entre os de 1912-1916, depois o de Eurípedes Clementino Aguiar, entre os de 1916-1920, de João Luís Ferreira, entre os anos 1920-1924. No quadragésimo primeiro tema “O centenário da independência e ação do governo” descreve as principais manifestações, ações em torno da comemoração da independência, além das principais transformações econômicas e sociais que passaram no estado, e especialmente em Teresina.

No quadragésimo segundo tema “Governos da fase Getuliana” fala um pouco da Revolução de 1930 e descreve as principais mudanças e as sucessões de interventores de governo provisório nesse período. No quadragésimo terceiro tema “Últimos Governos”, fala da atuação do Governo de Rocha Furtado em parceria com o Governo federal para a criação de prédios escolares por todo estado e que seus sucessores deram continuidade. Além de citar as inúmeras transformações na estrutura da cidade de Teresina. No qual o autor engrandece a atuação de governadores do Piauí, que fizeram parte do período da Ditadura Civil, na qual o autor chama de “Revolução de 1964”.

Já no quadragésimo quarto tema, aborda a “Literatura piauiense”, o autor faz uma apanhado geral dos escritores piauienses, tanto àqueles que se dedicaram à história, inclusive, os que vieram antes dele, além de citar os poetas, os cientistas, os jornalistas, os educadores, além de estudiosos no campo direito e também no clero. No quadragésimo quinto e sexto temas,

aborda a “Nossa riqueza I e Nossa riqueza II”, em que o autor descreve as principais atividades econômicas do Piauí, entre elas, a pecuária e seu percalços para se estabelecer como principal atividade ao longo do tempo no estado, a indústria extrativista, o parque rodoviário, como tema de principal interesse de seus estudos, é a economia, faz inúmeras sugestões para melhoria da economia piauiense, além de criticar a venda de produtos primários para industrialização em outros estados, terminar o livro com um ar de esperança na nova geração que ele acredita que será responsável pela “redenção econômica e cultural” de que o Piauí necessita.

Desta forma podemos concluir que a narrativa de Odilon Nunes em “O Piauí na História”, em suas diferentes edições, 1937, 1959, 1975 e 2013 reforça o discurso de inferioridade acerca dos povos indígenas, perspectiva muito presente em sua época, sua escrita contribui para a consolidação do discurso da inexistência indígena no estado do Piauí, embora seja contra o genocídio indígena, mas não é contra o etnocídio indígena no Piauí.

Discurso, que infelizmente, esteve presente por muito tempo no ensino de história do Piauí. O autor está interessado em tirar o Piauí do esquecimento da história. De lembrar o lugar do Piauí na história do Brasil. E na história do Piauí de Odilon Nunes o indígena é ser morto. Está presente a invisibilidade do nativo e sua cultura. Vejamos agora, como se constrói a narrativa de Monsenhor Chaves, “filho” de Odilon na seara historiográfica, nosso objetivo também é compreender o lugar que os povos indígenas ocupam em sua narrativa histórica de sua obra, *O índio no solo Piauiense*, também muito utilizada no ensino de história do Piauí.

2.2 Monsenhor Chaves e o livro *O índio no solo Piauiense*

Na administração do governador Pedro de Almeida Freitas (1951-1954), foi instituída uma Comissão Organizadora do Centenário em homenagem às comemorações do centenário de Teresina, capital do estado do Piauí, com “objetivo de realizar reformas e construções de modernas edificações na cidade de Teresina” (Moura, 2010, p. 23). Esta comissão também se preocupou com a escassez de obras sobre a história do Piauí, e, principalmente, sobre a cidade recém centenária.

Desta forma, articulou-se “em 1952, um concurso para apresentação de trabalhos históricos relacionados ao Estado, e principalmente, à Teresina.”⁷² Os trabalhos deveriam apresentar o caráter de “crônicas, antiguidades históricas, feição típica dos primitivos habitantes e povoadores da província, de modo geral e, em particular, quanto às peripécias, tropeços e

⁷² Id. 2010, p. 27

injunções opostos à ideia da mudança da capital”⁷³, e para o ganhador concurso, o prêmio era em dinheiro.

Neste contexto, destaca-se Joaquim Raimundo Ferreira Chaves, mais conhecido como Monsenhor Chaves, por sua vocação de sacerdote, também era professor e pesquisador da história do Piauí. Segundo Queiroz (2015), sua colaboração se inicia a partir de 1952, “com a publicação do livro *Teresina: subsídios para a história do Piauí*, presente ofertado aos teresinenses no centenário da cidade, escrito num contexto de solicitação da contribuição de seus paroquianos para a edificação das torres da igreja do Amparo”⁷⁴ (Queiroz, 2015, p. 154). No mesmo ano, segundo a autora, publica *O índio no solo piauiense* (1952), obra que se tornou clássico, por eleger sujeitos até então, não muito comuns nas narrativas históricas da época, por exemplo, “o indígena, o vaqueiro, o escravo, os mais humildes (Silva, 2013)”⁷⁵. Esta obra teve mais três edições - 1953, 1995 e 2013. Além destas, também publicou: *Como nasceu Teresina* (1971), *Campo Maior nas lutas por independência* (1971), *O Piauí na Guerra do Paraguai* (1972), *O Piauí nas lutas da Independência do Brasil* (1975), *Monumento do Jenipapo* (1983), *Apontamentos biográficos e outros* (1981) e *Escravidão no Piauí* (1998).

Queiroz (2013), no prefácio do livro *Obra Completa: Monsenhor Chaves* em que reúne as principais obras do autor, em sua terceira edição pela Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves⁷⁶, instituição que homenageia o autor, criada pela Lei Municipal 1.842/1986, assinada pelo prefeito Wall Ferraz em sua gestão na prefeitura de Teresina entre os anos 1986 e 1989, o caracteriza como o “historiador das classes subalternas”, nas palavras da autora:

⁷³ Passos, 1954, p. 4 *apud* Moura, 2010, p. 27

⁷⁴ É uma das edificações mais antigas da capital, inaugurada 131 dias após a fundação desta, e sua pedra fundamental lançada no dia 25 de dezembro de 1850, primeiro Natal da nova capital do Estado. A história da igreja se enlaça com a da cidade. A Igreja foi tomada como ponto central do plano de construção da cidade. Sua construção passou por diversas conturbações. Segundo relatos presentes no Processo de Tombamento Estadual desta, a mesma só foi construída através da fé e força de vontade da população. A Igreja Nossa Senhora do Amparo é retrato vivo da origem da cidade, seu ponto de partida e organização espacial. BRANDÃO, Carla. **Igreja do Amparo celebra solenidade dedicada ao aniversário de Teresina**. Disponível em: <https://www.geleiatotal.com.br/2019/06/26/igreja-nossa-senhora-do-amparo-uma-historia-de-surgimentos/>. Acesso em: 12/05/2023.

⁷⁵ SILVA, Lázaro José da Silva. In: CHAVES, Monsenhor **Obra completa: Monsenhor Chaves**. Teresina: Fundação Municipal de Cultural Monsenhor Chaves, 2013.

⁷⁶ A Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves, como órgão vinculado à Prefeitura de Teresina, tem como missão a valorização da identidade cultural, bem como o patrimônio material histórico e artístico da capital piauiense. Isso com a realização de festivais, salões, encontros e seminários ratificados em um calendário anual de eventos, além da manutenção de Bandas de Música e a Orquestra Sinfônica de Teresina. Nossa visão de negócio tem como consolidar a Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves como referência nas atividades culturais na cidade, com ações realizadas com transparência, zelo, eficiência e respeito à população e a memória. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA MONSENHOR CHAVES. Disponível em: <https://cultura.pmt.pi.gov.br/missao/>. Acesso em: 13/05/2023.

Por que na década de 1950 ao escrever, *O índio no solo piauiense* e, pouco depois, na reflexão que gerou os Cadernos, ele já concebia a história de um ângulo que ainda não era o mesmo para a historiografia brasileira. Seu modo peculiar de fazer história, e esta é uma hipótese de trabalho, parece estar menos relacionado ao acesso à renovação no campo historiográfico, à reflexão dos historiadores, e mais a um elemento que se incorpora ao seu trabalho através da vida prática, por lidar diuturnamente com as pessoas mais humildes, com os problemas mais humanos e mais particulares. Imagino que o ofício sacerdotal de Monsenhor Chaves é que tenha contribuído para que sua história incorpore essa diferença em relação à historiografia de seus contemporâneos, inclusive de seu principal mentor, Odilon Nunes (Queiroz, p 11-17. 2013).⁷⁷

O autor traz uma escrita inovadora para o período em que a historiografia local está preocupada em construir uma memória histórica para o Estado, uma história ainda elitista, com seus heróis e de grandes feitos com a responsabilidade de colocar o Piauí na história, segundo os autores, esquecido do circuito nacional, além da escassez de obras que tratassem de aspectos regionais do estado, sua obra se destaca por destoar do modo de fazer/escrever a história presente naquela época.

Chaves é considerado um “historiador mais sensível” e atento à sujeitos historicamente afetados pelo processo violento da colonização, e que tiveram por muito tempo suas histórias silenciadas/minimizadas pelos discursos produzidos pela historiografia piauiense, considerados oficiais no estado. Ao analisar esta obra, ainda no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado *História, historiografia e memória indígena: o povoado Saquim e a luta pela terra em Ilha Grande do Piauí (1950-2016)*⁷⁸, podemos compreender as representações que a historiografia desse período em especial, produziu e fortaleceu acerca dos povos indígenas. Agora trabalhando na perspectiva de compreender o lugar dos povos indígenas no ensino de História do Piauí, voltamos a ela, de forma mais aprofundada, para compreender como ela pode

⁷⁷ QUEIROZ, Teresinha. De amor e de livros. Prefácio. In: CHAVES. **Obra Completa**: Monsenhor Chaves, Teresina: Fundação Municipal de Cultura Mons. Chaves, 2013

⁷⁸ Este trabalho trata de reflexões acerca da história, historiografia e memória indígena no Piauí, a partir de 1950 até 2016. Tem como objeto de estudo o caso de Pedro Militão que se reivindica quanto remanescente indígena e de sua família, moradores do povoado *Saquim*, localizado em Ilha Grande do Piauí, que lutam desde 2007 pela legalização do local, contra um empreendimento turístico que pretende se instalar nas cidades de Ilha Grande do Piauí e Parnaíba, para a construção de um grande *resort*, que irá atingi-los diretamente. A partir deste objeto de estudo procuramos compreender as representações que a historiografia tradicional piauiense produziu na história do Piauí, a partir da década de 1950, acerca dos povos indígenas, onde se sedimentou um discurso de inexistência indígena no estado. Contrário à realidade presente no Piauí, onde se constata a luta e resistência de remanescentes indígenas pelos seus direitos básicos de sobrevivência, como a terra. Revelando assim a exclusão dos povos indígenas pela a historiografia tradicional piauiense na história do estado, reservando-os apenas ao discurso de extermínio. Utilizamos como fio condutor metodológico para a nossa pesquisa em história, o diálogo com as ‘memórias compartilhadas’ Portelli (1997), a história oral e consultas bibliografias, blogs, sites, leis, documentos, entre outros, onde tentamos compreender a realidade de resistência indígena no estado do Piauí.

GOMES, Ana Suelle de Oliveira. **História, historiografia e memória indígena: o povoado Saquim e a luta pela terra em Ilha Grande do Piauí (1950-2016)**. Monografia apresentada ao curso de licenciatura plena em História, da Universidade Estadual do Piauí, Campus Alexandre Alves, Parnaíba, 2016. Disponível em: <https://repositorio.uespi.br/bitstream/handle/123456789/47/ANA%20SUELLE%20DE%20OLIVEIRA%20GOMES.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acessado em 14/05/2022.

ter influenciado no fortalecimento de um discurso do indígena morto e vítima, atrelado ao passado, no ensino de história Piauí. Visto que suas obras, inclusive a que analisamos, ainda hoje, são consideradas referências clássicas, para o estudo da história do Piauí, e também diante da falta de livros didáticos sobre história do Piauí. Muitas dessas obras foram utilizadas em sala de aula como recurso didático para os estudos de história do Piauí, visto que os editais de licitação para produção e compra de livros de conteúdo regional ocorreu a partir dos anos 2000.

Monsenhor Chaves, juntamente com Odilon Nunes e Raimundo Nonato Monteiro Santana⁷⁹ criaram o Centro de Estudos Piauiense (CEP), em 1951, “que tinha como objetivo pesquisar e escrever sobre assuntos piauienses, de modo a revelar o que ainda era inédito ou aprofundando aquilo que já se sabia”⁸⁰, “uma sociedade destinada ao estudo do Piauí, de sua gente e de seus problemas de base”.⁸¹

E na década de 1960 foi criado também por Santana o Movimento de Renovação Cultural (MRV), com o “objetivo de promover publicações de obras históricas e de literatura piauiense”⁸², beneficiando diversos escritores com as publicações do MRV, pois a instituição recebia patrocínio público nas esferas estadual e municipal, inclusive, os dois autores que analisamos Odilon e Chaves. Uma das estratégias para divulgação dessas obras, era fazer com que chegassem também em outros Estados.

Apesar de Chaves trazer sujeitos até então não considerados importantes para compor a narrativa histórica da época, diferentemente dos temas estudados por Odilon Nunes, tem ele como “um orientador no campo da pesquisa histórica. Desse aprendizado resultou imediatamente a monografia *O índio no solo piauiense*” (Queiroz, 2013 p. 12). Ambos também publicaram na Revista *Econômica Piauiense*, também criada por Santana, a revista “perfez um total de 10 números, com artigos fundantes sobre o Piauí, cujos focos principais eram a economia e a sociedade, com ênfase no que hoje se chamaria de os aportes desenvolvimentistas (Queiroz, 2015, p. 150). Era direcionada para um público alvo: “homens de elite do Piauí, políticos e dirigentes de empresas.”⁸³ Tanto o CEP, o MRV não duraram muito tempo, seu principal mentor, Raimundo N. M. de Santana não deu continuidade ao Movimento.

⁷⁹ Raimundo Nonato Monteiro de Santana (1926) nasceu em Campo Maior, Estado do Piauí, em 27 de fevereiro de 1926. Formado em Direito. Foi prefeito Municipal de Campo Maior de 1951 a 1955. Na carreira acadêmica, foi professor Catedrático de Economia na Universidade Federal do Piauí, além de ter lecionado na Universidade de Brasília (UNB). Presidiu a Academia Piauiense de Letras de 2000 a 2001. Publicou diversas obras, como o clássico *A Evolução Histórica do Piauí*, em 1964. Dedicou-se em especial a organizar obras com autores para registrar o pensamento piauiense (Soares, 2017, p. 130)

⁸⁰ Santana, 1994, p. 5 *apud* Moura, 2010, p.40

⁸¹ Silva Sobrinho, 1955, p.4 *apud* Moura, 2010, p. 40

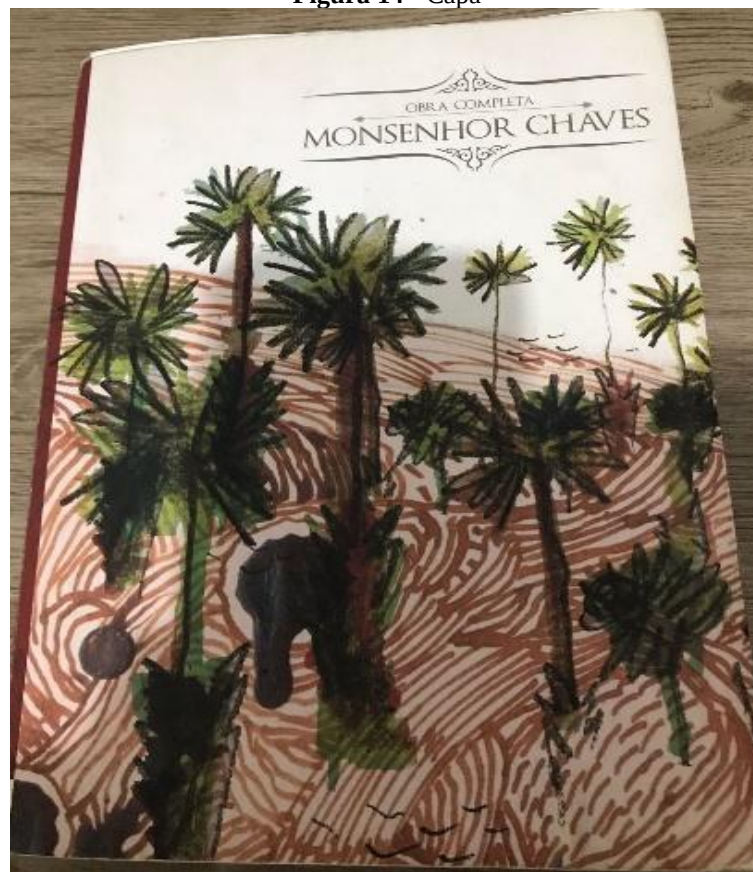
⁸² *Id.*, 2010, p. 71

⁸³ *Econômica*, 1960, p. 4 *apud* Moura, 2010, p. 50

Quanto à clássica obra de Chaves, *O índio no solo piauiense* (1952), ela foi republicada no livro *Obra Completa: Monsenhor Chaves* (2013), reúne todas as obras do autor. Tivemos acesso a obra *O índio no solo piauiense* (1952), por via da terceira edição de *Obra Completa: Monsenhor Chaves* (2013) que é a reimpressão das duas edições anteriores. A segunda edição desta obra foi reimpressa em comemoração ao aniversário de cento e sessenta e um anos da cidade de Teresina, que se comemorou em 16 de agosto de 2013.

Posteriormente, conseguimos a segunda edição de *O índio no solo piauiense* publicada em forma ainda em Ensaio - *O índio no solo piauiense: ensaio de monografia* (1953), publicada pelo Centro de Estudos Piauienses, caderno nº 2, Série A, patrocinada pelo CEP. A primeira edição, 1952, e a terceira, de 1995 não conseguimos acesso. Seguimos, então, para a análise da obra *O índio no solo piauiense* (1952), que compõe o rol das produções historiográficas de Chaves em *Obra Completa: Monsenhor Chaves* (2013). Para melhor visualização da fonte analisada, segue abaixo imagem da capa do referente livro em que está obra *O índio no solo piauiense* (1952), em que traz uma paisagem de uma vegetação:

Figura 14 - Capa



Fonte: *Obra Completa: Monsenhor Chaves*, 2013

Logo em seguida vem o sumário, o qual apresentamos de forma resumida, com foco apenas no conteúdo que compõe o livro:

Prefácio	11
Teresina - Subsídios para a história do Piauí.....	23
Guerra do Paraguai.....	100
O índio no solo piauiense.....	125
Campo Maior luta pela independência – A batalha do Jenipapo.....	149
Como nasceu Teresina.....	161
A escravidão no Piauí.....	182
O Piauí na Guerra do Paraguai.....	203
Evangelização no Piauí.....	244
O Piauí nas lutas da independência no Brasil.....	257
Apontamentos biográficos e outros.....	415

(Chaves, 2013)

Após o sumário, vem o prefácio escrito pela historiadora Terezinha de Queiroz, inclusive já citado neste trabalho, a pesquisadora debruça-se sobre a trajetória do autor, o contexto histórico e historiográfico em que está inserido e tece sua visão acerca no trabalho do estudioso. Ainda sobre o prefácio, desta versão (2013), interessa-nos observar o que é tecido sobre a obra *Índio no solo piauiense* (1952), nosso foco de análise. E também como o trabalho do estudioso é visto diante de seus pares e por alguns historiadores. Observamos o que diz a historiadora:

A obra de Monsenhor Chaves é tão importante para a historiografia piauiense quanto a de Odilon Nunes e a de Abdias Neves. Em minha opinião, o somatório das obras dos dois primeiros corresponde à maior contribuição à área entre décadas de 1950 e 1970. Eles constituem a marca do período. No caso da obra chaviana, ela atravessou maiores problemas para chegar aos leitores e às salas de aula, em virtude da natureza de suas próprias edições, dificuldade que foi solucionada quando a Fundação Cultural Monsenhor Chaves, a partir de 1993, patrocinou a reedição de todo o conjunto. Odilon Nunes, ao contrário, teve suas reedições da década de 70 amplamente divulgadas (Queiroz, 2013, p. 12).⁸⁴

Quanto à primeira citação, a historiadora aponta para importância da obra, coloca a obra no mesmo patamar de significância e valorização para a história do Piauí, como as obras dos estudiosos Odilon Nunes e Abdias Neves, considerados referências clássicas e de destaque para a historiografia piauiense. E descreve as dificuldades iniciais de divulgação das obras do autor, mas que logo foram solucionadas a partir do ano 1993 e faz um comparativo com as obras de Odilon, que obteve melhor divulgação de suas obras. Percebemos, desta forma, como que esses estudiosos, por intermédio de suas produções consolidam-se como cânones da História do Piauí, tanto pela sua importância de fato, visto que compõem o pequeno rol de

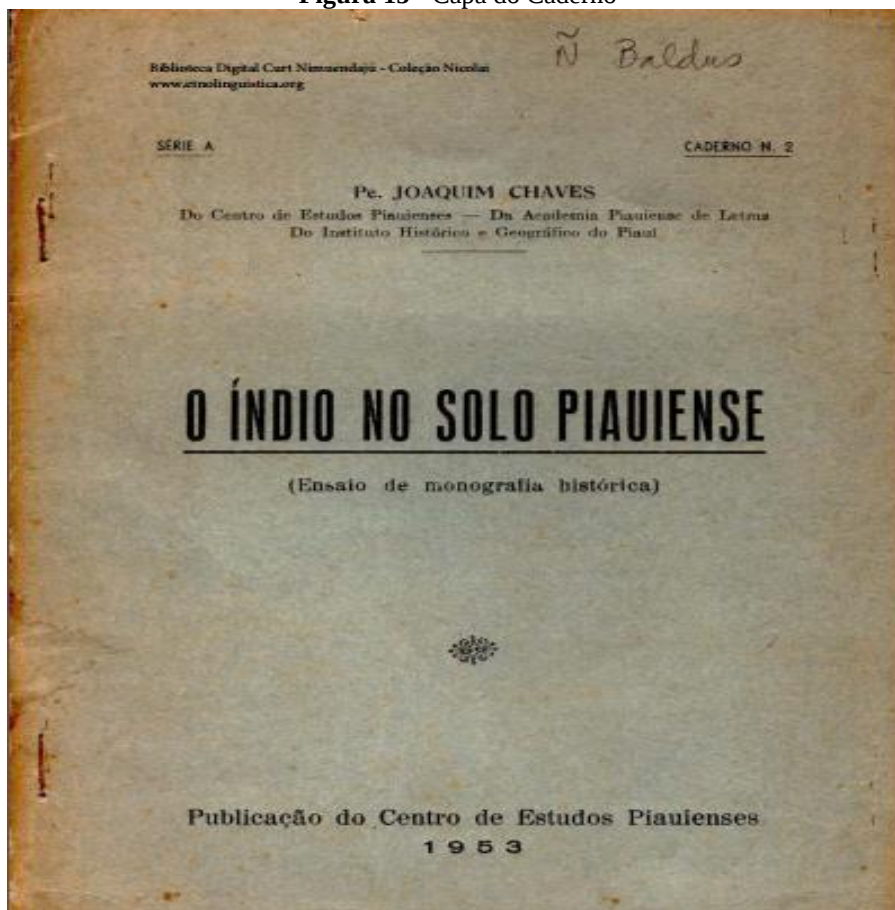
⁸⁴ QUEIROZ, Terezinha. De amor e de livros. Prefácio. In: CHAVES. **Obra Completa**: Monsenhor Chaves, Teresina: Fundação Municipal de Cultura Mons. Chaves, 2013

produções acerca da história do Piauí, visto que reúnem esforços de estudiosos, que não possuem graduação em história, e mesmo assim se arriscaram a fazê-la, no tempo, espaço e condições que possuíam. Movidos também diante da escassez de obras que retratasse a história do Estado.

Destacam-se, em vista disso, por sua organização pelo uso de fontes documentais e hemerográficas, bebem no modelo positivista do fazer historiográfico, mas também se constituem como a base da segunda geração da historiografia (Queiroz, 2015)⁸⁵ mais atualizada que a primeira geração; cada um com a sua maneira de fazê-la e, conseqüentemente, tornam-se fontes de análise e de investigação, até mesmo de revisão, especialmente, no que se refere ao sujeito indígena no ensino da História do Piauí que por muito tempo foi apagado da história contemporânea do Estado.

Vejamos agora a edição de 1953 - *O índio no solo piauiense: ensaio de monografia* publicada pelo CEP via Cadernos Históricos da instituição:

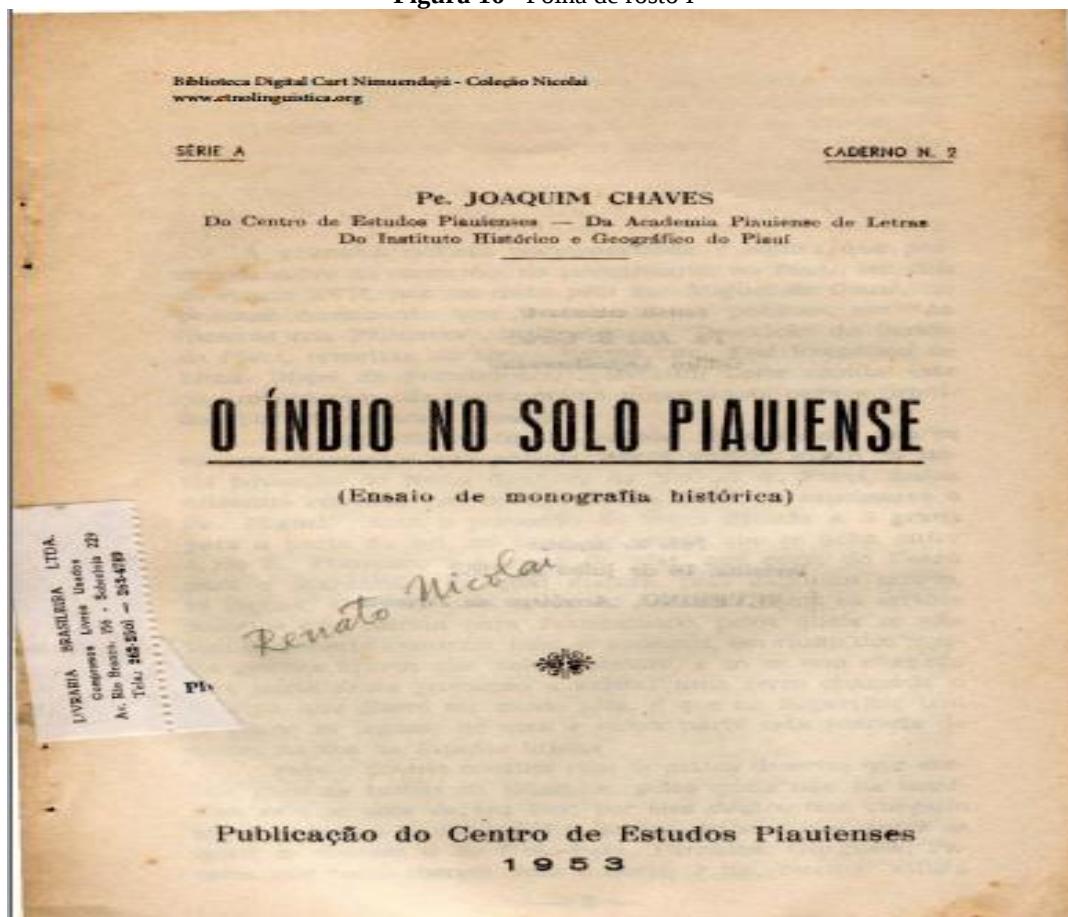
Figura 15 - Capa do Caderno



Fonte: *O índio no solo piauiense: ensaio de monografia* (1953)

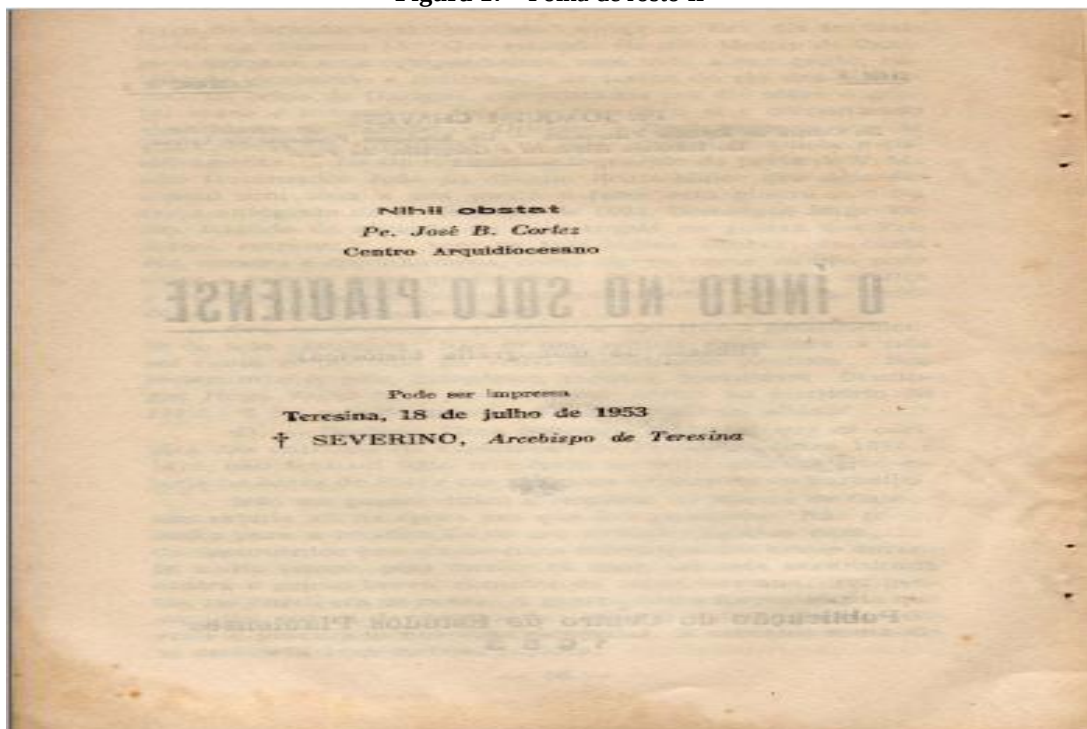
⁸⁵ QUEIROZ, Terezinha de Jesus Mesquita. **Do Singular ao plural**. 2ed. Teresina: EDUFIP, 2015.

Figura 16 - Folha de rosto I



Fonte: *O índio no solo piauiense: ensaio de monografia* (1953)

Figura 17 - Folha de rosto II



Fonte: *O índio no solo piauiense: ensaio de monografia* (1953)

Observamos que é uma capa simples. Há apenas a descrição do nome do autor, das instituições que apoiaram a publicação, o título da obra, a instituição publicadora, o ano, a série, o número do caderno e na parte superior do lado esquerdo da capa, vemos descrito o nome da instituição que detém a guarda online desta obra - a Biblioteca Digital Curt Niemuendajú⁸⁶-, na Coleção Nicolai⁸⁷, disponível em seu site. Na primeira folha de rosto, alguns desses dados se repetem, com o acréscimo de um comprovante, o que parece ser e de uma assinatura que faz referência ao pesquisador Renato Nicolai.

Na segunda folha de rosto, é descrito a expressão *Nihll obstat* que significa, segundo o Dicionário Oxford Languages⁸⁸ “permissão para publicar um livro, outorgada por censor oficial da Igreja católica que o examinou e se certificou de que nada continha contrário à fé ou à moral”, ou seja, por Chaves ser padre, era necessário a autorização da Igreja para sua publicação. Quem a permitiu foi o Padre José B. Cortez, em que seu nome vem descrito logo abaixo da autorização, seguido do local que pertencem, Centro Arquidiocesano. E mais abaixo, o que parece ser outra autorização, “Pode ser impressa”, com local e data e nome do Arcebispo de Teresina, à época, identificado como Severino. Nesta edição (1953), segue-se direto ao texto, ela não possui prefácio.

Como conseguimos primeiro a versão de *O índio no solo piauiense* (1952) em *Obra Completa: Monsenhor Chaves* (2013), iniciaremos a análise do texto por esta versão, visto que os textos da edição *O índio no solo piauiense: ensaio de monografia histórica* (1953), se repetem, a única diferença é na organização textual que na versão presente na *Obra Completa: Monsenhor Chaves* (2013), foi adicionado um tópico de abertura: “O Piauí no século XVII” e o tópico “As guerras da conquista” ele foi dividido e ganhou o tópico “Hostilidades de Domingo Jorge Velho”; e na versão de 1953, o texto é corrido com estes dois tópicos a menos. Assim, a versão presente na obra de 2013 possui, seis tópicos mais a conclusão; e a versão de 1953 possui apenas quatro tópicos e a conclusão.

⁸⁶ CHAVES, Monsenhor. **O índio no solo piauiense**. Biblioteca Curt Nimuendajú. Teresina: Centro de Estudos Piauiense, 1953. 32 p. Disponível em: https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Achaves-1953-indio/Chaves_1953_IndioPiauiense.pdf. Acesso em: 20/09/2023.

A Biblioteca Digital Curt Nimuendajú é um repositório de recursos sobre línguas e culturas indígenas sul-americanas, incluindo livros raros, artigos, dissertações e teses, com o objetivo de preparar os mais fáceis para pesquisadores e outros interessados (trecho retirado do próprio site).

⁸⁷ Pesquisador independente, Renato Nicolai é um pioneiro no uso da internet para a divulgação de informações sobre os povos indígenas do Brasil. Ao longo de décadas, vem compilando uma impressionante coleção bibliográfica sobre o assunto — generosamente compartilhada em seu site e, finalmente, na Biblioteca Digital Curt Nimuendajú. Renato também foi o principal responsável pelo sucesso do nosso projeto de digitalização e transcrição da *Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira* (Baldus 1954, 1968; Hartmann 1984). In: **Coleção Nicolai**. Biblioteca Curt Nimuendajú. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/user:rnicolai>. Acesso em 20/09/2023.

⁸⁸ **Nihll Obstat**. Disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>. Acesso em: 20/09/2023.

Desta forma, analisaremos pela versão de 1952 presente na *Obra Completa: Monsenhor Chaves* (2013), logo em seguida ao prefácio, no tópico de abertura, temos “O Piauí no século XVII”, que tem como tema o povoamento no Piauí. Para sua narrativa Chaves traz um documento do final do século XVII, intitulado “Descrição do Sertão do Piauí”, considerado o primeiro documento que “dá notícia sobre as condições de povoamento no Piauí, pelo Padre Miguel do Couto⁸⁹, datado de 2 de março de 1697” (Chaves, 1952), de acordo com o autor. Este documento “foi publicado por Ernesto Ennes⁹⁰ em a *Guerra dos Palmares* (1938). A citada descrição acima, foi remetida Ilmo. Revmo. Sr. Frei Francisco de Lima, Bispo de Pernambuco”⁹¹.

Chaves continua com as descrições de Padre Miguel do Couto, ao falar do primeiro povoado, a Vila de Nossa Senhora da Vitória do Piauí, atual cidade de Oeiras-PI. E, ao descrever a localização, traz o trecho do relato do Pe. em que ele faz a primeira menção aos povos indígenas:

Está a povoação do Piauí situada a 3 graus para a parte do sul, no meio do sertão que se acha entre o rio S. Francisco e a costa do mar, que corre do Ceará para o Maranhão, da qual distará, pelo caminho sabido, 80 léguas. Confinha pela parte do nascente com **os sertões desertos** que correm para Pernambuco, pelos quais se não tem descoberto caminho, nem se vadeiam, em razão dos muitos **gentios bravos** que neles habitam, e só se tem chegado pela parte desta povoação a avistar uma serra chamada o Araripe, que dizem ser muito alta, e que na superfície tem de plano 50 léguas; de uma e outra parte está rodeada de **várias nações de tapuias bravos** (Couto *apud* Chaves, 2013, p. 125, grifo nosso).

Percebemos que Chaves segue na mesma perspectiva que também aparece no texto de Odilon Nunes sobre a dicotomia *tupi-tapuia*, já debatida anteriormente, de bravos a mansos. Ainda neste tópico, gostaríamos de citar o texto da historiadora Nádia Farage, referência no estudo sobre a história dos povos indígenas no Rio Branco, durante a ocupação colonial no século XVIII, com sua dissertação, intitulada: *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização* (1991), em que mostra as diversas posições que os povos indígenas tomaram diante desse processo e como exerceram distintos papéis, ora inimigos, ora parceiros dos colonizadores na disputa em torno do território do Rio Branco, entre portugueses e holandeses. “Vistos pelos holandeses como ‘parceiros comerciais’ e pelos portugueses como

⁸⁹ O autor se refere ao padre como “Miguel Couto”, que também é chamado de “Miguel de Carvalho” em diversas obras que tratam sobre o primeiro registro sobre o Piauí, inclusive na obra de Ernesto Ennes, que ele cita.

⁹⁰ ENNES, Ernesto. *As Guerras nos Palmares: subsídios para a sua história*. Brasil: Ed. Nacional, 1938. Disponível em: <http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/209>. Acesso em: 20/09/2023.

⁹¹ *Id.* (1952).

fronteiras vivas, a servir de muralhas contra a penetração estrangeira”⁹². Ampliando ainda mais o debate para além da dicotomia (*tupi-tapuia*) e da visão simplista de apenas submissão e domínio do colonizador acerca dos povos indígenas na colonização.

Seguindo o relato de Couto, Chaves nos mostra o trecho em que ele descreve as terras que hoje são o Piauí, como “sertões desertos”, dando a noção de “vazio humano”, ao tempo que também em que é citado no trecho do relato do Pe., a presença dos povos indígenas nas margens dos rios, ao descrever os rios que fazem fronteira e passam pela região do Estado:

Para o poente confina com os matos desertos que correm para as Índias de Espanha, pelos quais não há caminho, nem se sabe de seu fim; por eles dentro têm chegado algumas tropas de Paulistas a avistar grandes rios, entre os quais se contam o do Grão-Pará, Parnaíba, Gurguéia, Paraim, que todos correm para o norte; e na mesma altura acharam o Rio Grande e Rio Preto, grandes e caudalosos, que correm para o sul, e se metem no rio de São Francisco, 50 léguas no sertão, acima de sua barra... Estes rios estão no sertão povoados de muitos tapuias bravos, valentes e guerreiros (Couto, 1697) *apud* Ennes, 1938, p.125).

Observamos que Chaves não questiona a descrição relatada pelo Padre Miguel Couto do Couto, talvez por acreditar na fontes documentais como confiáveis e asseguradas do relato histórico. Observamos também certa contradição no relato do Padre na narrativa de povoamento do Piauí, e aceita por Chaves. Pois, mesmo ele identificando a presença dos povos indígenas que já habitavam a região, como ele mesmo afirmou, ele demonstrar compreender a noção de povoamento, a partir da presença do colonizador, ou seja, a partir da formação do primeiro núcleo populacional com pessoas brancas, vindas do continente europeu. Que só passou à freguesia em 1696 e só em 1712 foi elevada à categoria de Vila.

Outra contradição, é na forma como o autor do relato enxerga o sujeito indígena, “tapuia bravo” e também “valente e guerreiro”. Sabemos e já debatemos o significado de *tapuia* para a época em que Chaves e Odilon escreve, ainda mais na época em que este relato foi feito e por um líder religioso que enxergava os povos indígenas como inferiores, “almas a serem salvas”, e que faz uma divisão simplista diante da diversidade dos povos indígenas, além do sentido negativo que foi associado aos povos que não pertenciam aos povos de cultura *tupi*. Porém, quando se refere à resistência dos povos indígenas à colonização, é descrito como “valente”, “guerreiro” que luta por seu território.

Em seguida, Chaves faz um breve comentário sobre o povoamento do Piauí:

⁹² LICHTENTHALE, Waldenir Bernini. **Resenhas:** Farage, Nádia. As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização. São Paulo: Paz e Terra/ANPOCS, 1991, 197 páginas. **Revista de Antropologia.** São Paulo, USP, 1992, v. 35, p. 227-251.

Era tudo o que sabiam as autoridades a respeito do Piauí: uma imensidão quase desconhecida, imprecisa, sem limites definidos, **povoada de tapuias bravos, lutando uns contra os outros, e contra o branco usurpador** (Chaves, 2013, p. 125, grifo nosso).

Chaves aqui já reconhece a ideia de “povoação”, a partir da presença de “tapuias bravos”, que lutavam entre si e com o colonizador, que ele caracteriza e adjetiva como “o branco usurpador”, visão bem diferente de Odilon Nunes, que enxerga o colonizador como agente natural e necessário para o desenvolvimento do estado. E não como Chaves os ver, como “usurpador”, que retira à força aquilo que não lhe pertencia. Nessa perspectiva, infere-se que Chaves concebia a ideia que os territórios tomados na colonização já pertenciam aos povos indígenas, inclusive os territórios que formam hoje o Piauí.

No tópico em diante, “Piauí, corredor de migração”, em que descreve os aspectos geográficos do estado, clima, relevo, vegetação e o considera como um local de migração, ou seja um local de passagem dos povos indígenas, teoria também defendida por Odilon Nunes, em suas obras, como *Pesquisas para a história do Piauí* (1975), observamos o que diz Chaves:

Esta configuração determinou, sem dúvida, a transformação deste vasto território num corredor de migração para as tribos selvagens, que se deslocavam da bacia do S. Francisco e do litoral nordestino para a bacia do Amazonas e vice-versa. Aqui endosso a opinião de Odilon Nunes, um dos maiores conhecedores da História do Piauí. Tupis, Tapuias e Caraíbas, em guerras e contínuas migrações, pisaram o solo piauiense cruzando-o nos dois sentidos. Na hora da conquista, só não foram encontrados representantes do grupo aruaque (Chaves, 2013, p. 125).

Nessa perspectiva a capitania era um corredor de passagem, dos povos indígenas, fortalece a narrativa que não havia povoamento “de fato” no estado, antes da chegada do colonizador, no sentido de que, para esses estudiosos, só poderia ser considerado povoamento, quando há uma moradia/residência fixa, e não necessariamente a presença de diversos povos indígenas na região. Acreditamos que a região foi, tanto um local de passagem como também de fixação, a depender das condições necessárias à sobrevivências destes povos.

No tópico “Índios do solo piauiense”, descreve a presença de diversos povos indígenas:

Os Tremembés, exímios nadadores e valentes guerreiros, dominavam o baixo Parnaíba e seu delta. Na Chapada das Mangabeiras e no alto Parnaíba assistiam os Aroaquizes, os Carapotangas. Um pouco mais abaixo, os Aroanguiras, Copequacas. Cupicheres, Aranhazes, Aitatus e Corerás. No médio Parnaíba, os Abetiras, os Beirtás, Coarás e Nongazes. Nas cabeceiras do Gurguéia ficavam os Acoroás, os Rodeleiros e os Beiçudos. Na extensão deste rio, os Bocoreimas, os Corsias e os Lanceiros. Os Anassus e os Alongazes, na Serra da Ibiapaba. Os Aruazes, no riacho Sambito. Os Ubatês, Moatans, Janduins, Icós e Urirês, na Serra do Araripe. Os Araiés e Acumês, nas cabeceiras do rio Piauí. Os Coaratizes e os Jaicós, no Vale do Gurguéia. Os Cupinharós, no Canindé. Os Precatizes, no Uruçuí. Os Putis, na foz do Rio Poti. Os Aranhias e Crateús, nas suas cabeceiras. Os Pimenteiras, nos limites com

Pernambuco. Os Gueguês, na região do Central Estado. Os Gamelas, Jenipapos e Guaranis, que durante algum tempo vagaram pelas margens do Parnaíba, retiraram-se para o Maranhão, logo após levante de 1713. Foram seguidos do Cabuçus, Muipuras, Aitatus, Amoipirás e Ubirajaras, que habitavam as margens do Gurguéia e do Uruçuí, do Maranhão e de Goiás (Chaves, 2013, p. 126).

Destaca também que tal descrição baseia-se através dos documentos produzidos pelo colonizador ao registrarem os conflitos:

Nômade por natureza, sempre em busca de alimentos nos rios, nas matas e nos campos, imigrando constantemente por causa das guerras contínuas, é difícil e quase impossível situar, com precisão rigorosa, o indígena no solo piauiense. Podemos, entretanto, fazê-lo, à luz de documentação escassa, em determinados períodos de tempo, mormente nos lances da conquista. Fora disso, qualquer afirmação seria mera fantasia. Uma tribo que hoje estava no médio Parnaíba poderia amanhã se deslocar para o rio do Sono, já no interior de Goiás. Feita esta ressalva, necessária, vamos situar as nossas tribos, tanto quanto possível, valendo-nos do testemunho dos exploradores que com elas se bateram em guerras de conquista e extermínio (Chaves, 2013, p. 126).

Segue abaixo comparativo entre as obras dos autores analisados, em suas versões, referente à presença indígena na região que hoje é o Piauí:

Tabela 2: Presença Indígena no Piauí - obras de Odilon Nunes e Monsenhor Chaves	
<i>O Piauí na História</i> - Odilon Nunes	<i>O índio no solo piauiense</i> - Monsenhor Chaves
Edição - 1937: Aruazes, Aboipiras, Acoroás, Aranhys, Caratiús, Guegueses, Pimenteiras, Putys, Tapa-cuás, Tremembés, Timbiras, Ubirajaras, Total: 12 povos citados Locais: ● Delta do nosso rio, e mesmo pelo littoral em grande extensão: tremembés, appellidados "peixes racionais" ● Margens do rio Piauí: Pimenteiras,	Edição -1953: Aroaquizes, Araiés, Acumês, Aruazes, Aranhazes, Aitétus, Anassus, Alongazes, Aranhias, Amoipirás, Aroquanguiras, Abetiras, Acoroás Beirtás, Beíquidos, Bocoreimas, Cabuçus, Crateús, Carapotangas, Copequacas, Cupicheres, Corerás, Coarás, Coaratizes, Cupinharós, Corsias, Gamelas, Guaranis, Gueguês, Icós,

● Valença: os Aruazes, ● Ao longo do rio Canindé: Gueguezes, Acoroás, Timbiras, ● Margens dos rios Longá e Poty: Putys, Aranhys e Caratiús ● Extremo sul, no sentido do rio Gurgueia: os tapa- cuás, ubirajaras, aboipiras	Jaicós, Janduins, Jenipapos, Lanceiros Moatans, Muipuras, Nongazes, Ubatês, Urirês, Ubirajaras Precatizes, Putis, Pimenteiras, Rodeleiros, Ubirajaras.
Edição -2013: Anaços, Alongás, Anaiós, Aroás, Ananás, Crateús, Galaches, Guacupês, Gurguéias, Tabajaras, Tremembés. Total: 11 povos citados Locais: ● Delta do Parnaíba, e mesmo pelo litoral em grande extensão, atingindo o Maranhão e o Ceará: Tremembés, apelidados de peixes racionais porque eram hábeis nadadores; ● Valença: Os Aroás, Tabajaras, da Serra Grande, vindos através do Piauí; ● Aldeados em Parnaguá: Ananás e os Guacupês ● Norte do Piauí, ao longo do rio Longá: Crateús, Anaços e os Alongás; ● Bahia: Anaiós, Galaches, e os Gurguéias vieram enxotados do rio S. Francisco, pelos vaqueiros que estavam a serviço da Casa da Torre.	Edição - 2013: Aroaquizes, Aranhazes, Aroquanguiras, Aitatus, Abetiras, Acoroás, Aruazes, Araiés, Acumês, Amoipirás, Anassus, Alongazes, Aranhins Bocoreimas, Beirtás, Beiçudos, Carapotangas, Copequacas, Cupicheres, Corerás, Coarás, Corsias, Coaratizes, Crateús, Cabuçus, Cupinharós, Gueguês, Gamelas, Guaranis, Icós, Janduins, Jaicós, Jenipapos, Lanceiros, Moatans, Muipuras, Nongazes, Precatizes, Putis, Pimenteiras, Ubatês, Urirês, Ubirajaras Rodeleiros, Total: 44 povos citados (versões de 1953 e 2013) Obs.: O total são os mesmos nas duas versões. Locais (versões de 1953 e 2013)

	Obs.: Os locais se repetem nas duas versões. ● Baixo Parnaíba e seu Delta: Tremembés; ● Chapada das Mangabeiras e no alto Parnaíba: Aroaquizes, Carapotangas. Um pouco mais abaixo, os Aroquanguiras, Copequacas, Cupicheres, Aranhazes, Aitatus e Corerás; ● Médio Parnaíba: Abetiras, Beirtás, Coarás e Nongazes; ● Nas cabeceiras do rio Gurguéia: Acoroás, os Rodeleiros e os Beíquidos. Na extensão deste rio, os Bocoreimas, os Corsias e os Lanceiros. ● Serra da Ibiapaba: Anassus e Alongazes ● Riacho Sambito: Aruazes ● Serra do Araripe: Ubatês, Moatans, Janduins, Icós e Urirês; ● Cabeceiras do rio Piauí: Araiés e Acumês, ● Vale do Gurguéia: Coaratizes e Jaicós, ● Rio Canindé: Cupinharós; ● Rio Uruçuí: Precatizes; ● Foz do Rio Poti: Putis; ● Cabeceiras do Rio Poty: Aranhias e Crateús ● Nos limites do Piauí com Pernambuco: Pimenteiras; ● Na região do Central Estado: Os Gueguês
--	---

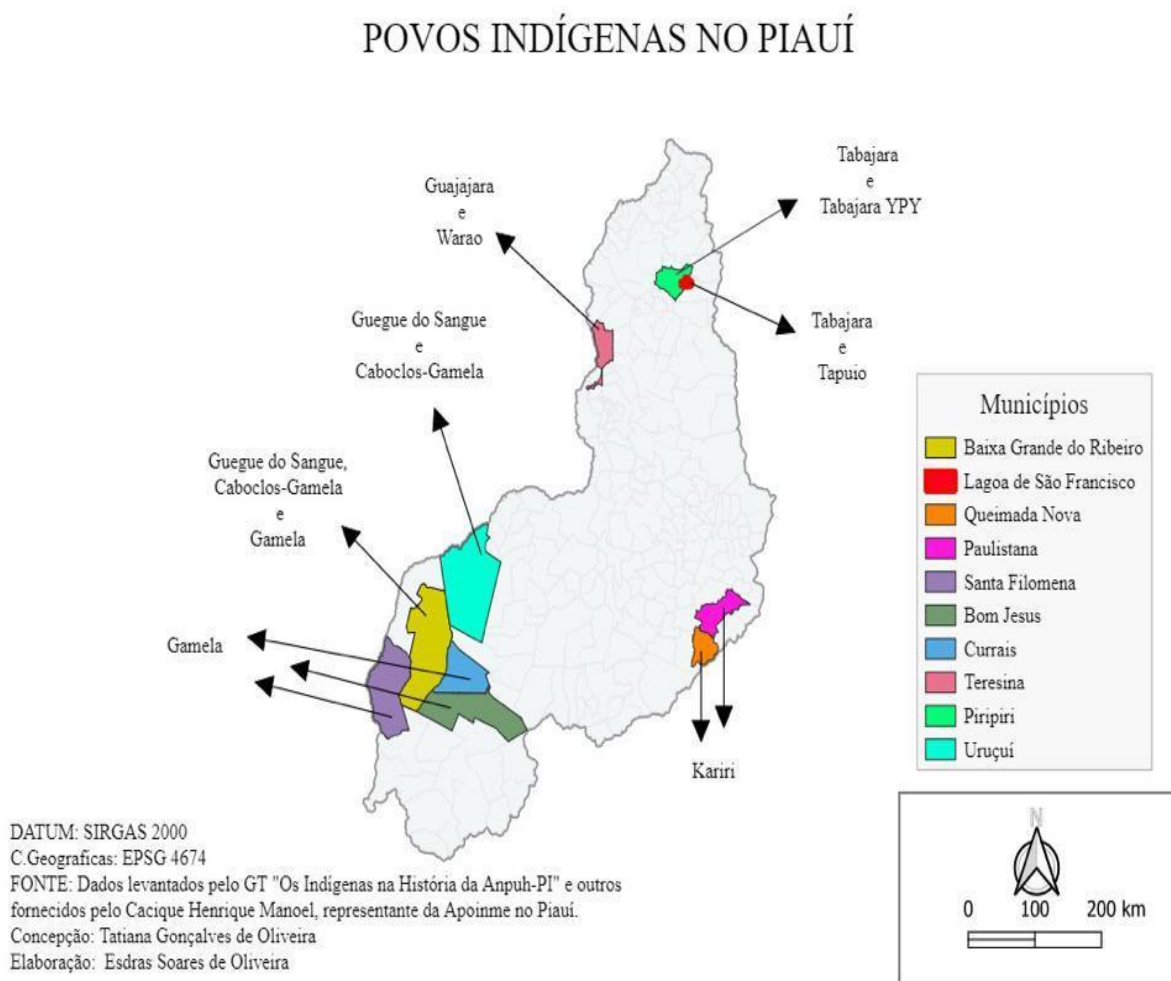
	• Margens do Parnaíba, retiraram-se para o Maranhão, logo após levante de 1713: Gamelas, Jenipapos e Guaranis, • Habitavam as margens do Gurguéia e do Uruçuí, do Maranhão e de Goiás: Cabuçus, Muipuras, Aitatus, Amoipirás e Ubirajaras.
--	---

Trouxemos a seguir o mapa produzido pelo etnólogo alemão Curt Nimuendaju (1944), em que “documenta a diversidade social e cultural do território nacional e adjacências, reunindo mais de 900 referências bibliográficas e etnográficas sobre os povos indígenas, desde o século XVI até meados do século XX”⁹³. Lembramos que ele foi produzido 13 anos após a obra de Odilon (1931) a qual estamos analisando, mas o objetivo de trazê-lo é a fim de complementar a descrição citada por Odilon, pois o europeu não cita os povos Tacarijú (1608), Puty (1674), Quitaiaaiú Acongá (1697), Timbira (1677, 1728, 1749), Kariri (1700), Akroá (1771, 1772), Pimeiteiras (1760, 1827, 1850), Guegué (1765, 1850); e nem Monsenhor Chaves cita Tacarijú (1608), Quitaiaaiú Acongá (1697), Kariri (1700) e Akroá (1771, 1772), no mapa de Curt já aparece, como podemos observar:

⁹³ MAPA do antropólogo Curt Nimuendajú reeditado pelo Iphan é apresentado em exposição. IPHAN, 2019. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5050/mapa-curt-nimuendaju-reeditado-pelo-iphane-apresentado-em-exposicao-sobre-o-antropologo#:~:text=Produzido%20h%C3%A1%20mais%20de%2070,at%C3%A9%20meados%20do%20s%C3%A9culo%20XX>. Acesso em: 24/08/2023.

Atualmente, o mapa mais recente da presença dos povos indígenas no Piauí⁹⁴:

Figura 19 - Presença dos povos indígenas no Piauí contemporâneo



Fonte: GT - os Indígenas na História - Anpuh-PI e Cacique Henrique - Apoinme-PI

Diante o exposto, há divergências entre os dois autores na descrição dos povos indígenas no Piauí - Odilon apresentou ao todo em suas versões (1937 e 2013) 12 povos; enquanto Chaves (1952 e 2013) apresentou 44 povos. Ambos não apresentaram alguns povos, já citados no Mapa de Curt Nimuendajú. Dentre eles, Odilon não apresentou oito deles, e Chaves não apresentou quatro. Observamos uma diferença significativa entre os autores, o que demonstra um maior interesse de Chaves em investigar as fontes documentais da época em busca de compreender quais povos habitavam a capitania do Piauí.

⁹⁴ Dados Levantados pelo GT "os indígenas na História da Anpuh-PI" e outros fornecido pelo Cacique Henrique, representante da Apoinme-PI.

Deve-se também à sua obra dedicar-se em busca do “índio/nosso índio” no solo piauiense, visto por ele como vítima do “branco usurpador”, em que também destaca a violência por ele sofrida. Em seguida, Chaves fala da origem do povo *Amoipirá*, que segundo o autor, descendem do povos *tupi*, descreve também aspectos culturais destes:

Como representantes da raça Tupi, demoraram no Piauí, durante algum tempo, os Amoipirás. A respeito destes selvagens sabemos que Estabeleceram-se na margem pelos ferozes Tupinaês, fizeram a sua retirada para o sertão, capitaneados por descendiam dos Tupinambás do litoral baiano. Batidos em um tal Amoipirá, de quem tomaram o nome. Estabeleceram-se na parte oriental do S. Francisco e **povoaram** todo o interior para o norte deste rio, conquistando-o em duras refregas ao tapuia bravo que o habitava. Os homens da tribo traziam o cabelo da cabeça copado e aparado ao longo das orelhas, e as mulheres usavam o cabelo comprido, como as tupinambás. Não tendo anzóis, nem ferramenta de espécie alguma, pescavam com espinhos e de arco. Tinham os beiços furados e se pintavam de jenipapo. Durante algum tempo combateram os Ubirajaras, tapuias ferozes, de língua inteiramente desconhecida. Os Pimenteiras constituíam a avançada mais oriental da migração caraíba. Os Tremembés pertenciam à raça dos cataguás. As demais tribos já mencionadas eram de tapuias legítimos, isto é, indígenas de "línguas travadas", **bons cantores, hábeis flecheiros, destros corredores e valentes na guerra** (Chaves, 2013, p. 127, grifo nosso).

Reforça ainda os estereótipos em torno do *tupi-tapuia*, povos que não falam a mesma língua do tronco-tupi, são vistos como povos de língua travadas, hoje sabemos que a diversidade linguística compõem a pluralidade étnica dos povos indígenas, mas para o período em que Chaves escreve, esse aspecto é visto pela elite intelectual como negativo, aspecto visto como um empecilho à exploração do colonizador. Também permanece a contradição, ao serem vistos como “selvagens”, “bravos”, e em seguida tece elogios, como “valentes”, “hábeis flecheiros”.

O indígena para Chaves, pelo que podemos compreender, só é positivo quando é capaz de executar alguma atividade relacionada à guerra ou à sobrevivência, somente nesses aspectos é dado algum valor ao indígena, a partir de sua ação e não de sua existência. Além disso, o autor utiliza-se de termos dentro da lógica cristã, na mesma visão do colonizador, ao se referir aos povos indígenas, como “selvagens”, “silvícolas”, “tribos”.

No tópico “Hostilidade de Domingos Jorge Velho” confere a este português como o primeiro colonizador que “hostilizou o nosso índio”, diante das disputas de narrativas que “questionavam o pioneirismo de Domingos Jorge Velho no desbravamento do Piauí” (Moura, 2010, p. 60), o autor traz um longo debate acerca de onde Domingos Jorge Velho saiu para combater Palmares. Analisa as correspondências e descreve as possíveis rotas do “desbravador” na captura de indígenas, referindo-se a eles como selvagens. Reproduz as narrativas encontradas nos documentos oficiais deste período, principalmente, relacionado à antropofagia, descritos como “comedores de carne humana”. Sendo que esta prática altamente ritualizada e simbólica

não se constitui como prática comum a todos os povos indígenas à época, mas por muito tempo foi utilizada como ferramenta para demonizar as práticas culturais destes povos, sem conhecimento e compreensão alguma do que se trata. Além disso, este ritual era realizado há séculos passados por povos *tupinambás*, geralmente localizados no sul do estado da Bahia.

Embora descreva com crivo a violência sofrida pelos povos indígenas, mantém sua perspectiva negativa acerca do perigo que os indígenas poderiam representar para as fazendas e povoados, como “hostilizar o branco” (Chaves, 1953, p. 20). Enquanto que na narrativa de Nunes acerca desde ponto, sua percepção acerca de Jorge Velho é encarado como herói, como “valente guerreiro nas lutas que sustentara contra os índios do Piauí” (Nunes, 1953, p. 34) e “responsável pela obra de povoamento e enriquecimento de nosso solo” (*Idem*, 1953, p. 32).

Os dois últimos tópicos: “As guerras da conquista” e “Última fase da conquista” são dedicados a descrever as várias expedições realizadas para assolar os povos indígenas que resistiam às investidas do invasor, descrevendo as atrocidades cometidas pelos colonizadores. Cita também, assim como Nunes, o Levante geral dos *Tapuias*, liderado por Mandu Ladino, cita a resistência indígena, as invasões das fazendas e guerras; cita também Bruenk e usa termos como “desbaratados”, “batidos”, “mortos”, “acabados” ao se referir a esse processo de violência contra os povos indígenas. Ademais vejamos a reflexão que o autor piauiense traz a respeito desse período:

Os ataques que vieram depois serão ataques esporádicos, de tribos **inassimiláveis**, em pontos isolados e em circunstâncias que, bem pesados os prós e os contras, seríamos forçados a dar razão ao índio, e não ao branco. Mas na época em que os fatos sucederam, e no local em que se desenvolveram **os índios eram bichos do mato que se podia escravizar quando apanhados no campo de batalha, e que se podia matar, quando pilhados roubando o gado das fazendas**. Eles foram as pobres vítimas de um choque de culturas. Amendo em extremo a sua liberdade, reagiram violentamente quando perceberam a intenção do branco de escravizá-los. Para desagravarem aquilo que supunham ser a sua honra ofendida pelo injusto agressor agrediram, e cometeram inúmeras atrocidades. Mas, porventura, teriam sido maiores e mais requintadas do que as que sofreram por parte do seu contendor, o branco civilizado? A história diz que não (Chaves, 2013, p. 138, grifo nosso).

Consoante ao fragmento acima, Chaves corrobora com a história tradicional que vê os povos indígenas com inferioridade, ainda os enxerça pela ótica do colonizador, apesar de enxergar e denunciar tamanha violência praticada aos povos indígenas, e até se sensibilizar, por serem como eram, por terem costumes e modo de vida diferente do colonizador, em sua visão, era o modelo de civilização a ser seguido. Delimita o fim das guerras entre indígenas e brancos, aponta que os primeiros são aniquilados por completo, e, segundo ele, os que “restaram” foram “assimilados à civilização”, decreta a morte dos indígenas:

Em 1793 há o último levante de índios no Piauí. São os Tapeçuás e Tapeçuás-Mirim que se levantam em Parnaguá. São batidos e arremessados para Goiás pelo Capitão Manoel Ribeiro Soares. Desde então não houve mais luta com índios na Capitania. As tribos mais indômitas tinham sido aniquiladas; os restos das outras estavam aldeados e definitivamente pacificados (Chaves, 2013, p. 144).

Embora, não significa necessariamente dizer que no Piauí, pelo fato de serem aldeados/pacificados eles não são mais indígenas. A narrativa de Chaves foca principalmente na presença do sujeito indígena no Piauí e a violência sofrida ao longo processo de colonização do Piauí e em sua conclusão, diz:

Conclusão

O problema do selvagem, no Piauí, não oferece características diferentes das que apresentou em outros pontos do território nacional. Nosso Índio foi a grande vítima do civilizado. O branco tomou-lhe as terras para povoá-las a seu modo. Escravizou-o, no princípio. Cometeu contra ele graves injustiças, que o fizeram levantar-se em armas, em grandes federações tribais ofensivas e também defensivas. Tremendas represálias se praticaram, então, de ambos os lados. **Afinal o índio capitulou. Tinha que ser. Foi assim em toda a parte. A diferença de cultura e a inferioridade de armas conspiraram contra ele.** As tribos mais aguerridas foram aniquiladas ou expulsas do nosso território. As mais fracas se acomodaram à convivência com o usurpador; disto resultou o lastro de mestiçagem, que é a base do nosso potencial étnico, ainda em franco processo de caracterização. Não houve porém, fora do Piauí, um outro João do Rego Castelo Branco⁹⁵, nem coisa que se lhe assemelhasse. Rendamos, pois, sincera homenagem à bravura inextinguível dos nossos índios, interessando-nos mais vivamente pela sua história, que é o princípio de nossa história. Muitos elementos necessários para um conhecimento mais profundo dos nossos selvagens, seus costumes seu grau maior ou menor de desenvolvimento, tais como sejam armas, utensílios, adornos, ainda jazem escondidos no subsolo. Implementos soterrados em S. Raimundo Nonato, por exemplo, muito nos poderão dizer dos Pimenteiras. Há, no Estado, outras zonas privilegiadas como aquela e que devem encerrar no seu bojo verdadeiros tesouros de etnografia indígena. Apareçam, pois, os estudiosos e os pesquisadores. O campo é vastíssimo e inexplorado (Chaves, 2013, p. 145, grifo nosso).

Na história de Chaves, o indígena morto é a consequência da sua inferioridade e teimosia em ser livre e não aceitar a fé católica, por não se submeter ao invasor. Nesse ínterim, o índio só resistiu, morreu; e o que sobreviveu se aldeou/pacificou. Assim como Nunes também condena o genocídio mas não veem problema do etnocídio. Assim, na perspectiva do autor, no Piauí não tinha mais indígenas. Restando assim apenas vestígios de sua existência para pesquisa, através de objetos de estudos arqueológicos, antropológicos, paleontológicos e históricos como sugeriu para a etnografia indígena.

2.3 Diálogo entre Chaves e Odilon

⁹⁵ Colonizador e grande apresador de indígenas no Piauí (Alencastre, 2015, p. 36).

Seguimos agora, após a análise e apresentação do primeiro livro didático de História do Piauí, de Odilon Nunes e do clássico livro de Monsenhor Chaves, para algumas reflexões possíveis, a partir destas importantes fontes de estudo para o nosso trabalho. A primeira delas, refere-se à produção do livro que, desde os tempos modernos, segundo o historiador Roger Chartier em sua obra *Cultura escrita, literatura e história* (2001), passa por diversas intervenções, por diversos agentes, além das diversas técnicas que se desenvolveram ao longo do tempo, até a constituição do livro:

Desde meados do século XV, os processos de produção do livro impresso mobilizam os conhecimentos e os procedimentos de todos os que trabalham na oficina tipográfica (editores, revisores, linotipistas, impressores). [...] As técnicas mudam e, com elas, os protagonistas da fabricação do livro, mas permanece o fato de que o texto do autor não pode chegar a seu leitor senão quando as muitas decisões e operações lhe deram forma de livro. Não dá para esquecer isto ao lê-lo (Chartier, 2001, p. 10).⁹⁶

Conforme o autor propõe, muitas decisões e laborações antecedem a etapa final de formação de um livro, elas tornam-se definidoras da sua própria constituição de livro, como objeto de consumo. No caso do primeiro livro didático sobre História do Piauí é marcado como por decisões, a princípio, pelo interesse do próprio autor de atender a escassez de compêndios sobre história do Piauí, para o público primário, e depois de instituições, que no decorrer do tempo, se interessam em sua reedição que culminaram na possibilidade de acesso à uma obra publicada em 1931.

Conforme Queiroz (2007)⁹⁷ a obra foi produzida por iniciativa própria do autor Odilon Nunes e somente depois recebeu patrocínio para sua publicação e reedição por parte do governo do estado, dando-lhe forma de livro/obra, a ser publicada por uma instituição de poder, o governo estadual, que reconhece seu valor cultural para a história do Estado. Este aspecto é prática comum no mercado editorial interno no estado do Piauí, hoje também estimulado como vimos pela Academia Piauienses de Letras (APL) que concentra a maior parte de livros de autores locais, tanto na literatura, quanto na história para vendas, atendendo, principalmente, a um público específico, geralmente estudantes/pesquisadores e interessados na história local. São obras consideradas referências para o estudo da História do Piauí como refletimos anteriormente.

O primeiro livro didático sobre História do Piauí, *O Piauí na história* (1931), surge diante da carência de exemplares que tratam da história local, criado com a proposta de ser

⁹⁶ CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história**: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antônio Saborit. Porto Alegre: Artmed, 2001.

⁹⁷ QUEIROZ, Teresinha de. Odilon Nunes: história e erudição. In: NUNES, Odilon. **Pesquisas para a história do Piauí**. 2ed. Vol. 1. Teresina: FUNDAP; Fund. Mons. Chaves, 2007.

utilizado em sala de aula, como público alvo, professores e estudantes do ensino primário, o que corresponde hoje, o ensino fundamental. Sua principal função é ser um recurso de ensino que ajude no desenvolvimento de conscientização histórica sobre a história do Piauí. O próprio título da obra sugere que o Piauí faz parte da história, ele “está na história”, e, em diversos momentos, nos diálogos, o autor traz à tona temas/fatos históricos nacionais através do seu personagem, o avô “Aguiar” e do seu neto, o personagem “Almir”, que é questionado pelo avô sobre a participação do Piauí nestes fatos históricos.

Percebemos uma tentativa de lembrar que o Estado esteve presente nos momentos considerados de maior destaque na narrativa histórica nacional, como na Independência, por exemplo, como vimos anteriormente. O próprio autor em diversos momentos através do personagem do neto “Almir”, exalta e destaca o prazer e a necessidade de conhecer a própria história, como forma de valorização da “sua gente”, de sua cultura e de sua memória, uma forma de não esquecer as “origens”, de compreender a dimensão de sua própria história, do que foi e do que é no presente (período em que o autor escreve sua obra).

Neste aspecto, acerca da importância da narrativa histórica na aprendizagem histórica e na construção da consciência histórica no ensino de história, lembramos o que diz o historiador Jorn Rusen em seu texto *O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica: uma hipótese ontogenética relativa à consciência moral* (1992):

[...] a consciência histórica funciona como um modo específico de orientação em situações reais da vida presente: tem como função ajudar-nos a compreender a realidade passada para compreender a realidade presente. [...] O histórico como orientação temporal une o passado ao presente de tal forma que confere uma perspectiva futura à realidade atual. [...] A consciência histórica serve como um elemento de orientação chave, dando à vida prática um marco e uma matriz temporais, uma concepção do "curso do tempo" que flui através dos assuntos mundanos da vida diária. [...] A consciência histórica trata do passado como experiência, nos revela o tecido da mudança temporal dentro do qual estão presas as nossas vidas, e as perspectivas futuras para as quais se dirige a mudança (Rusen, 1992, p. 31-36).

A necessidade de conhecer o passado e especificamente como os povos indígenas são colocados nesse passado é fundamental para compreender qual passado indígena no Piauí é lembrado. Que consciência histórica tem se formado acerca desses sujeitos no ensino de história, por intermédio dos livros de história do Piauí, como o de Odilon Nunes e de Monsenhor Chaves, como vimos, é do indígena morto, perpetuado no passado.

Nunes nos diálogos de seus personagens, demonstra o desejo de mudança, de transformação da sociedade piauiense, além de projetar na gerações futuras, principalmente, naquelas em que o livro se destina, a esperança para que o Piauí alcance seu êxito máximo como um Estado desenvolvido e reconhecido em seus feitos, tanto na educação como também na

economia, áreas em que o autor atuou como docente e pesquisador, porém em seu projeto de consciência histórica, de futuro, não tem espaço para o sujeito indígena, pois em sua perspectiva assimilacionista no presente em que Odilon e Chaves escrevem, para eles não existem os indígenas.

Há um outro passado a ser lembrado acerca dos povos indígenas no ensino de história do Piauí, há uma nova consciência histórica a ser formada sobre eles, há uma outra história. Há novos olhares que os compreendem como sujeitos protagonistas de suas histórias, tanto no passado, como no presente. E esta perspectiva é necessária que se desenvolva, e se consolide no ensino de História do Piauí, para que não se reproduza mais o discurso que por muito tempo negou os indígenas no presente e os congelava ao passado.

Quanto à historiografia, neste processo, ela exerce um papel fundamental, pois ela será o meio pelo qual os “intelectuais” locais irão construir uma história para o espaço/lugar em que vivem, irão reunir um esforço para escrever as narrativas de origem do estado, e neste fazer, sentir-se pertencente, individual, mas também coletivamente. Visto que essa consciência histórica é estimulada por via das obras de autores locais que escrevem sobre a história, literatura, geografia, religiosidade, economia do estado, tendo em vista o maior alcance possível e divulgação e consumo destas obras pela sociedade piauiense.

Lembramos aqui neste caso, o que afirma o historiador Fernando Catroga, em seu livro *Memória, História e Historiografia* (2015), ao levantar um debate crítico e rico para compreensão e equacionamento dessas categorias, sugere a memória como aliada da história na produção e enaltecimento de certos tipos de discursos:

Nessa óptica, será cair num outro tipo de ingenuidade epistemológica pensar que a dialética entre memória e o esquecimento é um pecado exclusivo das anamneses individuais, e por analogia, coletivas. Também a historiografia – que nasceu sob o signo da memória – apesar de querer falar em nome da razão, se edifica, voluntariamente ou involuntariamente, sobre silêncios e recalcamientos, como a história da história tem sobejamente demonstrado. Esta inevitabilidade aconselha a ser-se cauteloso em relação ao ‘discurso manifesto’ dos seus textos, vigilância que deve ser redobrada quando a própria recordação é elevada a documento, isto é, ao nível arquivístico necessário para se dar objetividade ao trabalho de explicação/compreensão para onde deve subir a interpretação historiográfica (Catroga, 2015, p. 68).

O interesse de se construir uma narrativa histórica para o Estado do Piauí manifesta-se também da necessidade de romper com os “silêncios e recalcamientos” da exclusão da historiografia nacional; e como sugere o autor, é necessário estar atento ao surgimento dessas narrativas, que a princípio se mostram reparadoras, mas que no seu processo de sua tessitura, podem produzir discursos que tornam-se enaltificados, considerados oficiais. Estarmos atentos à

dinâmica que permeia as aproximações entre à historiográfica, à memória, à história, à produção historiográfica e seu tempo, o que possibilita-nos interpretar de diversas maneiras o passado historiográfico, compreender os significados dado a essas narrativas históricas. Ou seja, conforme o historiador José Jobson de Arruda pontua na apresentação do livro *A pesquisa histórica: teoria e método* (2006), de Júlio Aróstegui:

Em suma, a historiografia deve manter-se atenta à sensibilidade de cada momento, ao tempo presente como portador de vasta potencialidade, uma exigência da sociedade da informação, pois a ‘história vale o que valem o presente e sua linguagem’, como diz Aróstegui (Aróstegui, 2006, p. 6).

Essa sensibilidade da historiografia ao tempo e, especialmente ao tempo contemporâneo, direciona e estimula a produção historiográfica acerca de determinados temas e sujeitos imperativos ao momento vivido pela sociedade. O presente pode se reconectar ao passado, a fim de rever, reavaliar e também para criar novas construções narrativas sob perspectivas diferentes, antes não utilizadas/existentes, através das lentes do presente.

Quanto ao papel do livro didático no ensino de história, vejamos o que diz a historiadora Circe Maria Fernandes Bittencourt em sua obra *Ensino de história, fundamentos e métodos* (2008):

A produção dessa literatura didática tem sido objeto de preocupações especiais de autoridades governamentais, e os livros escolares sempre foram avaliados segundo critérios específicos ao longo da história da educação. Os livros de História, particularmente, têm sido vigiados tanto por órgãos nacionais como internacionais, sobretudo após o fim da Segunda Guerra Mundial. A partir da segunda metade do século passado, divulgavam-se estudos críticos sobre os conteúdos escolares, nos quais eram visíveis preconceitos, visões estereotipadas de grupos e populações. Como se tratava da fase do pós-guerra, procurava-se evitar, por intermédio de suportes educacionais, qualquer manifestação que favorecesse sentimentos de hostilidade entre os povos. Nessa perspectiva, a História foi uma das disciplinas mais visadas pelas autoridades. Essa vigilância é visível ainda na atualidade, como bem o demonstra a imprensa periódica (Bittencourt, 2008, p. 150).

O livro didático ainda hoje é um dos recursos mais utilizados para o ensino, ele concentra o conteúdo que serão ministrados pelos professores aos seus alunos, durante todo o ano letivo. Além disso ele “precisa ainda ser entendido como veículo de um sistema de valores, de ideologias, de uma cultura de determinada época e de determinada sociedade.”⁹⁸ E o livro didático de História do Piauí, no caso o livro *O Piauí na História* (1931), de Nunes, atende aos interesses do poder local, dos próprios autores interessados em construir uma história originária para o Piauí, do governo do Estado, à escassez de livros voltados para a história regional, além de legitimar uma história tradicional na qual engrandece, valoriza e coloque em destaque o

⁹⁸ Bittencourt, 2008, p. 151.

Estado do Piauí e também escolhe heróis (colonizador) para suas narrativas históricas. Não muito diferente, do que por muito tempo o ensino de história esteve voltado no Brasil, como no texto “Moral da história: representação dos índios nos livros didáticos”, do historiador Mauro César Coelho publicado no livro *História: que ensino é esse?* (2013), vejamos abaixo:

O ensino de história, tradicionalmente, esteve voltado para a formação da identidade nacional. Era por meio da história (do Brasil e da civilização) que se deveriam incutir, nos alunos, valores nacionais, como o respeito aos governantes, o culto aos heróis e aos símbolos pátrios e o desenvolvimento de algumas atitudes, como o respeito à ordem e à autoridade (representada pelos mais velhos, pela família, pelas autoridades). Era por meio da disciplina de história (ou suas Correlatas) que os alunos eram introduzidos no processo do qual faziam parte da humanidade, do Ocidente e do Brasil (Coelho, 2013, p. 68)

Quanto aos povos indígenas, nessa narrativa histórica do livro didático de história do Piauí de Odilon Nunes e Monsenhor Chaves, eles existiram e resistiram apenas no período colonial, e foram “misturados/integrados” à sociedade piauiense, depois disso não se vê menção alguma a esses povos. Para a catequização em ambas versões, são vistos como “selvagens”, “carentes de salvação”, vistos como “ingênuos”, ao mesmo tempo que em outros momentos, também são visto como fortes.

Em ambas narrativas, aparecem resistindo à invasão do colonizador. Na narrativa de Nunes, aparecem como “empecilhos ao progresso”, como “perturbadores da paz nas fazendas”, “raça” que segundo o autor “precisa ser aniquilada pelo branco europeu”, aspecto visto por ele como a “lei natural, do mais forte vence o mais fraco”. E, só ganha algum valor quando serve de guia nas matas para os bandeirantes ou como guerreiro, na luta ao lado do branco invasor, e depois é “integrado à sociedade colonial”. Ou seja, a ideia da mestiçagem, perspectiva muito presente no final do século XIX para o XX, em que cabia “aos políticos e intelectuais do Brasil homogeneizar populações extremamente diversas do ponto de vista étnico e cultural, unificando-as em torno de identidades e histórias comuns” (Contijo, 2012, p. 27).⁹⁹

Este modelo de narrativa por um longo período colocou os povos indígenas à margem da história do Brasil e, neste caso, não foi diferente na história do Piauí. Por muito tempo, acreditou-se que não existia indígenas no Estado por conta da influência desta narrativa que contribuiu para o fortalecimento do discurso da inexistência indígena no Piauí. Por muito tempo, ela se fez presente em sala de aula, em muitas escolas do Estado, quando não tinham

⁹⁹ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo.** Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Frrhj.anpuh.org%2FRHHJ%2Farticle%2Fdownload%2F39%2F29&psig=AOvVaw0gvu0nxXc7Z49b0KKNm9wf&ust=1720140033563000&source=images&cd=vfe&opi=89978449&ved=0CAYQrpoMahcKEwjw2e-Ok4yHAXUAAAAHQAAAAQBA>. Acesso em: 29/06/2024.

material didático voltado para a história local e muito menos voltado para uma história na qual incluísse os povos indígenas como participantes ativos na história do Piauí e não apenas como “necessitados de cultura e civilização” aos moldes europeus.

Assim, ao apresentar e analisar parte da produção historiográfica piauiense no recorte e tema escolhido, neste primeiro capítulo, na busca de compreender como os povos indígenas são representados nos livros de história da história do Piauí, e como a escrita desses autores pode ter influenciado na construção de uma determinada visão sobre eles, torna-se necessário e nos dá pistas para compreender como o discurso da inexistência indígena perdurou por tanto tempo nos espaços escolares e acadêmicos no Piauí. Ademais, tornar-se urgente, diante da demanda atual dos povos indígenas, que buscam seus direitos e uma história que os inclua como sujeitos históricos autônomos e protagonista na história e na construção de suas próprias narrativas históricas.

Nesse sentido, ao apresentar nossa percepção acerca da diferença entre os autores trazemos aqui a percepção de Queiroz, ainda no prefácio da *Obra Completa: Monsenhor Chaves* (2013) sobre a diferença entre os autores:

O que diferencia basicamente os dois autores? Odilon Nunes é mais tradicional, no conjunto é mais erudito, bastante apegada às fontes e bem mais enquadrado na tradição que marca as décadas de cinquenta e seguintes. Monsenhor Chaves, em seus escritos, rompe com aquele padrão e provoca uma verdadeira ampliação nos aportes da história do Piauí ao antecipar um tipo de historiografia voltada para a questão do social, da pobreza, da opressão (*Id.* 2023, p. 13).

Concordamos com a diferença de escrita entre os autores apresentada pela historiadora, pois em nossa análise percebemos que eles possuem interesses distintos. Embora tratem de temas em comum, como o povoamento, colonização, povos indígenas, dentre outros; um traz para si a responsabilidade de colocar o “Piauí na História”, (Odilon), o outro (Chaves), além de debruçar-se sobre ela, elege sujeitos, até então menosprezados, para o centro da sua trama narrativa, como os povos indígenas. Mas ambas também concordam com a morte do indígena na história do Piauí.

A principal diferença de olhar/perspectiva entre os autores é que na obra de Odilon Nunes, em *O Piauí na história* (2013), o indígena é visto como empecilho ao desenvolvimento trago pelo colonizador ao Estado do Piauí; e, na obra de Monsenhor Chaves, em *O índio no solo piauiense* (1952/2013), ele é visto como vítima do “branco usurpador” que tomou o seu território e ceifou vidas. De forma mais radical, Nunes decreta o desaparecimento total dos povos indígenas, no trecho: “todos foram aniquilados”, que segundo o autor: “E hoje, o sangue

dessa raça forte e generosa, cuja característica predominante é o espírito de liberdade, palpita, no coração de quase todo brasileiro” (Nunes, 2013, p. 51).

De maneira mais branda, ainda em sua edição de 1953, Chaves conclui:

Conclusão

O problema do selvagem, no Piauí, não oferece características diferentes das que apresentou em outros pontos do território nacional. Nosso índio foi a grande vítima do civilizado. O branco tomou-lhe as terras para povoá-las a seu modo. Escravizou-o, no princípio. Cometeu contra ele graves injustiças, que o fizeram levantar-se em armas, em grandes federações tribais ofensivas e também defensivas. Tremendas represálias se praticaram, então, de ambos os lados. Afinal o índio capitulou. Tinha que ser. Foi assim em toda a parte. A diferença de cultura e a inferioridade de armas conspiraram contra ele. As tribos mais aguerridas foram aniquiladas ou expulsas do nosso território. As mais fracas se acomodaram à convivência com o usurpador; disto resultou o lastro de mestiçagem, que é a base do nosso potencial étnico, ainda em franco processo de caracterização. Não houve, porém, fora do Piauí, um outro João do Rêgo Castelo Branco, nem coisa que se lhe assemelhasse. Rendamos, pois, sincera homenagem à bravura inextinguível dos nossos índios, interessando-nos mais vivamente pela sua história, que é o princípio de nossa história. Muitos elementos necessários para um conhecimento mais profundo dos nossos selvagens, seus costumes, seu grau maior ou menor de desenvolvimento, tais como sejam armas, utensílios, adornos, ainda jazem escondidos no subsolo. Implementos soterrados em S. Raimundo Nonato, por exemplo, muito nos poderão dizer dos Pimenteiras. Há, no Estado, outras zonas privilegiadas como aquela, e que devem encerrar no seu bojo verdadeiros tesouros de etnografia indígena. Apareçam, pois, os estudiosos e os pesquisadores. O campo é vastíssimo e inexplorado.

Diante os fatos arrolados, Chaves fecha sua obra exaltando os povos indígenas, por sua coragem e resistência, incentivando o estudo de sua história, mesmo que considere apenas vestígios de sua existência como fonte. Ele enxerga o genocídio e etnocídio, vê a mestiçagem como potencial étnico do povo brasileiro, perspectiva muito comum na historiografia da época. Cita os vestígios em São Raimundo Nonato, sudeste do estado, onde hoje está localizado o Parque Nacional da Serra da Capivara, os enxerga como tesouros para a etnografia indígena. Mas a História Indígena está viva nas identidades étnicas (autodeclararam), nas práticas culturais, nas narrativas dos povos indígenas e não em pesquisas arquivistas e sítios arqueológicos como Chaves sugere.

Embora Chaves tenha uma perspectiva mais promissora e sensível acerca dos povos indígenas e de sujeitos marginalizados na historiografia, ele, ainda junto a Odilon, com suas obras, corroboraram com uma perspectiva tradicional da historiografia que enxergava-os como indivíduos inferiores e que foram assimilados à sociedade colonial. Ambos, ao nosso ver contribuíram significativamente para a construção de um discurso de invisibilidade indígena na história do Piauí.

Partimos, então, para análise de livros didáticos de conteúdo regional de história e de geografia do Piauí e de dois livros da produção historiográfica piauiense que trazem a

temática indígena como foco central de suas narrativas. Nosso objetivo é compreender como os povos indígenas são representados nos livros didáticos e como as produções historiográficas dialogam, reverberam, possuem ou não consonância com os livros didáticos de conteúdo regional, identificando como tem sido realizado o ensino sobre os povos originários na história do Piauí.

3 CAPÍTULO II: OS POVOS INDÍGENAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO PIAUÍ

Neste capítulo, nosso objetivo é análise dos livros didáticos de História do Piauí a fim de compreender como eles trazem os povos indígenas na história do Estado. Mas antes é necessário compreender quais obras historiográficas podem ter contribuído e/ou ter influenciado nas representações e no conteúdo descrito acerca dos povos indígenas nos livros didáticos de história local. Desta forma é importante estar atento ao que se produz acerca destes povos, especificamente, durante um período em que se percebe a obrigação legal do Estado do Piauí em produzir livros didáticos deste tipo, a fim de atender a demanda educacional local.

Desta forma, destacamos e consideramos necessário o debate historiográfico acerca dos povos indígenas, ao examinarmos a obra *Etno-história indígena piauiense* (2009), do geógrafo João Gabriel Baptista que foi membro¹⁰⁰ da Academia Piauiense de Letras. A escolha dessa obra para o debate historiográfico deve-se ao fato de que ela, apesar de não ter sido publicada com a função de livro didático, busca dar conta de uma história e da presença indígena no Piauí. Ademais, possui grande relevância para o ensino de história do Piauí acerca dos povos indígenas, pois, propõe-se a “rememorar a história dos índios do Piauí”.

Nesse sentido, ela traz pontualmente os períodos em que os povos indígenas são citados em documentos/correspondências oficiais desde o período colonial até o século XIX e possui uma proposta mais antropológica apresentando: características, aspectos culturais, quantidade populacional, costume, habitat, etnias, nações. Em suma - trata essencialmente da história indígena no Piauí.

Dito isso, sabemos que o que é produzido no âmbito acadêmico, na produção de novos conhecimentos e perspectivas sobre temas já debatidos, ganham atualização nos livros didáticos, à medida que novas pesquisas surgem, embora saibamos que as renovações não são imediatas. Além disso, estas obras servem de suporte para pesquisa ou consulta sobre o estudo/ensino da história do Piauí, diante do estímulo legal, como é no caso da LDB Estadual do Piauí; ou também do interesse do professor pela história do Piauí. Obra que consideramos importante para se compreender como a história acerca dos povos indígenas no Piauí está sendo produzida por intelectuais da academia no mesmo período em que os livros didáticos de conteúdo regional também foram produzidos.

¹⁰⁰ Cadeiras e Patronos da Academia Piauiense de Letras. Disponível em: <https://www.academiapiaiensedeletras.org.br/cadeiras-e-patronos/>. Acesso em: 23/05/24.

Quanto aos livros didáticos de conteúdo regional, os quais debruçaremos nossa análise foram destinados a atender à educação básica no Estado, das séries dos anos iniciais aos anos finais (4º ano 8º ano e também atendem a Educação de Jovens e Adultos-EJA). Entre eles, algumas das obras passaram por processo de licitação para produção de livros didáticos de conteúdo regional, entre os anos de 2003-2006, no governo ex-governador Wellington Dias e outros foram produzidos por editoras privadas de São Paulo em parceria com professores de instituições educacionais privadas no Piauí, na cidade Teresina

Assim, iniciaremos nossa análise com a obra *Etno-história indígena piauiense* (2009), do geógrafo João Gabriel Baptista e, em seguida, com o livro *Estudos regionais do Piauí* (?), da autora Joselina Lima Pereira Rodrigues; *Geografia e história do Piauí para estudantes: da Pré-história à atualidade* (2002), de Adrião Neto, em que ambas tratam da geografia e história do Piauí. Seguimos com os livros: *História do Piauí*. 1ª ed., 4º ou 5º ano (2008), dos autores Henrique Delboni e Paulo Jorge Storace Rota e, por fim, *Piauí: História*. 1ª ed. (2008), 1ª ed., 4º ano, da autora Luana Andrea Sampaio.

Temos, portanto, o objetivo de compreender como eles trazem os povos indígenas na História do Piauí. De compreender como é posta a história dos povos indígenas na história do Piauí e identificar se os discursos historiográficos tem consonância ou não com os livros didáticos de conteúdo regional acerca dos povos indígenas no Piauí. Se interferem ou não na percepção deles no ensino de história, e quais representações foram criadas acerca deles.

3.1 Os povos indígenas em *Etno-história indígena Piauiense* (2009)

A obra em análise foi publicada em sua segunda edição, no ano de 2009, via Convênio entre o Governo do Estado (2007-2010) e Academia Piauiense de Letras (APL) pela Fundação Cultural do Piauí (FUNDAC)¹⁰¹. Fazendo parte do incentivo governamental de reeditar obras de diversos autores piauienses pelo motivo do Governo Estadual, nas palavras da presidenta da Fundação Cultural do Piauí, à época, Sônia Maria Dias Mendes:

Considerar que a ‘indústria editorial’ em nosso Estado, ainda, encontra-se em crescimento, faz-se necessário, na esfera estadual, que tenhamos o compromisso de divulgar a nossa literatura, na realidade a história da significação das diferentes interpretações de um povo deu a si próprio. Registrar é preservar essa identidade

¹⁰¹ Em 1997, foi criada a Fundação Estadual de Cultura e do Desporto do Piauí (FUNDEC), por intermédio da fusão da Fundação Cultural do Piauí e a Fundação de Assistência Geral aos Desportos do Piauí – FAGEPI. Em 2003, aconteceu a separação das fundações, criando-se então a Fundação Estadual de Esportes do Piauí (Fundespi) e a Fundação Cultural do Piauí (Fundac). Em junho de 2015, a Lei Estadual nº 6.673 cria a Secretaria Estadual de Cultura – SECULT, em substituição à Fundac. **Histórico**. Secult Piauí. Disponível em: <http://www.cultura.pi.gov.br/historico/>. Acesso em: 23/05/2024.

construída a partir de ideais distintos, mas igualitários, é manter uma cultura sempre presente (Mendes, 2009)¹⁰².

Percebemos a efetividade do Governo do Estado interessado em ser um dos guardiões da história e memória do Piauí, tendo se mantido financiador de inúmeras publicações juntamente em parceria com APL; outra instituição que demonstra sua influência na publicação de obras de seus membros e patronos¹⁰³. Uma das formas de manter-se atuante no mercado editorial local e influente na divulgação do conhecimento acerca da história do Piauí.

A primeira edição da obra *Etno-história indígena piauiense* foi em 1994¹⁰⁴ pela Editora da Universidade Federal do Piauí; a segunda ocorreu em 2009, de acordo com o próprio livro físico, que já havíamos adquirido. Segue abaixo imagem da capa e prefácio da 2ª edição:

Figura 20 - Capa



Fonte: *Etno-história indígena piauiense*, 2009

Sobre a capa do livro é apresentado uma representação do que seria a figura de um indígena em movimento, arremessando uma lança. Relacionando ao conteúdo do livro, pode-

¹⁰² Orelha do livro *Etno-história indígena piauiense* (2009).

¹⁰³ Além dos autores que já apresentamos no primeiro capítulo deste trabalho que tiveram suas obras republicadas e que pertencem à APL, destacam-se nessa edição do Biênio 2008/2009 da Diretoria da APL, pelo presidente da instituição: Manfredi Mendes de Cerqueira, destacam-se as reedições das obras: do próprio autor da primeira obra em análise, João Gabriel Baptista foi o 3º ocupante da Cadeira de nº 3, *Lira Sertaneja*, de Hermínio Castelo Branco, patrono da Cadeira nº 2, *Chão de Meu Deus; Fontes de Ibiapina; A Tragédia Ocular de Machado de Assis*, de Hermínio de Moraes Brito Conte, 2º Ocupante da Cadeira 12º, *Nas Ribas do Gurguéia*, de Arthur de Araújo Passos, 1º ocupante da cadeira de nº 31, *Aspecto do Piauí* de Abdias Neves, patrono da Cadeira de nº 33.

¹⁰⁴ BAPTISTA. João Gabriel. *Etno-história indígena piauiense*. 1ªed. Teresina: Edufpi. 1994. E-book. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Etnohist%C3%B3ria_ind%C3%ADgena_piauiense.html?id=a1JaHAAACAAJ&redir_esc=y. Acesso em: 23/05/2024.

se sugerir que ele esteja em luta, atacando ou se defendendo de uma possível ameaça, visto que em boa parte do livro, a narrativa do autor dedica-se a relatar as inúmeras guerras impostas aos povos indígenas, deste o início do XVII, período em são encontrados relatos da presença indígena na região que hoje se configurou como território do Piauí.

Talvez a intenção de representá-lo dessa forma, também parta do sentimento de exaltação ao seu “espírito guerreiro” que muitos pesquisadores nos quais o autor referência em seu texto, o percebam desta forma. Ademais o autor é contundente em destacar a “dizimação”, “aldeamento”, “sublevação”, “extinção”, e ou “integração”, “mestiçagem” dos indígenas que habitavam no período em o Piauí ainda era capitania e depois tornou-se província:

Uma Raça Extinta (prefácio da 2ª edição-1994)

No presente livro o autor se ocupa mais detidamente de um assunto que os nossos historiadores têm abordado apenas superficialmente, como de resto ocorre com a história oficial ao retratar o indígena brasileiro. Em Etno-história indígena piauiense é feito um retrato minucioso, ano a ano, século a século, do que foi o chamado processo civilizatório piauiense de como operaram nossos colonizadores, na obra sistemática e impressionante do massacre de uma raça e extinção de uma cultura, citando-lhes os nomes de batismo e as ações execrandas. Nem Pizarro, talvez, no México, tenha empreendido tamanha guerra de extermínio contra um povo indefeso, de sorte que de sua memória restasse apenas uma vaga notícia que os cronistas do tempo registram em seus anais, de maneira fria e impessoal e os poetas, como H. Dobal, exaltam de forma comovente: Os corpos no campo/Para o pasto das feras/ Passados à espada! Acarozes/ Pimenteiras/Guegueses/ raça extinta/ lembrança extinta/ nomes, nações/apagados/ no próprio sangue/ Matador de índios/ A fama de seu nome/ a fúria de seu nome/ Sua memória em sangue/se repete. (Cf. ‘El Matador’, Antologia Provisória - Corisco/Academia Piauiense de Letras/Projeto Petrônio Portella, s/data, p. 45). Ficam assim o Piauí e o seu povo a dever ao professor João Gabriel Baptista o resgate da memória dessa raça extinta e o relato frio e contundente de um dos episódios mais dramáticos da história colonial-de-nosso país. A Academia Piauiense de Letras mais uma vez se associa à Universidade Federal do Piauí na coedição de uma obra das mais significativas para a história piauiense.

Manoel Paulo Nunes, Presidente da Academia Piauiense de Letras (Baptista, 2009, p. 7- 8).

Sob citação acima, ele faz referência “2ª edição – 1994”, porém já mostramos e encontramos que 1994 foi o ano da primeira edição, pode ser que tenha havido algum erro de digitação ou no site do Google, na versão digital: E-book ou na edição de 2009 do livro físico, a qual estamos baseando nossa análise. E já no prefácio, consideramos o título dele bem problemático. Já iniciamos a leitura da obra com um sentimento de tristeza e se for utilizar para o ensino de história do Piauí, partindo da morte afirmando que é uma “raça extinta”, a história do “índio do Piauí” inicia-se com o fim da vida dos indígenas. Declarando morte aos nativos no Piauí.

Ainda nele, o autor do prefácio, Manoel Paulo Nunes, presidente da APL, à época em 2009, apesar de fazer uma crítica a história “oficial” por não ter se dedicado com aprofundamento à história do “indígena brasileiro”, ele reitera o discurso do extermínio

destacando que o autor propõe-se a descrever período por período o processo “civilizatório”, que ao nosso ver, na verdade, têm-se como violação dos direitos dos povos indígenas, o período da colonização de forma mais violenta e nociva a eles. Apesar de destacar que, no que ele chama de “processo civilizatório”, houve o “massacre sistemático de uma raça e extinção de uma cultura, citando os nomes de batismo e as ações execrandas”, ou seja, abomináveis¹⁰⁵.

E coloca o autor como responsável pelo “*resgate da memória dessa raça extinta e o relato frio e contundente de um dos episódios mais dramáticos da história colonial de nosso país*”, fazendo uma comparação com a escrita literária, seguindo o rumo da proposta do autor do prefácio. Por ventura, essa “lembrança” não seja da história dos povos indígenas, mas das memórias póstumas dos povos indígenas do Piauí.

Obviamente concordamos que a violência foi desacerbada, porém houve sobreviventes desse massacre, talvez o autor do prefácio e o autor do livro e nem mesmo os responsáveis pelo patrocínio (Governo do Estado) e reedição (UFPI e APL) não se atentaram ao reiterar esta afirmativa, hoje obsoleta, e para a época um pouco também, pois desde os anos 90, o autor John Monteiro já despontava, com o chamamos de a Nova História Indígena. Debate que possivelmente, ainda não havia chegado de maneira inovadora na historiografia local piauiense.

Em seguida ao prefácio, temos o Sumário, que se estrutura na seguinte forma:

SUMÁRIO	
APRESENTAÇÃO.....	11
OPINIÕES.....	13
A BASE.....	25
Origens.....	27
Classificações.....	32
Habitat.....	35
O APOIO.....	41
História.....	43
Sinopse histórica.....	48
Encarte cronológico.....	51
Encarte onomástico.....	81
Encarte corográfico.....	107
O ÍNDIO.....	115
Etnias.....	117
Nações.....	120
Tribos.....	135
Distribuição.....	157
Tradição oral.....	157
Herança.....	158
BIBLIOGRAFIA.....	161

(Baptista, 2009)

¹⁰⁵ Compara que nem Pizarro, o explorador e conquistador espanhol, que fez sucumbir o Império Inca no Peru, fez parecido com a violência sofrida pelos os povos que habitavam do região que hoje é o Piauí, mas ele cita “México”, região, que na verdade foi colonizada Hernán Cortez. O autor demonstra assim um desconhecimento da história.

Na “Apresentação” o texto vai no mesmo caminho/sentido do prefácio, trazendo a ideia que é necessário estudar a “história” dos indígenas, porém é contundente em afirmar a inexistência dos povos indígenas no estado. Embora destaque que é necessário o estudo sobre eles tanto no aspecto antropológico quanto histórico, afirma: “Segundo dados oficiais da FUNAI, provavelmente o único Estado brasileiro que não possui índios é o Piauí” (Baptista, 2009, p. 11).

Porém, no que se refere ao período de publicação da 2ª edição do livro, em 2009, podemos refletir que o autor e demais envolvidos nessa edição não estavam atentos às movimentações dos povos indígenas que reivindicavam suas identidades indígena no estado, visto que em 2001 foi criada a primeira Associação Indígena no Piauí, do povo Cariri da Comunidade Serra Grande, no município de Queimada Nova, no sudeste piauiense. E em 2005, também vemos a formação da Associação Itacoatiara em Piripiri do povo Tabajara das comunidades Itacoatiara, Novo Jenipapeiro, Colher de pau, Tucuns e Fonte dos Matos.¹⁰⁶ Fato que demonstra que já havia pessoas no Piauí que se autodeclaravam como indígena, contudo, a Funai só reconheceu a existência de povos indígenas no Piauí apenas em 2010¹⁰⁷, ano em que o Censo (2010) do IBGE identificou a presença de quase 3000 mil indígenas no Estado¹⁰⁸.

Segue comentando sobre a população geral indígena no Brasil, apresentada um breve parágrafo sobre os períodos da economia brasileira e suas consequências para essas populações e fecha esse tópico com: “O objetivo deste estudo é o índio piauiense ou dos selvagens que viveram, passaram, sofreram e morreram na região do Nordeste brasileiro que é o Piauí” (*Id.*, 2009, p. 12). Neste trecho é notória a percepção do autor em compreender que nenhum povo indígena pertence a um território que foi delimitado pela administração do Governo Português, após sua efetiva dominação, nas terras que hoje são o Brasil e, consequentemente, vieram a se tornar os estados federados. Mas é notório também o desejo de pertencimento do “índio” ao estado do Piauí, na expressão “índio piauiense”, e também o desejo

¹⁰⁶ GUAJAJARA, Aliã Amir; GOMES, Ana Suelle de Oliveira; BOTTESI, Anna; PAULA, Camila Galan de; LIMA, Carmen Lúcia Silva; DIAS, Cícero Evangelista; TACARIJU, Hélder; SILVA, Ianaely Ingrid Alves e; COSTA, João Paulo Peixoto; LOPES, Rebeca Freitas; OLIVEIRA, Tatiana Gonçalves de; GOMES, Helane Karoline Tavares. Piauí: organização e resistência indígena contra a invisibilização. In: Fany Ricardo; Tatiane Klein; Tiago Moreira dos Santos. (Org.). **Povos indígenas no Brasil: 2017/2022**. 1ed. São Paulo: ISA - Instituto Socioambiental, 2023, v. 1, p. 517-514.

¹⁰⁷ ACERVO DO INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Funai reconhece existência de povos indígenas no Piauí e promete assistência às comunidades locais. Data de publicação da matéria: 20 de abril de 2010. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/noticias/funai-reconhece-existencia-de-povos-indigenas-no-piaui-e-prometeassistencia#:~:text=Resultado%20do%20recente%20reconhecimento%20por%20parte%20da,Funai%20de%20Fortaleza%2C%20na%20pessoa%20do%20seu>. Acesso em: 19/10/24.

¹⁰⁸ **Os indígenas no Censo Demográfico 2010 primeiras considerações com base no quesito cor ou raça**. IBGE. Brasil. 2010. Disponível em: https://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/estudos/indigena_censo2010.pdf. Acesso em: 05/10/2024.

de resgatar uma história para este sujeito, no caso o “índio do Piauí”, ou seja, que pertence ao Estado do Piauí. Quando é suscitada a possibilidade dele ser um sujeito de passagem pela região Nordeste, acometido também pelas mazelas da violência colonial, o termo ao se referi-lo muda, é “selvagens”. Observamos que o autor é enfático em falar de um indígena do passado, pois, em sua perspectiva, ele só existiu nele o objetivo é falar do indígena morto que “viveu, passou, sofreu e morreu”.

No tópico seguinte “Opiniões” o autor traz inúmeros trechos de diversos autores, entre eles: viajantes, padres, médico indigenistas, arqueólogo, antropólogo, romancista, escritores e estudiosos do tema, a nível nacional e local, desde o século XVII até o século XX. Trouxe, inclusive, trechos dos autores Monsenhor Chaves e Odilon Nunes, autores já analisados em nosso primeiro capítulo. Em Chaves, optou por trazer dois trechos de sua clássica obra, *O índio no solo piauiense* (1952), o primeiro: “[...] os índios eram bichos do mato, que se podia escravizar quando apanhados no campo de batalha, e que se podia matar quando pilhados roubando o gado das fazendas. Eles foram as pobres vítimas de um choque de culturas” (Chaves, 1952, p. 12 *apud* Baptista, 2009, p. 16). O segundo trecho:

Nosso índio foi a grande vítima do civilizado. O branco tomou-lhe as terras para povoá-las a seu modo. Escravizou-o, no princípio. Cometeu contra ele graves injustiças, que o fizeram levantar-se em armas, em grandes federações tribais ofensivas e também defensivas. Tremendas represálias se praticaram, então, de ambos os lados. Afinal o índio capitulou. Tinha que ser. Foi assim em toda parte. A diferença de cultura e a inferioridade de armas conspiraram contra eles (Chaves, 1952, p. 30 *apud* Baptista, 2009, p. 15).

Ao que se percebe o autor dialoga com a narrativa produzida por Chaves, do indígena ter sido vítima do colonizador, do choque de culturas. Escolhemos também alguns trechos que reproduzem estereótipos acerca dos povos indígenas, mas que parecem não despertar no autor alguma crítica ou comentário, na verdade ele concorda com as afirmações. A exemplo, do trecho abaixo de *Pesquisas para a história do Piauí* (1952), uma das obras mais marcantes de Odilon Nunes em sua escrita, para os estudos sobre a história do Piauí, vejamos:

‘Viviam nus e não poucos praticavam a antropofagia, não apenas em obediência a um rito, o que por vezes ocorria, mas também levados pela necessidade alimentar, até mesmo pela voracidade’. “Suas guerras quase sempre eram motivadas pela conquista de regiões piscosas ou repletas de caças, e também mais tarde, estimulada pelos conquistadores europeus, com o propósito de enfraquecer o inimigo e mais facilmente o dominar”. ‘Difícil também é nomear os índios de determinada região, pois, dum modo geral, eram nômades; podemos, todavia, nomear os ocupantes num determinado período, ou ainda os que nela se fixaram por mais longo tempo, a testemunhar a prodigalidade da terra ocupada e a valentia de seus defensores’ (Nunes, 1956, p. 22 - 29 *apud* Baptista, 2009, p. 21-22, grifo nosso).

Nunes toca aqui num aspecto ritualístico, sem muito aprofundamento¹⁰⁹, o que é compreensível para o período que Nunes escreve e o trecho é somente reproduzido por Baptista sem alguma reflexão ou crítica. Seguem abaixo outros trechos em que o autor também somente reproduz comentários de diversos escritores, estudiosos do tema, amadores na temática, literários, arqueólogos, entre outros, que falam sobre os povos indígenas de forma negativa, aniquiladora e apenas no aspecto da guerra:

‘Não haviam procurado os primeiros colonizadores obter a aliança das tribos deparadas. Pelo contrário, declaram-lhes guerra de extermínio, provocaram represálias sanguinolentas e cruéis. E tal foi o ardor em as combater que as que não fugiram, estavam completamente exterminadas, antes de decorridos dois séculos. **O morticínio em massa, a fuga, o alcoolismo, a sífilis, o cruzamento - foram as causas principais de sua extinção. Hoje, nem um sobrevivente resta desta raça viril e belicosa, que não desapareceu sem nos deixar, nas energias do caráter, um pouco de sua bravura serena**’ (A. Neves - *O Piauí na confederação do Equador*, 1921, p. 29-30 *apud* Baptista, 2009, p. 21, grifo nosso).

‘**Os índios piauienses foram vítimas de tenaz perseguição, podendo-se afirmar que na segunda metade do século passado estavam praticamente exterminados**’ [...] ‘**Em 1846 registrou-se o último movimento de rebeldia dos índios do Piauí**, novamente em Paranaguá, sem maior repercussão. **Tinham acabado com os índios piauienses**’ (Camillo Filho - *Pequena história do Piauí*, 1986, p. 10;13 *apud* Baptista, 2009, p. 15, grifo nosso).

‘A terra não pertence ao homem; o homem é que pertence à terra’. (Um cacique, 1885 - citado pelo Pe. Toni Batista, em Sinal de Deus, a 09.01.1993 *apud* Baptista, 2009, p. 16).

Embora neste último trecho, o autor traga a fala de um cacique sobre a relação do indígena com a terra, ele não tem nome ou não se sabe. Nos trechos seguintes, o autor dialoga com a ideia de “integração” que eles trazem, ou seja, o indígena foi “assimilado” à sociedade colonial e extinto de vez, inclusive, com o relato da historiadora Claudete Dias ao *Jornal O Dia*, organizadora do livro seguinte, que iremos analisar mais adiante, temos nesse sentido:

‘Insubmissos à disciplina e aos trabalhos pesados da colônia, fugiram dos arraiais, de volta à liberdade das selvas, acolhidos pelos fazendeiros, ficavam agregados às suas terras e arredios de suas famílias. **Os aborígenes isolados perdiam os costumes e as crenças dos avoengos**. Adaptavam-se às usanças das fazendas e aos festejos dos negros. **Extinguia-se a tribo**’ (Castelo Branco Filho - *O índio no povoamento do Piauí*, 1984, p. 19-20 *apud* Baptista, 2009, p. 17, grifo nosso).

‘**Poucos dos nossos índios foram assimilados à nossa cultura; a maioria foi expulsa ou exterminada nas guerras que lhe fizeram os brancos**’ (Pe. Cláudio Melo - *Os primórdios de nossa história*, 1985, p. 39 *apud* Baptista, 2009, p. 20, grifo nosso).

‘Dos índios em São Luiz’ [...] não cheguei a ver algum, **mas são descritos como seres espantosos, com feição excessivamente feia, longos cabelos negros, caindo no**

¹⁰⁹ Para um melhor estudo acerca do tema da Antropofagia ver a Dissertação de Mestrado:

LIMA, Tatiane Ribeiro de. **Antropofagia e seu sabor sagrado: ressignificações e contribuições no processo de construção de uma identidade brasileira**. Orientador: Carlos André Macêdo Cavalcanti. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/7891/2/arquivototal.pdf>. Acesso em: 24/05/2024.

rosto e nas costas. São de uma cor de cobre escuro, mais escuro que os domesticados. Os últimos indivíduos presos foram conduzidos para uma prisão fechada, na qual, **disseram-me, morreram todos** (Koster - Viagem ao Nordeste do Brasil, 1942 p. 235 *apud* Baptista, 2009, p. 22, grifo nosso).

‘O Piauí foi o último Estado a ser colonizado no Brasil e foi o primeiro a acabar com os índios’ (Dias - professora da UFPI, *In: Jornal O Dia* - edição de 20 de abril de 1993, p. 2 *apud* Baptista, 2009, p. 23, grifo nosso).

O indígena retratado nessas “Opiniões” é sujeito visto pelas lentes ainda do colonizador: dominado, morto, assimilado e por conseguinte extinto. Representa os olhares da antropologia racial do final do século XVIII. Resta apenas aos estudiosos do tema, como o autor do livro em questão, “contar a história do passado indígena no Piauí”, ou seja, uma visão de uma historiografia colonial.

O autor logo em seguida, parte para o tópico “A Base: origens, classificações e habitat”, em que debruça-se no subtópico “*origens*” a descrever as inúmeras teorias sobre a presença do homem americano, a ocupação da América. No subtópico “classificações”, procura tratar da definição do que é ser indígena, por via dos critérios racial, legal, cultural, econômico, étnico, linguístico, pelas áreas em que habitavam. O autor utiliza a divisão de Arthur Ramos¹¹⁰, médico e estudioso da antropologia (1903-1949)¹¹¹ que, segundo ele, aponta quatro etnias que estiveram presentes no Piauí: *Jê*, *Tupi-guarani*, *Caribe* e *Cariri* dentro dessas etnias existiriam sete nações: *Jê*: *Acroá*, *Fumegues*, *Jaicó* e *Timbira*; *Tupi-guarani*: *Tabajara*; *Cariri*: *Tremembé*; *Caribe*: *Pimenteira*.

Atualmente as definições sobre etnia e nação já foram atualizados em relação a definição citada por Gabriel e para a época, ela também já era defasada. Para os estudos referentes à etnia, sugerimos os estudos de Fredrik Barth (1998) em que o pesquisador utiliza o conceito relacional de etnicidade¹¹². Indicamos também os estudos de Guillaume Boccara, no que tange ao “caráter dinâmico das formações sociais” (Boccara, 2000, p. 4¹¹³). Ainda sobre o tema, no Brasil temos como referência Manuela Carneiro da Cunha, em seu clássico texto

¹¹⁰ NASCIMENTO, Fernando A. Figueira do. **Arthur Ramos**: perspectivas de uma trajetória. (Doutorando pelo Instituto de Psicologia da USP). Orientação: Profa. Dra. Belinda Mandelbaum. Sociedade Brasileira de História da Ciência-SHBC. Disponível em: https://www.sbh.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1042. Acesso em: 24/05/2024.

¹¹¹ FAILLACE, Vera Lúcia Miranda; WERNECK, Ana Lúcia Louzada; GUERRA, Ana Maria; PINTO Bartolomeu Homem d’el Rei (Orgs.). **Arquivo Arthur Ramos**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2004. 555 p.: il.; 16 x 23cm. – (Coleção Rodolfo Garcia; v.30). Disponível em: https://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasgerais/drg1111530.pdf. Acessado em: 24/05/2024.

¹¹² BARTH, Fredrik; POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENARD, Jocelyne. **Os grupos étnicos e suas fronteiras**. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998.

¹¹³ BOCCARA, Guillaume. **Antropologia diacrônica**: dinâmicas culturais, procesos históricos y poder político. Temuco, Ed.Universidad de La Frontera Instituto de Estudios Indígenas, 2005, p. 1159.

Etnicidade: da cultura residual, mas irreduzível (1987), em que a define como “uma forma importante de protestos eminentemente políticos” (Cunha, 1987, p. 244)¹¹⁴.

Quanto aos povos presentes no estado do Piauí, de acordo com os dados levantados pelo Grupo de Trabalho “Os Indígenas na História-ANPUH-PI” e outros fornecidos pelo Cacique Henrique Manoel, do povo Tabajara no município de Lagoa de São Francisco-PI e representante da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais, Espírito Santo (APOIME) – PI, há atualmente 09 povos identificados, são eles: *Tabajara*, *Tabajara Ypy*, *Tapuio*, *Gueguê do Sangue*, *Caboclos-Gamela*, *Gamela*, *Kariri*, *Guajajara* e os *Warão*, vindos da Venezuela.

Somente a título de comparação, observamos que há dois povos a menos apresentados por Gabriel, em relação ao mapa atual (2023) e tem-se 5 etnônimos diferentes. Lembramos que o autor parte da ideia de povos que habitavam o Piauí, os dados acerca da presença indígena no Estado foram coletados em 2023, já parte da real existência desses povos. É importante também compreender que a primeira associação indígena surge no Estado em 2001 com o povo *Kariri* em Queimada Nova, no sudeste piauiense¹¹⁵. Todavia, é no ano de 2005 que o movimento indígena ganha visibilidade através da criação da Associação Indígena Itacoatiara de Piripiri, no norte do estado¹¹⁶. A segunda edição do livro de Gabriel, versão a qual analisamos é de 2009, período em que ainda se difundia a inexistência de povos indígenas no Piauí o qual as informações acerca do movimento/presença indígena ainda era de difícil acesso para a maioria da população piauiense.

Continuando na análise da obra o tópico “Apoio: história, sinopse histórica, encarte cronológico, encarte onomástico, encarte corográfico”, o autor dedica-se a construir uma narrativa histórica acerca dos povos indígenas antes e após da chegada do colonizador. Para isso traz trechos dos clássicos estudiosos do Piauí, Odilon Nunes e Monsenhor Chaves, em que reproduz a ideia defendida por Nunes, do Piauí ter sido “um corredor de migrações” (Nunes, 1960 *apud* Baptista, 2009, p. 43), o que pode ter ocorrido também como local de passagem e

¹¹⁴ CUNHA, Manoela carneiro da. *Etnicidade: da cultura residual, mas irreduzível*. In: **Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense. 1987.

¹¹⁵ GUAJAJARA, Aliã Amir; GOMES, Ana Suelle de Oliveira; BOTTESI, Anna; PAULA, Camila Galan de; LIMA, Carmen Lúcia Silva; DIAS, Cícero Evangelista; TACARIJU, Hélder; SILVA, Ianaely Ingrid Alves e; COSTA, João Paulo Peixoto; LOPES, Rebeca Freitas; OLIVEIRA, Tatiana Gonçalves de; GOMES, Helane Karoline Tavares. Piauí: organização e resistência indígena contra a invisibilização. In: Fany Ricardo; Tatiane Klein; Tiago Moreira dos Santos. (Org.). **Povos indígenas no Brasil: 2017/2022**. 1ed. São Paulo: ISA - Instituto Socioambiental, 2023, v. 1, p. 517-514.

¹¹⁶ SILVA Brisana Índio do Brasil de Macêdo. MACEDO João Paulo. “Povos indígenas no Piauí: se escondeu para resistir e apareceu para existir!”. **Revista Interações**, Campo Grande, MS, v. 23, n. 1, p. 51-65, jan./mar. p. 61. 2022. Disponível em: <https://interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/3080>. Acesso em: 23/05/2024.

utiliza a seguinte definição, para determinar como eram os povos indígenas antes da chegada do colonizador: “os prazeres da caça e da pesca, o extermínio dos inimigos, a rede e uma mulher, mais escrava que esposa, eis tudo que deviam anelar os índios, esquecidos do dia de ontem e descuidados do que devia acontecer no dia da manhã (Leal, 1879 *apud* Baptista, 2009, p. 43) e reforça: “É uma afirmativa mais que secular, mas que retrata a situação exata dos silvícolas antes do contato com os brancos” (Baptista, 2009, p. 43).

Consideramos essa afirmação um pouco generalizante, talvez por não ser da área da história, pensou ser possível retratar o passado tal como foi, quando afirma “que retrará a situação exata dos silvícolas”, algo impossível de ser feito. Aspecto que pode revelar a visão que o tinha autor tinha da história, a história como verdade absoluta, exercendo a função de reconstituidora do passado.

Ainda neste mesmo tópico concentra sua narrativa, nos temas do contato entre indígenas e brancos, revoltas, massacres, incongruências acerca da liberdade dos indígenas pelas autoridades portuguesas e genocídio indígena. Sobre esse tema o autor traz uma tabela com ano, povos, e breve histórico de como as “tribos” *Tacariju*, *Gurgueia*, *Tremembé*, *Paiaçu*, *Acroá* teriam sido “destruídas”, além da “nação *Pimenteira*”. (Baptista, 2009, p. 47-48). Porém, o autor não apresenta de onde retirou esses dados ou explica, como produziu, caso a tenha construído.

Figura 21-Tabela do Massacre

Ano	Tribo destruída	Nº de mortos	História
1608	Tacariju	todos	A <i>Tabajara</i> atacou e destruiu esta, em vingança pelo assassinato do padre Pinto, ocorrido a 12/01.
1676	Gurgueia	400	Esta tribo fazia excursões pelo São Francisco; a Casa da Torre resolveu puni-la. Foi destruída, em sua totalidade.
1679	Tremembé	263	Malocas desta tribo atacavam os viajantes que passavam pelo litoral e Maciel Parentes puniu os índios.
1700	Paiaçu	400	Toda a tribo, por Moraes Navarra.
1772	Acroá	1100	Selvageria de Félix do Rego Castelo Branco.
1776	Acroá	400	Selvageria de Félix do Rego Castelo Branco.

Fonte: *Etno-história indígena piauiense*, 2009, p.47.

Nos subtópicos “sinopse histórica, encarte cronológico, encarte onomástico, encarte corográfico” apresentam respectivamente, data do primeiro contato, destaques da

resistência indígena colonial, Mandu Ladino e Bruenque, núcleos de concentração dos aldeamentos indígenas, e os conflitos travados entre colonizadores e indígenas, durante os sec. XVI, XVII, XVIII, XIX e XX, finalizando *encarte cronológico* apresentando mais uma tabela intitulada “Resumo cronológico”, do começo, meio e fim da participação indígena na história Piauí; da mesma forma que na tabela anterior, o autor não apresenta de onde retirou esses dados ou explica, como a produziu, aspecto muito comum para época:

Figura 22 - Resumo cronológico

Resumo cronológico	
<i>Apenas índios</i>	- antes de 1500 - 1571: chegada de Nicolau de Resende.
<i>Primeiros contatos</i>	- 1571 - 1669: chegada de Mafrense.
<i>Ocupação dos brancos</i>	- 1669 - 1712: começa a Grande Rebelião.
<i>A grande rebelião</i>	- 1712 - 1718: termina a Grande Rebelião.
<i>Novas lutas</i>	- 1718 - 1762: os jesuítas saem do Piauí.
<i>O genocídio</i>	- 1762 - 1794: João do R. C. Branco deixa a vida pública.
<i>Liquidação final</i>	- 1794 - 1850: morre o último guerreiro índio piauiense.

Fonte: *Etno-história indígena piauiense*, 2009, p. 80.

Observamos acima que tem data determinada, de acordo com o autor, o momento em o “último” indígena morre no Piauí. Mas como é possível afirmar isso, sobre todo o Estado? Como o autor sabe que é o último? Consideramos muito arriscado e inconsistente essa afirmação. No “encarte onomástico, encarte corográfico”, respectivamente, descreve por ordem alfabética os nomes dos homens e indígenas do período colonial da história do Piauí; e no encarte seguinte apresenta as regiões da área que hoje se configura o Estado, palco das lutas, guerras, conquistas, fazendas e dominação dos povos indígenas.

No tópico final “Índio: etnias, nações, tribos, distribuição, tradição oral, herança”, de acordo com o autor: “é impossível examinar os costumes de todas as raças, nações e tribos. Sendo assim, será feito um resumo das quatro etnias, citadas por Ramos, com base nesse autor e complementando com os dados colhidos em Metraux e Pinto” (Baptista, 2009, p. 117). Ademais, apresenta um resumo das quatro etnias referenciadas pelos autores que ele se baseia: “*Jê, Tupi-guarani, Caraíba e Cariri*”, que segundo ele “tiverem representantes na colônia, capitania e província piauiense” (*Id.*, 2009, p. 117). Desta forma fecha o livro trazendo pontualmente, os seguintes itens de cada etnia; a) características raciais, b) localização geográfica, c) habitação, d) aparência, e) alimentação, f) cultura. Depois segue descrevendo as características, localização, ano de contato com o branco dos povos que comporia cada “nação”, exemplo: “Nação Jê”, seria composta pelos povos: Acroá, Gueguê, Jaicó, Timbira, segundo o autor, todas foram extintas. “Nação Caraíba: Pimenteiras, também extinta”, “Nação Cariri: Tremembé, também extinta.”.

E seguindo o raciocínio, no subtópico “Tribos”, descreve por ordem alfabética 223 povos. No subtópico “distribuição” o autor apresenta uma estimativa 369.000 indígenas estiveram na capitania do Piauí. Nos subtópicos “tradição oral” e “herança” - respectivamente - descreve aspectos como “a) misticismo, b) deuses, c) credences”, e em “*herança*”, ratifica e questiona: “Hoje, que não temos mais índios no Piauí, perguntamos: será que eles não deixaram algum traço cultural ou não, de sua presença nesta região? Deixaram e estão inseridos no nosso uso diário. Os exemplos são inúmeros” (*Id.*, 2009, p. 158). E o autor vai citando os exemplos, como na alimentação, no uso das plantas nativas, na identificação/nomenclaturas de animais, no vocabulário, na “mestiçagem”. Assim, finda a etno-história indígena piauiense proposta pelo autor João Gabriel Baptista.

Como já citado anteriormente, embora haja na obra uma vontade de “rememorar” uma história para o “índio piauiense”, de afirmar que no Piauí teve “índio” e de não silenciar as violências que a eles foram cometidas, mas sua narrativa acaba fossilizando a presença indígena no Piauí, mesmo citando 223 povos indígenas que existiram no estado. Não rompe com perspectiva de Odilon Nunes, o indígena é presente apenas nos vestígios culturais da sociedade piauiense. Comparando o quantitativo apresentado por Nunes (1937/2013) – 12, Chaves (2013) – 44, ele apresenta o maior quantitativo. O foco de sua escrita é o indígena morto, no passado, na História do Piauí.

Embora o autor tenha dado grande contribuição para área da geografia do Estado do Piauí, por ter uma produção sistemática na área, especialmente, na cartografia e hidrografia do território piauiense, como aponta os professores Francisco de Assis de Sousa Nascimento e

Marcus Pierre Baptista, no texto “*Professor Gabriel Baptista e a consolidação da geografia como campo científico no Piauí a partir da segunda metade do século XX* (2024)”¹¹⁷ que tem por objetivo compreender “as condições históricas que permitiram a elaboração de seu pensamento, isto é, de sua produção acadêmica em Geografia e em História” (Nascimento; Baptista, 2024, p. 487). Diante o contexto de tentar contribuir para o aumento de produções acerca da geografia e história do Piauí, aspecto também destacado nos prefácios de sua obra, e diante do apoio dos governos do estado, com seus planos editoriais, Gabriel arrisca-se no campo da história.

A obra dedica-se a descrevê-los em diversos aspectos, tanto antropológicos quanto históricos, condessando inúmeras informações, mas determina sua participação na história do Piauí no passado, e nele se extinguiu. Aspecto muito perigoso, consideramos, especialmente para o ensino da história do Piauí, caso ele seja utilizado como fonte para ensinar a história do Piauí, e sobre os povos indígenas nela. Haverá a propagação de uma informação inverídica por gerações, determinando um legado de passado, de morte e sem esperança de futuro algum aos povos indígenas no Piauí.

Conquanto o autor reúna um esforço importante de informações acerca dos povos indígenas nos séculos XIX e XX no Piauí, faz isso delimitando o fim dos povos indígenas na história e no tempo. Discurso repetido por ele e pela historiografia tradicional local piauiense, discurso ainda utilizado em alguns livros de história, tanto na historiografia e especialmente em livros didáticos de conteúdo regional, sem crítica alguma a esse discurso vicioso.

Seguimos agora para o segundo momento deste capítulo, que analisamos os livros didáticos de história do Piauí, a fim de visualizarmos como os povos indígenas são representados em suas narrativas.

3.2 Os livros didáticos de história do Piauí e os povos indígenas na história do Piauí

3.2.1 *Estudos regionais do Piauí, 2ª ed. (2004) da autora Joselina Lima Pereira Rodrigues*

A versão do livro *Estudos regionais do Piauí*, da estudiosa Joselina Lima Pereira Rodrigues, a qual obtivemos, de forma digital, está sob a guarda da Biblioteca da Academia

¹¹⁷ Professor Gabriel Baptista e a consolidação da geografia como campo científico no Piauí a partir da segunda metade do século XX. **Temporalidades** – Revista de História, UFMG. ISSN1984-6150, Edição 40, v.15, n. 2. (Out. 2023 / Mar. 2024). Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/46023/43511>. Acesso em: 11/11/2024. p. 476-506.

Piauiense de Letras em Teresina-PI. Esta versão não está com os Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP), o que dificultou a identificação exata do ano, da editora e de como se deu a produção desta obra. Ela aparece nos arquivos de licitações de compra da Secretaria de Educação nos anos de 2005 e 2007, as quais tivemos acesso com edição de 2004. Embora sabemos que houve a realização de um edital de licitação para a produção de livros didáticos de conteúdo regional, visto que um dos autores do livro *Educação sem Fronteiras. 1ª ed., 8ª Série, modalidade EJA-Piauí, 4ª etapa* (2002), confirmou sua participação à autora deste trabalho, no caso o professor de história, Alcebíades Costa Filho, não conseguimos verificar se autora também participou do edital de licitação acima mencionado.

Quando pesquisamos o livro na internet, encontramos diferentes anos de publicação. No site da Estante Virtual¹¹⁸, a edição encontrada é de 2001, mas não indica qual o número da edição, nem editora e nem o número de páginas. Já no site do Google Books¹¹⁹, encontra-se o número de edição 5 e a quantidade de páginas (315). Já no site, Instituto Católico de Estudos Superior do Piauí (ICESPI)¹²⁰ encontramos os dados completos, mas sem o número de edição, o que pode indicar que seja a primeira tiragem, encontramos os seguintes dados: *Estudos regionais: geografia e história do Piauí*. Teresina: Halley, 2004, 261 p. Além desta, também encontramos uma citação da obra em uma prova de concursos, da cidade de Piripiri em 2012 (*Apud Geografia e História do Piauí*, de Joselina Lima Pereira Rodrigues. 4.ª edição. 2007. p. 285).¹²¹

Observamos que nesta citação aparece a 4ª edição, no ano de 2007 e, mais recente, encontramos também uma citação da obra, em um Projeto de Lei que estabelece as diretrizes de incentivo ao turismo no âmbito do Estado do Piauí¹²² com a 5ª edição, no ano de 2012. Essa obra vêm sendo reeditada ao longo da década de 2000 e, até o momento, conforme dito houvera cinco edições. E, também não encontramos a versão impressa da obra.

Seguimos na análise do livro e de como ele aborda os povos indígenas em sua narrativa. Sendo assim, o livro é dividido em duas partes: a primeira, Geografia do Piauí; a

¹¹⁸ **Estudos Regionais do Piauí**. Estante Virtual. Disponível em <https://www.estantevirtual.com.br/livros/joselina-lima-pereira-rodrigues/estudos-regionais-do-piaui/3200533146>. Acesso em: 29/06/24.

¹¹⁹ **Estudos Regionais do Piauí**. Google Books. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Geografia_e_hist%C3%B3ria_do_Piau%C3%AD.html?id=qgzeyAEACAAJ&redir_esc=y. Acesso em: 29/06/24.

¹²⁰ **Estudos Regionais do Piauí**. Instituto Católico de Ensino Superior do Piauí. Disponível em: <https://icespi.jacad.com.br/academico/biblioteca/acervo/detalhes/5428;jsessionid=1952B7B76F6BAA0A8C20DED37D8C6E77;jsessionid=1952B7B76F6BAA0A8C20DED37D8C6E77>. Acesso em: 29/06/2024.

¹²¹ **JC Concursos**. Disponível em: <https://jcconcursos.uol.com.br/media/uploads/provas/provas/2012/24974.pdf>. Acesso em: 05/07/2024.

¹²² **Assembleia Legislativa do Piauí**. Disponível em: https://sapl.al.pi.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2021/17058/plo_235.pdf. Acesso em: 05/07/2024.

segunda, História do Piauí. Esta última é a parte que nos interessa, assim focaremos abaixo a seção do sumário referente apenas ao conteúdo de história. Porém, chamamos atenção para o “Capítulo VI - Quadro Humano”, do conteúdo de Geografia do Piauí, pois fomos verificar se há alguma citação da presença indígena no Estado. Neste capítulo, constatamos que os povos indígenas aparecem no subtópico deste capítulo, apenas no tópico “Etnia Piauiense”, como “elemento formador da raça brasileira”, assim como o negro¹²³ e o branco:

Capítulo VI - Quadro Humano: 1. Etnia Piauiense

Os povoadores do Piauí originaram-se dos elementos básicos formadores da raça brasileira: o branco, o índio e o negro. Elemento branco: teve sua origem nas Bandeiras de Sertanismo de Contrato. Mais tarde, atraídos por pastagens imensas vieram os curraleiros da Casa da Torre de Garcia D'Ávila da Bahia e outros criadores da bacia do São Francisco e se estabeleceram no Piauí com finalidade de expandir a pecuária piauiense. Bandeirantes e portugueses entregaram-se à atividade de pastoreio, semeando currais e fazendas em todo território piauiense. Elemento indígena: os índios do Piauí eram de modo geral nômades. Viviam da caça e da pesca e usavam o arco, a flecha, a lança e o tacape nas lutas contra os colonizadores do Piauí. Viviam de preferência no litoral e nos vales do Parnaíba e seus afluentes onde havia abundância de caça e pesca. Elemento negro: a contribuição desse elemento na formação do povoamento piauiense foi mínima. Isso ocorreu devido ao fato do Piauí não ter desenvolvido a cultura da cana-de-açúcar, atividade que contou com grande participação do negro no Brasil (Rodrigues, 2004, p. 85).

A definição dada pela autora do “elemento indígena” é feita de maneira generalizante, tanto aos aspectos culturais quanto ao local em que habitavam o Piauí. É o primeiro momento que a presença indígena é citada na obra.

Apontamos agora a estrutura do conteúdo voltado para a segunda parte do livro, “História do Piauí”, em seu sumário:

¹²³ Quanto a presença negra no Estado, apesar de não está no cerne de nossa discussão, chamamos atenção para a definição dada pela autora à população negra, como “mínima”, na formação/povoamento piauiense. Informação que se mostra desatualizada, diante das pesquisas que têm se desenvolvido acerca do tema, trazemos como exemplo, o trabalho *Movimento Quilombola do Piauí: participação e organização para além da terra* (2013), dos historiadores Daniely Monteiro Santos e Solimar Oliveira Lima, em que “apresentam uma reflexão acerca das experiências do movimento Quilombola no Piauí, desde o final de 1980” e apontam para presença negra quilombola, em torno de “170 comunidades identificadas no estado”(Lima; Santos, 2013). Eles apontam a presença negra no estado desde o século XVII, “com a utilização de mão de obra negra escravizada para a atividade econômica predominante - a pecuária - e se mantém como referência principal nos séculos de vigência do sistema escravista (*Id.*, 2013). Outro documento que fortalece a presença Quilombola no Estado é o documento *Relatório de Levantamento do contexto das comunidades Quilombolas no estado do Piauí* (2023¹²³), realizado pela Secretaria de controle Externo (SECEX), através da Diretoria de Fiscalização de Políticas Públicas DFPP 4 – Assistência Social, do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI). Feito “com o objetivo de elaborar o diagnóstico da realidade das comunidades quilombolas no Estado do Piauí e identificar os problemas por elas enfrentados para subsidiar futuras auditorias” (TCE-PI, 2023). Nosso trabalho não pretende aprofundar-se nesse debate, mas vale apenas ver o trabalho *Violência, conflitos e resistência no Piauí escravista de oitocentos: revisionando a memória e o esquecimento na escrita da história piauiense* (2021)¹²³, do autor Anderson da Silva Machado, que aborda as relações senhor/escravo no Piauí no século XIX através de anúncios de escravizados em jornais da época. O que ajuda a desconstruir a narrativa que no Piauí não houve escravidão, por não ter desenvolvido a cultura da cana-de-açúcar, como a autora acima escreve.

HISTÓRIA DO PIAUÍ

CAPÍTULO I – PERÍODO: PRÉ-HISTÓRIA

1-Habitantes primitivos da América.....	107
2-A descoberta dos sítios arqueológicos no Piauí.....	108
CAPÍTULO II – PERÍODO: COLÔNIA	
1-A presença do índio no Piauí.....	111
2-Precursos da nossa colonização.....	112
3-A origem do nome Piauí.....	113
4-Mapa da penetração no Piauí.....	114
5-Ocupação e colonização do Piauí.....	115
6-A Casa da Torre.....	116
7-Os descobridores do Piauí.....	117
8-Controvérsias sobre o descobrimento do Piauí.....	118
9-Os jesuítas no Piauí.....	119
10-A criação da Capitania do Piauí.....	120
11-Principais governantes coloniais.....	122
12-O Piauí nas lutas pela Independência do Brasil.....	126
13-O dia do Piauí.....	129
CAPÍTULO III-PERÍODO: IMPÉRIO	
1-Principais governantes imperiais.....	131
1.1-O Piauí na Confederação do Equador.....	132
1.2-A Balaiada no Piauí.....	135
1.3-A transferência da Capital.....	138
2-A Proclamação da República no Piauí.....	142
CAPÍTULO IV-PERÍODO: REPÚBLICA	
1-Principais governantes republicanos.....	145
ANEXOS	
CAPÍTULO I-SIMBOLOS DO PIAUÍ	
1-Bandeira.....	163
2-Hino do Piauí.....	164
3-As armas do Piauí.....	165
CAPÍTULO II-EDUCAÇÃO	
1-História da educação no Piauí.....	167
CAPÍTULO III-ASPECTOS CULTURAIS	
1-Folclore.....	171
2-Danças folclóricas.....	172
3-Folguedos folclóricos.....	175
4-As lendas mais populares do Piauí.....	178
5-Culinária típica.....	181
6-O artesanato.....	184
CAPÍTULO IV-TURISMO NO PIAUÍ	
1-O Turismo no Piauí.....	185
2-Municípios com potencial turístico.....	185
CAPÍTULO V-TERESINA	
1-Mudança da Capital.....	227
2-Aspectos gerais.....	228
3-Mapa dos limites de Teresina.....	229
4-Símbolos municipais.....	230
CAPÍTULO VI-DADOS GERAIS DO PIAUÍ	
1-Dados gerais do Piauí.....	233
2-Particularidades.....	234
BIBLIOGRAFIA.....	235

(Rodrigues, 2004)

Chamamos atenção para a bibliografia utilizada pela autora. Ela utiliza autores como Odilon Nunes e Monsenhor Chaves, além de clássicos autores da historiografia piauiense:

Figura 23 - Bibliografia

BIBLIOGRAFIA

- ALENCASTRE**, José Martins Pereira de - *Memória cronológica, histórica da Província do Piauí*. Teresina: COMEPI, 1981.
- ANDREAS OBJETIVO** - Apostila de Geografia do Piauí.
- BAPTISTA**, João Gabriel - *Geografia física do Piauí, 1º vol As terras*. 3ª edição. Academia Piauiense de Letras, Teresina, 1980.
- _____. - *Geografia Física do Piauí, 2º vol. As águas*. 3ª edição. Academia Piauiense de Letras, Teresina, 1980.
- _____. - *Mapas geohistóricos*. Teresina, Projeto Petrônio Portela, 1986.
- BARROS**, Enéas do Rego - *Piauí: Viagens - guia turístico-cultural*. Teresina, Parla Comunicação e Consultoria LTDA, 1996.
- BOLETIM INFORMATIVO DO GOVERNO DO PIAUÍ**. Teresina. Ano 1, nº 01; 03/04, 1993.
- CAMILO Filho**, José - *Pequena História do Piauí*.
- CENTRO DE APOIO À PEQUENA E MÉDIA EMPRESA DO ESTADO DO PIAUÍ**. *Diagnóstico sócio-econômico do Município de Corrente*. Teresina: COMEPI, 1990.
- CHAVES**, Joaquim R. F. - *Como nasceu Teresina*. 2ª ed., Teresina, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1987.
- _____. - *O índio no solo piauiense*. Teresina, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.
- _____. - *O Piauí nas lutas da Independência do Brasil*. Teresina, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1993.
- FERRO**, Maria do Amparo Borges - *Educação e sociedade no Piauí republicano*. Teresina, Fundação Monsenhor Chaves, 1996.

235

Ativar o
Acesse Con

- FORTES**, Fernando Parentes - *Geologia de Sete Cidades*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.
- FRANCO**, José Patricio - *Capítulos da História do Piauí*.
- FUNDAÇÃO CEPRO** - *Cerrados Piauienses* (Estudo preliminar). Teresina, 1992.
- _____. - *Diagnóstico das condições ambientais do Estado do Piauí*. Teresina, 1995.
- _____. - *Perfil dos Municípios*. Teresina, 1992.
- _____. - *Piauí - Visão Sumária*. Teresina, 1992.
- GONÇALVES**, Wilson Carvalho - *Homens que governaram o Piauí*. Teresina, Gráfica Júnior, 1989.
- HOUSETOUR** - *Linéotur (Revista de Turismo)* Ano I, nº 2. Teresina, 1997.
- JR**, Dagoberto Ferreira de Carvalho - *Passeio a Oeiras; roteiro histórico e sentimental da cidade*. 3ª edição. Recife: Apipucos, 1985.
- KNOX**, Miriam Brito - *O Piauí na primeira metade do século XIX*. Teresina, Projeto Petrônio Portela, 1986.
- LIMA**, Iracilde Maria de Moura Fé et al. *Piauí - Tempo e espaço*. 3ª edição. São Paulo: FTD, 1995.
- MOTT**, Luiz R. B. - *O Piauí colonial*. Teresina, Projeto Petrônio Portela, 1985.
- NEVES**, Abdias - *A Guerra de Fidié* 3ª ed. Teresina, Projeto Petrônio Portela, 1985.
- NUNES**, Odilon - *Pesquisas para a História do Piauí* 2ª ed. Vol. de 1 a 4. Rio de Janeiro, Artenova, 1974.
- OLIVEIRA**, Maria Amélia Freitas Mendes de - *A Balaia no Piauí*. Teresina, Projeto Petrônio Portela, 1985.
- OLIVEIRA**, Noé Mendes de - *Folclore brasileiro - Piauí*. Rio de Janeiro, FUNARTE, 1977.

236

- PIAUI**. Secretaria de Planejamento. *Piauí: Um Estado diferente*. Teresina, 1997.
- PORTO**, Carlos Eugênio - *Roteiro do Piauí*. Teresina, COMEPI, 1993.
- PIAUI**. Secretaria Estadual - *Piauí: em busca de novos parceiros*. Teresina, 1994.
- SANTANA**, R. N. Monteiro de. *Formação - Desenvolvimento - Perspectivas*. Teresina: Halley, 1995.
- SERVIÇOS DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PIAUÍ**. *Municípios turísticos piauienses: aspectos técnicos, equipamentos, serviços e referências históricas*. Teresina: SEBRAE/PI, 1996.
- SILVA**, Júlio Romão da - *Memória histórica sobre a transferência da capital do Piauí* 3ª ed. Teresina, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.
- SILVA**, Maria da Penha Fonte e - *Piauí: Estudos Regionais do 2º grau*. Teresina, Projeto Petrônio Portela, 1988.
- SILVA**, Pedro - *O Piauí no Folclore*. Teresina, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988.
- SOUSA**, Elzení Portela de Araújo - *Estudos Sociais: o Piauí*: livro texto. São Paulo, Editora do Brasil, 1992.
- TERESINA**. Secretaria Municipal de Agricultura - *Levantamento produtivo do setor primário*. Teresina, 1996.
- _____. *Secretaria Municipal de Planejamento - Teresina - aspectos e características*. Teresina, 1993.

237

Ativar o
Acesse Con

Fonte: Estudos regionais: geografia e história do Piauí (2004)

O que demonstra reproduzir os discursos já consolidados nas obras destes autores clássicos, sem nenhuma crítica ou apuro mais cuidadoso acerca destes sujeitos históricos, reproduz e alimenta a lógica invisibilizante na história do Piauí acerca dos povos indígenas. O que para a época, não era um tema pertinente para a historiografia local. E muito menos considerada um demanda social para o estado do Piauí. Visto que o movimento indígena ainda engatinhava no estado em busca do reconhecimento de sua identidade e direitos. Ter um discurso que fortalecia essa inexistência, não gerava preocupação para o governo do Estado do Piauí.

Voltando ao conteúdo “História do Piauí”, da presente obra em análise, quanto ao indígena, ele aparece de forma mais pontual no “Capítulo II - Período: Colônia”, no subtema: “1. A presença do índio no Piauí”:

Capítulo II - Período: Colônia

1. A presença do índio no Piauí

O sertão piauiense era povoado por várias tribos indígenas guerreiras. Existiam apenas pequenos conflitos entre elas, causados pela disputa das melhores áreas de caça e pesca. Após iniciada a colonização da Capitania do Piauí, na segunda metade do século XVII, os índios passaram a migrar mais constantemente, motivados pelos atritos com os brancos. Essa situação se agravava pelo fato de que algumas tribos se aliaram a estrangeiros, principalmente franceses, e outras uniram-se aos portugueses, aumentando a rivalidade entre os nativos. Na região do Delta dominavam os tremembés, ágeis na- dadores. Na Chapada das Mangabeiras e no Alto Parnaíba situavam-se os aroaques, carapotangas, aroaguanguiras, tacanhezes, caititus e corerás. Os abetiras, os beirtás, coarás e nongazes viviam no médio Parnaíba. Nas cabeceiras do rio Gurguéia viviam os acoroás, os rodeleiros e os beíquidos. Na extensão do mesmo rio eram encontrados os bocoreimas, os corsias, os lanceiros, jaicós e corotizes. Os índios aruazes, no riacho Sambito. Na Serra da Iblapaba habitavam os alongazes, os anassus e os tabajaras. Nas cabeceiras do rio Piauí viviam os acumês se os araiés. No Vale do Canindé viviam os cupinharões. Nas margens do Uruçuí os barbados e nos limites com Pernambuco os pimenteiras. Na região central do Estado, os gueguês. Os putis viviam na foz do rio Poti e os aranhins e os crateús nas cabeceiras. No final do século XVIII, não havia mais luta com os índios na capitania. As tribos indomesticáveis foram aniquiladas ou expulsas do Piauí. As mais fracas foram aldeadas e finalmente pacificadas (Rodrigues, 2004, p. 111-112).

Observamos que autora descreve os povos indígenas de forma geral, no arquétipo do guerreiro, sem elucidar muitos detalhes, trata das relações entre indígenas e colonizadores sem muito aprofundamento, resume-a apenas em conflitos. Cita cada povo e o local em que habitavam, mas também não traz as fontes de onde tirou essas informações. Outrossim, os nativos são citados a partir dos conflitos entre o colonizador que segundo a autora, “migram constantemente na segunda metade do século XVII” e logo sua narrativa segue para o final do século XVIII, em que “não há mais luta com os indígenas”, segundo a autora, as “tribos indomesticáveis foram aniquiladas ou expulsas” e “as mais fracas foram aldeadas e finalmente pacificadas”. Ainda neste capítulo, temos os subtemas: “2.Precurssores da nossa colonização”;

“3.A origem do nome Piauí”; “4. Mapa de Penetração”; “5. Ocupação e colonização do Piauí”; “6. A casa da Torre”; “7. Os descobridores do Piauí”; “8. Controvérsias sobre o descobrimento do Piauí”; “9. Os jesuítas no Piauí”; “10. A criação da Capitania do Piauí”; “11. Principais governantes coloniais”; “12. O Piauí na luta da Independência do Brasil”; “13. O dia do Piauí”. Nestes, os povos indígenas aparecem poucas vezes, a não ser quando são citados relacionados algum evento da colonização, como na catequização, na atuação dos jesuítas na evangelização “do nosso gentio” (termo utilizado pela autora (Rodrigues, (?), p. 119)), no embate com os bandeirantes, na explicação do nome de origem do estado, que segundo autora, recebeu esta denominação dos povos indígenas que habitavam a região, “de origem tupi o termo “Piauí” com significado ligado aos rios dos piaus. *Piau* é um peixe muito comum nos rios e açudes piauienses” (Rodrigues, (?), p. 113). A autora também não explica qual povo teria dado essa nomenclatura.

No “Capítulo III - Período: Império”, composto pelos subtemas: “1- Principais governantes coloniais”; “1.1. O Piauí na Confederação do Equador”; “1.2. A Balaiada no Piauí”; “1.3. A transferência da Capital”; “2 - A Proclamação da República no Piauí” e no “Capítulo IV-Período: República”, composto pelo subtema: “1- Principais governantes republicanos”, em nenhuma momento é citada a atuação, participação ou existência dos povos indígenas nesses períodos.

No item “Anexos” formados pelos Capítulos I - Símbolos do Piauí; Capítulo II - Educação; Capítulo III - Aspectos Culturais; Capítulo IV - Turismo no Piauí; Capítulo V - Teresina e Capítulo VI - Dados Gerais do Piauí, há dois momentos em que existe a citação novamente dos povos indígenas, no subtema 4. “As lendas mais populares do Piauí”, do “Capítulo III - Aspectos Culturais”, em que a autora descreve as lendas de duas mulheres indígenas, *Zabelê* e *Miridam*; e no subtema 2. “Municípios com potencial Turístico”, do Capítulo IV-Turismo no Piauí, ao citar de forma breve, na história originária de algumas cidades do Estado e seus atrativos turísticos. Para tanto, apresentamos as lendas de *Zabelê* e *Miridam*:

Zabelê

Era filha do chefe da tribo dos Amanajós. Ela amava Metara, índio da tribo dos Pimenteiras, terríveis inimigos dos Amanajós. Zabelê e Metara se encontravam secretamente. Ela saía dizendo que ia caçar mel na beira do rio Itaim. Mas Mandaú desconfiou daquelas andanças. É que ele vivia magoado com Zabelê, porque se via preterido por um inimigo e nunca conseguia que seu amor fosse correspondido. Mandaú descobriu o local de encontro dos dois. Certa vez resolveu levar algumas testemunhas para desmascarar Zabelê. Os dois amantes foram surpreendidos, Surgindo uma briga generalizada. Depois de tanta luta, morreram Metara e Mandaú. O fato deu origem a outra guerra que durou sete sóis e sete luas. Mas Tupã teve pena dos dois amantes e resolveu transformá-los em duas aves que andam sempre juntas e cantam tristemente ao entardecer. Mandaú foi castigado e transformado num gato

maracajá, que anda sempre perseguido pelos caçadores (por causa do valor de sua pele). Zabelê vive cantando ainda hoje a tristeza de seu amor infeliz.

Miridam

Era a mais bela jovem da tribo dos Acaraós. Como sua mãe não resolvia dar-lhe em casamento a nenhum jovem do lugar, ela manteve um amor proibido, às escondidas de todos. Não sabendo como esconder o filho desse amor, colocou-o num tacho e soltou nas águas do Paraim. As águas do rio se transformaram num imenso lago. É hoje chamada Lagoa Parnaguá, situada no extremo sul do Piauí. A Mãe-d'água recolheu e criou a criança e jogou uma maldição na infeliz mãe. Dizem que ainda hoje o filho da mãe- d'água aparece na superfície da Lagoa. Ninguém conseguiu até agora desencantá-lo e ele continua aparecendo, como criança nas primeiras horas da manhã. A tarde se torna adulto e à noite é um velho de barbas brancas (Rodrigues, 2004, p. 179-180).

Percebemos um lapso temporal muito grande na escrita da autora em relação à presença e cultura indígena nesta obra. Os povos indígenas são citados na colonização, ainda no século XVII e já considerados “aniquilados” e “pacificados” pela autora no final do século XVIII, e apenas no aspecto cultural eles são “relembrados” como lendas por meio de duas mulheres indígenas, de nações diferentes. Quanto a breve citação dos povos originários na história de origem de algumas cidades do Piauí, apenas àqueles considerados como potencial turístico, segundo a autora, vejamos aqui aquelas em que trouxeram em seu breve histórico, a presença indígena em sua origem:

SÃO RAIMUNDO NONATO:

O atual território do Município de São Raimundo Nonato teve seu processo de ocupação marcado por uma luta feroz entre os desbravadores da região - vindos de outras capitanias - e os índios que ali habitavam.

PIRIPIRI:

Cidade piauiense banhada pelo rio dos Matos, situada a 157 Km ao Norte da Capital. Suas origens vêm da terra encravada na data "Botica", sesmária doada a Antônio Fernandes Macedo em 1777. Apesar de existirem alguns habitantes, sua colonização não se deu de imediato. O marco inicial de seu povoamento remonta ao ano de 1844, quando o Padre Francisco Domingos de Freitas e Silva construiu ali uma casa para residir e doou parte de suas terras para erguer uma capela dedicada a Nossa Senhora dos Remédios, atual padroeira da cidade.

AMARANTE:

Sua origem está ligada às lutas de apresamento dos Índios que habitavam a região. Por ali passavam também aventureiros à procura de ouro e de outras riquezas. Por Decreto Imperial de 1832 foi criada a Vila de São Gonçalo de Amarante, posteriormente elevada à condição de cidade a 4 de agosto de 1871, já com o nome Amarante.

CARACOL

As terras que constituem o Município de Caracol primitivamente eram habitadas por índios tapuias. Com o intuito de explorar a borracha, o Comandante José Dias Soares e seus filhos fixaram-se na região, denominando-lhe Formiga, local onde hoje se situa a cidade. Com a chegada dos colonizadores houve o desaparecimento dos silvícolas e o processo de povoamento e exploração teve início (Rodrigues, 2004, p. 185).

Neste momento finda a referência aos povos nativos na história do Piauí na narrativa da obra de *Estudos regionais do Piauí*. Neste caso, os povos são citados no breve histórico de cada cidade, no início de suas formações, ou seja, quando o colonizador não havia

ainda se instalado, em um passado distante, e com a formação das primeiras fazendas, logo estes povos “deixariam de existir”. Esse tipo de narrativa gera efeitos negativos acerca da história indígena no Piauí para a cultura histórica dos estudantes. Não vamos muito distante da nossa realidade de estudante no Piauí, mais especificamente no norte do Estado, na cidade de Parnaíba-PI, na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), no curso de história, em 2012, ano em a autora, à época era caloura do curso. Momento em que tive conhecimento que ainda havia indígenas no Piauí, somente ao acessar à universidade.

Até chegar à universidade não tive informação alguma acerca da presença indígena no estado. E, destacamos que eu e os demais colegas de curso, só soubemos dessa informação, por intermédio da disciplina “Brasil Colônia”, ministrada por um professor que se interessou em investigar se no Piauí havia “índio”. Trouxe-nos informações mais atuais, citando o povo *Tabajara* em Piripiri, seu Cacique José Guilherme. Tínhamos uma disciplina “História e Historiografia piauiense” que conhecemos os clássicos da historiografia piauiense, (Padre Cláudio de Melo, Odilon Nunes, Monsenhor Chaves, Abdias Neves, Claudete Miranda Dias, Pereira de Alencastre, Lima Sobrinho etc.) que reproduziam o discurso do “extermínio”. Embora se tratando da História do Piauí, ainda assim não foi por aquela disciplina curricular que obtivemos essa informação (da presença indígena no Estado).

Mesmo num espaço de produção, informação e difusão do conhecimento, ainda mantinha autores em sua bibliografia que reforçavam este discurso. Mais adiante, para a produção do projeto de pesquisa, e construção da monografia, enfrentamos também outro desafio - havia raros professores que simpatizam e/ou tinham aproximação com a temática indígena na instituição. Além do aspecto metodológico que esbarrava nas fontes, para realização da pesquisa, ponto essencial para pesquisa histórica, pela dificuldade de acesso alguma fonte relacionado ao tema ou pela pouca aproximação dos professores com a História Oral. Visto que na época, em torno de 2014, já havia pessoas que autodeclaravam como indígena. E, sabemos que desde 2005, como já foi dito anteriormente, o movimento indígena já se organizava e tomava mais visibilidade com os *Tabajaras* em Piripiri-PI. Esses desafios na vida de um estudante-pesquisador inexperiente, contribuem para o desinteresse da pesquisa da temática. O que pode ter acarretado poucas produções desenvolvidas acerca da história indígena no Piauí.

Na época era senso comum na maioria da classe historiadora piauiense que os indígenas só existiam no passado. Somado a falta de conexão com o que nacionalmente se produzia, pois Jonh Monteiro ainda - na década de 1990 - já questionava e criticava a história tradicional, a construção de uma história de passado e morte para os indígenas, ou seja, a crônica

do extermínio: “Historiador, antropólogo, publicou diversos trabalhos, livros. Orientou diversas pesquisas que contribuiu para o conhecimento histórico das populações indígenas no país, renovou os aportes teóricos, construindo uma ponte entre antropologia e história” (Gomes, 2016, p. 44). Observamos abaixo o que relata a historiadora Cristina Pompa em seu texto *Os índios, entre antropologia e história: a obra de John Manuel Monteiro* (2014):

Os ganhos teóricos e metodológicos que a história indígena, como perspectiva epistemológica, mas também como conjunto de *fatos*, tem proporcionado à etnologia e à historiografia, pelo menos desde 1985, são devedores da obra do mais competente e dedicado estudioso de história indígena no Brasil: Jonh Manuel Monteiro. O trabalho de Jonh tem permitido à reflexão antropológica a respeito da história alcançar seus frutos maduros, bem como tem enriquecido extraordinariamente a pesquisa histórica brasileira, ao introduzir na consciência historiográfica nacional atores tão poderosos quanto programaticamente excluídos da grande narrativa da nação, os povos indígenas (Pompa, 2014, p. 65).¹²⁴

Consequência disso - da desconexão da historiografia local com a nova história indígena produzida nacionalmente - é a morosidade na renovação historiográfica piauiense acerca da história dos indígenas no Piauí e uso contínuo de obras que construíram e reforçaram o discurso na inexistência indígena no estado por muito tempo. Reproduzindo assim um discurso que se manteve na cultura histórica dos estudantes desde a Educação Básica, que não se ouvia praticamente nada a respeito, à Educação Superior que ainda engatinhava nas pesquisas voltadas para essa temática, bem como enfrentava desestímulos metodológicos e era vista como um campo difícil de investigar, devido a “falta” de fontes e “sem indígenas”, mesmo que já houvesse pessoas e grupos se autodeclarando. Logo, ainda eram visto apenas como “descendentes”, não como indígenas de fato, sem importância e tanta urgência acadêmica.

¹²⁴ Ainda sobre a produção de Jonh e Manuela Carneiro, importante ativista e também pesquisadora acerca da temática, segundo Pompa (2014): “Pertenceram aos mesmos núcleos de pesquisas, como Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da USP, dando origem aos trabalhos mais relevantes da década de 1990 como *Guia de fontes para a história indígena e do indigenismo* (1994) e *História dos Índios no Brasil* (1992) onde foram parceiros na publicação. Manoela como organizadora e Jonh com o texto sobre etno-história, *Os Guarani e a história do Brasil Meridional, séculos XVI-XVII*”, (Pompa, 2014, p. 71). Como também na coletânea *A Temática indígena na Escola-novos subsídios para professores de 1º e 2º Graus* (1995), com o texto *O Desafio da História Indígena no Brasil*”, destaca-se também o seu livro *Negros da Terra - Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo* (1994). Outros trabalhos que seguiram a mesma “linhagem” de Jonh, sob sua orientação, que compõem essa nova história indígena nos chamam atenção o *Metamorfoses indígenas*, de Regina Celestino de Almeida (2003), *Religião como tradução*, de Cristina Pompa (2003), *Vilas de índios no Ceará Grande*, de Isabelle B. Peixoto da Silva (2005), *O vapor e o botoque*, de Luisa Tombini Wittmam (2007) entre outros. Jonh ao ingressar na Unicamp, passaria a ser organizador de GTs da Anpocs e da ABA mais especificamente dedicados à história indígena e do indigenismo, em geral com a colaboração de João Pacheco de Oliveira Filho, com quem estabeleceu e manteve sempre um diálogo intenso sobre instrumentos conceituais, as fontes de pesquisa e as agendas da história e da etnologia indígenas (Pompa, 2014, p. 73). POMPA, Cristina. **Os índios, entre antropologia e história**: a obra de John Manuel Monteiro. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/374>. Acesso em: 07/07/2016.

Além da falta de reconhecimento, o Governo do Estado Piauí, que como instituição pública de proteção e assistência, ignorou as reivindicações dos povos indígenas, organizados em associações por seus direitos, por muito tempo, por terra, saúde e educação, e só se posiciona mediante pressão do movimento indígena no Estado.

Apesar da parcimônia de diferentes atores aqui descritos, hoje há mudanças significativas, especialmente, no campo da pesquisa, haja vista o avanço de novas pesquisas, inclusive desde os anos 2000, especificamente a partir de 2004, com o texto *História negada: em busca de novos caminhos*” da historiadora Jóina Freitas Borges. A qualidade e quantidade de produções que se multiplicaram e trazem novas perspectivas, os avanços metodológicos, da formação de novos historiadores e pesquisadores da temática. A história indígena tem se renovado no Piauí, mas ainda é um campo carente de mais investigações e pesquisadores em diferentes tempos e espaços da história.

É importante perceber que entre os municípios citados nessa obra em escopo, durante os anos 2000, período em que provavelmente ela foi elaborada e publicada, os povos indígenas já residiam e lutavam nos municípios como em Piripiri (o povo *Tabajara*); como em Teresina, (*Guajajara*), já citados no capítulo um deste trabalho, mas que na presente obra não tiveram alguma menção quando falado do seu breve de histórico de origem.

3.2.2 Educação sem Fronteiras, 1ª ed., 8ª Série, modalidade EJA-Piauí, 4ª etapa (2002), dos autores Alcebíades Costa Filho e Clarice Helena Santiago e outros

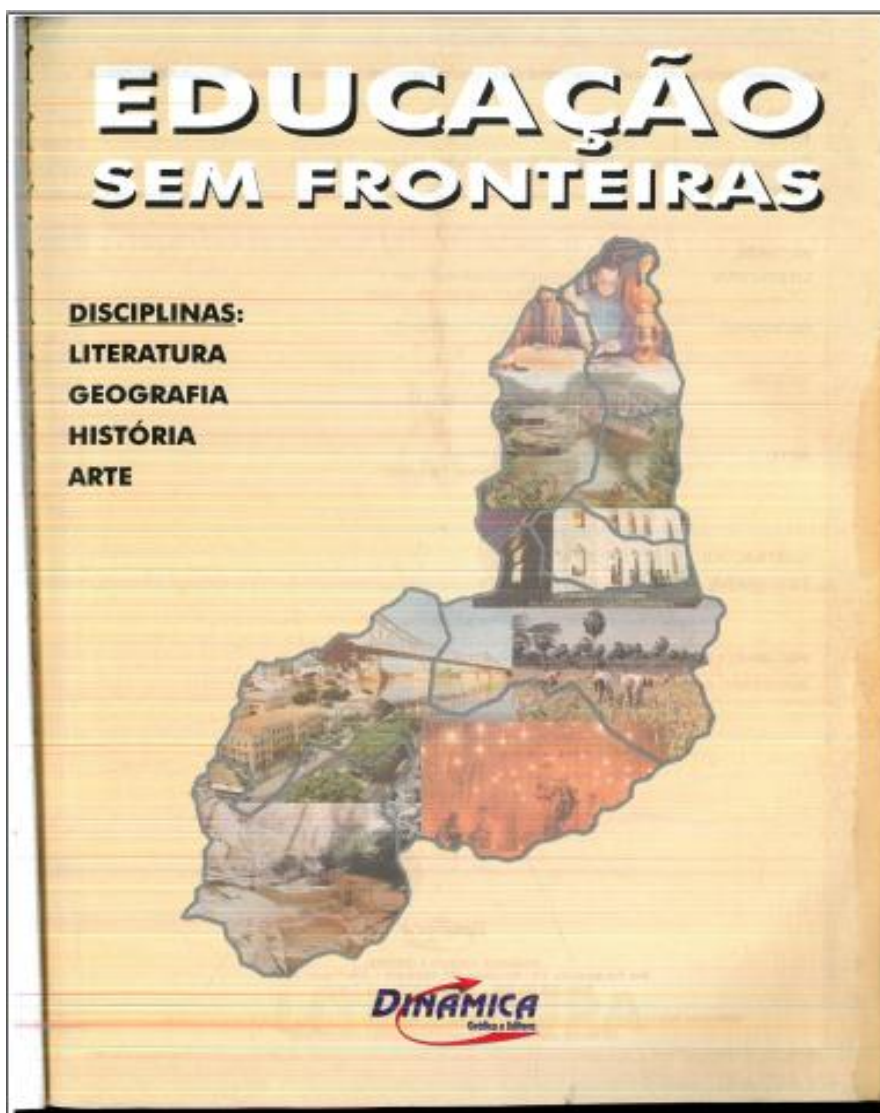
De acordo com Sousa (2018), em seu trabalho de conclusão de curso, intitulado *Livros Didáticos Regionais: análise dos livros distribuídos pelo Estado do Piauí para Educação de Jovens e adultos, entre 2002 e 2004* (2018) ele descreve o contexto de produção dos livros didáticos regionais para a Modalidade de Educação de Jovens e Adultos-EJA:

[...] o governo federal delegou aos estados a missão de comprar e distribuir ou até mesmo produzir o material didático destinado a EJA por meio de repasse de recursos do Brasil Alfabetizado e Fortalecimento da Educação de jovens e adultos. Sendo assim até 2008 os materiais didáticos destinados à modalidade EJA era responsabilidade do Estado contemplando na aquisição do material os livros didáticos regionais que abordassem temas que contemplassem todas as disciplinas que seriam trabalhadas nos livros regionais. Neste estudo estudaremos apenas os dois primeiros títulos que foram distribuídos entre 2001 e 2004. O período coincide com o primeiro mandato do governador Wellington Dias 2003-2006 que abriu licitação para produção e distribuição dos livros didáticos destinados ao ensino fundamental e a educação de jovens e adultos, seguindo os critérios das diretrizes curriculares do estado, exigindo em edital a contemplação de elementos da cultura regional no material didático. Autores como Alcebíades Costa Filho e Clarice Helena Santiago Lira, que trabalham a parte regional do conteúdo de história desde 2003 participam da produção dos Livros

Didático Regional - LDR para o Piauí com a primeira coleção Educação Sem Fronteiras, com a 2ª edição Palavras em Movimento produzido pelo GRUPO EDUCAR que foi usado em 2004 nas escolas estaduais que ofertavam a modalidade de educação de jovens e adultos (Sousa, 2018, p. 13).

Como Sousa (2018) nos mostra, o Piauí ficou responsável pela produção dos livros didáticos regionais para a Modalidade EJA, pautando temas que contemplassem todas as disciplinas a serem estudadas (português, matemática história, geografia, ciências, e educação física). Aspecto este que fica evidente na capa da obra em questão analisada, embora nesta versão aparecem descritos apenas as disciplinas de história, geografia, arte e literatura, conforme a capa e na ficha de catalogação:

Figuras 24 e 25 - Capa e dados de catalogação – Educação sem Fronteiras (2002)



Fonte: Educação sem Fronteiras. 1ª ed. (2002)

FICHA TÉCNICA	
TÍTULO:	
Educação Sem Fronteiras - Conteúdo Regionalizado - 8ª Série - 1ª Edição	
4ª Etapa - Livro 2	
AUTORES:	
LITERATURA:	Francisca Flávia Mendes Lêda Mauren O'hara Cavalcante Sousa
GEOGRAFIA:	Eliângela Guimarães Moura Fé Márcio Iglésias Araújo Silva
HISTÓRIA:	Alcebiades Costa Filho Clarice Helena Santiago Lira
ARTE:	Elenilce Soares Mourão Francisco Aci Gomes Campelo
ILUSTRAÇÕES:	David Prado
FOTOGRAFIA:	Maurício Sipaúba Aureliano Müller José Alves Ferreira Filho
PRÉ-IMPRESSÃO:	Multimagem Fotolitos
IMPRESSÃO e ACABAMENTO:	Quebecor World Recife

Fonte: *Educação sem Fronteiras*. 1ª ed. (2002)

Observamos que para cada disciplina há os autores responsáveis pelo conteúdo, texto escrito. No caso da História, são responsáveis os autores Alcebiades Costa Filho e Clarice Helena Santiago. A obra destina-se ao público da Educação de Jovens e Adultos-EJA, para o ensino fundamental voltado para a 8ª série. Esta versão que obtivemos possui apenas a parte destinada ao conteúdo de História.

O segmento de história é tratado o texto: *O Piauí na segunda metade do século 20: urbanização, desenvolvimento aparente e pobreza*, o qual traz como subtemas: “A outra face do desenvolvimento”; “Planejando para vencer o atraso”; “Desenvolvimento aparente”; “A revolução no setor de energia”; “As transformações viário e de transporte”; “A revolução no setor de comunicação e o processo acelerado de urbanização”.

Pelos os próprios títulos do tema geral e dos subtemas, a proposta do conteúdo de História era descrever da realidade piauiense no tocante à urbanização das cidades, isolamento do Piauí em relação à outros estados mais desenvolvidos, evolução econômica do estado, população rural e urbana e a realidade teresinense. Foi produzido um primeiro livro que tratava do Piauí na primeira metade do século XX, porém foi retirado de circulação. Assim tivemos

acesso apenas esta obra que é para atender o público do EJA, licitado pela Seduc-PI em 2004 e 2005 para escolas de ensino fundamental.

Quanto ao sujeito indígena, ele não aparece em nenhum desses contextos, assim também como a população negra no Estado. Não há qualquer menção, nem mesmo quando se fala da população rural local. Compreendemos que este fato não é um problema exclusivamente do Piauí e muito menos somente desta obra em análise que se propõe atender a uma demanda educacional, produzido para ser utilizado como livro didático para estudantes da Modalidade EJA, da 8ª série do ensino fundamental.

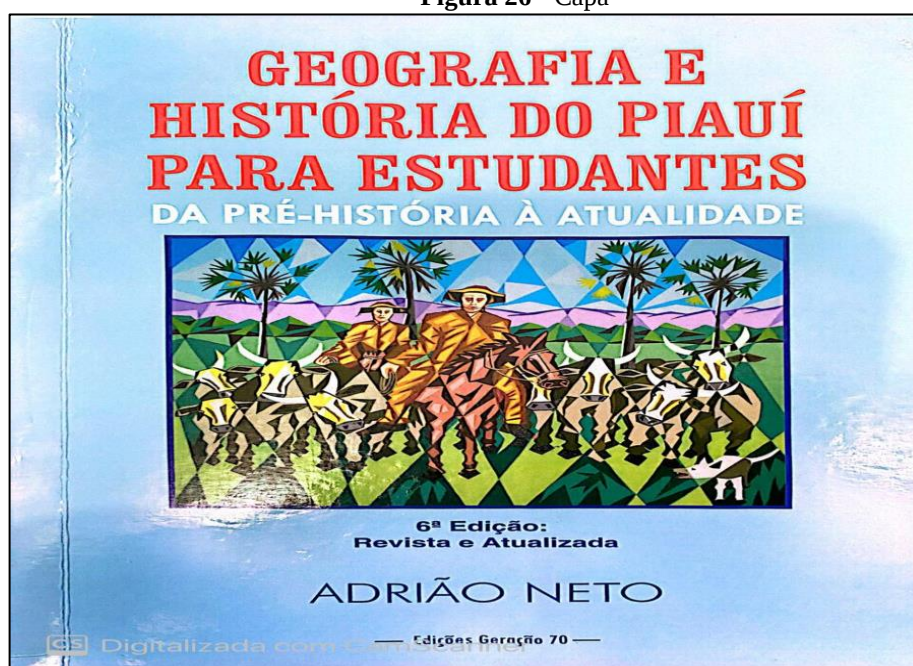
A historiografia oficial por muito tempo destinou a participação indígena somente ao período colonial da história do Brasil, querendo acreditar que eles deixaram de existir com a “miscigenação” e não estiveram presentes em outros períodos para além do período colonial, como se os povos indígenas não tivessem sobrevivido durante os períodos da história do Brasil Monárquico, Republicano até os dias atuais.

É então uma espécie de apagamento histórico dos povos indígenas na história do Brasil e do Piauí que se consolidou na historiografia, enquanto discurso e materializou por muito tempo em diversos livros didáticos, inclusive nos de conteúdo regional que tinham por interesse contar a história regional. Percebemos, dessa maneira, -um atraso na historiografia piauiense acerca dos povos indígenas. Quanto à legislação educacional referente esse período, iremos discuti-la mais à frente.

3.2.3 Geografia e História do Piauí para estudantes: da pré-história à atualidade, 6ª ed. (2010), do autor Adrião Neto

A primeira edição desta obra foi publicada em 2002, pelo próprio autor, o escritor Adrião Neto. Tem por objetivo expor/estudar a geografia e a história do Piauí para o público estudantil, desde a pré-história a atualidade. A 6ª edição, mais recente, de 2010, a qual utilizaremos em nossa análise tem como personagens centrais na ilustração de sua capa: o vaqueiro e o gado, adentrando a vegetação. Observamos que os elementos escolhidos surgem a partir da colonização, o que pode sugerir que a geografia e a história do Piauí se iniciou a partir desse processo que o autor escolhe - a colonização - como ponto de partida, ainda que de forma preliminar para sua narrativa.

Figura 26 - Capa



Fonte: Geografia e História do Piauí para estudantes: da pré-história à atualidade, 6ª ed., (2010)

Logo em seguida à capa da versão de 2010, ao qual analisamos, encontramos um Parecer de aprovação emitido pela Unidade de Ensino Médio da Secretaria de Educação do Piauí, no ano de 2003. Vejamos:

Figura 27 - Parecer de aprovação



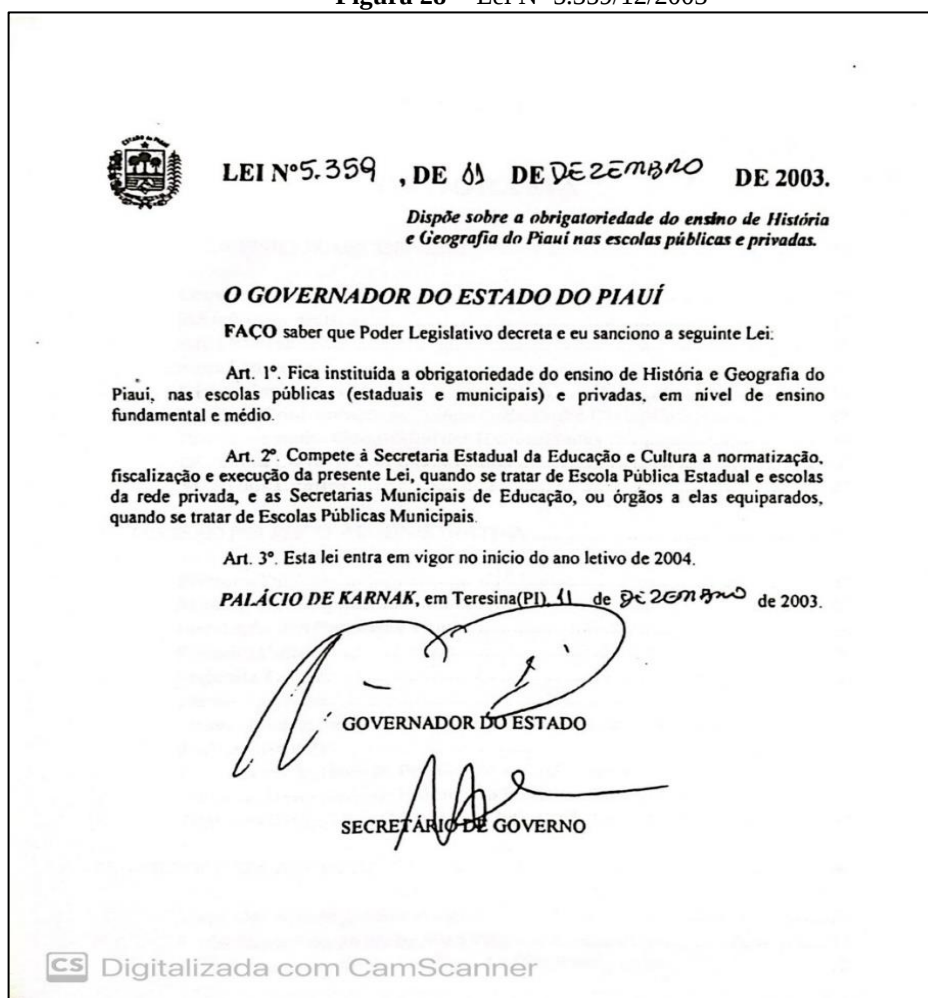
Fonte: Geografia e História do Piauí para estudantes: da pré-história à atualidade, 6ª ed., (2010)

A presente obra foi analisada pela Unidade de Ensino Médio da Secretaria de Educação do Estado e, de acordo com o órgão de análise, foi atestada sua relevância, especialmente para estudantes, tanto para os estudantes do ensino fundamental quanto para o ensino médio, conforme o autor destaca em sua dedicatória:

‘Ao Deputado Homero Castelo Branco, autor da Lei que instituiu a obrigatoriedade do ensino de história do Piauí e geografia do Piauí, nas escolas públicas e privadas, em nível de ensino fundamental e médio; autor também da lei que inclui a data histórica da batalha do jenipapo: 12 de março de 1823, na bandeira do Piauí. Aos professores de Geografia e História do Piauí, pela dedicação ao ensino dessas matérias’ (Adrião Neto - Dedicatória, 2006).

O autor preocupa-se em alertar sobre a qualidade e credibilidade da obra que se destina a ensinar a história e geografia do Piauí para os estudantes. Justificando sua produção na legislação vigente, ao reproduzir a Lei Nº 5.359 de 11 de dezembro de 2003, com as assinaturas do ex-Governador e ex-Secretário de Governo, Wellington Dias e Washington Luís, respectivamente:

Figura 28 - Lei Nº 5.359/12/2003



Fonte: Geografia e História do Piauí para estudantes: da pré-história à atualidade, 6ª ed., (2010)

Observamos que o autor com sua obra tem um cuidado e atenção ao estar em consonância com a legislação vigente e a destaca em sua obra, como forma de ratificar a sua importância para o ensino de história do Piauí nas escolas. Percebe-se a Secretaria de Educação atenta ao que se é produzido de cunho didático sobre Geografia e História do Piauí e exercendo um papel de fiscalizadora do material didático de conteúdo regional, atestando credibilidade à obra de iniciativa privada voltados para o conteúdo de duas áreas de conhecimento.

No parecer do órgão de análise da obra, não fica claro se houve profissionais das áreas de conhecimento no processo de análise da presente obra. Em seguida, vem o sumário - dividido entre a parte de Geografia e de História. Interessa-nos apenas a parte de História, bem como os capítulos em que trata diretamente dos indígenas e esta configura-se da seguinte forma:

PRÉ-HISTÓRIA

I- PIAUÍ, O BERÇO DO HOMEM AMERICANO	167
A Presença do Homem Primitivo.....	167
Catálogo dos Sítios Arqueológicos.....	167
Sequência Crono-Cultural.....	167
Patrimônio Cultural da Humanidade.....	167
Parque Nacional da Serra da Capivara.....	168
Outros Parques Nacionais.....	168
Fundação Museu do Homem Americano.....	168
Datações (Com a Técnica do Carbono 14)	168
O Resultado das Descobertas.....	169
II- TEXTOS INFORMATIVOS E ILUSTRATIVOS.....	170
Fauna Fóssil e Paleoambiente.....	170
O Homem.....	172
Evolução Cultural.....	174
Registros Gráficos.....	177
O Quebra-Cabeça da Pré-História.....	179

HISTÓRIA

I-CAPITANIAS HEREDITÁRIAS.....	183
Mapa das Capitâneas Hereditárias (nova versão)	184
Registro Cartográfico das Capitâneas Hereditárias (nova versão)	185
II-CAPITANIA DO PIAUÍ.....	186
Subordinação Política:.....	186
A Pernambuco e Bahia.....	186
Ao Maranhão e Grão-Pará.....	186
Ao Maranhão.....	186
Independência Administrativa.....	187
Autonomia Política.....	187

Governantes:.....	187
João Pereira Caldas.....	187
Gonçalo Lourenço Botelho de Castro.....	188
As Juntas Governativas.....	189
João de Amorim Pereira.....	189
Pedro José César de Meneses.....	189
Carlos César Burlamaque.....	190
Francisco da Costa Rabelo.....	190
Junta de Governo.....	191
Baltazar de Sousa Botelho de Vasconcelos.....	191
Elias José Ribeiro de Carvalho.....	191
Junta de Governo.....	192
III-PRÉ-COLONIZAÇÃO.....	193
IV-AEXPANSÃO DA CASA DA TORRE E A OCUP. DO SOLO PIAUIENSE...	195
As Sesmarias:.....	196
As Primeiras Concessões.....	196
Outras Concessões.....	197
A Prepotência dos Sesmeiros Absenteístas.....	197
V-O ÍNDIO NO SOLO PIAUIENSE.....	198
O Piauí como Corredor de Migração.....	198
Etnias e Nações.....	199
Demonstrativo da Distribuição Espacial das Nações Indígenas	199
Organização Política.....	199
Algumas Tribos que Habitavam o Piauí.....	200
Os Índios e o Conflito de Interesses.....	200
Aldeamentos:.....	201
Principais Aldeias ou Arraiais.....	202
Principais Missões.....	202
Outros Nichos de Segregação.....	203
Breve Contextualização.....	203
Guerra de Colonização.....	203
Guerra de Extermínio.....	203
Reação de Mandu Ladino.....	204

O autor segue a estrutura clássica da história tradicional, partindo do conteúdo da chegada do colonizador e depois foca nos povos indígenas. O primeiro momento em que os povos indígenas são citados na obra, aparecem quando o autor fala da colonização, da ocupação do território piauiense através da pecuária com chegada dos poderosos da casa da Torre e sobre a escravização dos indígenas na região:

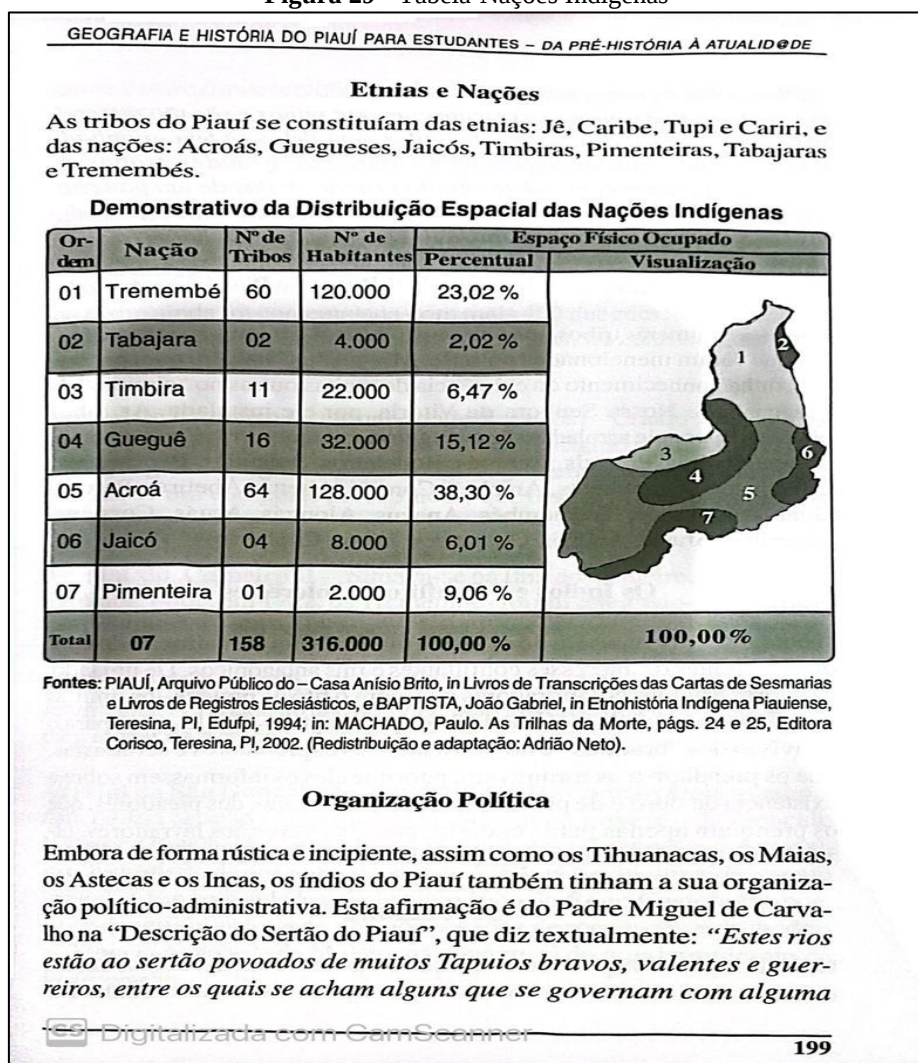
1) O florescimento econômico da Bahia, com o desenvolvimento da pecuária e a multiplicação das fazendas de currais, pelos sertões daquela capitania, da Paraíba, Sergipe, Pernambuco e, posteriormente do Piauí, e, por outro lado a escassez da mão de obra do elemento branco e do escravo negro- imprescindível para o desenvolvimento daquela atividade- fizeram com o que os poderosos da Casa da Torre e seus arrendatários, que também agiam movidos pela ganância, escravizassem os índios necessários para tocar os seus negócios expulsassem o restante dos habitantes das tribos da região para usurparem suas terras. Sentindo-se esbulhados, os índios reagiam violentamente invadindo e causando enorme estragos nas fazendas e plantações. A contra-reação, que além de vingança, visava cada vez mais a expansão das fronteiras, se constituía em verdadeira carnificina, dando início ao processo de aniquilamento do índio e da ampliação dos latifundiários. 2) A ocupação e a colonização do Piauí, constitui-se como resultado direto da ação das expedições organizadas, com o intuito de prear índios para escraviza-los e de conseguir grandes extensões de terras para implantação de novas fazenda de gado (Adrião Neto, 2010, p. 196).

Chamamos atenção para as palavras “aniquilamento”, “carnificina” e a permanência no foco na violência sofrida pelos indígenas na colonização do solo piauiense. No capítulo “V- O ÍNDIO NO SOLO PIAUIENSE”, curiosamente possui o mesmo título da obra de Monsenhor Chaves (1953). O autor abre o capítulo com a citação de Odilon Nunes: “nos primeiros dias, os índios fervilhavam como formigas nos vales dos rios do Piauí” (NETO, 2010, p.198 apud NUNES, 1966, p.55) e titula o tópico deste capítulo com “O Piauí como corredor de migração”, ideia também defendida por Nunes. Adrião - nesse sentido - sobre a presença indígena na região que atualmente é o Piauí:

A área territorial que compreende o atual estado do Piauí se constituía num corredor d emigração, para inúmeras tribos que se deslocavam do vale do São Francisco em direção a região amazônica ou em sentido contrário e para as tribos que se movimentavam em sentido norte sul, da zona litorânea com destino ao Rio dos Sono (Tocantins), ou vice-versa. No entanto, existiam tribos que, apesar de nômades, se fixavam por muito tempo em determinados lugares. Estudos indicam que o Piauí foi palco de encontro, de abrigo e de morada dos três grupos mais importantes de índios que habitaram o Brasil; Tupi, Tapuias e Caraíbas (*Id.*, 2010, p. 198).

O autor demonstra ser consciente quanto ao comportamento de transitoriedade/permanência dos povos indígenas em relação aos locais que viviam. E assim como a maioria dos autores analisados, utiliza a dicotomia *tupi-tapuia* para identificar povos de diferentes etnias, utiliza também o termo “grupos” para se referir aos povos indígenas, termo já obsoleto para o período. Na página seguinte o autor apresenta o subtópico “Etnias e Nações”, em que mostra uma tabela com as nações no Piauí:

Figura 29 - Tabela-Nações Indígenas



Fonte: Geografia e História do Piauí para estudantes: da pré-história à atualidade, 6ª ed. (2010)

Como vemos acima, o autor, cita 4 etnias: Jê, Tupi, Caribe e Cariri e 7 nações: Acroás, Guegueses, Jaicós, Timbiras, Pimenteiras, Tabajaras e Tremembés. Embora esta divisão já esteja defasada. Interessante observar que na tabela, há o número de habitantes por nação e o percentual por espaço físico ocupado e enxergamos o mapa do Piauí com 100% de ocupação/presença indígena. O autor apresenta de onde tirou as informações para montar a tabela, suas fontes, entre elas destacamos a obra de João Gabriel Baptista, *Etno-história indígena piauiense* (2009).

Logo em seguida no item “Algumas tribos que habitavam o Piauí” lista nomes de povos que foram citados por Padre Miguel de Carvalho sem seus relatos. Entre elas: Aroaquises, Carapotangas, Aroquanguiras, Precatis, Coroas, Rodeleiros, Beçudos, Bocoreimas, Cupequacas, Cupicheres, Aranhês, Corerás, Aitetus, Abetiras, Beirtés, guarás, Nogases,

Tremembés, Anaçus, Alongás, aruás, Cusiâus, lanceiros, Araiós, Acimés, Guaratizes, Jaicós e Cupinharos. No tópico seguinte: “Os índios e o Conflito de Interesses”, descreve:

A conquista e o massacre do indígena piauiense foram patrocinados por duas correntes de interesse conflitantes e fins antagônicos. De um lado, os padres e alguns colaboradores que, com o fito de protegê-los, muitas vezes, empregavam até o uso da força para capturá-los e levá-los para o convívio dos “brancos” e do outro lado, os exploradores e sertanistas, que os prendiam e os torturavam, para que eles os informassem sobre a existência de ouro e de pedras preciosas, bem como, dos preadores, que os prendiam apenas para vendê-los como escravos aos lavradores, fazendeiros e senhores de engenho da Bahia e de Pernambuco (*Id.*, 2010, p. 200).

O autor destaca a violência sofrida pelos indígenas e como eram tratados como mercadoria, pelos religiosos interessados em evangelizá-los como pelos exploradores a fim de escravizá-los. Mais adiante o livro seguirá falando dos “Aldeamentos”, das “Principais Aldeias ou Arraiais”, “Principais Missões”, “Outros Nichos de Segregação”, “Breve Contextualização”, em que denuncia as péssimas condições de vida dos aldeamentos; e para concluir este Capítulo V, temos ainda “Guerra de Colonização”, da Guerra de Extermínio” e da “Reação de Mandu Ladino”.

É importante frisar que essa guerra do extermínio nunca ocorreu. Sabemos do processo violento que se deu as relações entre portugueses e indígenas, porém, a existência dos povos indígenas se faz até atualidade, além de não haver fontes históricas que possa inferir que essa guerra existiu. Depois, o autor segue relatando sobre a história do Piauí, mas o indígena não está presente nos temas seguintes. Portanto, o indígena só aparece na história do Piauí, nesta obra, somente no período colonial.

3.2.4 História do Piauí, 1ª ed., 4º ou¹²⁵ 5º ano (2008) dos autores Henrique Delboni e Paulo Jorge Storace Rota

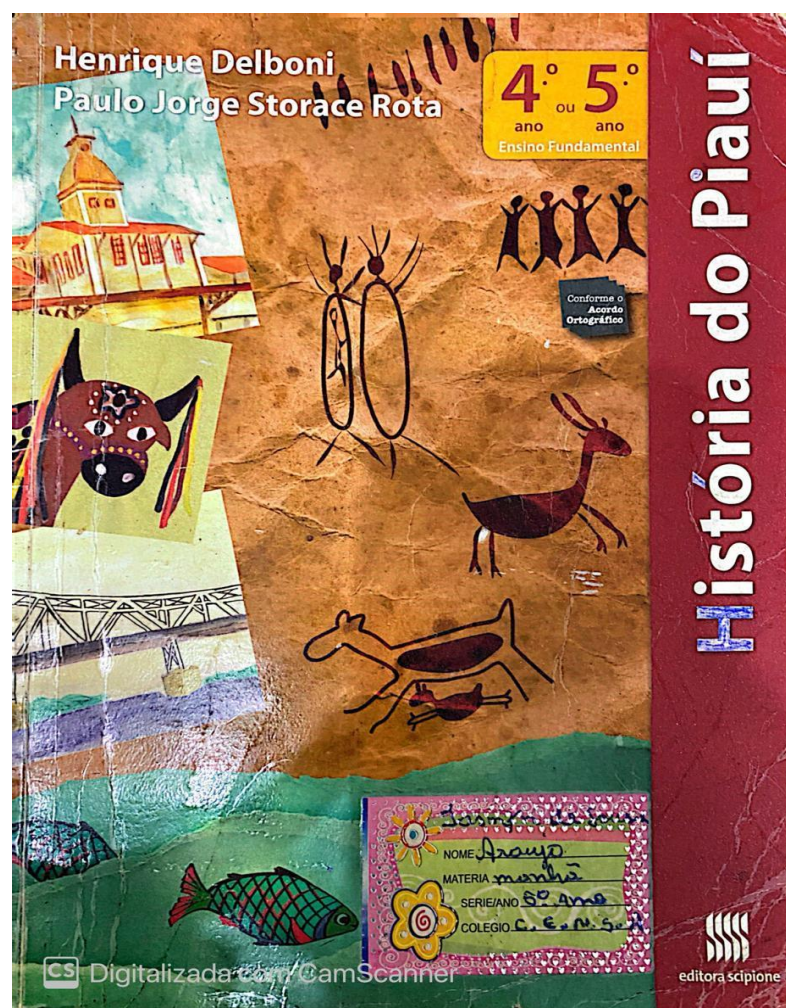
Estas obras destinam-se atender às séries do 4º e 5º do ensino fundamental, para se atender os conteúdos de História. Os autores dos livros são Henrique Delboni e Paulo Jorge Storace Rota, respectivamente - Delboni é licenciado em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP), e Rota é bacharel e licenciado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)¹²⁶. Essas obras foram publicadas pela Editora Scipione de São Paulo, e logo em folha dos Dados de Catalogação, os autores agradecem a contribuição de professores

¹²⁵ Acreditamos que a obra pode ser utilizada para as turmas tanto do 4º ano como para o 5º ano.

¹²⁶ Dados retirados da primeira folha de rosto do presente livro em análise. (DELBONI, Henrique. ROTA, Paulo Jorge Storace. **História do Piauí. 1ª ed., 4º ou 5º ano/Geografia do Piauí, 1ª ed., 4º ou 5º ano.** São Paulo: Scipione, 2008.

que atuam no Piauí em instituições de ensino privadas do estado. Vejamos abaixo: Capa, que traz como destaque as pinturas rupestres da Serra da Capivara-PI e a Folha de Catalogação:

Figuras 30 e 31- Capa e dados de Catalogação – História do Piauí (2008)



Fonte: História do Piauí. 1ª ed.(2008)



editora scipione

Gerência editorial
Maria Teresa Porto

Responsabilidade editorial
Sueli Yukiko Mori Carvalho
Heloisa Pimentel

Edição
Maria Viana

Assistência editorial
Beatriz de Almeida Francisco
Jaqueline Paiva Cesar

Colaboração
Paula Thomaz

Consultoria técnica
Cândido Grangeiro

Supervisão de revisão
Miriam de Carvalho Abôes

Revisão
Equipe Scipione

Edição de arte
Didier D. C. Dias de Moraes

Supervisão de arte
Sérgio Yutaka Suwaki

Coordenação de arte
Yong Lee Kim

Programação visual de capa e miolo
[sic] Comunicação

Ilustração de capa e vinhetas
Andrea Ebert

Ilustrações
Ricardo Giroto, Kazuhiko Yoshikawa
e Cassiano Rôda

Supervisão de iconografia
Cristiane Marques

Pesquisa iconográfica
Lia Mara Milanelli

Cartografia
Mário Yoshida

Editoração eletrônica
Nova Parceria e Celma Cristina Ronchini

Impressão e acabamento
Grafica Ideal

Av. Otaviano Alves de Lima, 4 400
6.º andar e andar intermediário ala "B"
Freguesia do Ó
CEP 02909-900 – São Paulo – SP
Caixa Postal 007

DIVULGAÇÃO
Tel: (0XX11) 3990-1810

VENDAS
Tel: (0XX11) 3990-1788
www.scipione.com.br
e-mail: scipione@scipione.com.br

2010

ISBN 978-852628048-9 – AL
ISBN 978-852628049-6 – PR

1.ª EDIÇÃO
(1.ª impressão)

*Agradecemos a leitura crítica e as valiosas contribuições de **Daniel Monteiro Martins**, de Teresina/PI, professor de História do Educandário Santa Maria Goretti, do Instituto Dom Barreto e do Colégio Anglo.*



Os elementos que aparecem na capa deste livro representam:

- Pinturas rupestres na Serra da Capivara
- Ponte João Luis Ferreira, conhecida também como Ponte Metálica de Teresina
- Estação Ferroviária de Teresina, localizada na Rua Miguel Rosa
- Bumba meu boi
- Piauí, peixe comum no estado e que deu origem ao seu nome



ABBR
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDITORES ASSOCIADOS
RESPEITE O DIREITO AUTUAL
EDITORA AFIILADA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Delboni, Henrique
História do Piauí, 4.º ano ou 5.º ano: Ensino fundamental / Henrique Delboni, Paulo Storace Rota. — 1. ed. — São Paulo: Scipione, 2008.

Edição não consumível
Bibliografia

1. Piauí – História (Ensino fundamental)
I. Rota, Paulo Storace. II. Título.

08-04112 COD-372.890498122

Índice para catálogo sistemático:
1. Piauí: História: Ensino fundamental 372.890498122

Fonte: História do Piauí. 1ª ed.(2008)

Depreende-se que o livro apesar de ser escrito por autores não piauienses, teve a supervisão de um professor atuante na rede privada de ensino de Teresina. Conforme o exposto acima, os agradecimentos são endereçados ao professor de história, Daniel Monteiro Martins¹²⁷, do Educandário Santa Maria Goretti (1971)¹²⁸, do Instituto Dom Barreto (1944)¹²⁹ e Colégio Anglo¹³⁰, três escolas privadas tradicionais de Teresina, atuantes desde os anos 1940 até

¹²⁷ MARTINS, Daniel Monteiro Martins. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/379227149/daniel-monteiro-martins>. Acesso em: 07/07/2024.

¹²⁸ EDUCANDÁRIO SANTA MARIA GORETTI. Nossa caminha até aqui. Disponível em: <http://www.esmg.com.br/historico/>. Acesso em: 07/07/2024

¹²⁹ INSTITUTO DOM BARRETO. História do IDB. Teresina, PI. Disponível em: <https://dombarreto.com/portal/memoria/historia/>. Acesso em: 07/07/2024.

¹³⁰ De acordo com pesquisas realizadas a instituição atualmente não funciona mais.

atualidade, como o Instituto Dom Barreto e o Educandário Santa Maria Goretti. O que pode indicar que não houve o trabalho de revisão do conteúdo por um especialista da área.

Seguimos agora para visualização do sumário do livro:

CAPÍTULO 1	
Qual o nosso tempo?	6
A escola de hoje e a escola no passado.....	8
Brinquedos e brincadeiras	12
Coisas da nossa terra	18
CAPÍTULO 2	
Minha história, nossa história.....	20
Investigando a própria história de vida.....	22
Os mapas.....	23
As fotografias	25
Os objetos	27
As fontes orais	29
Representações da história.....	30
Você sabe em qual século você nasceu?	31
Coisas da nossa terra	33
CAPÍTULO 3	
Os primeiros habitantes das terras do atual Piauí	34
O que fazem os arqueólogos.	36
De onde vieram os primeiros habitantes das Américas?	42
As pinturas rupestres.....	44
A megafauna	46
Cuidando do nosso passado.	48
Coisas da nossa terra	51
CAPÍTULO 4 Os primeiros encontros entre indígenas e europeus	
Os povos indígenas.	54
Os Tremembé	56
Os Tabajara	57
Novos caminhos marítimos	59
Os portugueses chegam à América	62
As missões.	63
Os conflitos entre indígenas e europeus.....	65
A história de Mandu Ladino.	65
Coisas da nossa terra	69
CAPÍTULO 5	
A criação do Piauí	71
A ocupação portuguesa da América	72
As fazendas de gado e a formação do Piauí	75
Os bandeirantes.....	78
Os bandeirantes e o Piauí	79
Coisas da nossa terra	82
CAPÍTULO 6	
Os portugueses trazem os africanos	83
Os diferentes trabalhos realizados pelos africanos escravizados	85
A luta contra a escravidão	90
Balaia da	93
Coisas da nossa terra	94
CAPÍTULO 7	
As riquezas da terra	96
A desigualdade	98
O uso da terra	98
A distribuição da propriedade da terra no Piauí.	101
Do campo para a cidade.....	104
As manifestações populares	105
Uma nova economia na cidade.....	108

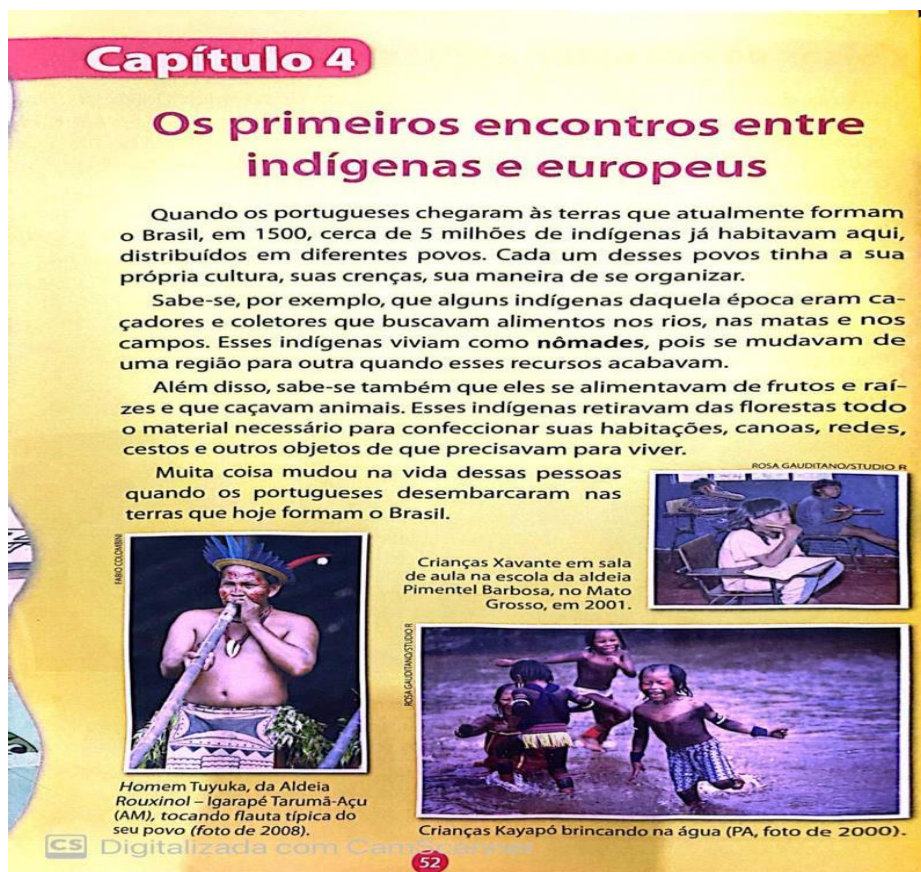
Coisas da nossa terra	110
CAPÍTULO 8	
Um estado, muitos municípios, várias histórias... ..	112
Campo Maior, o cenário da luta pela independência.	114
A independência do Brasil.....	115
Começa a luta	116
A Batalha de Jenipapo.	117
Parnaíba, um município à beira do rio	119
Oeiras, a antiga capital.....	120
Coisas da nossa terra	124
Sugestões de leitura para o aluno	125
Mapa - Piauí: político	126
Referências bibliográficas.....	128

(Delboni; Rota, 2008)

Como podemos constatar, o capítulo que se dedica a falar dos povos indígenas é o “Capítulo 4: Os primeiros encontros entre indígenas e europeus”, mas no final do “Capítulo 3: Os primeiros habitantes das terras do atual Piauí”, no subtema: “Coisas de nossa terra”, já faz menção aos povos antepassados dos indígenas *Tremembé* que habitam a região do litoral piauiense, onde a pesquisadora Jóina Borges, do Núcleo de Antropologia Pré-Histórica da Universidade Federal do Piauí, começou a explorar os sítios arqueológicos, principalmente, no sítio do Seu Bode, localizado no município de Luís Correia “em que foi encontrado fragmentos de cerâmica e conchas queimadas que datam cerca de 700 a 460 anos”(Delboni; Rota, 2008, p. 51).

Esta é a primeira menção acerca dos povos indígenas no Piauí no livro, no capítulo seguinte: “Capítulo 4: Os primeiros encontros entre indígenas e europeus”, o texto de abertura do capítulo trata do contato entre os europeus e os indígenas, expõe de maneira geral as culturas, e organização desses povos e como suas vidas foram impactadas com a chegada e mudanças decorrentes do contato com os brancos. Traz imagens de diferentes povos indígenas do Norte do Brasil - fotografias (ilustração) que não representam os indígenas no Piauí, na verdade bem longe do estado piauiense.

Figura 32- Capítulo 4 – História do Piauí (2008)



Fonte: História do Piauí. 1ª ed. (2008)

Em seguida continua o texto tecendo sobre o que capítulo propõe estudar, que será “conhecer sobre alguns povos indígenas que habitavam o território do atual estado do Piauí antes da chegada dos portugueses” (Delboni; Rota, 2008, p. 53). E como se deu o encontro dessas diferentes culturas. Por último reproduziu a clássica pintura *Desembarque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro*, de Oscar Pereira da Silva, 1922.

É interessante perceber que a referência que os autores dos livros de história possuem dos povos indígenas, geralmente, são dos povos que vivem na região norte do país. Mesmo sendo um livro de conteúdo focado para contar a história local, a representação que trazem é de outra região. O que demonstra que eles não conhecem a realidade local e o povo indígena que vive no Piauí.

Nessa esteira a permanência da representação dos povos da região norte nos livros de história inconscientemente suscita a permanência de um imaginário indígena brasileiro apenas nortista pela repetição dessa referência, o que não traz visibilidade para as demais regiões que possuem povos indígenas, inclusive o Nordeste, com um grande quantitativo e diversidade que esta região possui. Embora também tenhamos conhecimento que o movimento

indígena no Piauí ainda engatinhava para se consolidar através das associações das comunidades indígenas em busca de mais visibilidade, de seus direitos e de afirmação, sua identidade indígena no Estado.

Os povos indígenas são múltiplos e estão espalhados por todo o território brasileiro. No Piauí atualmente vivem em diferentes espaços, inclusive resistindo e se adaptando à realidade das grandes cidades, bairros, periferias, favelas, nos espaços urbanos e não urbanos. A pluralidade dos povos indígenas precisa ser incluída nas representações nos livros didáticos, bem como nas narrativas históricas que associam a eles em diferentes momentos da história do Brasil. É um longo trabalho de revisão de representações, de aprofundamento da história dos povos indígenas no Brasil, do conhecimento produzidos por eles e da sua inclusão na construção de suas próprias narrativas históricas que representem suas realidades atuais.

Seguindo à análise deste capítulo e de seus subtemas, no Capítulo 4, temos, o subtema: *Os povos indígenas*, nele os autores apresentam um texto sobre os povos indígenas na região que hoje é o Piauí e um mapa de sobre o deslocamento dos povos indígenas:

Figura 33- Capítulo 4 –Subtema: *Os povos indígenas*



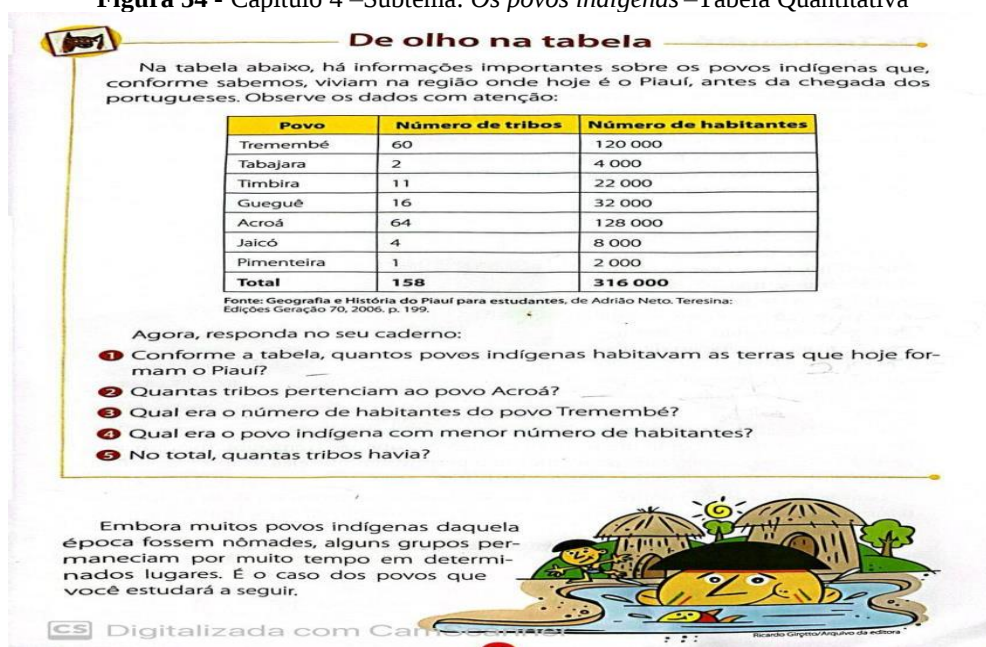
Fonte: *História do Piauí*. 1ª ed. (2008)

Chamamos a atenção para o verbo “viveram” ao falar dos povos indígenas no Piauí. Essa alusão deles a partir do passado e não do presente em que o livro é produzindo, pois para eles, o indígena na história do Piauí, é fato consumado com o extermínio que eles acreditavam ter existido. O que mostra um caminho teórico e metodologicamente desfasado utilizado pelos autores do livro.

Sabemos que as fronteiras administrativas criadas pelo branco, não funcionam dentro da lógica dos povos indígenas. É importante compreender que essa região assim como todo o território nacional sempre foi compreendida por eles como um território sem delimitações exatas, a não ser definidos pelas próprias relações que estabeleciam com povos inimigos ou de comum acordo com seu uso. É interessante perceber a região do Piauí dentro dessa lógica de deslocamento, mas ainda não utilizá-la apenas nessa ótica de “corredor de migração”, termo cunhado pelo estudioso Odilon Nunes. Ou seja, apenas como um lugar de passagem, e o que é de passagem, não há permanência. Embora nessa permanência também possa haver movimento, deslocamentos e retornos a depender das demandas de sobrevivência e segurança.

Sem embargo o que se vê hoje, é que os povos indígenas permaneceram nessa região, se movimentando e continuam se multiplicando. É necessário cuidado no uso desta narrativa, especialmente, em sala de aula, quando se tratar dos povos indígenas na história do Piauí. Na página seguinte, os autores apresentam uma tabela da quantidade de povos e habitantes que “viviam” na região onde hoje é o Piauí, novamente o verbo no passado:

Figura 34 - Capítulo 4 –Subtema: Os povos indígenas –Tabela Quantitativa



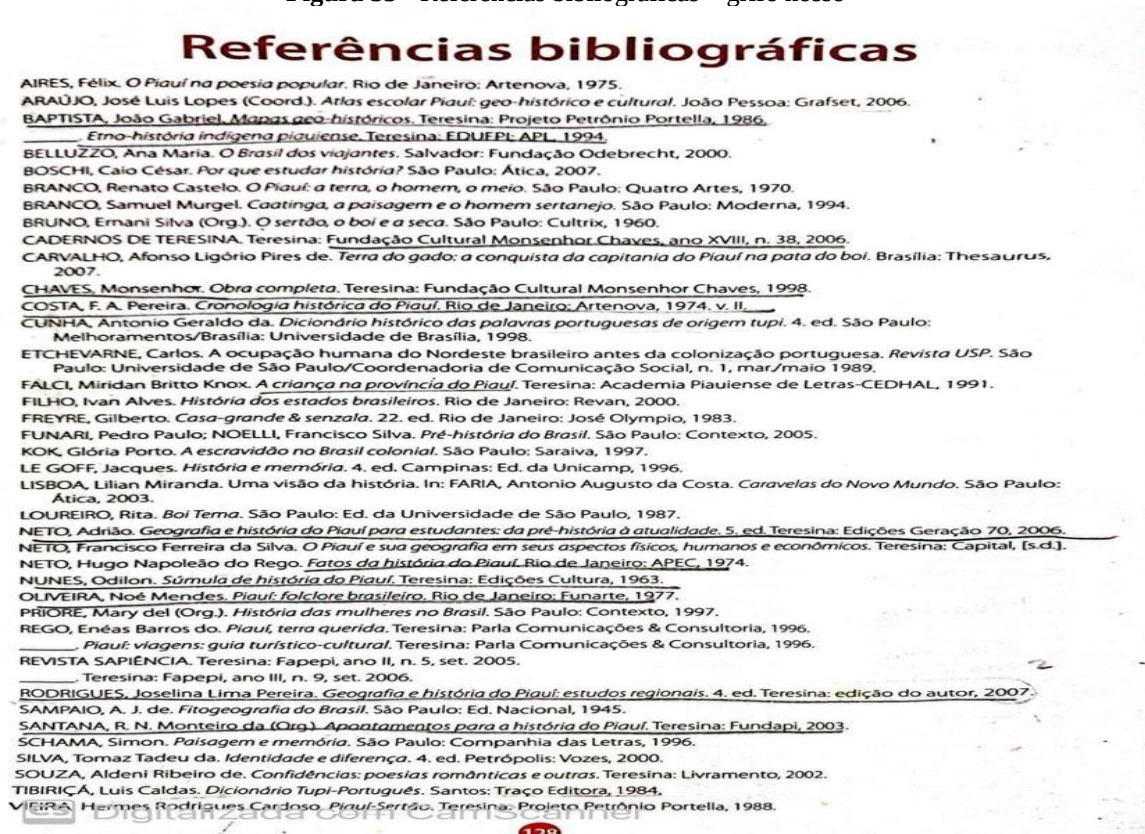
Fonte: História do Piauí. 1ª ed. (2008)

Ao apresentarem a tabela acima, observamos que a fonte dos dados é obra *Geografia e História do Piauí para estudantes* (2006), do escritor piauiense Adrião Neto, percebemos que ela se repete no livro em diversos momentos como fonte. Ela foi publicada dois anos antes da publicação deste livro que analisamos. O que demonstra a estreita relação e consonância entre as produções de livros didáticos de conteúdo regional entre si, mas também entre as produções historiográficas clássicas da historiografia piauiense.

Verificamos que nas primeiras páginas deste obra-escopo, já temos a referência do livro de Joselina Lima Pereira Rodrigues, *Estudos regionais: geografia e história do Piauí*, com o ano de publicação de 2007, ao trazer um texto adaptado da autora, acerca da criação da primeiras escolas no Piauí, obra que já analisamos anteriormente.

No decorrer do conteúdo do livro, vemos a referência às obras clássicas da historiografia piauiense, como as dos estudiosos da história do Piauí - Odilon Nunes e Monsenhor Chaves, já analisados em nosso primeiro capítulo. Também da obra de João Gabriel Baptista (2009), *Etno-história indígena piauiense* (2009), que já analisamos neste capítulo. A versão referenciada pelos autores Delboni e Rota - *Etno-história indígena piauiense*-, possui data de publicação em 1994, a primeira tiragem. Há tanto a referência a esta obra de Baptista, como as demais grifadas:

Figura 35 - Referências bibliográficas – grifo nosso



Fonte: *História do Piauí*. 1ª ed., 2008.

Em destaque e grifo são obras de estudiosos consagrados na historiografia do Piauí, pioneiros no esforço e no debate acerca da construção de uma história-memória para o Estado. Acreditamos que seria impossível relatar a história do Estado e não referenciá-las, embora algumas de suas narrativas tenham contribuído para invisibilização da presença indígena no Piauí.

Logo após a tabela do quantitativo de povos e habitantes indígenas que, segundo autores viviam na região que atualmente é o Piauí, observamos a atenção dada no texto abaixo da tabela, em que os autores chamam a atenção para os povos indígenas que permaneceram vivendo na região: “Embora muitos povos indígenas daquela época fossem nômades, alguns grupos permaneciam por muito tempo em determinados lugares. É o caso dos povos que você estudará a seguir” (*Idem*, p.55, 2008).

É notório que há uma preocupação dos autores em destacar essa diferença de comportamento/hábito dos povos que viviam na região. De deixar claro a existência tanto do deslocamento, quanto da permanência deles na região. E em relação a permanência, trazem como exemplo, o povo *Tremembé* e os vestígios de artefatos encontrados pela historiadora Jóina Borges:

Figura 36 - Tremembés

Os Tremembé

A palavra “tremembé” vem do tupi *tirime'mbé*, que significa “povos dos terrenos alagados”.

Os indígenas Tremembé eram nadadores muito hábeis e mergulhavam muito bem. Eram grandes guerreiros e lutaram muito para defender seu território da invasão dos europeus. Segundo alguns historiadores, os últimos Tremembé viveram até por volta de 1730, na Ilha do Caju, no litoral do estado do Maranhão.

A historiadora Jóina Borges encontrou vestígios e documentos que comprovam que esses indígenas ocuparam todo o litoral do Piauí. Leia no texto a seguir mais informações sobre essa pesquisa:

Os Tremembé ocuparam toda a costa do Ceará, Piauí e Maranhão. Com base no estudo da área e nos objetos deixados por esse povo indígena, é possível afirmar que viviam da pesca e da coleta de moluscos. Outra constatação da historiadora referente ao modo de viver dos Tremembé é que esses indígenas eram comerciantes.

A historiadora aponta que foi possível verificar, por meio de documentos, que os Tremembé tiveram um contato intenso com os europeus, mas não permitiram que eles se apossassem do seu território até o início do século XVIII. [...]

Um fato importante sobre a vida dos Tremembé no litoral do Piauí é eles não terem aceitado que os europeus ocupassem a área habitada pelos indígenas nem construíssem vilas e núcleos de povoamento nessa região. Com isso, os Tremembé provaram ser um povo guerreiro: somente após 200 anos é que tiveram seu território tomado pelos europeus.

Fonte: Baseado em Tremembés resistiram à ocupação por 200 anos. Revista Sapiência. Teresina: Fapepi, ano III, n. 9, set. 2006. Disponível em: <www.fapepi.pi.gov.br/novafapepi/sapiencia9/pesquisa3.php>. Acesso em: 28 mar. 2008.



Sobre esses povos trazem também uma representação de um mapa do século XVII e, em seguida, abordam a presença dos *Tabajaras*:

Figura 37- Mapa – Povos Indígenas Séc. XVII



Fonte: História do Piauí. 1ª ed. (2008)

Utilizam como fonte para o mapa dos povos indígenas séc. XVII no Piauí, o *Atlas escolar do Piauí: geo-histórico cultural* (2006), do geógrafo José Luís Lopes de Araújo, e *Etnohistória indígena piauiense* (1994), do também geógrafo Gabriel Baptista. Ainda relacionando permanência dos povos indígenas no Piauí, passado e presente, os autores citam os *Tabajaras* que vivem atualmente em Piripiri, segundo a figura abaixo:

Figura 38 - Povos indígenas no Piauí

Passado presente

Leia no texto abaixo informações sobre os descendentes dos Tabajara, que ainda vivem no Piauí:

Os descendentes dos indígenas Tabajara que vivem no Piauí, na região da Serra da Ibiapaba, têm uma comunidade que tenta ser reconhecida e se organizar. Trata-se dos Tabajara **radicados** no município de Piripiri, a 173 quilômetros de Teresina. [...]

Antropólogo e especialista em **etnologia** indígena, Helder de Sousa explica que desde 2005 foi fundada a Associação Itacoatiara, em Piripiri, para lutar pelas questões dos Tabajara. “A principal questão é a terra. São em torno de 140 pessoas que mantêm o artesanato de madeira e fibra. Nosso objetivo maior na associação é juntar essas pessoas que se reconhecem como indígenas”, diz o antropólogo.

Francisco Alves de Oliveira, o Baiano, de 70 anos, é um dos descendentes dos Tabajara no Piauí que ainda mantém o ofício do artesanato. “Eu faço colher de pau, **pi-lão**, **gamelas**. Tudo com madeira. Vivo desse artesanato. Uso para confecção **madeira** de Piquiá e Jatobá”, conta acrescentando que aprendeu sua arte com o pai. [...]

Fonte: A cara do índio do Piauí, de Adriana Cláutenes Lemos. Disponível em: <www.medimagem.com.br/secao.php?id=2108&s=15>. Acesso em: 28 mar. 2008. Texto adaptado.

Radicado:
Que reside em um determinado lugar; domiciliado.

Etnologia:
Estudo das etnias ou das culturas dos diferentes povos.

Gamela:
Instrumento de uso doméstico; vasilha.



Descendentes dos indígenas Tabajara da comunidade radicada em Piripiri participam de comemorações no Museu do Piauí – Casa de Odilon Nunes, em Teresina, em 2008.

Fonte: História do Piauí. 1ª ed.(2008)

Referem-se a eles como “descendentes”, termo muito utilizado quando emergiram os primeiros movimentos em busca do reconhecimento de identidades indígenas no Estado e no Brasil em regiões até então que se negava a existência destes povos. Porém, “descendente” não é legitimamente indígena, assim, o uso do termo descredibiliza a identidade indígena. Dando margem para interpretar que são apenas “parentes distantes” dos “reais”.

O que inconscientemente pode reforçar uma velha e ultrapassada visão de que ser indígena é uma forma estática de identidade e de costumes, associados aos povos que viviam no início da colonização. Outro ponto, na descrição da imagem é que não fica claro se os indígenas da imagem, de fato vivem no Piauí, apesar de que a descrição faz referência a eles como parentes dos indígenas que vivem em Piripiri. Destarte, os autores mostram-se mais atualizados em relação a presença indígena no Estado, para época. Embora não citem outros

povos indígenas que já reivindicavam desde 2001, sua identidade e existência no Estado, como os Cariri, no município de Queimada Nova-PI.

Seguindo ainda na análise dos subtópicos do “Capítulo 4: Os primeiros encontros entre indígenas e europeus”, destacamos o subtópico “Você sabia?”. Este explica a relação da formação de alguns municípios piauienses que se originaram de aldeamentos realizados pelos jesuítas, como Parnaçuá, em 1696, para catequizar os indígenas *Acroá*, como Valença do Piauí, em 1749, para catequizar os *Aroazes*, e em Uruçuí, em 1715, os Indígenas *Acroá* e *Timbira*, de acordo com os autores.

Outro subtópico acerca da história dos povos indígenas no Estado é “Os conflitos entre indígenas e europeus”. Nele é descrito que cerca 316.000 indígenas, de sete povos diferentes, viviam distribuídos em 158 tribos e os autores contrastam com os dados do Censo do IBGE de 2000 em que descrevem que há apenas 2.600 indígenas no Piauí. Traz também consigo um texto com as possíveis causas para o “extermínio” indígena no Estado:

Figura 39 - Causas do extermínio indígena no Piauí

Os conflitos entre indígenas e europeus

Quando os europeus chegaram às terras onde atualmente está localizado o estado do Piauí, cerca de 316 000 indígenas, de sete povos diferentes, viviam distribuídos em 158 tribos. Atualmente, segundo o Censo de 2000, há apenas cerca de 2 600 indígenas em nosso estado. Leia a seguir um texto que explica algumas causas desse extermínio:

Na conquista e no massacre do indígena piauiense participaram:

- os padres, que, procurando protegê-los, muitas vezes empregavam a força para capturá-los e levá-los para o convívio dos “brancos”;
- os sertanistas, que os prendiam e os torturavam, para que eles os informassem sobre a existência de ouro e de pedras preciosas;
- os traficantes de escravos, que os prendiam apenas para vendê-los como escravos aos lavradores, fazendeiros e senhores de engenho da Bahia e de Pernambuco.

Sertanista:
Mestiço que conhecia as terras do sertão, ou seja, do interior.

Fonte: Baseado em Geografia e História do Piauí para estudantes: da pré-história à atualidade, de Adrião Neto. Teresina: Edições Geração 70, 2006. p. 200.

Fonte: História do Piauí. 1ª ed. (2008)

Mas uma vez utiliza o livro do escritor Adrião Neto como fonte. Fazemos aqui um adendo neste ponto do “extermínio”. O significado da palavra “extermínio”, de acordo com Dicionário Online de Português, é “aniquilamento; ação de exterminar, de destruir

completamente”¹³¹, quando os autores não a utilizam para tecer sobre o massacre que inúmeros povos indígenas sofreram no processo de ocupação de seus territórios, mas não especificam quais, corre-se o risco de achar que todos os povos indígenas foram aniquilados, e sabemos que não foram, inclusive no Piauí.

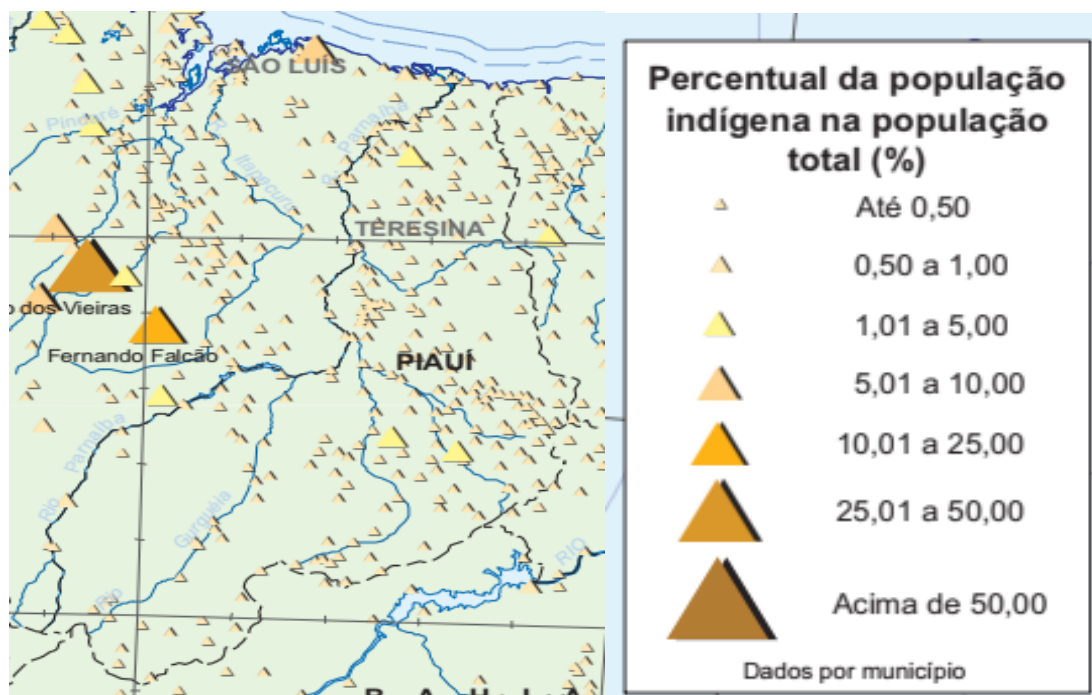
Abre-se a possibilidade para o fortalecimento de um discurso exterminante baseado em fatos verdadeiros, mas que tornam as narrativas históricas acerca dos povos indígenas, uníssonas, portanto totalizantes, porquanto limitadas. Além disso, nessa época, os indígenas já aparecerem nos dados coletados pelo Censo do IBGE dos anos 2000¹³², conforme podemos observar no mapa abaixo:

Figura 40- Mapa da população indígena no Brasil, 2000.



¹³¹ **Significado de extermínio.** Disponível em: <https://www.dicio.com.br/extermínio/>. Acesso em: 10/07/2024.

¹³² **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Indígenas.** Disponível em: https://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/mapas/pop_indigena_per_2000.pdf. Acesso em: 03/11/2024.



Fonte: IBGE – Indígenas - Censo IBGE-2000

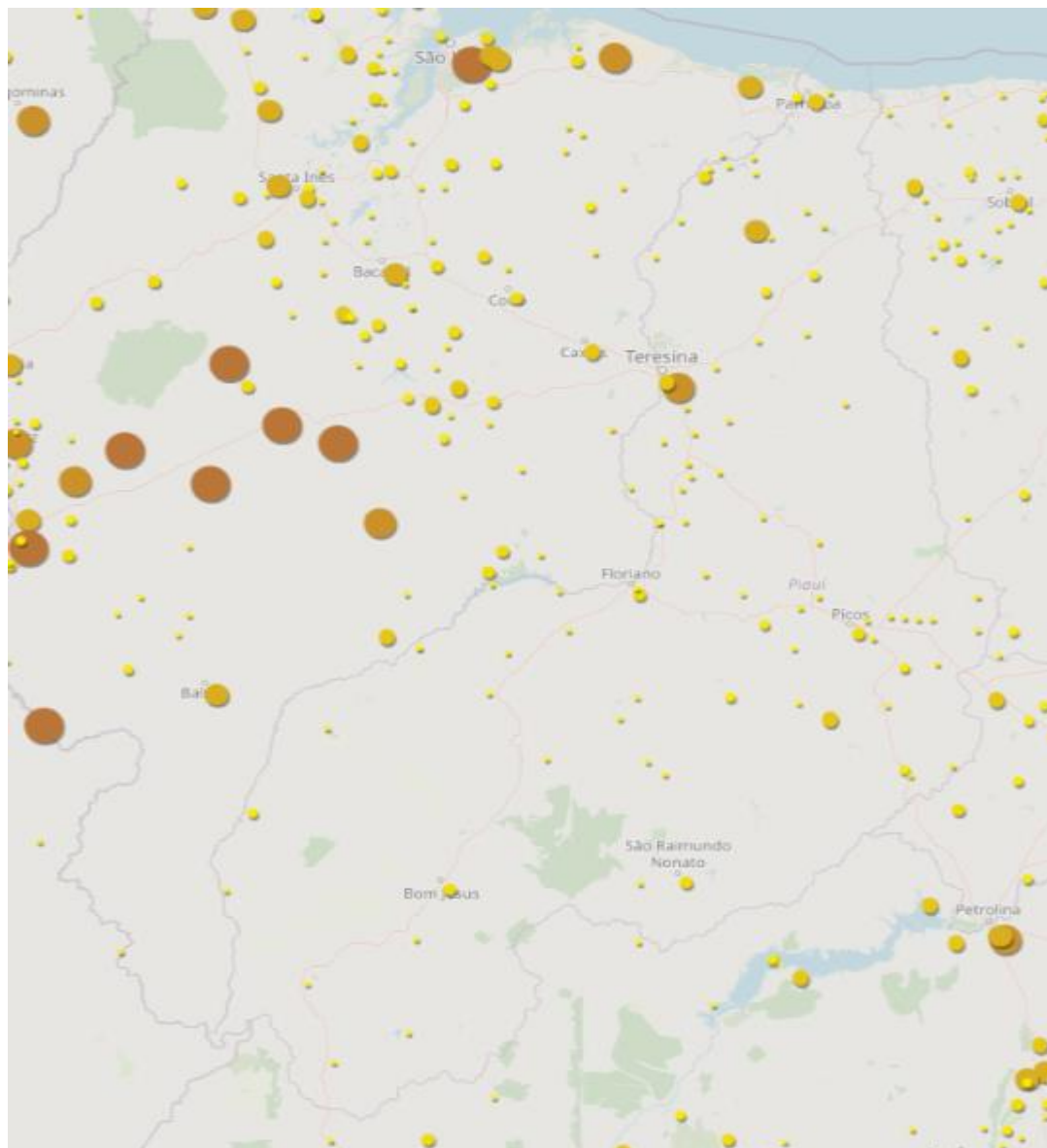
Como podemos inferir, o percentual da população indígena na população total no Piauí nos anos 2000, varia de 0,50 a 5,00 %. Porcentagem que visualizamos parte dela, em outro mapa, mais detalhado, também do IBGE em a qual apresenta dados da distribuição da população indígena por cidade desde o Censo de 1991, 2000 e 2010¹³³. Ao clicarmos com a seta do mouse nas esferas coloridas, é mostrado a cidade e o quantitativo da população indígena:

Figura 41- Mapa da distribuição da população indígena no Brasil, 2000



Fonte: IBGE – Indígenas - Censo IBGE-2024

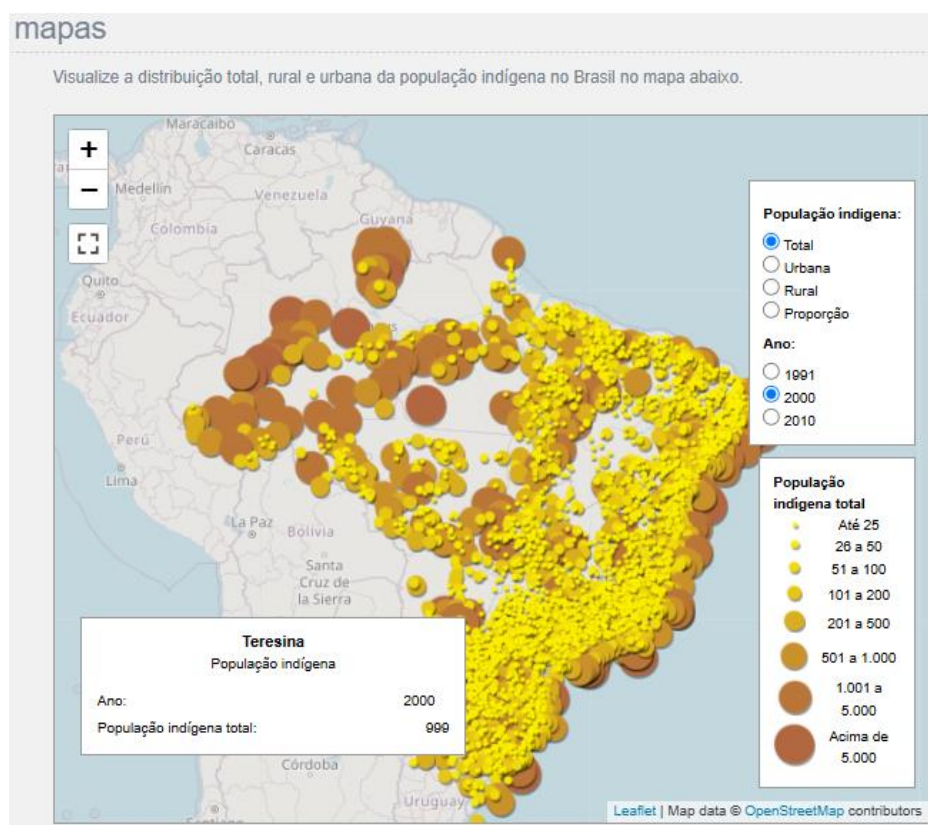
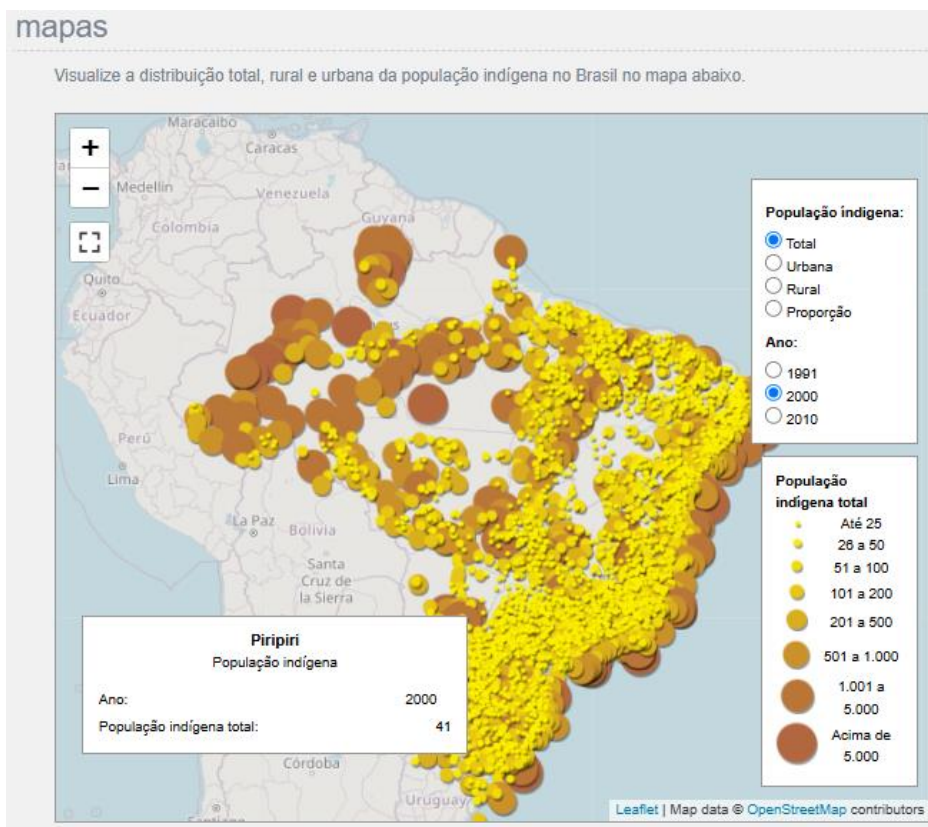
Figura 42- Mapa Ampliado do Piauí do Mapa da distribuição da população indígena no Brasil, 2000

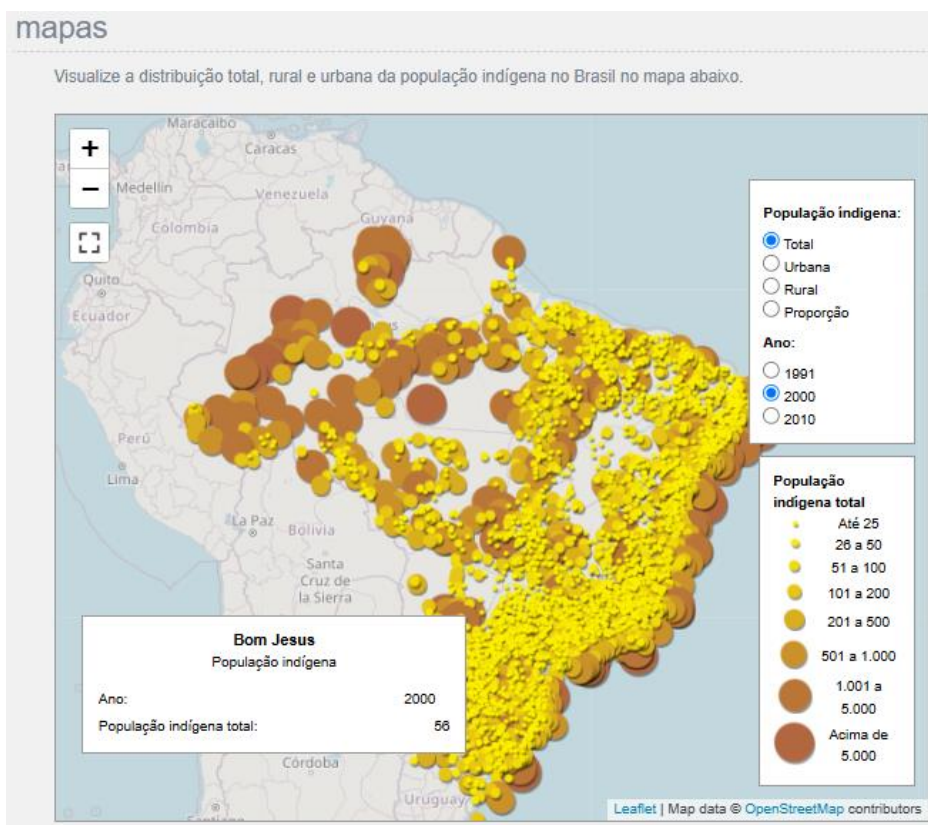


Fonte: IBGE – Indígenas - Censo IBGE-2024

Dos mapas subsequentes, trouxemos apenas algumas cidades para ilustrar o quantitativo da presença indígena neste período, de três regiões estratégicas do Estado: uma cidade da região norte: Piripiri-PI, uma da região central: Teresina-PI e uma da região sudeste: Bom Jesus do Piauí-PI:

Figura 43 - Mapa da distribuição da população indígena em Piripiri-PI, Teresina-PI e Bom Jesus-PI, 2000





Fonte: IBGE – Indígenas - Censo IBGE-2024

Conforme a análise dos dados da população indígena no Piauí - dos mapas acima – constatamos que não há o discurso famigerado de extermínio indígena na narrativa histórica dos autores em comparação com os dados do Censo do IBGE (2000). É evidente que com essa ferramenta (do mapa) podemos acessar essas informações atualmente, não eram as mesmas no ano de 2008, mas os dados já haviam sido divulgados desde 21 de dezembro de 2000¹³⁴. O que não justifica ainda os autores estarem falando de extermínio indígena no Piauí, tendo como fontes oficiais os dados do IBGE.

Em seguida, temos o subtópico: “A história de Mandu Ladino” - considerado símbolo da resistência indígena no Piauí. Os autores tem como fonte para o texto, inclusive o livro do Adrião Neto que analisamos anteriormente. Chamamos atenção neste tópico para a parte do item “Diálogos” que vem logo em seguida ao texto descrevendo a história de Mandu Ladino:

¹³⁴ **Em 150 anos, conheça a história que o Censo conta.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/33495-em-150-anos-conheca-a-historia-que-o-censo-counta#:~:text=Criado%20em%201936%2C%20o%20Instituto,informa%C3%A7%C3%B5es%20necess%C3%A1rias%20ao%20conhecimento%20da>. Acesso em: 03/11/2024.

“Diálogos”

Muitos indígenas, como Mandu Ladino, lutaram por seus direitos. Outros, como os habitantes de Piripiri descendentes dos indígenas Tabajara, querem ser reconhecidos como tal. Entretanto, alguns portugueses, como os padres jesuítas, contribuíram para a fundação de vários municípios piauienses. O encontro entre indígenas, europeus e, mais tarde, africanos proporcionou uma mistura étnica e cultural entre eles, não só no Piauí mas em todo o Brasil. A atual identidade dos brasileiros é resultado dessa mistura. No capítulo 6, estudaremos os africanos. Converse com um adulto que mora com você para saber um pouco mais sobre suas origens. Você pode fazer as seguintes perguntas a essa pessoa:

- a) A nossa família sempre viveu no Piauí?
 - b) Nossa família descende de algum povo indígena? Qual?
 - c) Nossa família descende de algum outro povo? Qual?
- (Delboni; Rota, 2008, p. 66)

Observamos que o texto do item “Diálogos”, de alguma forma, ao destacar a luta de Mandu e demais povos que ainda resistem, tenta de alguma forma mostrar o lado positivo do colonizador, como no trecho acima “entretanto alguns portugueses, como padre jesuítas contribuíram para a fundação de vários municípios piauiense” (*Id.*, 2008, p. 66). Ou seja, há uma preocupação com a percepção do colonizador. E logo ameniza-se a percepção negativa desse processo, quando o texto refere-se à miscigenação como consequência e formadora da sociedade brasileira, com a vinda também do povo negro.

No tópico adiante “Passado presente”, os autores destacam a permanência dos conhecimentos e aspectos da cultura indígena, como nas palavras de origem indígena:

Passado presente

Os povos indígenas foram aprisionados e submetidos ao trabalho forçado e não pago ou catequizados pelos colonizadores europeus. Esse contato com os colonizadores, que impôs aos indígenas muitos costumes europeus, causou grandes transformações em sua cultura. Mesmo assim, parte dos conhecimentos que esses povos tinham sobre a natureza e alguns elementos de sua cultura ainda estão presentes no nosso dia a dia. Muitas palavras que usamos até hoje, por exemplo, são de origem indígena. Veja o significado de algumas delas:

Piripiri: na língua tupi, é o nome de uma planta da qual se obtém palha para a construção de embarcações. É o nome de um município piauiense.

Itacoatiara: na língua tupi, ita significa pedra e coatiara significa pintura. O termo Itacoatiara quer dizer pedra pintada. No Piauí temos a Serra Itacoatiara e o Rio Itacoatiara.

Poti: na língua tupi, significa camarão, Poti é também o nome de um rio que banha o Ceará e o Piauí.

Parnaíba: em tupi, significa faca estreita e comprida ou rio de águas barrentas e não navegáveis. É o nome de um dos rios mais importantes do Piauí e também de um município piauiense.

Você sabia?

O nosso território primitivamente recebeu a denominação de Piagui, nome dado pelos indígenas que povoavam esta região. Mais tarde foi chamado de Piagoi. A grafia Piauí só ficou conhecida oficialmente depois que o Brasil se tornou independente. A palavra é de origem tupi, com significado ligado ao rio dos pias. Piau é um peixe muito comum nos rios e açudes piauienses.

Fonte: Geografia e História do Piauí, de Joselina Lima Pereira Rodrigues. Teresina: Edição do autor, 2007. p. 324.
(Delboni; Rota, 2008, p. 67)

Em relação à referência da fonte, podemos depreender o nome de origem do Estado, é do livro de Joselina Rodrigues, autora de *Estudos regionais*, mas na edição citada pelos autores a edição é feita pela própria e a obra foi citada como *Geografia e História do Piauí* (2007). Para findar o capítulo, no item “Coisas da nossa terra” os autores trazem a lenda da indígena *Acaroá Miridan*, já citada anteriormente na obra de Joselina, mas neste livro didático a fonte citada pelos autores foi um Guia turístico-cultural de viagens.

No capítulo seguinte “Capítulo 5: A Criação do Piauí”, o foco da narrativa está centrado como se deu a ocupação do território pelos portugueses, a divisão das capitâneas hereditárias e a formação da primeiras fazendas de gado do Piauí e as bandeiras. Desta forma, concluímos que a participação do indígena na história do Piauí, neste momento em que o autor tem como tópico “A Criação do Piauí”, o indígena não faz parte dele.

3.2.5 Piauí: História, 1ª ed. (2008), 1ª ed., 4º ano, da autora Luana Andrea Sampaio

A respeito da obra acima citada, observamos que não há parceria, pelo menos não está descrito que houve colaboração com algum professor da área de História da Educação Básica da rede de ensino privada ou pública de Teresina, como os livros do Delboni e Rota (2008). Ademais, a editora desta obra é a FDT, também de São Paulo, foi produzida por uma profissional que não é da área de história: a psicóloga e turismóloga Luana Andrea Sampaio, como veremos abaixo:

Figuras 44 e 45 – Folha de Rosto e Dados de catalogação



Todos os direitos de edição reservados à
Editora FTD S.A.
 Matriz: Rua Rui Barbosa, 156 – Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01326-010
 Tel. (0-xx-11) 3598-6000 – Fax (0-xx-11) 3598-6314
 Caixa Postal 65149 – CEP da Caixa Postal 01390-970
 Internet: <http://www.ftd.com.br>
 E-mail: ciencias_sociais@ftd.com.br

GERÊNCIA EDITORIAL
 Silmara Sapiense Vespasiano

ASSISTENTES DE PRODUÇÃO
 Caio L. Rios
 Lília Pires

EDITOR
 Lafayette Megale

EDIÇÃO DE TEXTO
 Alice Kobayashi

ASSESSORIA EDITORIAL
 Editor Associado Competência 21
 (Léo Stampacchio)

PREPARAÇÃO E REVISÃO
 Maria Lúiza Simões
 Marise Simões Leal

EDITOR DE ARTE E PROJETO GRÁFICO
 Cláudio Cuellar

CAPA
 Cláudio Cuellar
 com foto: Photodisc/Getty Images

ILUSTRAÇÕES QUE ACOMPANHAM O PROJETO GRÁFICO
 Mário Couto Pita

CARTOGRAFIA
 Sônia Vaz

ICONOGRAFIA
 Coordenação: Sônia Oddi
 Pesquisa: Beatriz Fonseca Micsik e Odete Ernestina Pereira
 Assistência: Cristiana Mota

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA
 Diagramação: Aparecida Pimentel e
 Rigoberto R. do Rosário Jr.
 Finalização: Ezequiel Rachetti e
 Oséias Dias Sanches
 Coordenação: Carlos Rizzi e
 Reginaldo Soares Damasceno

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Sampaio, Luana Andréa
 Piauí: história, 4º ano / Luana Andréa Sampaio. --
 1. ed. -- São Paulo : FTD, 2008.

Suplementado pelo manual do professor.
 Bibliografia.
 ISBN 978-85-322-6858-7

1. Piauí - História (Ensino fundamental)
 I. Título.
 08-09605 CDD-372.890498122

Índices para catálogo sistemático:
 1. Piauí : História : Ensino fundamental
 372.890498122

CS Digitalizada com CamScanner

Fonte: *Piauí: História*. 1ª ed. (2008)

O sumário do livro é composto por 4 Unidades e contém 10 capítulos:

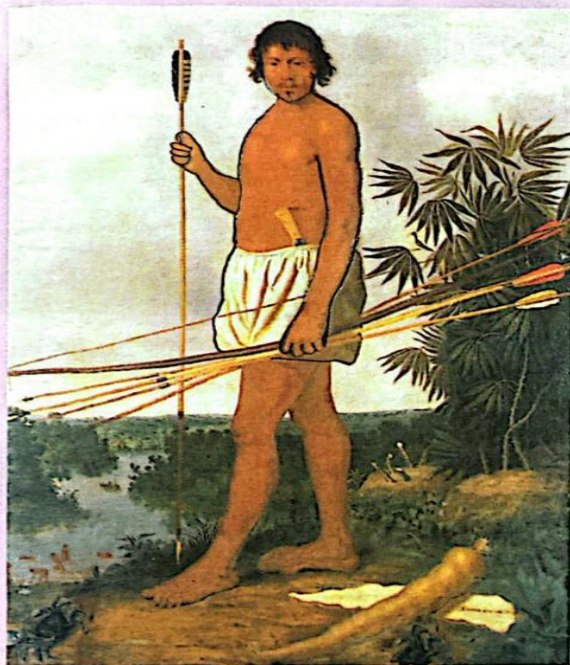
- - Unidade 1 – Ser piauiense, é constituída pelos capítulos:
 1. Ser brasileiro, ser piauiense; 2. Do Piauí para o Brasil;
- - Unidade 2 - Quem chega, quem sai e quem fica: capítulos:
 3. O mistério da Serra da Capivara; 4. Povos que os europeus encontraram;
- - Unidade 3 - Viver, trabalhar e lutar em terra piauiense: capítulos:
 5. Os europeus vieram e ocuparam o sertão; 6. Escravidão no Brasil e no Piauí;
 7. Piauienses: participação e lutas na formação de um novo país.
- - Unidade 4 – Transformações e permanências: Capítulos 8. O velho monge: personagem importante dessa história; 9. Tradições que se conservam e se renovam; 10. Modernização a caminho.

A Unidade que trata dos povos indígenas no livro, é a Unidade 2, no Capítulo 4. “Povos que os europeus encontraram.” Para a abertura dele, autora descreve a lenda de *Zabelê* e *Metara*, explicando que a lenda é muito conhecida e originária da região sul do Piauí, do povo *Amanajó* (*Zabelê*) e Pimenteira (*Metara*). Nas páginas seguintes, há um poema que conta como vivia a população indígena antes da chegada dos colonizadores, retirado do Conselho Indigenista Missionário (CIMI): *História dos povos indígenas- 500 anos de luta no Brasil* (1984) e, na atividade proposta a partir do poema, são representadas imagens de indígenas no séc. XVII e a mais recente da região Norte do Brasil:

Figura 46 - Representação dos povos indígenas em imagens

Leia o poema com atenção e responda às questões abaixo em seu caderno:

1. *O que significa ser dono da terra na visão do indígena?*
2. *Escolha e transcreva dois trechos que mostrem como os povos nativos conheciam os segredos das matas, dos rios e dos animais.*
3. *Por que o poema diz que o povo indígena era um povo feliz? Você acha que isso mudou? Por quê?*



Homem tupinambá,
de 1643, do pintor
Albert Eckhout.

Para entender melhor as diferenças entre nossa forma de viver e a dos nativos que aqui viviam na época em que os brancos chegaram, vamos fazer a seguinte atividade:

1. *Desenhe em uma folha sem pauta, o lugar em que você mora. Se quiser, pode colorir. Não se esqueça de colocar título, data e seu nome. Cole em seu caderno.*

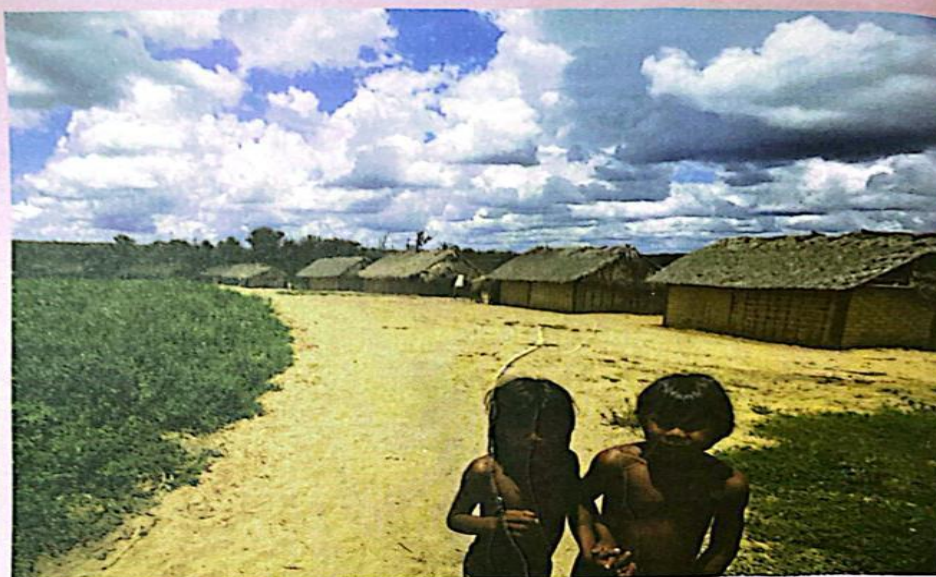


**RESPONDA
NO CADERNO**

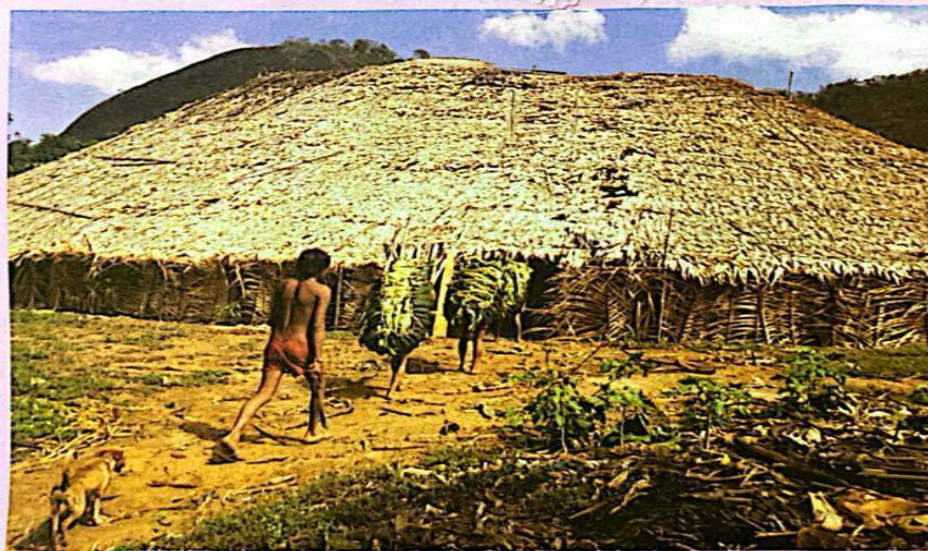


RESPONDA
NO CADERNO

2. Observe essas duas fotos. Elas mostram as casas de dois povos indígenas, os Krahô e os Yanomami.



Crianças Krahô
em sua aldeia,
no estado de
Tocantins (1997).



Oca dos
Yanomami,
aldeia Demini,
no estado de
Roraima (foto de
1991).

Logo, permanece a tendência dos livros didáticos na representação dos povos indígenas da região norte do país. Não são os povos indígenas no Piauí, mais uma vez em um livro de conteúdo local/regional não trata da história e não conhece os povos indígenas que no local/região vivem. No subtema deste capítulo, intitulado “A chegada dos portugueses mudou a vida dos povos indígenas”, chamamos a atenção para os dados apresentados da população indígena:

Figura 47- Dados da população indígena

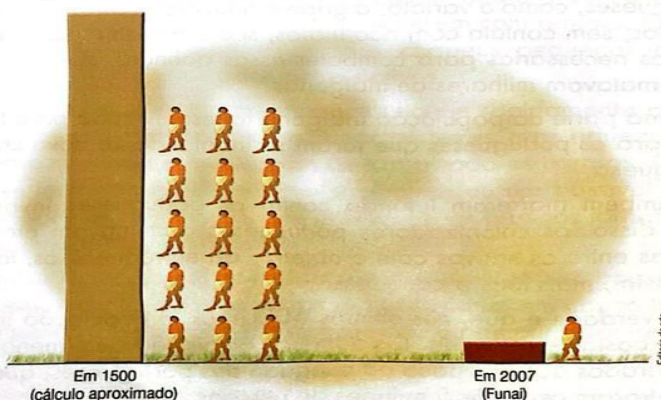
Os dados em relação ao número total de indígenas nos dias atuais não são precisos e geralmente variam de uma fonte para outra. O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), por exemplo, aponta para 734.000. Isso porque inclui grande quantidade de imigrantes índios vindos da Bolívia, do Equador, do Paraguai e do Peru para as grandes cidades brasileiras. Já a Funai (Fundação Nacional do Índio) calcula que existem atualmente no Brasil cerca de 460.000 índios.

"A história do povoamento indígena no Brasil é, antes de tudo, uma história de despovoamento, pois se é possível considerar que o total de nativos que habitavam o atual território brasileiro em 1500 estava na casa dos milhões de pessoas, hoje mal ultrapassa os 300 mil indivíduos."

Despovoamento, portanto, eis o primeiro grande traço da história indígena no Brasil, como, de fato, ocorreu nas Américas em proporções gigantescas."

Ronaldo Vainfas. História indígena: 500 anos de despovoamento. In: *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

População indígena antes e depois da colonização



Fonte: Funai, 2007.

48

Fonte: *Piauí: História* 1ª ed. (2008)

O gráfico apresenta uma variação bem complexa e não muito clara da real quantidade dos povos indígenas no país. Ao visualizá-lo de maneira rápida, pode-se passar uma interpretação de pouquíssimo contingente populacional indígena no Brasil. Não raro que comparado ao que existia, a discrepância é enorme, mas é preciso de uma descrição acurada a respeito.

Ainda no Capítulo 4, o subtema “Os povos indígenas do Piauí”, dedica-se a responder a pergunta “Em nosso estado, como se deu a história indígena?”, observamos a figura abaixo:

Figura 48 - Povos indígenas no Piauí

Os povos indígenas do Piauí

E em nosso estado, como se deu a história indígena?

Quando os portugueses chegaram ao Brasil em 1500, na área que hoje corresponde ao estado do Piauí viviam diversos povos indígenas. Destacavam-se no norte piauiense os Tremembé, que ocupavam desde o vale do rio Poti até o litoral, e os Tabajara, que habitavam a encosta da Ibiapaba. O povo Tremembé é do ramo dos Tapuia, não fala a língua tupi. Os Tabajara falavam tupi, família linguística naquela época presente em praticamente toda a faixa litorânea brasileira.



Apresentação de ritual dos Tremembé de Almolândia, no município de Itarema, estado do Ceará, em 2007. À época do descobrimento, os Tremembé ocupavam diversos pontos da costa norte do Brasil.

A classificação dos grupos indígenas

Para identificar melhor os indígenas, os colonizadores os classificaram em Tupi (ou Tupinambá) e Tapuia.

Tupi designava os povos que, pela semelhança de língua e costumes, predominavam no litoral no século XVI.

Tapuia correspondia aos "outros" grupos. Isto é, aos que não falavam a língua que os jesuítas chamaram de "língua geral" ou "língua mais usada na costa do Brasil", como se expressou Anchieta, o primeiro a compor uma gramática da língua tupi.

Crônica: No sentido abordado, trata-se de texto escrito que narra fatos históricos na ordem em que aconteceram. Séculos mais tarde, a crônica se tornaria um texto literário.

(...) Essa classificação foi muito importante para o registro das informações sobre os índios produzidas pelos portugueses, franceses e outros europeus. Sem os relatórios dos colonizadores, as **crônicas** dos viajantes, a correspondência dos jesuítas e as gramáticas da "língua geral" e de outras línguas, quase nada se poderia saber sobre os nativos, sua cultura e sua história."

IBGE Teen: Brasil, 500 anos de povoamento
Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/ibgeleen>>. Acesso em: 12 jun. 2007

Na área central do Piauí viviam os Jaicó, os Gueguê, os Timbira e os Acroá, que se espalharam até a parte sul, onde também viviam os Pimenteiras. Esses povos indígenas falavam línguas pertencentes ao grupo Macro-Jê.

Os confrontos entre brancos e indígenas se intensificaram à medida que os colonizadores se embrenhavam no sertão. A região do Piauí primeiramente era uma passagem natural entre o litoral baiano e pernambucano e o interior do Maranhão. Depois, vieram as expedições bandeirantes, que naquela época vasculharam as terras do Piauí, caçando e aprisionando nativos para serem vendidos e utilizados em trabalho forçado em diferentes atividades pelo Brasil. E, finalmente, interessava aos colonos portugueses o extermínio dos povos indígenas da região para instalarem fazendas de gado, atividade que mais se destacou no início da colonização do Piauí. Enquanto os portugueses intensificavam a conquista do território piauiense, parte desses povos indígenas deslocava-se para terras que hoje pertencem aos estados do Maranhão e do Tocantins.

O despovoamento da região levou a Funai a não reconhecer a existência de povos indígenas no Piauí atual. No entanto, o IBGE confirmou a existência de 2.634 indígenas no Piauí, no Censo 2000. E um relatório da Funai, apresentado ao governo do estado em abril de 2007, atesta a presença de índios no Piauí:

"Mesmo no Piauí, existem grupos de pessoas que vivem no interior do estado as quais vêm se autoidentificando como indígenas e começam a reivindicar o reconhecimento como indígenas junto à Funai."

Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/indios>>. Acesso em: 4 ago. 2007

52

"O governador, em abril de 2007, recebeu um relatório da Funai sobre a presença de indígenas no Estado, em municípios como São João da Fronteira, Pimenteiras, Jaicós, Guaribas, Amarante, Regeneração, São Braz, Santo Antônio dos Milagres, entre outros."

Piauí poderá ter grupo de trabalho sobre povos indígenas.
Disponível em: <<http://www.pi.gov.br>>. Acesso em: 8 out. 2007.

Como resposta à pergunta inicial, o texto na página 51, na segunda frase, percebemos um desarranjo em relação ao período de início da colonização da região, da história do estado. Os colonizadores iniciaram a colonização da região, a partir do século XVII, especificamente em meados dele¹³⁵ com a entrada de bandeirantes em busca de terras para expansão da pecuária e implementação das fazendas de gado, além do apresamento de indígenas como escravizados.¹³⁶ A autora segue citando a presença indígena nesse período, através das regiões do Estado: “norte piauiense: os Tremembé e os Tabajara, na região central: os Jaicós, os Gueguê, os Timbira, e os Acroá, que se espalharam até a parte sul, onde também viviam os Pimenteiras” (Sampaio, 2008, p. 52).

O texto segue para os confrontos entre brancos e indígenas no processo de colonização, a região como “passagem natural”, além dos deslocamentos forçados dos povos indígenas para as regiões de fronteira. E no últimos parágrafos é pontuado o “despovoamento” da população indígena como motivo para a Funai não reconhecer a existência de povos indígenas na época, porém é destacado o conhecimento dessa instituição federal da existência de 2.634 indígenas no Piauí, de acordo com o Censo de 2000 e do relatório dessa fundação apresentado ao Governo do Estado em 2007 sobre a presença indígena no período.

Disto isso, o que nos chama a atenção é que apesar da obra trazer para sua narrativa informações atualizadas de instituições governamentais oficiais atestando a presença de povos indígenas no Piauí, a autora optou por representar o texto intitulado *Os povos indígenas do Piauí*, com a imagem do povo *Tremembé* que vive no Ceará. Ou seja, mesmo em um livro didático produzido para contar a história do Estado e dos povos indígenas nela, ainda assim não visíveis, não são representados.

Entre escolher em representar no livro povos que no período já se identificavam quanto indígenas, como os *Tabajara* em Piripiri, os *Cariri* em Queimada Nova e representar povos em que não há conhecimento/identificação da presença deles no Piauí, no caso os *Tremembés*, a autora optou por representar povos que vivem no Estado vizinho - Ceará. O que pode contribuir para o fortalecimento do imaginário social que no Piauí tem indígena, mas não se vê, não se conhece, isto é, não fortalece a imagem de quem é indígena e vive no Piauí.

¹³⁵ Oliveira, Ana Stela de Negreiros; Ávila, Gabriela Martin. **O Povoamento Colonial do Sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência.** 2007. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

¹³⁶ Ver também: LIMA, Nilsangêla Cardoso. Em cada página, História do Piauí colonial e provincial. In: LIMA, Nilsangêla Cardoso (Org.). **Páginas da história do Piauí colonial e provincial.** Teresina: EDUFPI, 2020.

No tópico “O indígena no Brasil de hoje” a autora retrata os povos indígenas de diferentes regiões do Brasil, desta vez, além da região Norte, foram adicionadas as regiões Nordeste e Sudeste, porém não dá conta dos nativos no Piauí.

Figuras 49 e 50 - Povos indígenas hoje no Brasil

O indígena no Brasil de hoje



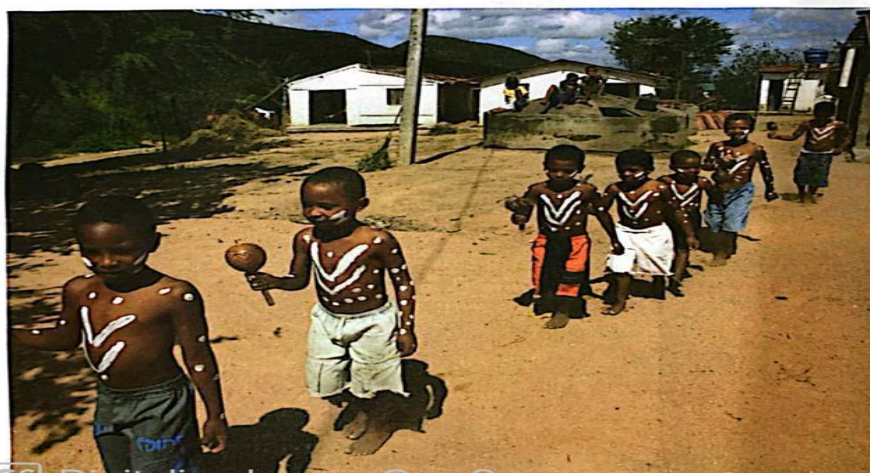
Indígenas participam de audiência pública em comissão do Senado sobre demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, localizada no estado de Roraima (maio de 2006).



Crianças Guarani, que vivem no estado de São Paulo.



Indígena Ka-mayurá, que vive de acordo com seus costumes no Parque Indígena do Xingu, estado do Mato Grosso (2001-2002).



Crianças Pankararu preparando-se para a dança do Toré. Aldeia Brejo da Madre de Deus, em Pernambuco, 2007.

CS Digitalizada com CamScanner

Capítulo 4 55

Fonte: Piauí: História 1ª ed. (2008)

Na Unidade 3 – “Viver, trabalhar e lutar em terras piauienses”, no Capítulo: 5. “Os europeus vieram e ocuparam o sertão”, nos subtemas “Sertão Nordestino: a boiada abre caminho” e “Piauí na rota de desbravadores, caçadores de indígenas e criadores de gado”, há menção aos povos indígenas no processo violento de ocupação do território que hoje configura-se o Piauí. E como fonte, a autora bebe, em parte do texto, para descrever esse momento, na obra de Joselina Lima Pereira Rodrigues, *Estudos regionais: geografia e história do Piauí*, com edição de 2005, realização artística que já fora feiro a análise e observamos o fato da repetição daquela obra como fonte para os livros didáticos de conteúdo regional.

Nas demais Unidades percebemos a utilização recorrente como manancial os trabalhos do estudioso Odilon Nunes, com a sua importante obra *Pesquisas para a história do Piauí* (1975), bem como algumas obras de autores piauiense como *A nova literatura piauiense*

(1975), do escritor Herculano Moraes, bastante recorrente e a obra *Geografia e História do Piauí para estudantes: da pré-história à atualidade*, 6ª ed. (2010), de Adrião Neto.

3.2.6 Considerações finais sobre os livros analisados

Comparando ao que foi analisado nos livros didáticos de conteúdo regional do Piauí neste capítulo, observamos que a obra da autora Joselina Rodrigues, *Estudos regionais* (2004), embora entregue o conteúdo regional do Piauí, o indígena permanece apenas na história colonial e apenas no aspecto cultural, com lendas indígenas de povos que habitavam a região, somente no passado, no presente ele não é retratado ou mesmo citado.

Enquanto na obra de Adrião Neto, *Geografia e História do Piauí para estudantes: da pré-história à atualidade*, 6ª ed. (2010), o foco dado ao indígena também se restringe ao período colonial. E – sobremaneira - associado às guerras e a violência. Mais uma vez presente apenas no passado colonial.

Na obra *Educação sem Fronteiras. 1ª ed., 8ª Série, modalidade EJA Piauí, 4ª etapa* (2002), dos autores Alcebíades Costa Filho e Clarice Helena Santiago, embora o indígena não seja o foco do tema tratado na obra, ele não aparecem nem no contexto populacional rural ou urbano tratado quando pela obra. Ou seja, se os estudantes tiverem apenas esta obra como referência para estudar o Piauí, da segunda metade do século XX, as populações indígenas presente no Estado, não existe.

Na obra *História do Piauí. 1ª ed., 4º ou 5º ano* (2008) dos autores Henrique Delboni e Paulo Jorge Storace Rota, temos um avanço na obra de História, em relação as duas obras anteriores, há mais informações e conteúdo acerca dos povos indígenas. A história dos povos originários não se restringem apenas à história colonial, eles também são descritos no presente, apesar das ressalvas, especialmente no uso dos termo “extermínio” “descendentes indígenas” e necessite um aprofundamento e detalhamento dessa população, como também há o aspecto cultural das lendas, mas não se restringe somente a elas. O que pode haver relação com o movimento indígena que se organizava em 2005, com o povo Tabajara em Piripiri-PI, ganhando mais força e visibilidade no Estado a partir da criação de uma Associação na reivindicação de sua identidade indígena, de seus direitos, dentre eles, o da demarcação da terra, de saúde e de uma educação diferenciada.

Na obra *Piauí: História, 1ª ed. (2008), 1ª ed., 4º ano*, da autora Luana Andrea Sampaio, há também avanços nas informações e dados acerca da história dos povos indígenas, embora as representações sobre quem são os indígenas que vivem no Piauí ainda precisa ser

incluída e melhor explorada. Bem como a representação dos dados de diminuição da população indígena em decorrência da colonização, mais claros e precisos, evitando interpretações superficiais. Além do aspecto cultural das lendas que se repete como na obra anterior de Delboni e Rota; e Joselina; mas no caso desta assim como na de Delboni e Rota, não se restringe a apenas a esse aspecto.

Outrossim, há impressão que só existem duas lendas no Piauí sobre os povos indígenas, o que revela também a utilização capitalista da cultura indígena, fruto das produções de conhecimento indígena, mas pouco aprofundada. Um estudo mais apurado da história e saberes ancestrais destes povos poderia ampliar o leque de conhecimento e da cultura para os estudantes do Piauí.

No texto de *Livros didáticos e fontes de informações sobre as sociedades indígenas no Brasil* (1995) de Grupioni, o autor já abordava as dificuldades que a história indígena enfrentava nas escolas do país:

Nosso ponto de partida é que, apesar da produção e acumulação de um conhecimento considerável sobre as sociedades indígenas brasileiras, tal conhecimento 'ainda não logrou ultrapassar os muros da academia e o círculo restrito dos especialistas. Nas escolas a questão das sociedades indígenas frequentemente ignorada nos programas curriculares, tem sido sistematicamente mal trabalhada. Dentro da sala de aula, os professores revelam-se mal informados sobre o assunto e os livros didáticos, com poucas exceções, são deficientes no tratamento da diversidade étnica e cultural existente no Brasil [...]. As organizações não-governamentais, que têm elaborado campanhas de apoio aos índios e produzido material informativo sobre eles, têm atingido uma parcela muito reduzida da sociedade" (Grupioni, 1992: 13 *apud* Grupioni, 1995, p. 482).¹³⁷

Percebemos que embora haja avanços nesse sentido, ainda é escasso obras didáticas que aprofundem a temática e que tragam também os próprios indígenas como escritores de suas histórias. Ainda é preciso uma ação efetiva tanto a nível nacional como estadual e municipal, sensível às demandas dos povos indígenas que vivem em sua realidade local incluindo-os no ensino e junto com eles produzindo material didático de qualidade. Assim sendo, procurando evitar silenciamentos, interpretações superficiais, preconceitos e fortalecendo as relações entre indígenas e não indígenas em busca de uma educação democrática e de fato inclusiva dos povos indígenas na educação.

¹³⁷GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. Livros didáticos e fontes de informações sobre as sociedades indígenas no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. (Org.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus.** Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995.

Concluímos, diante o exposto, que a história dos povos indígenas ainda necessita de mais espaço e aprofundamento nos livros didáticos de história regional do Piauí. É preciso mostrar que ela não é estanque ao passado colonial, deve-se mostrá-la como é, viva, potente e que têm se transformado ao longo do tempo. Que suas trajetórias possam ser contadas cada uma à sua maneira, revelando a pluralidade de ser e existir dos povos indígenas na atualidade que continuam presentes e produzindo história na atualidade.

Além disso, também que há consonância com as produções historiográficas locais nos conteúdos abordados nos livros didáticos de conteúdo regional, especialmente, sendo utilizados como fontes. Compreendemos que as obras dos autores João Gabriel Baptista, Monsenhor Chaves, Odilon Nunes, e os próprios livros didáticos de conteúdo regional como o de Joselina e de Adrião Neto, são referências dos livros didáticos de Delboni e Rota e Sampaio em diversos temas tratados. Logo, é preciso produzir materiais que de fato tratem da história indígena com o cuidado e comprometimento que a verdade histórica e atualidade/realidade exige. O que – de fato - demonstra a falta de cuidado e do rigor teórico e metodológico na produção dos materiais didáticos, lembrando que era a historiografia que se tinha disponível que delimitava os limites dos materiais didáticos. E assim delimitou a participação dos povos indígenas na história, apenas ao período colonial.

4 CAPÍTULO III: NOVOS CAMINHOS: DA INVISIBILIDADE À VISIBILIDADE INDÍGENA NO PIAUÍ

Em 2001 foi criada a primeira Associação Indígena no Estado do Piauí, a Associação Indígena Cariri da Comunidade Serra Grande, no município de Queimada Nova, no sudeste piauiense, segundo o excerto: “*Piauí: organização e resistência indígena contra a invisibilização*” publicado por vários autores indígenas e não indígenas pesquisadores do tema na atualidade acerca dos povos indígenas no Piauí¹³⁸. Faz parte da edição de 2023, a mais recente de *Povos indígenas no Brasil: 2017/2022* desde o ano de 1980 vem publicando um panorama geral da presença indígena no Brasil pelo Instituto Socioambiental¹³⁹:

Os Kariri são compostos por 30 famílias (103 pessoas) que habitam a Serra Dois Irmãos ou Serra Grande, município de Queimada Nova, e afirmam descender dos indígenas que migraram de Pernambuco durante o período colonial. O processo de emergência étnica, iniciado a partir de 1992, caracterizou-se pela defesa do território contra os empreendimentos eólicos e as invasões das regiões fronteiriças, contou com o apoio das Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs), de agentes da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e a articulação com as comunidades quilombolas, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), além do contato com povos indígenas do Ceará. Em 2001 foi criada a Associação Indígena Cariri da Comunidade Serra Grande. Em 2016 o Instituto de Terras do Piauí (InTerPi) iniciou o processo de arrecadação de terras públicas na região correspondente à parte do território indígena.¹⁴⁰

Na ocasião de comemoração dos 20 anos da Associação Brasileira de História Oral (ABHO), no XII Encontro Nacional de História Oral¹⁴¹, evento que ocorreu em Teresina entre os dias 6 e 9 de maio de 2014¹⁴² foi publicado um artigo intitulado *Histórias Oraís dos*

¹³⁸ A maioria desses autores compõem o Grupo de Trabalho “Os indígenas na História- Seção ANPUH Piauí”. Em que reúne pesquisadores do tema. “O site do GT foi criado para a divulgação de trabalhos e pesquisas do Grupo de Trabalho direcionado para um olhar histórico e antropológico sobre os povos indígenas no Piauí”. Informações retiradas do site. Disponível em: <https://gt-indios-na-historia--anpuh-secao-piaui.webnode.page/>. Acesso em: 23/05/2024.

¹³⁹ O Instituto Socioambiental (ISA) é uma associação sem fins lucrativos, qualificada como organização da sociedade civil de interesse público (Oscip), fundada em 22 de abril de 1994, por pessoas com formação e experiência marcante na luta por direitos socioambientais no Brasil. O ISA trabalha lado a lado com comunidades extrativistas, quilombolas, ribeirinhas e indígenas, seus parceiros históricos. Atua apoiando e fortalecendo sua participação política, sua cultura, seus conhecimentos tradicionais e projetos de geração de renda como estratégias para a proteção e gestão territorial de Terras Indígenas e Áreas Protegidas.

FANY Ricardo; KLEIN, Tatiane; SANTOS, Tiago Moreira dos. (Orgs.). **Povos indígenas no Brasil: 2017/2022**. São Paulo: ISA - Instituto Socioambiental, 2023, v. 1.

¹⁴⁰ GUAJAJARA, Aliã Amir; GOMES, Ana Suelle de Oliveira; BOTTESI, Anna; PAULA, Camila Galan de; LIMA, Carmen Lúcia Silva; DIAS, Cícero Evangelista; TACARIJU, Hélder; SILVA, Ianaely Ingrid Alves e; COSTA, João Paulo Peixoto; LOPES, Rebeca Freitas; OLIVEIRA, Tatiana Gonçalves de; GOMES, Helane Karoline Tavares. **Piauí: organização e resistência indígena contra a invisibilização**. In: FANY, Ricardo; Tatiane KLEIN; SANTOS, Tiago Moreira dos. (Org.). **Povos indígenas no Brasil: 2017/2022**. São Paulo: ISA - Instituto Socioambiental, 2023, v. 1, p. 517-514.

¹⁴¹ **XII Encontro Nacional de História Oral**. Associação Brasileira de História Oral (ABHO). Disponível em: <https://www.encontro2014.historiaoral.org.br/>. Acesso em: 23/05/2020.

¹⁴² No Campus Senador Ministro Petrônio Portella da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Remanescentes Indígenas no Território do Piauí no Século XXI do professor e historiador Roberto Kennedy Gomes Franco, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab) que também já trazia um trecho do relato do Cacique José Guilherme da Silva, à época com 62 anos, da comunidade Itacoatiara dos Remanescentes Indígenas da cidade Piripiri:

‘Necessidade que nós estamos dentro do Piauí, nós estamos cum 7 ano de luta dentro desse 7 ano de luta já ramo passar para 8 anos em setembro, em setembro dia 12 de setembro a gente entra pra é pra 8 anos de luta, e aí nada feito por cá de que aí entra prefeito, prefeitos e prefeitos, é senador é governador, aí é só promete no tempo das políticas, prometimento é demais, mais aí nunca chegou ao poder o que nós precisa, o que nós precisa, o índio sem-terra não pode funcionar , que o índio é da mata , o índio tem que ir para mata.. Nós tem dentro da associação Itacoatiara, nós temos dentro dela funcionando, começa-o com umas 25 família, dentro da 25 família já estamos cum 52 famílias, dentro das 52 famílias, têm 315 pessoas registrada pela FUNAI, aí FUNAI veio pra dá o reconhecimento nosso dentro do Piripiri, mais o mais aí o governador do Piauí não dá a mão, a gente até agora não tem dado a mão à gente, até agora nada sobre a nossa terra, só prometimento’ (Cacique José Guilherme, Associação Indígena Itacoatiara em Piripiri-PI, 2013 *apud* Gomes, 2014, p. 3).¹⁴³

Já denunciando há quase oitos anos, a luta pela demarcação de sua terra, fazendo os cálculos, se o relato foi colhido em 2013, então, desde 2006 o povo *Tabajara* da Associação Indígena das “comunidades Itacoatiara, Novo Jenipapeiro, Colher de pau, Tucuns e Fonte dos Matos, no município de Piripiri”¹⁴⁴, já reivindicava seus direitos e como visto no relato do Cacique José Guilherme, o Governo do Estado já era ciente da demanda e protelava a situação, nesse período o governador do Estado era José Wellington Barroso de Araújo Dias (2003 - 2006).

Informação reforçada no texto do artigo da psicóloga Brisana Índio do Brasil de Macêdo Silva publicada da Revista *Interações* de Campo Grande - MS, no ano de 2022, em que a autora relata como o primeiro movimento indígena no Estado em torno de uma organização e independente, autônoma na busca de seus direitos, ainda em 2005:

Nesse âmbito, o primeiro grupo a se mobilizar no Piauí foi o grupo das famílias indígenas da zona urbana de Piripiri, por intermédio de Hélder Ferreira de Sousa, antropólogo e pesquisador vinculado à Universidade Federal do Delta do Parnaíba, autodeclarado indígena e que, conjuntamente com o Cacique José Guilherme da Silva, criou, em meados de 2005, a Associação Indígena Itacoatiara de Piripiri. “*A gente começou esse ciclo indo em pessoa em pessoa, de família em família, né!*” (Maria do Socorro da Silva). A associação conta atualmente com o registro de 53 famílias e um

¹⁴³ FRANCO, Roberto Kennedy Gomes. **Histórias Oraís dos Remanescentes Indígenas no Território do Piauí no Século XXI**. Disponível em: https://www.encontro2014.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1397450498_ARQUIVO_TEXTOCOMPLETOHistoriasOraisdosRemanescentesIndigenasnoTerritoriодоPiauinoSeculoXXI.pdf. Acesso em 23/05/2024.

¹⁴⁴ *Idem*. 2023, p. 518

total de 265 pessoas, sendo 133 do sexo masculino e 132 do sexo feminino¹⁴⁵ (Silva Macedo, 2022, p. 61)

Independentemente da ordem de criação das associações indígenas no estado, o que fica evidente é que mesmo durante o processo em que não puderam exercer de forma livre sua identidade indígena, diante das violências e perseguições, os povos indígenas não desistiram do direito de existir no Estado:

O povo Tabajara compreende atualmente mais de 240 famílias (1.200 pessoas), que habitam a zona rural e urbana do município de Piripiri. Na cidade, vivem nas comunidades Itacoatiara, Novo Jenipapeiro, Colher de Pau, Tucuns e Fonte dos Matos. Na zona rural, habitam as comunidades Oiticica e Canto da Várzea. Os Tabajara que vivem no Canto da Várzea optaram por se auto afirmar Tabajara Ypy. Os Tabajara de Piripiri reivindicam sua identidade indígena e seus territórios há mais de duas décadas, e se organizam por meio de uma associação desde 2005. Foi um dos primeiros povos no estado a ter sua luta por reconhecimento tornada visível. Em 2022, o governo do estado do Piauí regularizou terras a serem doadas a algumas dessas comunidades (*Idem.*, 2023, p. 518).

Organizando-se, mobilizando-se, movimentando-se e aguardando o momento propício em que se sentissem seguros para continuar a luta para que pudessem exercer o direito de ser quem são e conquistar seus direitos assegurados pela Constituição.

Dito isso, de acordo o livro *Povos indígenas no Brasil: 2017/2022* (2023), no Nordeste podemos citar a presença de inúmero povos indígenas: *Atikum, Forni-o, Jenipapo-Kanidé, Jiripancó, Kaimbé, Kalankó, Kambiwá, Kantaruré, Kapinawá, Karapotó, Kariri, Kariri-Xokó, Karuazu, Kiriri, Pankararé, Pankararu, Pankaru, Payayá, Pipipã, Pitaguary, Potiguara, Tabajara, Tapeba, Tapuia, Tingui Botó, Tremembé, Tumbalalá, Tuxá, Xokó, Xukuru, Xukuru-Kariri, Wassu* dentre outros. De acordo com o último Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE de 2022¹⁴⁶ o “Brasil possui 1. 693. 535 de pessoas indígenas, e que 51,2% dessa população vive na região Amazônia Legal, região formada pelos estados do Norte, Mato Grosso e parte do Maranhão (IBGE, 2023)”.

Os dados chamam a atenção para o “aumento da população indígena em 88, 8% em relação à registrada em 2010 quando foi realizado o Censo anterior e foram contados 896.917 indígenas no país. O aumento no período é explicado principalmente pelas mudanças

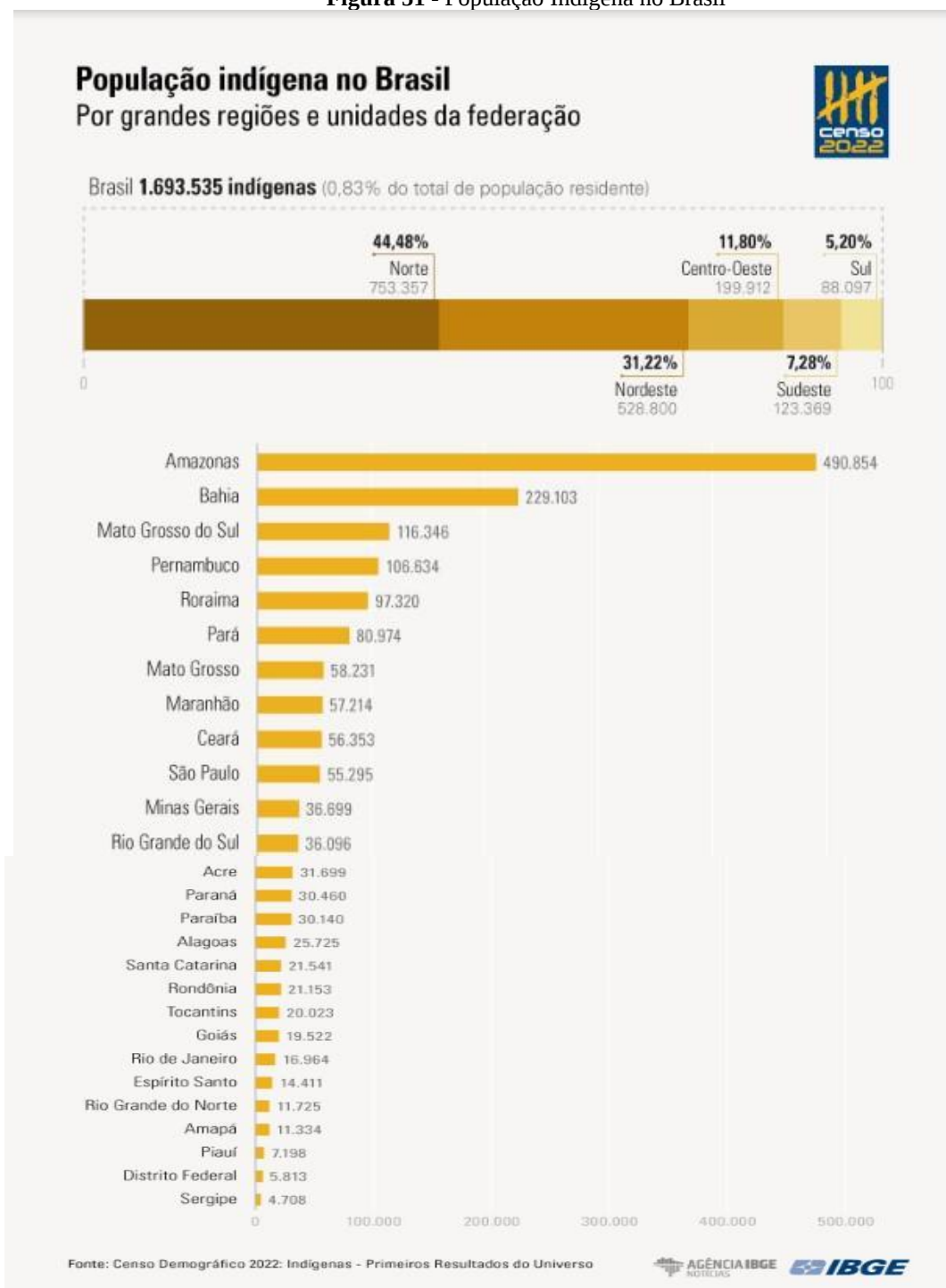
¹⁴⁵ SILVA Brisana Índio do Brasil de Macêdo. MACEDO João Paulo. Povos indígenas no Piauí: se escondeu para resistir e apareceu para existir! **Revista Interações**, Campo Grande, MS, v. 23, n. 1, p. 51-65, jan./mar. P. 61. 2022. Disponível em: <https://interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/3080>. Acesso em :23/05/2024.

¹⁴⁶ IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102018.pdf>. Acesso em: 11/08/2023.

Brasil 1,69 milhões de indígenas, aponta Censo de 2022. Fonte: IBGE. Disponível em: [https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/08/brasil-tem-1-69-milhao-de-indigenas-aponta-censo-2022#:~:text=O%20Brasil%20tem%201.693.535,feira%20\(7%2F8\)](https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/08/brasil-tem-1-69-milhao-de-indigenas-aponta-censo-2022#:~:text=O%20Brasil%20tem%201.693.535,feira%20(7%2F8)). Acesso em: 26/05/2024.

metodológicas feitas para melhorar a captação dessa população.” (Id., 2023). Segue abaixo Gráfico da presença indígena no Brasil retirado do Censo IBGE -2022:

Figura 51 - População Indígena no Brasil

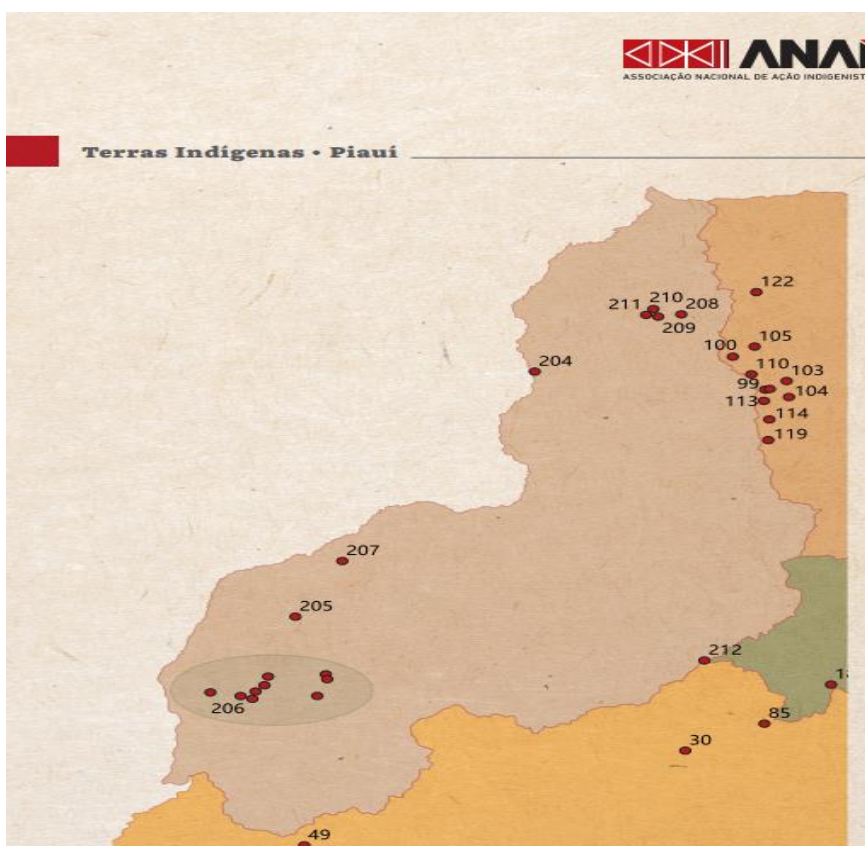


Fonte: Censo Demográfico IBGE (2022)

Com um quantitativo importante para o Estado do Piauí que vem apresentando crescimento na população indígena no estado. Agora observemos Mapa de Monitoramento de Terras Indígenas no Leste-Nordeste do Brasil, realizado por um grupo de trabalho de

antropólogos e antropólogas, parceiros e pesquisadores associados à Associação Nacional de Ação Indigenista.¹⁴⁷

Figura 52 - Mapa de Monitoramento de Terras Indígenas no Piauí



Fonte: ANAI (2021)

Observamos a permanência de uma luta constante, não muito diferente de outras regiões do país em que os indígenas lutam pelo direito à terra.

¹⁴⁷ PALITOT, Estêvão Martins; SAMPAIO, José Augusto Guga; ANDRADE, Lara Erendira; LIMA, Ana Paula; MACHADO, Jurema. **Monitoramento de Terras Indígenas no Leste-Nordeste do Brasil**. Associação Nacional de Ação Indigenista - ANAI. Salvador, 2021. Disponível em: https://cchla.ufrn.br/povosindigenasdorn/_doc/Monitoramento%20Terras%20Ind%C3%ADgenas%20Leste%20Nordeste.pdf. Acesso em: 24/05/2024.

Figura 53 - Mapa de Monitoramento de Terras Indígenas no Piauí por Tabela



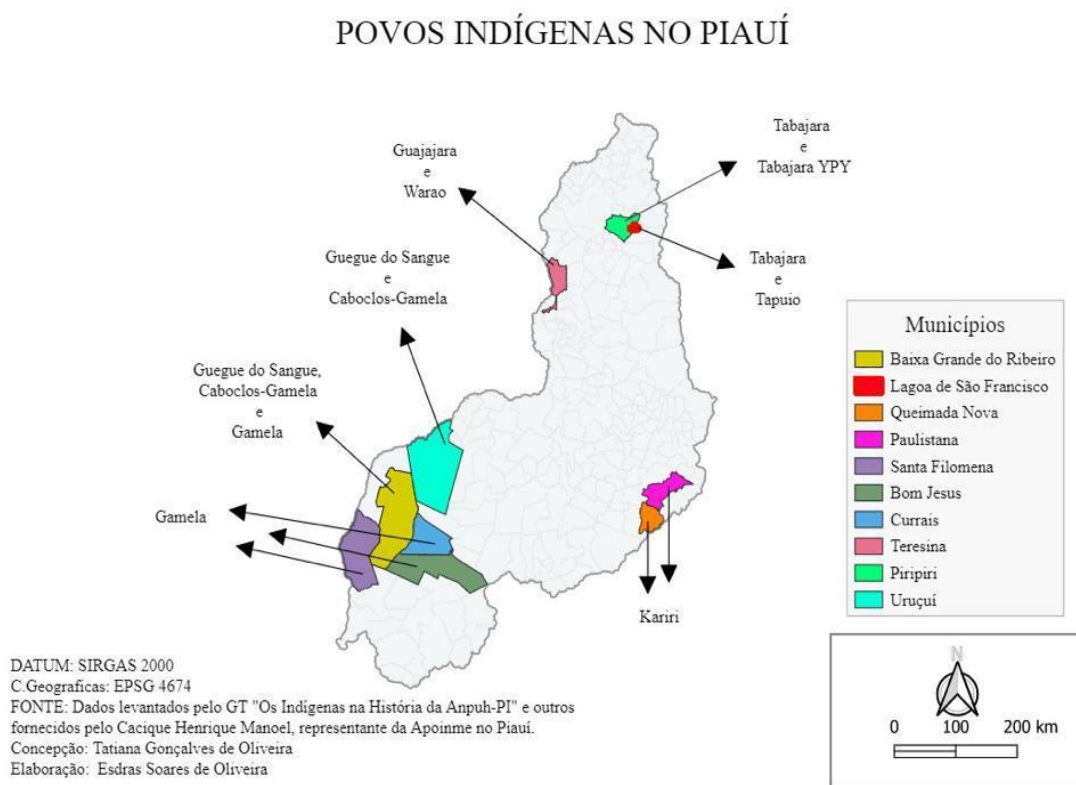
Nº	Terra Indígena	Etnia	Município	UF	Fase Administrativa	Área	Fonte
196	Truká	Truká	Cabrobó	PE	Regularizada	1,592.90	FUNAI
197	Truká-Reestudo	Truká	Cabrobó	PE	Declarada	5,769	FUNAI
198	Tuxá Campos	Tuxá Campos	Itacuruba	PE	Sem Providências	0	S
199	Tuxá de Inajá	Tuxá	Inajá	PE	Regularizada	140	FUNAI
200	Tuxá Pajeú	Tuxá	Itacuruba	PE	Sem Providências	0	T
201	Xukuru	Xucuru	Poção, Pesqueira	PE	Regularizada	27,555.06	FUNAI
202	Xukuru de Cimbres	Xucuru	Pesqueira, Pedra, Alagoinha, Venturosa	PE	Regularizada	1,166.18	FUNAI
203	Fulni-ô	Fulni-ô	Águas Belas, Itaíba, Santana do Ipanema	PE/AL	Em Estudo	0	FUNAI
204	Aldeia Ukair	Guajajara	Teresina	PI	Sem Providências	0	UFPI
205	Caboclos da Baixa Funda	Caboclos da Baixa Funda	Uruçuí	PI	Sem Providências	0	UFPI
206	Gamela	Gamela	Bom Jesus, Currais, Baixa Grande do Ribeiro, Santa Filomena	PI	Sem Providências	0	UFPI
207	Gueguê do Sangue	Gueguê	Uruçuí	PI	Sem Providências	0	UFPI
208	Morro Belo (Tabajara Tapuio)	Tabajara Tapuio Itamaraty	Lagoa de São Francisco	PI	Sem Providências	0	UFPI
209	Tabajara da Oiticica	Tabajara	Piripiri	PI	Sem Providências	0	UFPI
210	Tabajara de Piripiri	Tabajara	Piripiri	PI	Sem Providências	0	UFPI
211	Tabajara Ypy/ Canto da Várzea	Tabajara Ypy	Piripiri	PI	Sem Providências	0	UFPI
212	Kariri da Serra Grande	Kariri	Queimada Nova	PI/PE/BA	Parte da área regularizada Governo do Estado do Piauí	0	UFPI

Fonte: ANAI (2021)

A maioria das terras indígenas no Piauí não possuem providência alguma para sua regularização. Que apesar da identificação, da presença dos povos indígenas, tanto nos dados dos mapas de estudiosos, como nesses que mostramos, como nos dados do IBGE e diante de seu crescimento em relação ao Censo de 2022, em comparação ao de 2010, ainda assim não garantiu o exercício pleno de seus direitos e a de seus territórios. No Piauí os povos indígenas tiveram que lutar para afirmar sua existência e continuar lutando pelo exercício dela.

As comunidades organizadas em associações tiveram papel fundamental na luta pelo reconhecimento e na constante busca pelos direitos coletivos dos povos indígenas. Abaixo expomos o Mapa dos Povos Indígenas no Piauí, com as principais comunidades indígenas organizadas no Estado:

Figura 54 - Presença dos povos indígenas organizados no Piauí contemporâneo



Fonte: GT "os Indígenas na História - Anpuh-PI e Cacique Henrique - Apoinme-PI)

Os povos indígenas têm sobrevivido e resistido ao longo das violências sofridas desde a colonização no Piauí que tem se movimentado, se organizado e enfrentado inúmeros desafios para a construção de uma nova história indígena no Piauí, junto a pesquisadores que têm combatido à uma visão estereotipada, reducionista e exterminadora do indígena na história. Nessa dinâmica, cabe aqui citar o texto do historiador John Monteiro *O desafio da história indígena no Brasil* (1995) é emblemático neste sentido, ao apontar como a historiografia nacional dedicou-se a criar "tese da extinção":

[...] sobretudo a partir do século XIX, a perspectiva que passava a predominar prognosticava, mais cedo ou mais tarde, o desaparecimento total dos povos indígenas. A tese da extinção, sustentada por sucessivas correntes do pensamento social brasileiro e reforçada, mais tarde, pelas teorias que orientavam a antropologia no país, encontrava na história uma sólida base de apoio. Assim, para von Martius, as sociedades americanas, enquanto frutos de uma decadência ou degenerescência histórica, traziam 'já visível o gérmen do desaparecimento rápido'; para os cientistas do final do século XIX e início deste, firmemente amarrados a um paradigma evolucionista, a fragilidade destes 'homens da idade da pedra' diante do rolo compressor da civilização já dava, de antemão, a resposta para o futuro dessas sociedades; e para a antropologia brasileira nas décadas intermediárias do século XX, as frentes de expansão forneciam um roteiro em que se repetia a história da destruição e 'transfiguração' das etnias indígenas, ao passo que a perspectiva teórica da aculturação propunha um outro caminho para o mesmo desfecho total (Monteiro, 1995, p. 222).

Já em nível local o primeiro texto que vemos com uma perspectiva de crítica à historiografia, por “negar a história aos povos originários no Piauí”, tendo como principal fonte os achados arqueológicos no Sítio do Seu Bode, em Luís Correia-PI, em que faz a ponte entre história e arqueologia - é o texto da historiadora, que já mencionamos aqui, Jôina Freitas Borges: *A história negada: em busca de novos caminhos* (2004) publicada pela Fundação de Apoio Cultural do Piauí-FUNDAPI. É importante destacar que é a primeira vez que um órgão da Secretaria de Cultura do Estado promove a publicação de uma obra que traz destaque para o sujeito indígena na história do Piauí, fato raro diante da trajetória de incentivo às inúmeras publicações que tratam os povos indígenas de maneira obsoleta, conforme já debatemos em nosso primeiro capítulo. Quanto ao texto de Borges (2004), vejamos o trecho abaixo que compõe o primeiro capítulo de sua obra, *A história negada*:

A interpretação de espaços como o Sítio seu Bode, ricos de vida cotidiana, pode assim se configurar como uma das melhores sápidas para a construção de *outra* história, de um *outro* discurso que pelo menos deixe os sujeitos falarem através de seus vestígios, e não simplesmente os torne objetos da fala do colonizador. O texto produzido pelo Sítio Seu Bode não tem palavras escritas, mas conchas espalhadas, as cerâmicas queimadas e as pedras lascadas em alto e bom som, só é necessário que nós aprendemos a ouvi-las (Borges, 2004, p. 25).

Como diz Borges, é necessário ouvir para que se possa construir uma nova história. Para que se possa renovar perspectiva historiográficas acerca da história indígena no Piauí. Nesse sentido, surge o texto do professor e historiador João Paulo Peixoto Costa, *A farsa do extermínio: reflexões sobre a historiografia indígena no Piauí* (2011) que exprime bem o debate historiográfico acerca da urgência de uma nova perspectiva histórica que aborde os povos indígenas como protagonista de sua história, que desapegue dos velhos clichês historiográficos que condicionam os povos indígenas apenas ao passado, como inferiores ao colonizador, como vítimas dele, outrora como guerreiros que optaram apenas pela estratégia da guerra para tentar sobreviver à sociedade colonial, como dizimados/extintos pelas “guerras da colonização”, ou como homenagem póstumas por sua “resistência”.

O texto de Costa é um marco na historiografia piauiense indígena de renovo e de crítica historiográfica, pois é o primeiro texto que vemos questionando a permanência de se contar uma história do extermínio indígena no estado e desconstruindo esse discurso epistemologicamente o qual há muito tempo havia se consolidado no estado, através da historiografia tradicional piauiense.

Costa (2011) adverte:

[...] por melhores que sejam as intenções dos que pretendem honrar a memória daqueles que morreram cruelmente pela força dos dominadores coloniais, é mais urgente estar conectado com as necessidades daqueles que estão vivos, ou melhor, dos índios que contrariam a historiografia tradicional ao declararem que não desapareceram. Estes mesmos sobreviventes, juntamente com seus antepassados, souberam por diversas maneiras manter vivas culturas e tradições que, por serem dinâmicas e por não estarem congeladas no tempo, ainda resistem, apesar dos constantes discursos contrários que limitam suas capacidades e suas próprias vidas. Muito além de massacre e de uma falsa extinção, há muito mais do que contar sobre a história desses povos, cujos descendentes de hoje, mesmo que poucos, mostram que ela não foi tão simples, e que as demandas dos dias atuais já são outras. Afirmam, enfim, que estão vivos, que têm suas próprias exigências em relação aos estudiosos e à academia, e que a velha história de extermínio não passa de uma farsa (*Idem.*, 2011, p. 145)

E seguindo no mesmo sentido da historiografia proposta por Costa, de estar atenta às demandas indígenas atuais e preocupada com a “necessidade daqueles que estão vivos”, a fim de compreender o lugar que os povos indígenas ocupam no ensino da história do Piauí, que realizamos investigações através da análise do livro *Piauí Educativo* (2021), publicado pelo Governo do Estado, produzido para utilização na educação Básica, com objetivo de reunir o maior número de informações e conhecimento acerca do Piauí, em diferentes áreas. Ao analisá-lo, temos o objetivo de compreender como os indígenas são tratados na história do Piauí, em uma produção mais recente da que analisamos até aqui.

Analisamos também a Cartilha *História dos Povos Indígenas Tabajara e Tapuio, da comunidade Nazaré – Lagoa de São Francisco-PI* (2023), produzida pelos próprios membros da comunidade e direcionada às escolas da rede municipal de ensino do município de Lagoa de São Francisco-PI. Além disso, dialogamos com os narradores indígenas e não indígenas, tanto na cidade, na aldeia *Ukair* do povo *Guajajara* em Teresina-PI, como na comunidade Nazaré dos povos *Tabajara* e *Tapuio*, no município de Lagoa de São Francisco-PI, a fim de ouvi-los e compreender como ensino de história do Piauí tem sido realizado sobre os povos indígenas nas escolas próximos às suas comunidades e aldeias. Seguimos agora para a análise do *Piauí educativo* (2021).

4.1 Piauí educativo (2021)

O livro foi produzido com o objetivo de “oferecer um conjunto de informações saberes, curiosidades, práticas e reflexões sobre diferentes aspectos do estado do Piauí e para que o estudante conheça mais sobre ele mesmo” (Costa Filho, 2021, p. 3). De acordo com o livro, o objetivo da produção é também “fortalecer o sentimento de pertencimento e identidade dos (as) nossos (as) alunos (as)” (*Id.*, 2021, p. 3). Sobre esse trecho, é clara a posição que o

governo do estado toma em relação à identidade dos estudantes piauienses. Aspecto que vimos desde a primeira metade do século XX, nas obras reeditadas de Odilon Nunes e Monsenhor Chaves, por exemplo, inclusive nos prefácios escritos pelos governadores da época e em 2021 vemos a publicação de um livro continua com esse mote da valorização da identidade do piauiense.

O livro é destinado à Educação Básica, às escolas públicas piauienses, é uma produção da Editora Formato 2, tem como autor Braulino Teófilo Filho, presidente da editora, e autor também de diversos livros no mesmo modelo desta obra que analisamos em vários estados brasileiros¹⁴⁸. A obra também traz orientações pedagógicas aos professores sobre sua utilização:

Você poderá utilizá-lo em uma aula por semana, nas suas turmas de Ensino Fundamental anos iniciais e finais, durante todo o ano letivo. No entanto, caso você não tenha disponibilidade de utilizá-lo semanalmente, ele poderá ser acionado sempre que couber no seu planejamento, de acordo com os objetivos de aprendizagem das suas aulas. As unidades contam com sugestões de atividades didáticas que podem ser incorporadas ao seu plano de aula, de maneira integral ou adaptada. Elas são estruturadas em dois níveis de complexidade, para que você possa utilizá-las de acordo com o contexto da sua turma. [...] Esse material foi pensado para ser utilizado tanto por você, professor, com seus alunos, quanto por um estudante de maneira autônoma. Por isso, simplificamos a abordagem das atividades, para que ofereçam respostas abertas e reflexões individuais e coletivas ou possam ser supervisionadas por qualquer educador. Possuem níveis de complexidade, a primeira parte, mais simples, recomendamos para os anos iniciais e finais e a segunda parte, mais complexa, para o ensino médio (*Id.*, 2021, p. 3-4).

Percebemos também que há uma preocupação de como o livro deve ser utilizado, desde o planejamento do professor às aulas práticas. Não muito diferente do que também já identificamos nos prefácios das reedições do livro de Odilon Nunes ainda em 1930. Quando direciona como o professor deve realizar as atividades após a leitura de cada tópico. Traz também as Competências Gerais da BNCC que são trabalhadas nas atividades presentes no livro.

A obra está organizada em dez unidades, cada uma com três partes e cada unidade possui três caixas temáticas: “Você Sabia? ”, com curiosidades sobre o tema estudado, “Olho Mágico”, aprofundamento das informações sobre o tema em destaque e “Fique por Dentro”, são relacionados saberes e informações de outros campos (*Id.*, 2021, p. 4).

No que diz respeito aos povos indígenas, a primeira menção aparece na Unidade 1- “Sociedade: Formação Histórico-social do Piauí, Informações atuais do Piauí, Piauí no cenário

¹⁴⁸ **Livros publicados.** Editora Formato 2. Disponível em: <https://formato2.com.br/index.php/livros-publicados/>. Acesso em: 01/11/2024.

nacional”, no primeiro subtema, em “Formação histórico-social do Piauí”, ao discutir sobre a população do Piauí, trazendo como fonte os dados do Censo de 2010 do IBGE:

Pelo censo de 2010, a população do Piauí, totalizando 3.118.360 de habitantes, se distribui assim com relação a diversidade étnico racial: Branco - 24,35%, Preto - 9,30%, Amarelo - 2,14%, Pardo 64,02%, Indígena - 0,09%. Por que hoje temos números tão baixos em população indígena? Para tal resposta iniciaremos analisando o processo de colonização e formação social do Piauí. Engana-se quem imagina que as comunidades humanas existiram apenas há milhares de anos antes da chegada dos portugueses na região atual do Piauí. Os registros de comunidades de povos originários são bastante densos antes da chegada dos colonizadores europeus. Vejamos que etnias poderíamos encontrar naquele período: Acroás, Anapurus, Aroazes, Aranhis, Aruás, Cariris, Guanarés, Gueguês, Jaicós, Pimenteiras, potiguaras, Potis, Tabajaras, Tacarijus, Timbiras, Tremembés e Xerentes. A variada presença é justificada pela região propícia a migração dessas comunidades. Os grupamentos indígenas se deslocavam da bacia do Rio São Francisco ou até mesmo do litoral em direção a bacia do Rio Amazonas. Neste vai-e-vem, alguns grupos acabaram se fixando, principalmente os grupos Tupis, Tapuias e Caraíbas (*Id.*, 2021, p. 18-19).

Observamos que o livro aponta a presença indígena no estado, a partir dos dados dessa presença abre uma problemática a partir dos números baixos em relação aos outros grupos sociais que compõem a sociedade piauiense, relacionando à colonização do estado. O que de início torna-se positivo, pois não nega essa existência indígena no estado, embora ainda também reproduza o uso da dicotomia *tupi-tapuia*, que já debatemos anteriormente, e como já apontamos defasada. Só que na página seguinte na caixa temática “Fique por dentro”, temos um texto que fala sobre a atuação da Casa da Torre que foi residida por alguns fazendeiros, que implementarão os primeiros currais de gado do Piauí, e ao se referir aos indígenas, ainda utiliza termos antiquados, como “índios” e “tribos”, em pleno século XXI e no ano de 2021. Um livro publicado pelo governo do Estado, com todo o conhecimento, aparato bibliográfico, audiovisual, e pesquisas acadêmicas com os próprios indígenas autores de suas próprias narrativas históricas, nas redes sociais e com toda tecnologia disponível para acesso:

A partir de 1674, e por mais de 200 anos, partiram da Casa da Torre inúmeras expedições para com- bater e escravizar os índios, na conhecida Guerra dos Bárbaros, responsável pelo fim de quase todas as tribos nos interiores dos estados nordestinos. (*Id.*, 2021, p. 19)

Anteriormente já discutimos o desuso do “índio” para se referir aos povos indígenas, visto que é um homogeneizante, que não respeita a diversidade dos povos indígenas, argumento já dado explicado pelos próprios indígenas. Em 2019 já havia iniciado um debate acerca do mal uso deste tema, podemos citar aqui a entrevista do professor Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo, concedida à repórter Amanda Rossi da BBC News Brasil em 19 dia abril, data comemorativa aos povos indígenas, em que afirmou: “a palavra ‘índio’

remonta a preconceitos – por exemplo, a ideia de que o indígena é selvagem e um ser do passado – além de esconder toda a diversidade dos povos indígenas”¹⁴⁹.

E o “tribo” também não se recomenda mais, deve-se substituir por “etnia” ou “povo”, inclusive essa orientação está disponível no *Manual de Comunicação da Secom*¹⁵⁰, no site oficial do Senado Federal. Acreditamos que o autor possa ter apenas reproduzido o texto, de outro autor, mas deve-se atenção e atualização para o uso desses termos que reproduzem estereótipos acerca desses povos que historicamente tiveram sua maneira de ser existir afetadas pela colonização, e não utilizar os termos que eles mesmo definiram para nos referirmos a eles, pede sensibilização e respeito à maneira que os povos indígenas decidiram viver e estar no mundo. E como vemos, o autor traz o destaque para “o fim de quase todas as “tribos” (no caso povos indígenas), nos interiores dos estados nordestinos”.

Não sabemos qual a intenção de ainda reproduzir um texto que não faz sentido com o Nordeste Indígena atual, embora o autor esteja se referindo ao período da colonização, mas é desconexo, inclusive com a fonte que o próprio autor utiliza para apontar anteriormente, os números da população indígena no estado, o Censo de 2010 do IBGE que registrou o aumento da população indígena no Nordeste:

Sendo assim, independentemente da área geográfica onde estivessem residindo, o Censo Demográfico 1991 revelou que em 34,5% dos municípios brasileiros residia pelo menos um indígena autodeclarado; no Censo Demográfico 2000, esse número cresceu para 63,5%; e, segundo os dados mais recentes, do Censo Demográfico 2010, atingiu 80,5% dos municípios brasileiros. Esse espalhamento da população indígena foi mais significativo na Região Nordeste, corroborando com o processo da etnogênese, que ocorreu e vem ocorrendo em muitas regiões do País (IBGE, 2010, p. 4).

Lugar do autor destacar que aumentou a presença indígena, que apesar de toda violência sofrida por esses povos no Nordeste brasileiro, no Piauí, desde a colonização, eles estão vivos e tem sobrevivido desde a colonização, tem se reorganizado, e passado, como o texto acima destaca, pelo processo de “etnogênese” no Estado. Fica o questionamento da escolha, o porquê da permanência desta escolha textual que associada o indígenas sempre ao extermínio no Nordeste, e também dele se repetir, como podemos ver em boa parte dos livros de história do Piauí, inclusive o mais atual que temos, direcionado para o ensino nas escolas do Piauí.

¹⁴⁹ROSSI, Amanda. **Dia do Índio é data 'folclórica e preconceituosa', diz escritor indígena Daniel Munduruku.** BBC News Brasil, São Paulo. 19 de abril de 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47971962>. Acessado em 26/01/2025.

¹⁵⁰ **Indígena/etnia.** Manual de Comunicação da Secom. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/estilos/indio#:~:text=Recomenda%2Dse%20o%20uso%20dos,%3A%20espanh%C3%B3is%2C%20ingleses%2C%20iorub%C3%A1s>. Acesso em: 01/11/2024.

É uma narrativa marcada em vários períodos da história do Brasil, por uma “tendência” historiográfica excludente, tanto no período da Colonização, como no período do Império, como podemos ver no texto: *Os indígenas da Independência do Brasil na Bahia*, do historiador e professor Francisco Cancela, no livro *Independência em várias faces: protagonismo e projetos plurais na emancipação do Brasil* (2023), organizado pelos historiadores e professores, João Paulo Peixoto Costa e Ana Sara Cortez Irffi:

‘tendência dominante da escrita da história de analisar a trajetória dos indígenas apenas pelo que o John Monteiro (2001, p. 5) chamou de ‘crônica da extinção’, através da qual somente se observa os processos de dizimação e extinção, encoberto por sua vez experiências vividas pelos povos indígenas na condição de protagonistas da história’ (Cancela, 2023, p. 136).¹⁵¹

Percebemos que as marcas dessa crônica, se faz presente até hoje na obra em questão analisada, já adiantando que os indígenas não são citados nos temas relacionados ao período do Império, como por exemplo as Independências no Piauí que estão na Unidade 2 – “Aspectos históricos e geográficos: História do Piauí, Geografia física do Piauí”. A única menção dos indígenas no período do Império, de forma bem breve, é quando o autor fala da Balaiada e de sua participação nas províncias vizinhas, mas não cita a participação deles na província do Piauí:

A insatisfação também ocorreu nas províncias vizinhas até que, em 1838, estourou no Maranhão uma revolta que perduraria até 1841, conhecida como Balaiada (ou Guerra dos Bem-te-vis). De cunho popular e bastante diversificadas, contendo a presença de quilombolas, pobres, indígenas, entre outras populações que não aguentavam mais a violência do estado e das forças policiais.

No Piauí, a Balaiada contou com o apoio de Lívio Lopes Castelo Branco, João da Mata Castelo Branco e José Pereira da Silva Mascarenhas, insatisfeitos com a política do Barão da Parnaíba. Além do apoio da população pobre em geral, alia- dos aos rebeldes maranhenses para lutar nas duas províncias.

Também no Piauí vemos uma forte presença de quilombolas, pequenos fazendeiros e vaqueiros pobres, caracterizando um movimento plural, inclusive na sua atuação bem difusa em cada província (*Id.*, 2021, p. 41).

Nesse sentido, o ponto de partida do autor pode ser que seja, a consumação do extermínio indígena, ocorrido lá no período da colonização, então, não faria sentido citar no mesmo livro/narrativa histórica a presença neste período da história do Brasil. Entretanto, um tanto contraditório, pois como os indígenas, que são 0,09% (dados trazidos pelo autor) da população piauiense e não se faz referência alguma deles no período do Império e República? E são citados agora, na contemporaneidade? Como explicar isso para os estudantes? Como

¹⁵¹ CANCELA, Francisco. Os indígenas da Independência do Brasil na Bahia. 2023. p. 135-164. In: COSTA, João Paulo Peixoto; IRFFI, Ana Sara Cortez. (Orgs.). **Independência em várias faces: protagonismo e projetos plurais na emancipação do Brasil**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Oitocentos (SEO) e Alameda Casa Editorial, 2023.

permitir esse vácuo histórico em um livro destinado a contar a história do Piauí na sala de aula? Será que os professores atuantes em sala de aula do Piauí terão condições/estão atentos aos debates da Nova História Indígena que questionam essas narrativas?

Sendo que há hoje inúmeras pesquisas que trazem novas visões acerca dos povos indígenas na história da colonização, no período do Império, da República e, também como pudemos identificar, os próprios dados do IBGE apontaram que na contemporaneidade poderia ser escolhida uma narrativa que valorizasse o crescimento da presença indígena no Nordeste e também no Piauí, e não a “crônica do extermínio”, bem como disse John Monteiro (2005).

Retornado na Unidade 1- Sociedade: “Formação Histórico-social do Piauí, Informações atuais do Piauí, Piauí no cenário nacional”, página dezenove, o texto segue falando da distribuição dos povos indígenas pelo território piauiense à época da colonização e torna a falar também da “quase dizimação indígena”:

As comunidades se distribuíram por todo território piauiense, desde o baixo e médio delta do Rio Parnaíba até a cabeceira do Rio Poti, foi feito para que se cumprisse a lei do Estado que impunha ao professor o conhecimento de nossa história. Apesar dessa imposição legal, não havia nenhum livro que se destinasse a esse fim (*Id.*, 2021, p. 19-20).

O problema não é citar as violências sofridas pelos povos indígenas, como sabemos, foram inúmeras, o problema na verdade é reforçar uma ação que não é verdade. Dizimar, significa aniquilar, acabar por completo. Como podemos afirmar isso se existe indígena no Piauí e em todo o território brasileiro? O uso das palavras precisa ser feito de forma cuidadosa, ainda mais em um país que passou por um processo de colonização violento, que impediu os povos indígenas de ter seu próprio modo de falar. As palavras são lanças que cortam como navalha e percorrem no tempo.

E por muito tempo na historiografia piauiense tradicional, a repetição das palavras “genocídio”, “extermínio”, “aniquilados”, “desbaratados”, “dizimados”, todas, palavras encontradas nos livros analisados até o momento, matou os indígenas na história do Piauí, e “encobertou-se as inúmeras experiências vividas pelos povos indígenas como protagonistas da história”¹⁵². Felizmente essas palavras têm sido questionadas quanto ao seu uso e substituídas por “existência”, “resistência”, “etnogênese” e desconstruídos os discursos com elas formados e propagados, pelos novos olhares sobre as fontes históricas, pelos novos debates históricos e metodológicos, pela própria história que se renova continuamente, tanto pelos próprios indígenas, quanto pelos estudiosos e pesquisadores.

¹⁵² Cancela, 2023, p. 136

Outro momento em que os indígenas são citados ainda nesta Unidade 1, é quando o texto aborda a luta pela terra:

A luta pelo direito à terra é histórica no Brasil, remete aos tempos coloniais. E povos indígenas e quilombolas ainda lutam até hoje pelo direito à terra, que foi tirada de seus ante- cedentes há muito tempo. A primeira comunidade indígena a ganhar o direito à terra foram os Cariri no Piauí e, somente conseguiram o direito, em 2020. A comunidade Serra Grande dos indígenas Cariri, no município de Queimada Nova, foi contemplada com a reparação história, abrindo um precedente enorme para a integração étnico-cultural na formação social do povo do Piauí. Além dos Cariri, há espalhados indígenas em 36 municípios ao longo de todo o estado. No litoral, os Tabajaras Itacoatiara vivem em Piripiri. Ainda ao norte do estado, em Lagoa de São Francisco, os Tabajaras Tupi formaram a comunidade Nazaré. Na porção Sul do estado, encontramos os Cariri citados acima. Além deles, há os Gamela na comunidade Santa Filomena, quase na divisa com Tocantins (*Id.*, 2021, p. 21).

A Lei que a citação se refere é a 7.389, de 27 de agosto de 2020 que “reconhece formal e expressamente a existência de Povos Indígenas nos limites territoriais do Estado do Piauí”¹⁵³. Mas desde a década de 1990 que diversas comunidades indígenas rurais e urbanas no Piauí, reivindicam seu reconhecimento como indígenas perante o Estado brasileiro. Esses processos de autodeterminação se fortaleceram nas última década e culminarão na sanção da lei¹⁵⁴.

Outro ponto da citação acima, é a “reparação histórica” que o autor se refere. Que reparação? Pois o que houve no Piauí foi titulação e não demarcação e apenas de duas comunidades entre os 9¹⁵⁵ povos organizados atualmente no Piauí, sem contar com as pessoas que se autodeclaram indígenas, mas que ainda não são organizados, como vimos nos mapas da população geral indígena de alguns municípios do Censo de 2000-IBGE apresentados no Capítulo II. Quanto à titulação de terra, é:

[...] fruto da demanda dos povos indígenas organizados no estado, a lei prevê a regularização fundiária das terras devolutas que sejam utilizadas coletivamente pelos indígenas no Piauí. Assim o governo estadual sustenta uma narrativa de que driblou a política anti-indígena do governo federal, ao regularizar dois territórios indígenas no estado: (2021) e o dos Tabajara de Piripiri (2022). Mesmo comemorada pelos povos indígenas, nota-se que não se trata de Terras Indígenas (TIs) demarcadas. Além disso, a Lei Estadual nº 7.389/2020 não menciona em seu texto políticas públicas específicas para a saúde e a educação indígena. Embora desde 2014 haja um plano de ação de desenvolvimento e institucionalização da educação escolar indígena para o

¹⁵³ Lei de nº 7.389, de 27 de agosto de 2020. Reconhece formal e expressamente a existência de povos indígenas nos limites territoriais do estado do Piauí e dá outras providências. **Assembleia Legislativa Estadual do Piauí**. Disponível em: <https://sapl.al.pi.leg.br/norma/4720#:~:text=RECONHECE%20FORMAL%20E%20EXPRESSAMENTE%20A,PIAU%C3%8D%20E%20D%C3%81%20OUTRAS%20PROVID%C3%84NCIAS>: Acesso em: 01/11/2024.

¹⁵⁴ *Idem*. 2023, p. 517.

¹⁵⁵ Presença dos povos indígenas organizados no Piauí contemporâneo. Fonte: GT “os Indígenas na História - Anpuh-PI e Cacique Henrique- Apoinme-PI.

Território Etnoeducacional Potyrõ (Estados do Ceará e Piauí), ele nunca foi implementado no Piauí.¹⁵⁶

O que difere titulação e demarcação pode ser entendido como: a primeira, é quando “o Estado registra e matricula as terras em seu nome e concede aos indígenas a regularização fundiária do seu território”¹⁵⁷, e é regida pela Lei Estadual 7.297/2019¹⁵⁸ que estabelece a Política de regularização Fundiária e prevê a doação de terras ao povos e comunidades tradicionais; e no Art. 6, da Lei Estadual nº 7.389/2020 reforça o cumprimento dessa mesma regularização fundiária. Já a segunda, é regida pela Decreto nº 1775/96, em que o “processo de demarcação, é regulamentado pelo meio administrativo para identificar e sinalizar os limites do território tradicionalmente ocupado pelos povos indígenas.”¹⁵⁹ Nela, de acordo com a Constituição Federal de 1988 estabelece:

Terra Indígena (TI), conforme a Constituição Federal de 1988, é um território demarcado e protegido para a posse permanente e o usufruto exclusivo dos povos indígenas. Essas terras são reconhecidas como patrimônio da União e são destinadas à preservação de sua cultura, tradições, recursos naturais e formas de organização social, além de assegurar a reprodução física e cultural dessas comunidades. A demarcação das terras indígenas é um direito constitucional e visa garantir a autodeterminação, a autonomia e a proteção dos direitos dos povos indígenas, bem como sua participação ativa na gestão e preservação desses territórios (BRASIL, Ministério dos Povos Indígenas, 2024).

São leis de esferas diferentes do Poder: a primeira, do Poder Legislativo Estadual e a segunda do Poder Executivo Federal e como também observamos na descrição do que é uma Terra Indígena, ela garante diversos direitos, e principalmente a posse definitiva e uso exclusivo dos povos indígenas. Ou seja, é uma proteção jurídica segura e de amparo constitucional consolidada no campo das leis para a garantia dos direitos plenos dos povos originários.

Ainda na continuação do texto da página 21 da Unidade I, é aludido também da presença negra no Estado, há duas imagens do Quilombo do *Mimbó*, no Município de Amarante-PI, porém não há nenhuma imagem dos povos indígenas no Piauí. O que ao nosso ver, empobrece a narrativa histórica, uma narrativa simplista, que o autor faz da presença indígena no Piauí,

¹⁵⁶ *Idem*. 2023, p. 517.

¹⁵⁷ **Comunidade Kariri recebe primeiro título de terras indígenas no Piauí.** Publicada em 21 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.gp1.com.br/piaui/noticia/2021/4/20/comunidade-kariri-recebe-primeiro-titulo-de-terras-indigenas-no-piaui-500028.html>. Acesso 01/11/2024.

¹⁵⁸ **Lei nº 7.294, de 10 de dezembro de 2019.** Dispõe sobre a política de regularização fundiária o estado do Piauí, revoga dispositivos da lei nº 6.709, de 28 de setembro de 2015, e dá outras providências. Disponível em: <https://sapl.al.pi.leg.br/norma/4581>. Acesso em: 01/11/2024.

¹⁵⁹ **Demarcação.** Ministério dos Povos Indígenas. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/demarcacao-de-terras-indigenas#:~:text=O%20processo%20de%20demarca%C3%A7%C3%A3o%2C%20regulamentado,tradicionamente%20ocupado%20pelos%20povos%20ind%C3%ADgenas>. Acesso em: 01/11/2024.

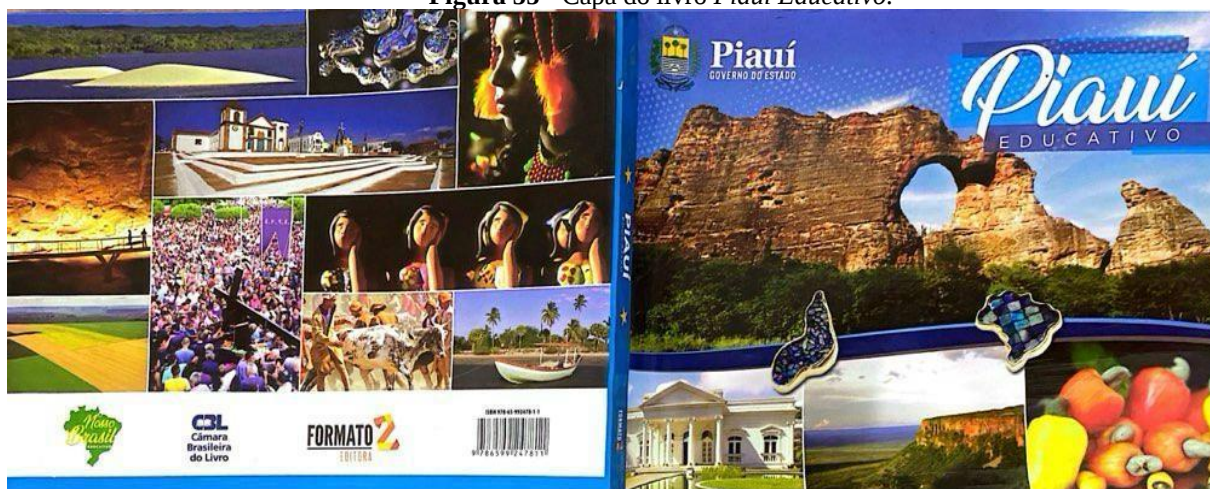
citando apenas 03 povos indígenas: “No litoral, os Tabajaras Itacoatiara vivem em Piripiri-PI. [...], em Lagoa de São Francisco, os Tabajaras Tupi. Na porção sul, os Cariri da Comunidade Serra Grande, em Queimada Nova-PI e os Gamelas em Santa Filomena-PI” (Id., 2021, p. 21).

Em primeiro, os *Tabajaras* em Piripiri não estão localizados no litoral, eles estão na região chamada meio-norte do estado, inclusive mais próximo da região central do estado, à 165 km da capital Teresina-PI. Temos observado que eles se identificam como “Tabajaras” e o utilizam o “Itacoatiara” para compor o nome da Associação, visto que é uma das comunidades que abriga o povo *Tabajara*, bem como as comunidades “Novo Jenipapo, Colher de Pau, Tucuns e Fonte dos Matos”,¹⁶⁰ que compõem a Associação. Em segundo, o autor ao se referir aos *Tabajaras* em Lagoa de São Francisco utiliza “os *Tabajaras Tupi*”, mas não há o *Tupi* e sim o *Tapuia*, e são dois povos diferentes, os *Tabajaras* e os *Tapuios*.

Diante da acessibilidade da internet, das redes sociais, das inúmeras reportagens que mostram quem são os indígenas no Piauí, demonstra falta de interesse em conhecer quem são os povos indígenas no Piauí, uma vez que a proposta do livro é fazer com o estudante conheça sua própria história e adquira conhecimento acerca do seu estado. Os indígenas não fazem parte da história do Piauí? Eles não são parte do conhecimento produzido pelas sociedade piauiense ao longo do tempo? Eles não a compõem?

Relacionado à imagens de indígenas neste livro em questão, só há dois momentos que eles aparecem, o primeiro da parte de trás da capa do livro:

Figura 55 - Capa do livro *Piauí Educativo*.



Fonte: *Piauí Educativo* (2021)

Observamos que a imagem está escura, as indumentárias utilizadas pela jovem indígena remetem às peças geralmente utilizadas para apresentações de danças do Bumba-meu-

¹⁶⁰ Id., 2023, p. 518

boi, dos Folguedos Juninos, muito comum no mês de junho, quando também há as apresentações das Quadrilhas Juninas. Nas referências do livro e nem outra parte do livro apresentam as fontes de onde essas imagens foram retiradas. O que pode nos levar a interpretar que pode ser realmente de uma indígena, ou de uma jovem que está vestida para alguma apresentação artista, ou dois. Qual o motivo da escolha de colocar na contracapa a imagem de uma indígena?

Ao olhar para capa, é possível inferir que há uma preferência de imagens que remetem ao Turismo Piauiense, e à identidade cultural associada à produção da cajuína, muito popular e consumida no Piauí, à produção e comércio de opala, presente na cidade de Pedro II, em que mostra o formato do Piauí e do Brasil, com o mineral, ao símbolo do poder do estado, o Palácio do Karnak, sede oficial do governo do Piauí, em Teresina-PI, Capital do Estado e, em destaque, a Pedra Furada, em São Raimundo Nonato-PI, no Parque Nacional da Serra da Capivara, maior símbolo da arqueologia do estado e no mundo, por apresentar a maior concentração de sítios arqueológicos das Américas, e é considerado Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco. É um carro-chefe para a valorização do Piauí em âmbito nacional e internacional.

Segundo, na análise da *Unidade 3* – “Cultura: Formação étnico-cultural, Patrimônio histórico-cultural do Piauí, Patrimônio Cultural Imaterial, Produção Cultural”, no subtema: “Formação étnico-cultural”, quando se faz alusão da cultura piauiense e sua formação, influenciada pelas três etnias, branca, negra e indígena. E, logo em seguida, vem a imagem retirada do site *Uninorte*, confirmando a origem dos indígenas da imagem, da região Norte. Mais uma vez, a falta de atenção dos autores e responsáveis pela produção dos livros didáticos optam por não representar imagens dos povos indígenas que vivem no Piauí. Pasmem! Em um livro feito recentemente, pelo governo do Estado, por uma equipe pedagógica, resta saber se na equipe havia historiadores/pesquisadores, inclusive da temática? Ou será que houve alguma preocupação do autor e equipe para trazer atualizações da Nova História Indígena? Possivelmente, com base no que analisamos, tudo indica que a resposta é “não”. E, em apenas há quase 3 anos essa obra era produzida.

Dentro do contexto em que vivemos, com todo o conhecimento disponível, quem perde mais uma vez são os povos indígenas, tendo sua participação na história negada e os estudantes que estudarão uma história de seu Estado, incompleta e toda a sociedade brasileira, que formará estudantes do Piauí, que caso se interessem pela temática, terão que acessar outros meios e espaços de conhecimento (caso ele tenha) sobre os povos indígenas, já que o livro destinado a eles para estudar não cumpre esse seu papel.

Seguindo com análise da *Unidade 3* – “Cultura: Patrimônio histórico-cultural do Piauí”, neste subtema, o autor cita o Museu do Piauí – Casa Odilon Nunes, em homenagem ao estudioso, fala-se que lá, estão expostas obras pré-históricas e importantes peças de artes, inclusive peças indígenas. Mas também o autor não explica quais são. E no subtema “*Patrimônio Cultural Imaterial*”, os indígenas são citados em uma lista de Lendas piauienses, entre elas: “Índia Milenar”, da região de Ipiranga do Piauí; “Zabelê”, Oeiras-PI e “Miridan”, do sul do Piauí. Mais adiante o livro conta a lenda de *Zabelê*; e na página seguinte da culinária piauiense e da influência indígena nela, “marcada pelo palmito, abóbora, farinha de mandioca, milho, mel, peixes, macaxeira, preás e pimentas da terra” (*Id.*, 2021, p. 82).

Na caixa temática “Você sabia”, retrata a origem indígena da cajuína. Fala também da origem dos folguedos juninos que “possui origem religiosa e raízes culturais dos povos africanos, portugueses e indígenas que formaram nossa cultura” (*Id.*, 2021, p. 82) e do uso dos instrumentos no Bum-meu-boi, como o maracá de origem indígena. Nas demais Unidades, de 4 a 10, os povos indígenas não são citados. Na Unidade 11 – “Referências”, o autor não trouxe as referências clássicas de Odilon Nunes e Monsenhor Chaves, a não ser do Padre Claudio Pastos: *Dicionário histórico e geográfico do Piauí* (1994), muitas das referências vêm de dissertações, de pesquisas também na internet, entre outros.

A obra, então, retrata os povos indígenas trazem bem pouco da história indígena, quando sabemos na luta, história e trajetórias desses povos no Piauí, é triste ver que uma obra que tinha tanto a agregar não deu espaço para que os seus próprios cidadãos contassem suas histórias. Embora saibamos que o livro não era dedicado apenas à história dos povos indígenas, mas abranger o máximo de informações e de diferentes áreas de conhecimento sobre o Piauí. Mas é preciso ter cuidado, a visão que se tem da obra foi de uma obra mal elaborada, sem conhecimento aprofundado, especialmente, no campo da História.

E quando esse conhecimento específico aparece, é brevemente em poucas Unidades da obra, e ainda com recorrências de usos inadequados ao se referi-los, apenas nas unidades que tratam da colonização e no aspecto cultural. No período do Império até atualidade, relacionados a sua participação em diversas áreas desses temas, fatos históricos, nada se destaca dos indígenas. Reforçam a narrativa simplista, de pouca participação do indígena na história do Piauí e novamente permanecem o foco apenas no período da colonização, na “crônica do extermínio”.

4.2 Olhares da História (2016)

O livro utilizado pela escola mais próxima à aldeia *Ukair* que visitamos no mês de outubro de 2024, a escola Maria de Lourdes Rebelo, era o *Olhares da História* (2016), do 2º ano do ensino médio, série que uma das sobrinhas de Aliã cursava naquele ano. As outras crianças da aldeia, parentes de Aliã, estudam em outras escolas de ensino fundamental mais distante, desta forma optamos por visitar a mais próxima. O livro está organizado da seguinte maneira:

Na Unidade 1: “Europa Centro do Mundo” no subtópico “Construindo a história do Brasil” do tópico “Recorte e escolhas”, nele a história da formação da história do Brasil, os povos indígenas são citados antes da chegada do europeu em “centenas de povos”. Aspecto que consideramos positivo, embora o texto seja preliminar ao conteúdo dos capítulos que viram, pois, o autor do livro compreende que estes povos eram diversos e o território já habitado por eles. Mais à frente, no segundo subtópico “Europa: de periferia a centro do mundo” faz uma dura crítica ao etnocentrismo histórico.

Partindo para os capítulos do livro, apresentamos abaixo por blocos de capítulos que os temas conversam entre si, e vamos analisá-los apenas àqueles que trazem no conteúdo estudado a presença indígena, assim temos uma análise mais prática e ampla. Desta forma, sublinhamos àqueles que analisamos. Organizamos da seguinte forma:

- BLOCO 1: Capítulos: 1 - As grandes navegações; 2-A colônia portuguesa na América; 3-A diáspora africana;
- BLOCO 2: Capítulos: 4 - Arte e tecnologia; 5-O cristianismo em transformação, 6-A formação das monarquias europeias.
- BLOCO 3: Capítulos: 7 - Expansão e diversidade econômica na América Portuguesa; 8 - A colonização espanhola e inglesa na América; 9-Sistema colonial em movimento;
- BLOCO 4: Capítulos: 10 - O século das luzes e a independência das colônias inglesas da América do Norte; 11-Uma era de revoluções; 12-Europa de Napoleão à restauração;
- BLOCO 5: Capítulos: 13 - Brasil: surge um país; 14-As independências da América espanhola; 15 - Novos projetos: nacionalismo, socialismo e liberalismo;
- BLOCO 6: Capítulos: 16 - Europa e Estados Unidos no sec. XIX; 17 - A construção do estado brasileiro; 18 - Ásia e África no século XIX;

➤ BLOCO 7: Capítulo: 19 - O Brasil no reinado de Dom II.

No Bloco 1, no Capítulo: 2 – “A colônia portuguesa na América”, a capa de abertura do capítulo e com Raoni Mituktire, liderança indígena do povo *Kayapó*, ativista dos direitos dos povos indígenas. Consideramos emblemático abrir esse conteúdo com a foto de um indígena, símbolo do combate ao preconceito e da luta dos povos indígenas. Ademais geralmente não é comum iniciar este conteúdo a partir da figura do indígena e, sim, do colonizador e depois vir a história indígena. O livro mostra-se conhecer dos representantes da luta dos povos indígenas na atualidade.

Ainda neste capítulo, no tópico: “De Cabral a Martim de Sousa”, o livro reproduz uma imagem clássica do escambo realizado no período de contado entre colonizador e indígenas:

Figura 56 - Escambo



Fonte: *Olhares da História* (2016)

Essa representação do indígena se olhando no espelho com surpresa, pode induzir à uma interpretação negativa acerca dos povos indígenas, vendo-os como “bobos” por aceitar a troca de madeira por exemplo, para o colonizador, era “bugigangas”, só que na lógica indígena ele não tinha a intenção de acumular riquezas como o europeu. Acreditamos não ser necessária a reprodução dela. Ainda neste capítulo, há um texto *Os indígenas e os 500 anos: a festa da exclusão*, texto que “denuncia atos de violência e discriminação aos indígenas brasileiros durante comemorações, em cidade brasileira, dos 500 anos da

chegada dos portugueses ao território que hoje corresponde ao Brasil, em abril de 2000. (Vicentino, 2016, p. 27).

No Bloco 2, temos o capítulo 5, intitulado “O cristianismo em transformação”, no último tópico: “Efeitos das reformas na América”, nele o indígena é citado no processo de evangelização realizada pela Companhia de Jesus, franciscanos, beneditinos, dominicanos e agostinhos, ao tempo que denuncia os maus tratos sofridos por eles, embora estes os evangelizadores tenham entrado em conflito com os bandeirantes por conta da escravização indígena. É o primeiro momento que os povos indígenas no livro ganham mais tempo de texto na obra. Ainda sobre este tema é representada uma pintura de Rugendas (1835), a fim de melhor entendimento desses processos:

Figura 57- Pintura de Rugendas sobre a Evangelização



Aldeia de Tapuia, de Johann Moritz Rugendas, de cerca de 1835. Essa gravura de Rugendas representa sua visão do trabalho de catequização dos jesuítas junto aos indígenas.

Reprodução/Coleção particular

Fonte: *Olhares da História*, 2016, p.76

Um aspecto interessante que observamos foi a explicação na legenda da pintura, lembrando que é uma gravura feita sob o olhar do pintor, é a sua interpretação do cotidiano. De um homem branco, europeu dando a sua interpretação dos fatos e registrando em suas gravuras, este aspecto influenciou diretamente na maneira como ele escolheu representar os povos indígenas junto à catequização. Observamos também o título da gravura, “Aldeia Tapuia”, vejamos a reprodução do termo generalizante pelo o autor, aspecto muito comum nos registros de viagens de cronistas, pintores e documentos oficiais reproduzindo essa ultrapassada divisão.

Outro momento em que há maior destaque acerca da atuação dos povos indígenas na história, ocorre em um texto adicional “*Para saber mais: “Henrique Dias e Felipe Camarão à frente de negros e indígenas”*”, em que fala sobre a luta contra os holandeses no Brasil, presente no final do Capítulo 7- “Expansão e diversidade econômica na América Portuguesa” (Bloco3). Contribuindo para uma visão diferente acerca das táticas utilizadas pelas os indígenas

para sobreviver na sociedade colonial, as alianças com o colonizador, e não só guerra como a historiografia tradicional determinou.

Mas o que nos chamou atenção neste capítulo, foi a imagem de abertura que traz a imagem de crianças da etnia *Jenipapo-Kanidé*, na aldeia Lagoa Encantada, no município de Aquiraz, no Ceará, para ilustrar a presença indígena no Nordeste já que neste mesmo capítulo há um tópico sobre “A ocupação do Nordeste e da região Amazônica”, demonstrando estar atento à presença indígena no Nordeste atual, não reproduzindo imagens apenas dos povos indígenas da região Norte do país:

Figura 58 - Imagem de abertura do Capítulo 7



Fonte: *Olhares da História*, 2016, p. 89

Outro ponto que nos chamou atenção foi as perguntas pertinentes e instigadoras acerca da realidade que ainda assola os povos indígenas na atualidade, a invasão de seus territórios. No tópico: “Expansão bandeirante” explicou de forma pontual como ela se deu, ao final, um texto adicional “Para saber mais: O mito dos heróis bandeirantes” em que desconstrói

a ideia de glorificação dos bandeirantes como heróis, ricos e cultos. Na verdade, estavam em busca de capturar e escravizar indígenas, destruir quilombos e achar metais preciosos. Trouxe também neste capítulo o texto *Sublevações indígenas no século XVII*, citando a “Guerra dos Bárbaros” a “Confederação dos Cariri”, ocorrida no Rio Grande do Norte e Ceará, denuncia as violências ocorridas nesse período sofrida pelos povos indígenas em nome da “Guerra justa”. E para fechar o capítulo, traz o texto *Rivalidades intertribais*, apesar de não se utilizar mais o termo “tribo” para se referir aos povos indígenas.

A proposta do texto reforça as estratégias de luta e sobrevivência dos povos indígenas e a inteligência em utilizar ferramentas da sociedade colonial para atingir um povo rival. Ou seja, ao se aliar ao colonizador que tem interesse em uma determinada região que é ocupada por povos inimigos. Cita o caso da aliança feita entre os Maracajá e os franceses, na França Antártica e do líder indígena *Arariboia*, que se apoiou aos portugueses na luta contra os franceses.

Ao final de cada capítulo temos as “Atividades”, entre elas a atividade intitulada “Analise uma fonte primária” que traz um debate mais cuidadoso acerca da dicotomia “tupi-tapuia”, bastante esclarecedora; além da análise de uma imagem realizada por Albert Eckhout, intitulada *Índia Tupi*, de 1641, estimulando a reflexão acerca das representações dos pintores da época sobre os povos indígenas. Isso pode ser um caminho para um debate mais profundo e comprometido com a verdade histórica em relação aos povos originários no Brasil. Porém não traz referência alguma aos povos indígenas no Piauí.

A atividade seguinte fala da produção artística produzidas pelos próprios indígenas que denunciam as violências e fortalecem suas lutas através do Rap:

Figura 59- Atividade 2 do Capítulo 7

Articule passado e presente

B. Neste capítulo você estudou aspectos da expansão da colonização da América portuguesa e acompanhou a história de grupos indígenas do sertão. Você analisou, também, uma obra de arte de Albert Eckhout, que representa um indígena pelo olhar de um europeu. Agora, vamos refletir sobre como as populações indígenas brasileiras, na atualidade, estão conseguindo se representar e ser representadas. Leia a notícia a seguir e observe a imagem.

A pioneira banda de rap Bro Mc's formada por índios da etnia Guarani Kasovú denuncia com combativas rimas em guarani e português os problemas da aldeia localizada em terras ameaçadas pelo desmatamento ilegal.

Quatro jovens nativos provenientes de um pequeno povoado próximo à cidade de Dourados, em Mato Grosso do Sul, começaram em 2008 a contar os conflitos cotidianos em uma região tornada pela podá ilegal que compromete a forma de vida ancestral.

A ideia surgiu para canalizar as reivindicações e os conflitos da comunidade nativa da maior reserva urbana do Brasil, segundo explicaram os integrantes [...].

Banda indígena do Mato Grosso do Sul faz rap sobre problemas. 17 dez. 2013. *Exame.com*. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/banda-indigena-do-mato-grosso-do-sul-faz-rap-sobre-problemas>. Acesso em: 12 fev. 2016.

a) O que os jovens indígenas citados no texto da notícia fazem para se representar e para serem ouvidos? O que eles pretendem mostrar ou denunciar?

b) Cranio representa o indígena no ambiente urbano. Em sua opinião, o que esse artista pretende mostrar ou denunciar?

c) Com base na notícia e na imagem do grafite, responda: em sua opinião, qual é a importância da representatividade e da comunicação visual nas lutas e denúncias indígenas?

O artista Fabio de Oliveira Parnaíba, conhecido como Cranio, tem se destacado no cenário do grafite brasileiro e mundial. Ele optou por utilizar, como símbolo de sua produção, a figura de um indígena brasileiro, pintado em tons de azul. Seus trabalhos são reconhecidos mundialmente e Cranio tem grafites exibidos não só na cidade de São Paulo como em Londres, Berlim e Los Angeles. Na imagem, o desenho de um índio declamando versos da canção "Diário de um detento", de autoria do grupo brasileiro de rap Racionais MC's.



Expansão e diversidade econômica na América portuguesa

105

Fonte: Olhares da História, 2016, p.105

Diante do contexto educacional brasileiro que ainda enfrenta entraves na efetivação da implementação da Lei 11.645/2008, que torna obrigatório o Ensino de História Afro-brasileira e Indígena nas escolas públicas e privadas, e diante de preconceitos ainda instaurados no âmago da sociedade brasileira, dependendo da escola, do professor e do contato/relação que ele estabelece com arte, o indígena representado na cor azul, pode gerar devaneios interpretativos acerca do que é ser indígena, abrindo margem para reforçar uma visão do indígena folclórico, místico, distante da realidade, especialmente pela representação da sua cor ser, uma cor, que não é comum em seres humanos.

Obviamente, esta percepção aqui apontada pela autora, é uma interpretação diante da análise de fontes ao ver o indígena representado em livros didáticos apenas com destaque para o aspecto cultural. Não se pretende aqui dizer o limite da arte e suas intenções, mas, sim lançar reflexões e questionamentos sobre a temática e sujeitos estudados. E pelas inúmeras repetições representado os indígenas em livros didáticos folclorizados, acreditamos que cabe a reflexão. Pensamos em como os indígenas se sentiriam sendo representados dessa forma? Será

que se sentiriam contemplados? As respostas possivelmente serão relativas, visto as diferentes maneiras dos próprios indígenas se enxergarem e se representarem no mundo.

Embora que, ao trazer o indígena para o campo da comunicação visual, ganha destaque e também representatividade no sentido de tornar a imagem do indígena presente em outros espaços, além da floresta, contribuindo para desmistificar estereótipos historicamente associados a eles. Além de valorizar a resistência desses povos em permanecer há tanto tempo atuantes e vivos em suas lutas históricas e diárias. A arte do artista Crânio, que tem seu trabalho reconhecido nacional e internacional, escolheu utilizar da cor azul para representar o indígena. Percebemos que dessa forma a obra ganhar mais destaque e quando o observador é capturado pela atenção gerada, o indígena recebe maior centralidade em suas obras. A Arte cumpre seu papel gerando questionamentos em todos nós.

Já no Bloco 6, no Capítulo:17- “A construção do estado brasileiro”, encontramos um texto muito interessante para se compreender como a história por um longo tempo negou aos povos indígenas seu espaço na história no período colonial e também no Império.

Figura 60 - Atividade do Capítulo 17

Os excluídos dessa história

Em muitos aspectos, a vida no Império não se distinguia muito da que predominara no período colonial. Para as mulheres, reféns de uma manutenção constante de costumes tradicionais de desvalorização feminina, submetidas ao comando patriarcal e à subserviência jurídica ao pai ou ao marido, as transformações ocorridas nas primeiras décadas do século XIX não trouxeram alterações significativas em seus papéis sociais. Ainda assim, elas passaram a ter mais contato social – festas, teatros e igreja –, especialmente as mulheres das cidades em crescimento e as integrantes de determinados grupos sociais.



Interior de uma oca de índios bororós, aquarela de Adrien Taunay, 1827. Após a independência, os grupos indígenas continuaram a ser alvo de discriminação por parte da sociedade dominante, com a participação ou conivência dos órgãos estatais.

A grande mudança política representada pela independência não implicou significativas mudanças na ordem social e econômica. Entre os setores marginalizados da sociedade, os negros não viram mudanças expressivas em sua condição de vida, exceto pela participação de alguns batalhões formados por negros nas guerras de independência. Muitos negros escravizados conseguiram a liberdade por terem participado daqueles conflitos.

Da mesma forma, os indígenas continuaram fora de toda a movimentação política no Rio de Janeiro e

nas capitais das províncias. Desde o período colonial, eles eram considerados um obstáculo para o projeto de país almejado pelas elites, um grupo visto como “inferior”, que atrapalhava as atividades econômicas.

José Bonifácio (1763-1838) e alguns outros humanistas desejavam promover a integração do indígena à sociedade. Entretanto, os estudos e debates que Bonifácio promoveu, tanto nas Cortes de Lisboa quanto no poder Legislativo brasileiro após a independência, não receberam muita atenção. Pelo contrário, o Estado brasileiro preferiu políticas de “europeização” da população brasileira, com projetos de imigração de suíços e alemães. Os primeiros já a partir de 1818, e os alemães a partir de 1824, ocupando áreas próximas à capital do Império. Apenas no final do século XIX começou a ser questionada com mais vigor a ideia, até então predominante, de que negros e indígenas eram inferiores aos europeus.

Como você já estudou anteriormente, a atitude desses povos discriminados, contudo, não era de passividade. À margem das fronteiras da sociedade dominante, onde acabava o alcance do Estado e dos proprietários, começavam terras distantes e relativamente livres para negros, indígenas e mestiços. Esses grupos promoviam saques, atacavam povoações e faziam emboscadas contra expedições governamentais. Os “brancos” viviam, assim, em constante alerta diante da ameaça de que essa contínua guerra socioétnica pudesse espalhar-se e destruir a ordem estabelecida.

Dom Pedro I seguiu a política que seu pai, dom João VI, adotara no Brasil, empreendendo uma guerra de extermínio contra os Botocudo e os Caingangue. Tal política visava garantir a posse e a comunicação entre as províncias do Sul. O aldeamento, por meio de colônias-presídio para indígenas sobreviventes, foi uma prática constante de controle que resultou na morte da maioria dos confinados. Dessa forma, os levantes e confrontos de indígenas com a nascente civilização brasileira continuaram ao longo do século XIX.

Os africanos e seus descendentes escravizados eram um grupo essencial para a sociedade ainda durante o Império. Além de constituir a principal força produtiva, realizavam todos os tipos de trabalhos manuais. Na mentalidade lusitana, os trabalhos braçais continuavam sendo considerados degradantes. Era considerado vergonhoso que uma pessoa de boa posição social fosse vista trabalhando, ou mesmo carregando alguma mercadoria ou objeto volumoso.

Conforme fragmento, o texto não se restringe apenas ao período colonial, procurando mostrar mesmo que de maneira breve o contexto em que viviam, como resistiam aos governos sob o domínio do homem branco. Embora que de forma breve, o texto procura descrever a realidade dos indígenas e africanos após a Independência, que não os tornou independentes, autônomos. Continuaram na verdade, sofrendo inúmeras violências e sendo subestimados como cidadãos da recém pátria independente.

No Bloco 7, no último Capítulo: 19 – “O Brasil no reinado de Dom Pedro II”, há um texto sobre a participação dos povos indígenas na Guerra do Paraguai, aspecto necessário que apresenta os indígenas em acontecimentos históricos antes pouco explorados:

Figura 61- Atividade do Capítulo 19

Leituras



A historiadora Rosely Batista Miranda de Almeida destaca a atuação dos indígenas brasileiros na Guerra do Paraguai. Além disso, aponta os interesses desse grupo ao participarem do conflito junto ao Exército do imperador dom Pedro II.

Soldados indígenas na Guerra do Paraguai

Não foram só as forças armadas do Império que deram ao Brasil a vitória no maior conflito bélico jamais ocorrido na América do Sul. Pesquisas já mostraram que gente do povo, mulheres, escravos e ex-escravos também tiveram atuação marcante na Guerra do Paraguai. De todas essas minorias combatentes, a participação dos índios era menos conhecida. Hoje se sabe que eles atuaram no conflito como verdadeiros soldados, e foram considerados “bravos auxiliares” por oficiais do nosso Exército. Existem muitos relatos sobre gestos heroicos de soldados indígenas que fazem jus aos elogios, como, por exemplo, o de grupos avançando de peito nu, numa demonstração de

extrema coragem, para desalojar soldados paraguaios escondidos nas matas que eles tão bem conheciam. Ou de pelotões indígenas realizando com êxito a missão de observar os movimentos do inimigo ou de trazerem de volta aos seus destacamentos soldados desertores e escravos fugidos.

Nessas ações, não eram movidos propriamente por patriotismo ou sentimento semelhante, mas sobretudo pelos interesses dos grupos a que pertenciam. Os índios que habitavam as terras da Província de Mato Grosso, ao se tornarem soldados, queriam, antes de mais nada, ver pelas costas, fora de seu território e longe de sua vista, o soldado inimigo, que traria para o seu povo morte e destruição. Ao defenderem o Exército imperial, acreditavam estar defendendo também sua gente e resguardando o seu espaço. Por isso os paraguaios eram considerados inimigos comuns [...].

ALMEIDA, Rosely Batista Miranda de. Bravos Guerreiros. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, 23 abr. 2008. Disponível em: <www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/bravos-guerreiros>. Acesso em: 2 fev. 2016.



A Guerra do Paraguai (1864-1870) deu início a grandes mudanças políticas no Império. Acima, representação da Batalha do Avaí. Pintura de Pedro Américo (1872-1877).

Fonte: *Olhares da História*, 2016, p. 276

Em diversos momentos o livro cumpre em partes com seu papel de suporte adequado para o ensino da história dos povos indígenas. Acreditamos que em alguns aspectos

ele precise melhorar, como incluir textos de autores indígenas no conteúdo dos capítulos, representar a diversidade dos povos indígenas através de imagens de diferentes povos. É interessante observar no texto acima, chamar atenção para a participação indígena na Guerra do Brasil com o Paraguai, porém essa parte da história ela entra como um texto complementar, a participação dos indígenas neste evento não é tratado como parte da história do conteúdo central no livro. Ele vem no livro, mais como um texto adicional do que integrado ao conteúdo estudado. A escolha deste livro e do volume deve-se ao fato de ser a série em que a sobrinha da liderança indígena Aliã estudava e a escolha da escola também se deve por ser a mais próxima da aldeia *Ukair*. E nosso objetivo era compreender como ambas relacionam entre si e com o ensino de história acerca dos povos indígenas.

Por fim, ao visitarmos a escola de ensino médio, Prof.^a M^a de Lourdes Rebelo, localizada no mesmo bairro, em Teresina – PI, onde a sobrinha da liderança indígena Aliã estuda, pudemos ver ainda algumas dificuldades enfrentadas por ela, ao proporcionar um ensino de qualidade acerca dos povos indígenas no Estado.

4.3 Desafios escolares - ensino de História do Piauí e os povos indígenas na escola Prof.^a M^a de Lourdes Rebelo, em Teresina-PI

Conversamos com a Coordenadora da escola, Ana Célia Sousa Vieira, sobre a presença dos indígenas do povo *Guajajara*¹⁶¹ na escola:

Eu sou a professora Ana Célia Sousa Vieira, eu nesse momento eu estou coordenadora agora, mas eu sou professora de letras português certo, já estou em frente a coordenação mais ou menos uns 8 anos, sendo que eu era só de um turno da noite, aí depois que eu vi mudou o dia né, que o turno da noite não há mais né, só temos agora a manhã e a tarde, as turmas regulares de terceiro ano, e mesmo de professora aqui na escola já tá com mais de 10 anos por aí. Nós temos aqui na verdade, nós temos aqui vários tipos de alunos de todas as classes né, e na verdade a gente só vai saber realmente qual o tipo de aluno. Porque no ato da matrícula, eles não colocam né, por exemplo, a gente pergunta a cor, pergunta raça, mas são todos iguais então, quando a gente vai cadastrar no sistema ou então depois que as aulas têm iniciado, é que realmente a gente vai saber, certo, que se eles tem **alguma raça diferente** né, se é de outra cidade, e aí como na verdade a gente, nós sabemos que tinha esse pessoal, dessa aldeia aqui, aqui dessa **tribo** Guajajara, depois de praticamente um ano quase por completo né, porque a família procurou né, a aluna querendo saber como a aluna estava, saber como é que ia, aí depois aqui eles se representaram, que eram indígenas, certo. Que eles se apresentaram, que moravam aqui perto, que tem a tribo, várias pessoas e assim toda vez que tem, assim alguns já concluíram, outros não concluíram, foram embora pra outra cidade, certo, mas a gente só sabe mediante a isso aí, e a gente, nós só sabemos que existe quando a gente faz uma no ato da matrícula, aí como nós

¹⁶¹ No dia em que realizamos a entrevista a professora de história desta escola não estava presente para que pudéssemos conversar com ela.

já sabemos da tribo Guajajara, na hora que a gente vê um nome Guajajara, a gente já sabe (Vieira, 2022, grifo nosso)

De início a reprodução de termos ultrapassados ao se referir aos povos indígenas pela Coordenadora. Acreditamos que o uso dos termos pela Coordenadora não foi proposital, mas pela falta de letramento racial, de conhecimento acerca dos povos originários. Fato que não é problema apenas de uma determinada escola ou de um determinado profissional da educação, é um problema nacional, de raízes longas que ainda estão implantadas na base da educação brasileira e necessita ser superado, a atualização do conhecimento sobre os povos indígenas, precisa ser urgentemente, atualizado no ensino de história e na formação continuada dos profissionais da educação, e no Piauí não é diferente.

Ao ser indagada, como que a escola ver as populações indígenas na história do Piauí, sobre a existência desses povos no Piauí e de sua participação na história, ela nos responde:

Não, na verdade não, porque primeiramente a Secretaria da Educação, ela não oferece nenhuma formação direcionada a aluno x a aluno y, certo, e sim de acordo com cada área, de ensino no caso, o aluno de Ensino Médio regular, no caso quando tinha a EJA, o aluno EJA então era dessa forma, mas não lá no, no x aí se ele é índio, se ele é mulato, quilombola não, não tem esse diferencial. A Seduc não, não repassa esse tipo de grade curricular, para que seja abordado dentro das escolas, certo. E em relação à questão, de como a escola ver a história, ver a questão da tribo indígena, na verdade, a Guajajara ela não é originada do Piauí, vieram para cá, acredito eu, da família do Maranhão, eles são maranhenses né, e aí devido alguns dessas famílias vieram para cá, para o Piauí e aí a família foi aumentando, crescendo e eles têm formar uma aldeia, uma tribo, aqui de perto né, certo, e daí então, mas mesmo piauiense mesmo aqui, pelo menos que tenham alguma pessoas que tem uns traços, inclusive por exemplo, tem um professor do turno da manhã que ele é descendente de índio, certo. Mas eu não sei se ele é piauiense e tal, né, mas aí é dessa forma, viu (Vieira, 2022, grifo nosso).

Fica evidente na fala da coordenadora que a SEDUC-PI tem muito a trilhar na formação continuada dos professores acerca dos povos indígenas, principalmente, no esclarecimento a esses profissionais sobre o seguimento das legislações educacionais, especialmente no que diz respeito a Lei 11.645/2008. Sobre ela, a indagamos do seu cumprimento da escola, sua resposta:

Olha, os professores de história, eles cumprem com a matriz curricular que ofertada pela, na verdade, pela Seduc. Ela propõe colocar a questão da matriz curricular, e aí os professores, eles fazem a seleção de conteúdos conforme o ano, conforme a série do aluno, certo, e assim, em relação a questão, eu não sei. Pelo menos no plano deles, eu sinceramente eu não cheguei a visualizar, dentro do, pode ser que agora com aplicação do Novo Ensino Médio, certo, de acordo com esse ano e no próximo ano, pode ser colocado, certo, mas de acordo com os planejamentos deles que eu vejo, eu sinceramente, eu não cheguei a ver, mas com certeza eles, eles, mencionam, certo. Até porque eles estão envolvidos com todos, em os todos os conteúdos né, certo, que é praticamente, são os pioneiros né, e aí se não falar, fica a história, a história até incompleta né (Vieira, 2022).

Percebemos a incerteza da coordenadora em relação ao seguimento dos professores ao que preconiza a lei acima citada. Revelando o descuido tanto dos professores quando da Coordenação pedagógica da escola, sendo o maior descuido cometido pelo governo do Estado, na não efetivação da lei nas escolas estaduais, as quais tem responsabilidade legal.

Ao conversarmos sobre o Projeto Político Pedagógico da escola, se ele foi estruturado, pensado, se ele se preocupou em atender alguma demanda de alunos indígenas que estudam na escola ou que já estudaram, visto que a escola está localizada próximo à uma aldeia urbana, a aldeia *Ukair*, do povo *Guajajara*, localizada no mesmo bairro da escola:

Quando ele foi criado eu não sei te informar, se, se realmente ela já existia aqui por perto, né, porque a gente assim, não sabe mais ou menos qual foi o tempo que ela instalou aqui, acredito que já faz muito tempo, mas eu não, não sei te informar sobre a questão da criação, até porque o PPP, quando ele foi criado, eu ainda não estava aqui, então, ele assim, ele é reformulado, agora mesmo ele em 5 e 5 anos ele é reformulado, e a Secretaria da Educação, analisa, avalia e aí se tiver ok, ela defere, se não tiver Ok, ela volta para escola para poder fazer uma reavaliação e refazer, entendeu. Então até agora ainda não, nós não recebemos nada de volta e aí é por isso que eu não sei, não sei te informar não foi incluso nada, porque justamente, porque que na verdade pessoal do Guajajara eles chegaram aqui na escola por volta de 2017 e 2018, ou seja, não faz muito tempo porque que, a pouco tempo que veio uma aluna para cá 2 alunas para cá, certo, mas aí é período cortado, por exemplo, elas vem aí já terminaram, concluíram aí 2019/2020, tinha também um pessoal, mas já foi também embora, agora 2022, parece que tem uma aluna, então é assim, é período meio cortado, não é sequenciado (*Idem*, 2022).

Novamente percebemos uma desatenção por parte da gestão escolar na identificação de alunos indígenas. O que pode ser também consequência da falta de mecanismos de divulgação para a escola, pois o Censo Escolar de 2022 ocorreu entre os dias 25 de maio e 30 de julho e foi divulgado pela iniciativa do Núcleo Escolar de Educação Indígena e Quilombola-NEEIQ, da Seduc-PI, por meio do *folder* abaixo e pelos meios de comunicação locais:

Figura 62 - Folder Censo Escolar 2022



Fonte: NEEIQ (2022)

Ou a instituição não se atentou para o preenchimento dos dados necessários à identificação de estudantes indígenas e quilombolas, no ato da matrícula escolar. Quanto à relação da escola com a aldeia *Ukair* da etnia *Guajajara*, a Coordenadora Ana Célia:

É, na verdade assim, atualmente a família tá um pouco afastado, certo, da escola, até mesmo relação para saber como é que tá a aluna, eles estão um pouquinho mais afastados da escola, a família. Mas já, nós já tivemos algumas atividades e que, é que elas participaram né, até porque elas estudavam aqui, no turno noite, certo, e dentro dessas atividades, eles foram inseridos de acordo, com a questão que era apresentação de cultura, comida típicas né, e aí elas quiseram apresentar um pouco da cultura deles para os alunos e aí eles fizeram, isso se não me engano foi 2017 ou foi no dia 2018. Mas aí então aí desde então, aí veio a pandemia né, e aí ficaram afastado e agora está mais um pouquinho mais afastado ainda, pode ser que depois retorne, mas no momento eles estão. Só mesmo em relação a questão da aluna, que ela tá vindo. Mas em relação mesmo a questão do ensino, voltado sim diretamente para a questão indígena só mesmo quando os conteúdos são elaborados programados pelos professores e aí quando se fala em questão de Cultura se envolve todos os alunos né e aí cada um apresenta um pouco da sua origem, certo (Idem., 2022).

De acordo com o relato, podemos observamos que desde 2018 não tem se estabelecido uma relação de proximidade entre escola e aldeia. Dois espaços que consideramos extremamente ricos para troca de conhecimentos e saberes, ainda mais com uma aldeia presente na cidade, no mesmo bairro da escola. Há inúmeras lacunas no atendimento ao que preconiza a Lei 11.645/2008, em seu artigo 2º: “Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.”¹⁶²

Acreditamos que não é um problema apenas da escola visitada, sabemos que desde a criação da Lei, muito ainda precisa ser feito, especialmente a formação continuada dos profissionais de educação, bem como a produção de materiais didáticos atualizados e com novas perspectivas históricas acerca dos povos indígenas e afro-brasileiros para todos os segmentos da educação básica para serem distribuídos tanto para os professores, quanto para alunos. Sendo assim, muito ainda precisa ser feito no Piauí, na realidade educacional do Estado. O desafio é grande.

No mesmo período (outubro de 2022), visitamos a aldeia indígena *Ukair*, composta por vinte e dois indígenas, localizada na R. Dermeval Lobão, no Bairro de Fátima, em Teresina-PI, sendo a primeira aldeia urbana do Estado. E pudemos ouvir o que a liderança indígena e arte-educadora Aliã Wamiri Guajajara pensa sobre a educação no Estado, ao ser indagada como ela enxerga a educação piauiense hoje em relação aos povos indígenas:

¹⁶² **Lei 11.645/2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm. Acesso em: 02/05/2024.

A educação hoje ela mudou um pouco, comparado a meu período de infância, que eu sempre estudei no estado, sempre estudei em escola pública, inclusive aqui do bairro né, e na época de estudante quando criança, a gente sofria muitos preconceitos dos educadores, por não terem conhecimento necessário sobre os povos indígenas. Eles conduziam a gente de forma “exclusiva”, de excluir a gente, “exclusiva” mesmo para excluir, então assim, eu tive dificuldade de leitura quando era criança. A professora não tinha paciência, pegava o livro colocava para uma criança que sabia ler mais, material de arte que levava de ciências naturais, a professora jogava fora, me ofereceu um material industrializado, então isso tudo, eu me senti excluída, só que quando eu chegava em casa, os meus pais organizavam para gente não ter esse pensamento de ódio das pessoas, a gente tentar conviver, ter uma relação, a gente, a gente que tinha que aprender a se relacionar com eles, não eles com a gente, como um todo, então essa dificuldade elas apareciam muito. Hoje em dia eu percebi que existe ainda o esforço do Estado por conta do cumprimento da exigência da Lei de Diretrizes e Bases, que exige a educação indígena nas escolas né, a cultura indígena nas escolas, os professores eles têm se esforçado, só que ainda deixa a desejar. A partir do momento em que eu tenho uma sobrinha que mora aqui com a gente, em que ela fala que os professores manifestam a ideia de que alguns indígenas são preguiçosos, os indígenas não sabem falar português direito, ainda usam muito esses termos pejorativos de exclusão, mas ao mesmo tempo é interessante saber que existe também educadores preocupados com as questões indígenas, muitas vezes eles não sabem como conduzir a aula, como compreender a nossa dinâmica de vida né, por isso que a gente convida os educadores para se aproximar do indígena, tem que conhecer realmente, não ele ver o que está nos livros, o que está muitas vezes colocada em um filme, muitas vezes em uma literatura arcaica, que mostra o indígena como o herói no romantismo, o bom selvagem entre aspas como indígena que é sempre aqueles que estão lá dentro da floresta, vestidos fazendo um ritual, sempre fazem referência ao indígena do Xingu, sendo que no Mato Grosso, não existe só no território do Xingu, existem também outros territórios do Maranhão aqui no Piauí, por exemplo. [...] Aí, tem professores que chegaram aqui, que dizem que a gente já é muito esclarecido, que a gente nem parece indígena, têm, a gente recebe de todas essas formas de estereotipados, de falas de educadores né, às vezes você nem acredita que é um educador falando. Outro dia uma educadora, professora me ligou, ela coordena uma biblioteca, aí ela disse que, perguntou para mim, Aliã eu queria que você me fizesse, só uma fala como mulher indígena, como mulher normal, como uma mulher na cidade, como uma mulher na floresta, que conhece o Curupira”, então é assim, as pessoas fazem o Apartheid do indígena, sendo que nós somos o coletivo, somos uma aldeia humana, a gente não se afasta. Uma escola indígena por exemplo, ela não afasta a educação e a cultura, saúde, as brincadeiras, o lazer é um todo, é o todo, e é isso que a gente espera, e a gente recebe educadores pra gente mediar, quem nós somos de verdade, para acabar com os preconceitos, para diminuir o distanciamento de indígenas e não indígenas. (Guajajara, 2022)

O relato de Aliã traz inúmeras situações ainda vividas por ela e pelos povos indígenas no Piauí, o preconceito na infância e ainda criança, os pais a ensinado a lidar com ele; enxerga um esforço, mas reconhece a morosidade do Estado em efetivar as políticas de acesso a uma educação escolar indígena que ainda perduram, inclusive por educadores que reproduzem estereótipos na escola em que sua sobrinha estuda, a qual realizamos as investigações. Percebemos a permanência de representações negativas que ainda são reproduzidas acerca dos indígenas ao longo do tempo que ainda são ensinadas por educadores em sala de aula. Apesar de haver educadores que façam diferente.

Outro aspecto pontuado na relato de Aliã ao denunciar este problema secular e as violações dos direitos indígenas, é atualizar a visão acerca do indígena na sociedade atual, na

verdade, ressignificar o conceito do que é ser indígena e compreender seu papel fundamental na sociedade em que vivemos, e, mesmo diante das inúmeras tentativas de cerceamento de seus territórios, violências ainda a eles imputadas, têm resistido e se reorganizado combativamente para existir e tem influenciado na caminhada da humanidade para o futuro, principalmente, no que diz respeito à preservação ambiental, ao conhecimento ancestral, à diversidade, à pluralidade e à equidade social.

Mas ainda há educadores que imaginam o indígena congelado no tempo, com sua identidade estática, imóvel, impermeáveis aos fluxos, processos e modificações (Hall, 2004) comuns às sociedades humanas, ou ainda a veem como alegoria, fantasia ou homogeneizam sua pluralidade étnica, não compreendendo sua identidade como pertencimento étnico, como Aliã, desabafou, tendo constantemente sua identidade questionada, ou mesmo cristalizada.

Em contrapartida, tem havido movimentações e ações no intuito de mitigar essas demandas educacionais, inclusive partindo dos próprios povos indígenas, como é o caso da liderança indígena e arte-educadora Aliã sobre as ações educativas e culturais realizadas na aldeia *Ukair*:

Sou a Aliã Wamiri Guajajara, vou me apresentar assim, porque sou conhecida assim, eu sou do Povo Guajajara da reserva indígena Arariboia do Maranhão, minha origem é de lá, da floresta Amazônica do Maranhão, e eu sou formada pela Universidade Federal do Piauí, com o currículo de educadora artística né, de educação artística e tenho uma pós-graduação em educação profissional pelo Instituto Federal. Aprendi que a minha maior formação, além da acadêmica, são as vivências entre os das Aldeias por onde já percorri, já visitei muitas aldeias e consegui enraizar meus saberes ancestrais, para trazer para o agora, trabalhando com atividades educativas culturais, dentro e fora da Aldeia, com o objetivo de mostrar um pouco da nossa Cultura né, porque são muitos povos indígenas, são mais de 500 povos, falamos mais 200 línguas, então, são nações dentro de uma grande nação que é o Brasil né. E essas ações que eu atualmente tenho trabalhado né, sempre trabalhei como professora de arte nas escolas particulares, nas escolas do estado, trabalhei independente como Produtora Cultural de artes visuais, trabalhei em instituições como professora de arte e também como produtora Cultural de artes visuais fazendo um projeto de artes visuais, e isso impulsionou a perceber a vivenciar e a poder oferecer novos elementos para contribuir com a visibilidade dos povos indígenas na formação do Brasil né. A partir das reflexões e da organização social que a gente vive, dos modos de pensar de viver, o modo como a gente vê o mundo, como a gente ver o tempo, de como a gente é pertencente natureza, de como a gente deve tratar natureza né, e a gente foi articulando, conversando dentro das Aldeias com as mulheres Anciãs, Pajé, Cacique lideranças, crianças e a gente foi articulado metodologias de realizar um trabalho de educação não-formal, e formal, dentro e fora da Aldeia né. Então a gente começou a construir os projetos chamados Vivência na Aldeia para a construção e troca de Saberes, e aí a gente organiza atividades que têm acesso a nossa própria Cultura, a gente traz escolas aqui para esse espaço, nessa Aldeia, que chama o Ukair, em Teresina, é no bairro Jóquei, aqui na zona leste, e a gente trabalha com a mediação da aprendizagem, com contação de histórias, com canto na língua tupi-guarani, que é a nossa língua mãe, a gente apresenta obras de artes indígenas sustentáveis, existem obras aqui de muitos indígenas no Brasil, a gente faz brincadeiras, experimentações, né, dos objetos, do cotidiano indígena, como por exemplo, aqui tem o Pilão, que as crianças vou saber o que que é Pilão, como é que Pilão milho, a gente aqui tem redes,

feita pelo nosso povo Guajajara, que é de fio de algodão, a gente tem, que pode colocar a criança para colher. A gente tem abano, aí a gente também tem a parte da fisioterapia, que a gente mostra os remédios do mato, né, até para as crianças para visitar, a gente faz desenhos no chão, a gente faz grafismos indígenas. Então, a gente vai mostrando como são os nossos modos de viver, mesmo sendo uma Aldeia Urbana, dentro da cidade, em meio a prédios, há outras casas, mas nesse meio há também, é uma floresta sensível em que a gente lembra quando a gente sente o vento, quando a gente pega o sol, quando a gente olha para essa mangueira aqui embaixo, a gente sente e sente pertencente ainda um lugar, que é muito ancestral. Essas vivências é que a gente também apresenta para educadores. Professores do Maranhão já vieram aqui com escola, professores de escolas particulares com alunos de escola particular, já vieram para cá, a gente já trouxe também, estrangeiros né, aqui virou também um ponto de Educação e Cultura, a gente já recebeu pessoas da França, de Portugal, do Vietnã, a gente recebe Artistas com residência artística né, tem artista que já solicitou para vir um dia gravar o nosso cotidiano, fazer um áudio visual, a gente recebe pesquisadores da universidade do Piauí e de outras universidades, a gente recebe pesquisadores na área de artes visuais, na área da Medicina, na área da história, a gente recebe. Trabalha aqui com o coletivo, tudo que vai acontecer aqui, tem uma reunião, com minha mãe é a liderança, a gente decide tudo com ela, é que chega, tem tempo que a gente não pode receber pessoas, porque a gente acredita muito ainda na nossa espiritualidade ancestral, se tiver uma pessoa muito doente a gente não quer que uma pessoa venha para cá, pra aldeia visitar, porque a gente pensa que não é que a pessoa seja má, que é ruim, mas que a doença pode passar para outras pessoas que chegam até aqui, pra gente não é bom, aí a gente vive conduzindo essas formas educativas e culturais aqui dentro (Guajajara, 2022).

Mais uma vez os povos indígenas no Piauí demonstram não esperar. Tem uma postura ativa diante de seus objetivos e direitos, não é diferente com o povo *Guajajara* em Teresina-PI na aldeia *Ukair*, local que se tornou espaço de ensino, de aprendizagem, de produção de conhecimentos. Região gerida pelos indígenas, por professoras indígenas. Em relação aos seus parentes que estudam nas escolas próximo à comunidade, Aliã nos conta:

[...] a escola Unidade Escolar Professor Darcy Araújo e na Unidade Escolar Lourdes Rebelo, essas duas escolas ficam ali, próxima a Nossa Senhora de Fátima, ali em frente, próximo à Nossa Senhora de Fátima e a outra na Rua Angélica, são escolas daqui do bairro né, desse bairro e a gente cresceu nessas escolas, eu, meus irmãos, todos os cinco estudaram lá, e a gente teve êxito nos estudos, de lá já fomos logo para Universidade, todos passaram no vestibular nas suas áreas de escolha, e até hoje minha sobrinha, estudam, primos estudam nessas escolas. São escolas em que até hoje, a gente percebe o respeito, porque quando a gente faz a matrícula, ele dão maior apoio, fazem o acompanhamento, eles também realizam atividades indígenas lá, de vez em quando, já convidaram a gente, eu tenho até algumas fotos antigas que a gente já fez apresentação lá, e aí a gente tem essa aproximação, mas eles nunca vieram aqui, visitar a gente não né, diante do tempo, da dinâmica, da logística deles, mas eles sabem da nossa existência, a gente é acolhido lá no processo de matrícula, de pegar livro, essas coisas, a gente também faz reunião, com a gente, quando um professor chama, a gente participa das reuniões, tudo, então eles estudam em escola pública (Guajajara, 2022).

Interessante observar que a escola teve o hábito de convidá-los para ações pontuais na escola, mas não se mobilizaram para ir até aldeia. Visitá-la, conhecê-la, demonstrar interesse pela história e vivência por quem os acolheu.

Quanto à prática em sala de aula, sobre a história dos indígenas no Piauí ou sobre a história da aldeia, a indagamos se já vivenciada por seus sobrinhos, parentes:

A gente já foi convidada para abrir rodas de conversa lá com os alunos, antes da aula né, com toda a escola junto, a gente já foi lá, já se apresentou, já contou um pouquinho nossa história, eles sempre convida né a gente, como indígenas que moram aqui no Piauí, mas a parte curricular de grade da escola mesmo, pelo que minha sobrinha fala, fala mais o contexto geral dos indígenas no Brasil né, diante do que tem escrito nos livros. Às vezes pergunta alguma coisa, os alunos aliás, os educandos que chegam aqui, eles propõem aos educadores, os professores de lá para vir fazer uma visita aqui, a gente tá até organizando a marcação dessa visita né, eles tem muito interesse em conhecer a gente aqui, como todo mundo, e as muitas vezes os educadores perguntam também para minha sobrinha como que é aqui, como que a gente é, às vezes termos obsoletos que eles ainda utilizam, como tribo, como índio, essa coisa toda, a minha sobrinha fala, não, a gente fala a nomenclatura é outra, a palavra índio não nos representa, mas representa um marco de uma invasão, que acharam que chegaram nas índias, quando você fala a palavra indígena, diz a pertencer do lugar, ao território, à terra, então assim às vezes, ainda como eu falei lá no início né, eles se esforçam, mas ainda precisam de uma condução, a mediação maior sobre quem nós somos. (Guajajara, 2022)

Como destaca Aliã, é preciso dar atenção a nova história que se constrói no Piauí e atualizar urgentemente os termos antiquados para se referir aos povos indígenas. Quanto à sua percepção, que ela pensa sobre a aldeia ajudar na construção de um currículo que inclua os povos indígenas no ensino na educação de história do Piauí, como que a aldeia pode ajudar na construção dessa educação, de uma educação que os inclua:

Aqui a Aldeia Ukair, tem mostrado para comunidade, para a sociedade, tanto piauiense como brasileira a sua importância. Nós já recebemos grandes lideranças aqui, que nos ajuda a conduzir esse pensamento né, eles perguntam “como está a aldeia, vocês podem fazer também isso aqui, dá uma ideia para gente, grandes líderes, que nos ajudam aqui, que vieram para ter vivências com a gente, já dormiram, que vivenciaram aqui, como Ailton, como Daniel Mundukuru, como outros como Alessandra Krenak, Márcia Cambeba, Aline Pachamama, que são indígenas que estão espalhados aí no Brasil e no mundo né. Aqui a gente tem uma experiência muito forte de arte educação e cultura indígena, porque nós somos essas pessoas em que estamos aqui sem perder a nossa cultura, nossa ancestralidade né, aqui a gente volta a cultura ancestral indígena, mas que a gente permite dialogar a ancestralidade e a contemporaneidade, a gente vivencia também agora, então ao mesmo tempo, que a gente faz um remédio do mato, a gente produz a farmácia do mato a gente também recebe o pessoal que traz a vacina, que a vacina também é vida, a gente traz pesquisadores porque a gente acredita, como Ailton fala, o futuro é ancestral ou seja, o que a gente pesquisa agora, o que a gente faz agora, lá no passado tem um enraizamento um pouco do agora né, então a gente tem o nosso trabalho. A gente volta para público infantil de educadores, pesquisadores e aqui a gente busca afirmar percursos de resistência étnica, mostrando que é da etnia Guajajara, ela tem a sua importância, tem o seu significado, Guajajara são os donos do cocar, a gente já tem o nosso clã, a nossa ancestralidade, pessoas de liderança, que ajudam a conduzir a nossa própria comunidade, a gente, a liderança para gente, a Cacique daqui é uma mulher, ela traz uma representatividade, muito forte de mulher, não só guerreira, no sentido da palavra, mas no sentido de violência que ela sofreu e de amor que ela nos dá, ela que é um exemplo, a gente procura sempre, está ouvindo o que ela diz, a gente tem muito os ouvidos atentos para o que ela fala né, então ela traz esse percurso de resistência étnica, e interculturalidade e identidade. [...]Que é uma Pajé lá na floresta,

ela dar um banho em erva, ela diz que o corpo precisa estar quieto, sua mente precisa estar vazia, as suas emoções precisam estar controladas, tudo isso é psicologia, é filosofia indígena. [...] Pessoas necessitadas já vieram pedir a gente dá, então quando foi no final do ano, a gente montou um Natal solidário, a gente usa essa palavra do nome indígena né, Natal solidário, mas a gente procura usar palavras Zapouzacã, que significa para gente no tupi-guarani felicidade, é a felicidade não é só no natal a felicidade é continuar é o ano todo, é como se tu todo dia comemorar seu aniversário, tu não precisa não sei um dia de comemorar ficar feliz naquele dia, mas Zapouzacã, essa a palavra em tupi-guarani significa felicidade, ela é continua né, então a gente não queria oferecer para as pessoas só no dia do Natal, então em todos o ano aqui minha mãe faz doação, minha mãe ela recebe doação também de roupas, ela faz toda é a limpeza, ela cuida de tudo, leva lá para outra Aldeia, entrega aqui na comunidade, a gente vai fazendo esse trabalho social sem apoio político, sem ajuda nenhuma, mas foi a primeira comunidade que foi perguntando para gente né, as pessoas curiosas querendo saber a vizinhança, esse bairro é um pouco fechado a gente tem convívio com as pessoas aqui, mas aquela coisa mais de comprimento, aí aqui do lado, que tem comunidade que é uma comunidade mais humilde, que se aproxima muito da gente tá, que vem as crianças, me chamam de tia Aliã, tia indígena, a tia que conta história, que sacode o chifre, que canta, que a gente tem cabaça-porom que ela parece um chifre, aí chama, “a gente quer ouvir a tia Aliã, aí chama minha mãe de avó, as crianças, as pessoas em volta tem um respeito muito grande pela minha mãe, minha anda em tudo, é dono do bar, as pessoas ajudando ela carregar as compras, organizar, então é que a gente tem um espírito de resistência, de existência, e de afetividade com a comunidade, a gente é muito conhecido, muito respeitada aqui (Guajajara, 2022).

Diante o exposto, acreditamos que temos um longo caminho a trilhar em busca da realização de uma educação de fato equitativa para todos, e no caso deste trabalho com o foco no lugar que os povos indígenas ocupam no ensino de história. Com a luta dos povos indígenas que contrariaram com sua existência a história do extermínio, resultou no renovo historiográfico, novos pesquisadores surgem interessados em desconstruir “farsa do extermínio” (Costa, 2011). E este renovo tem consequências também na sala de aula, assim como o discurso da inexistência indígena teve por um longo tempo no senso comum coletivo, que o estado do Piauí era o único que não teria povos indígenas, hoje sabemos que não é verdade.

O Estado tem ciência disso, hoje já reconhece a existência, embora seja moroso para atender os direitos dos povos indígenas, especialmente no que diz a demarcação de terras indígenas e no acesso à uma educação de qualidade e diferenciada, conquanto que tenha passado muito tempo patrocinando a reeditando inúmeras obras que consolidaram a invisibilização destes povos no Piauí. Atualmente, os povos indígenas têm se mobilizado e se articulado para tentar exercer de maneira plena sua identidade indígena no Piauí e alcançar os seus direitos que são assegurados na Constituição de 1988. Sabemos que essa luta é constante e é preciso estar vigilante.

Quanto ao ensino da história do Piauí e os povos indígenas, as primeiras obras analisadas contribuíram fortemente para aprender que no Piauí não havia mais “índio” no Piauí, mas, hoje, sabe-se que esse discurso não é verdade, os povos indígenas estão no Estado

vivíssimos e lutando. E é essa história que precisa ser ensinada nas salas de aula para os piauienses: ensinar que tem, saber quem são e como são. Ainda é necessário fazer bastante nas escolas, estamos ainda na jornada de consolidar um conhecimento científico nas escolas sobre as populações indígenas de forma comprometida e responsável e principalmente, fazendo isso com a participação ativa deles, ouvindo o que os povos originários têm a dizer e como querem suas histórias.

É o que daremos continuidade ainda em nosso terceiro capítulo, finalizando a análise dos livros didáticos regionais, analisando as entrevistas na comunidade Lagoa de São Francisco do povo Tabajara, bem como a Cartilha feita por eles para contar sua história, apresentando os resultados das entrevistas na Secretaria de Educação e fechando o debate em torno da educação escolar indígena em torno de uma educação decolonial.

4.4 Cartilha: História dos Povos Indígenas Tabajara e Tapuio, da comunidade Nazaré – Lagoa de São Francisco-PI (2023)

É a primeira manifestação escrita na história do Piauí que os próprios indígenas contraem a sua história por intermédio de uma cartilha voltado para o ensino. Ela tem o objetivo de contar a história dos povos *Tabajara* e *Tapuio* da Comunidade Indígena Nazaré e ser utilizada nas escolas do município de Lagoa de São Francisco-PI. Escrita de forma coletiva, por eles mesmos. Diante de tantos silenciamentos, de narrativas que deturpam os protagonismos indígenas e invisibilizam suas participações na história, eles perceberam a necessidade de não se calarem, de registrarem sua história, a fim de não ser esquecida. Já que a história por muito tempo foi utilizada para os silenciar e os esquecer.

No mês de julho do ano 2024 visitamos a comunidade indígena Nazaré, no município de Lagoa de São de Francisco-PI, a fim de compreender como surgiu a ideia de fazer a cartilha, e também investigar como o ensino de história do Piauí, relacionado aos indígenas, estava sendo realizado na escola mais próxima à comunidade. Infelizmente, não conseguimos visitar a escola próximo a ela por conta que a visita só foi possível no mês de julho, período em que as escolas estão em férias. Mas conseguimos conversar com duas professoras indígenas da comunidade que trabalham nas escolas municipais, as professoras Maria da Conceição de

Araújo Santos¹⁶³ e Lucinete Maria do Nascimento¹⁶⁴ as quais nos contaram suas experiências em sala de aula e seus anseios em busca de uma escola indígena para os povos *Tabajara* e *Tapuio* que vivem no município. Abaixo há a fala transcrita da professora Lucinete sobre a criação da cartilha e como ela foi pensada:

Da cartilha, já era uma ideia nossa de muito tempo. Que assim, a gente se preocupa muito com essa questão da perda da nossa história. E aí gente dizia, olha: só tem um pouquinho da história escrita, nós precisamos recontar essa nossa história, mas pegando tudo o que está na nossa memória, tudo que faz parte da comunidade, porque nós somos comunidade indígena e com não indígena, e a gente convive desde o início. A gente sabia que a gente era descendente de indígena, mas assim, a gente sempre conviveu com todo mundo de boa né. E aí como já era uma ideia nossa, aí a Secretaria de Educação, quando assumiu neste novo mandato, eles criaram né, a Secretaria ligada à Secretaria de Educação, a um eixo lá, de Étnico-racial, e aí eles disseram que queriam produzir uma cartilha contando a nossa história.

Daí, eu mesma disse: Como que eles vão produzir a nossa história, se eles não sabem, quem sabe é nós!? E aí eles dizendo: “Ah, mas vamos pegar o documento que as pessoas já fizeram, que nós temos né, o trabalho que as meninas já fizeram né, e devolveram para a comunidade”. Oxe, mas é muito diferente. Não tem nada a ver. Aí eles também se calaram, foi aí o tempo que eles chamaram a Gardênia pra trabalhar junto dessa secretaria, de articuladora de Políticas Públicas, lá dentro né. E aí ela: Pois pronto, agora é o momento de nós focar na nossa Cartilha. E aí a gente começou a amadurecer, começamos a escrever, aí eles disponibilizaram a Auricélia, que é uma menina que trabalha lá, inclusive é quem representa, que é a Coordenadora da Secretaria, de Políticas Étnico-raciais, mas aí ela vinha, só pra vir, só pra estar aqui né, que ela também não conhecia a nossa história, por quem conhecia nossa história, somos nós, e é nós que vamos contar.

E aí a gente começou, escrevendo. E aí a gente colocou todos os pontos, a gente foi pegando a Maria, que conhecia também muito a história, entre tudo da história da comunidade. E aí o Raimundo, também, a Cumade. Aí é assim, como o tempo que eles deram pra gente era pouco, a gente chamou só a Cleuma, por questão da revisão. E aí ficou a Gardênia, a Lucélia, eu e a Maria, a Cumade, que de vez em quando participava também e o Raimundo. O ponto mais focado era nós três, a Gardênia, a Auricélia e eu. Porque era de acordo com a disponibilidade de tempo que a gente tinha. Quando ela saía da Secretaria, vinha e a gente sentava, e aí como as duas meninas já eram funcionárias, e aí eu encaixava meu tempo ali e a gente foi fazendo. E aí ele disse que a parceria da Secretaria e da Prefeitura, era essa questão do material né, de a gente escrevia e ele dava a Gráfica para produzir essa cartilha, e foi assim que a gente fez (Nascimento, 2024).

¹⁶³ Eu sou a professora Mariazinha, também indígena, da etnia Tabajara, aqui de Nazaré, também professora efetiva, concursada, desde 2000. Na área da educação eu já, trabalhei em todas as áreas, auxiliar de serviços gerais, secretaria, professora, coordenadora, gestora, então já passei por todos esses espaços aí, e atualmente estou trabalhando com matemática, minha área de formação, em pedagogia, estou trabalhando com matemática nos anos iniciais, na base, 3º, 4º e 5º ano. Sou membro da Associação, do Conselho Fiscal da nossa Associação APIN, liderança também principalmente na pauta da educação, a que eu gosto mais de participar, e também ajudo aqui no movimento. Participo das temáticas. Hoje estou como membro da Comissão Nacional Escolar Indígena (relato concedido à autora em 21/07/2024).

¹⁶⁴ Eu sou professora Lucinete, sou da etnia Tabajara, aqui da comunidade Nazaré, sou concursada pelo município, trabalho com a educação infantil, em 2006. Comecei a trabalhar com educação em uma ONG. E em 2004 comecei pelo município e estou até hoje. Meu forte mesmo é a educação infantil, sou também liderança da comunidade, na nossa Associação, eu sou tesoureira, e temos também outra associação, estou como assistente religiosa, e faço de tudo um pouco por aqui (relato concedido à autora em 21/07/2024).

Como podemos acompanhar no relato da professora Lucinete, existe a necessidade de registrar a história da comunidade, de tentar reunir o máximo de informações, a história de seu povo, isso fez com que alguns integrantes da comunidade de Nazaré se movesse em prol de construir a cartilha. Nesse processo surge a parceria com a Coordenação Étnico Racial da Secretaria de Educação do Município, juntamente com a Prefeitura de Lagoa de São Francisco, na gestão do prefeito João Arilson de Mesquita Bezerra, do Partido dos Trabalhadores - reeleito nas eleições municipais de 2024. Observamos que enfrentaram alguns percalços, sobretudo, quem iria contar a história da comunidade indígena *Tabajara* e *Tapuio* foi preciso aguardar que uma integrante da comunidade entrasse na gestão da coordenação, para que conduzissem à construção da cartilha, da forma como os indígenas que eles gostariam. Foi preciso um posicionamento determinante por parte dos indígenas da comunidade pela autoria da história de seu povo. À título de ilustração, a capa e o verso da cartilha:

Figura 63 - Capa e verso da Cartilha História dos povos indígenas *Tabajara* e *Tapuio* da comunidade Nazaré em Lagoa de São Francisco-PI



Fonte: Cartilha História dos povos indígenas *Tabajara* e *Tapuio* da comunidade Nazaré em Lagoa de São Francisco-PI (2023)

A capa é bem ilustrativa, em primeiro plano, traz imagens dos povos indígenas da comunidade, imagens dos indígenas de Lagoa de São Francisco-PI, (Cacique Henrique, do lado

esquerdo da capa, com camisa branca, e a professora Lucinete, de blusa verde, praticando a reza) e também de Piripiri-PI, como o Cacique José Guilherme, também do Povo Tabajara, ao lado do Cacique Henrique Manuel, de camisa vermelha. Aparecem ao centro, imagem do Museu Indígena Anízia Maria e demais integrantes da comunidade na oca; ao ar livre há símbolos gráficos feitos também pelos próprios indígenas. É perceptível que há apenas indígenas da etnia *Tabajara* na capa, apesar da cartilha contar um pouco da história do povo *Tapuio*, ela se centra mais na história daqueles.

Logo em seguida à capa, há uma folha mais imagens, com o mês e o ano (fevereiro de 2023), outras se repetem às da capa e logo em seguida vem o sumário:

APRESENTAÇÃO.....	3
INTRODUÇÃO.....	4
ORIGEM DA COMUNIDADE.....	5
HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS TABAJARAS TAPUIO.....	9
CURAS.....	19
RITUAIS/DANÇAS/RELIGIÃO.....	21
COSTUMES.....	23
CRENÇAS.....	25
COMIDAS.....	26
MUSEU INDÍGENA.....	27
TRONCOS VELHOS.....	30
CONQUISTAS DA COMUNIDADE.....	31
REIVINDICAÇÕES DA COMUNIDADE.....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
COLABORADORES.....	38
REFERENCIAS.....	39

(Histórias dos Povos Indígenas Tabajara e Tapuio da Comunidade de Nazaré, Lagoa de São Francisco-PI, 2023).

Podemos perceber a Cartilha está bem estruturada, organizada e apresenta pontos essenciais para compreender quem são os povos indígenas *Tabajara* e *Tapuio* de Lagoa de São Francisco. Trouxemos abaixo alguns trechos que marcam a narrativa dela:

APRESENTAÇÃO

Esta cartilha conta a História dos Povos Indígenas da cidade de Lagoa de São Francisco, situada no norte do Estado do Piauí a 193 km da capital, e possui aproximadamente 7.000 habitantes. A comunidade indígena Nazaré com os povos Tabajara e Tapuio fica localizada a 11 km da sede do Município de Lagoa de São Francisco. Esse material é direcionado às Escolas da Rede Municipal de Ensino, que tem como objetivo levar o conhecimento da história deste povo que aqui reside há cerca de 227 anos, e assim fortalecer, valorizar e respeitar a sua cultura e os seus saberes, que ao longo do tempo foram abafados, mas permaneceram com a força dos

troncos velhos que sempre fizeram questão de contar às novas gerações e hoje estão sendo vivenciados e fortalecidos.

Este material terá grande importância, pois mostra que a comunidade Nazaré foi um grande corredor dos tabajaras que vinham do Maranhão em direção ao Ceará, e vice versa, e foram ficando alguns conhecidos com o nome Codós Cabeludos, pois por aqui encontraram terra fértil e água corrente. A escrita dessa história ficará gravada, antes zelada oralmente, e ao longo desta cartilha veremos com mais detalhes todo o decorrer da história (Histórias dos Povos Indígenas Tabajara e Tapuio da Comunidade de Nazaré, Lagoa de São Francisco-PI, 2023, p. 3).

Concordamos que essa cartilha cumpre um papel importantíssimo para a história indígena no Estado do Piauí, visto que inaugura a produção de um material rico e didático, deve ser utilizado em sala de aula e mostra a história dos povos indígenas, através da ótica deles, e nesse caso, os povos *Tabajara* e *Tapuio*. Ao conversarmos com a professora Lucinete, ela nos explicou que as cartilhas ainda não haviam sido distribuídas aos alunos, somente aos professores:

Aí ele veio, foi feito o lançamento pra comunidade, ele trouxe, A Secretaria articulou, com as escolas. Porque o objetivo, segundo a Secretaria junto com prefeito, o objetivo dessa cartilha é que ela seja estudada dentro do município.

Como agora nós somos as galinhas dos ovos de ouro, aí com a questão da implantação da educação escolar indígena na comunidade, que está em processo, aí esse material já vai servir de base, não só pra comunidade Nazaré, mas para o município. E aí no início ele trouxe, se não me falha a memória, ele mandou imprimir, parece que trezentas cartilhas, que aí a gente também distribuiu para os parceiros, para as pessoas que fizeram trabalho aqui, que aí foi dividido para cada escola. E aí assim, hoje, todas as escolas têm, não têm distribuído para os alunos, mas têm, que foram distribuídos para cada professor uma cartilha dessa.

Foram para as escolas. Aí na semana pedagógica, eles colocaram, dentro da pasta, uma para cada um dos professores que tinha faltado. Porque de início eles levaram para a escola, e aí na semana pedagógica eles colocaram dentro da Pasta para professor, então cada professor tem uma cartilha dessa. Aí pra nós eles não colocaram porque nós já tinha. (Nascimento, 2024).

O que consideramos mais efetivo também distribuir para os alunos em todas as escolas do município, mas o ponta pé inicial já foi dado. Acreditamos que a sensibilização e formação continuada do profissionais de educação é extremamente necessário, a fim de atualiza-los acerca de novos conhecimentos e perspectivas sobre os povos indígenas na história e seus protagonismos.

Mais adiante na “Introdução”, eles deixam claro o seu conhecimento acerca dos silenciamentos por eles sofridos ao longo da história, sobre a “crônica do extermínio” muito marcante no Estado e a sua cartilha vem como maneira de rompê-los, destacando a luta constante em busca do seus direitos e reconhecimento:

INTRODUÇÃO

No estado do Piauí houve, por considerável período, a crença de que não existiam indígenas em seu território por terem sido "exterminados" por brancos ainda na época da colonização do estado. É sabido que ocorreu esse esquecimento social e

historiográfico, mas a antropologia entende que esses indígenas apenas sofreram um processo de silenciamento. Nunca deixaram de existir, e agora estão reconstruindo sua história. Ainda no século XVI¹⁶⁵, período marcado pela colonização do Piauí, ocorreram grandes confrontos entre indígenas e brancos devido o expansionismo da pecuária, estabelecido pelo branco colonizador em terras piauienses. Nesse mesmo período ocorreu o trabalho de catequização feito pelos jesuítas. Essas são provas de que os indígenas foram vítimas de exploradores e do poder da igreja, e foram escravizados pelos fazendeiros, sendo obrigados a silenciar a sua existência.

Nos dias atuais ainda é muito forte a resistência da sociedade para a identificação e reconhecimento dos povos indígenas no Piauí, por muitos acharem que não existe a presença de indígenas no Estado, embora muitas comunidades já tenham levantado suas bandeiras, suas histórias, seus costumes, e com isso sofreram e ainda sofrem vários tipos de discriminação, preconceitos e violação de seus direitos, desvalorização de sua cultura e muitos são ignorados por quererem ser ‘gente’ (Histórias dos Povos Indígenas Tabajara e Tapuio da Comunidade de Nazaré, Lagoa de São Francisco-PI, 2023, p. 4).

No tema seguinte, “Origem da comunidade” trouxemos um pequeno trecho da origem os povos indígenas Tabajara e Tapuio:

3. ORIGEM DA COMUNIDADE

Segundo os relatos da história da comunidade, o seu povoamento se deu por volta do ano de 1795, quando os primeiros habitantes indígenas se manifestaram neste território, vindo do Maranhão em direção ao Ceará e vice-versa, e alguns foram ficando na região e habitando o território, o qual deram o nome de Itamaraty (Palavra de origem indígena na língua Guaraní¹⁶⁶ que significa "pedra cor-de-rosa", "pedra rosa", ou "pedra entre rios"). De acordo com os relatos repassados pelos troncos velhos os primeiros habitantes que deram origem as famílias indígenas reconhecidas foram Antônia Jacinta, Josefa Jacinta e Tereza Sinésio, as quais provieram de uma indígena capturada na mata ‘a dente de cachorro’ (Histórias dos Povos Indígenas Tabajara e Tapuio da Comunidade de Nazaré, Lagoa de São Francisco-PI, 2023, p. 5).

Na narrativa acima, é importante compreender a permanência do relato de captura que se repetem nas narrativas de origem de alguns povos indígenas no Piauí, mostrando como era perigoso assumir sua identidade indígena em um período violento para os indígenas.

No tema seguinte, “História dos Povos Indígenas Tabajara e Tapuio”, explica que a cartilha está baseada na pesquisa da antropóloga Ana Bottesi, intitulada: *A narrativa dos povos indígenas da comunidade Nazaré*, realizada em 2019:

[...] que, por meio de entrevistas realizadas com algumas das pessoas mais velhas (chamadas ‘troncos velhos’) da comunidade, coletou grande parte das narrativas que contam a história da formação das primeiras famílias da comunidade. São essas narrativas que dão suporte para a afirmação de que os povos indígenas sempre povoaram esse território desde o período da colonização e deixaram os seus descendentes, povos estes que durante muito tempo silenciaram a sua existência, sua história e sua cultura por medo da repressão social representada pelo homem branco

¹⁶⁵ Há aqui uma imprecisão histórica, visto que a colonização no Piauí, só iniciou no século XVII. Porém, possa ser também um erro de digitação.

¹⁶⁶ É importante lembrar que os Guaranis não viviam nesta região acima citada, e ainda nesta citação, observamos também que eles não citam a aldeia de Ibiapaba. Para maior aprofundamento, ver: XAVIER, Maico Oliveira. Índios e jesuítas na aldeia da Ibiapaba (1700-1759). **Revista Historiar**, ano II, n. I (2010). Disponível em: <https://historiar.uvanet.br/index.php/1/article/download/17/12>. Acesso em: 31/01/2025.

(europeu) (Histórias dos Povos Indígenas Tabajara e Tapuio da Comunidade de Nazaré, Lagoa de São Francisco-PI, 2023, p. 9).

A cartilha também é fruto da parceria entre indígenas e não indígenas, em busca da construção de uma história que represente os povos indígenas como eles são e gostariam, baseada também na pesquisa acadêmica. Ou seja, atualizada com realidade dos povos indígenas no Piauí, e com o que é produzido na academia com eles.

É muito importante em uma cartilha destinada aos professores, à sala de aula, ao ensino, aos estudantes, destacar a repressão que os povos indígenas no Piauí sofreram, para compreender os diversos silenciamentos, apagamentos, inclusive historiográfico que por muito ocorreram no estado, mas que há novas histórias a se contar e a Cartilha é um caminho que foi aberto.

Logo em seguida, vem o tema “A Narrativa a História dos Povos Indígenas da Comunidade Nazaré”, feita por Cacique Henrique Manoel do Nascimento e seu Manuel Liza. Nesse trecho há um detalhamento da história da comunidade: como descobriram sua etnia, sobre território, sobre demarcação, e também sobre a implantação de educação escolar indígena. Em seguida, vem as “curas”. Neste tema é explicado o que são as atividades de cura e para quais problemas de saúde cada uma realizada. Depois temos “Rituais/Danças/Religião”, em que é relatado a prática do Toré, a presença da fé católica, muito presente na comunidade, seguido de “costumes”, em que são descritos as práticas cotidianas, as brincadeiras, as farinhadas, o tear do algodão, a confecção das peças artesanais, dentre outros. Depois vem o tema das “crenças”; posteriormente “comidas”, o do “museu indígena”, em que surgiu:

A ideia de implantar o museu surgiu através de discussões de uma aluna da comunidade que na época estudava na Escola Família Agrícola Santa Ângela, de Pedro II, no ano 2015, quando algumas pessoas começaram a fazer doações de peças que preservam a história dos troncos velhos e da comunidade. No mesmo ano representantes da comunidade foram convidados a participar do II Fórum de Museus Indígenas em Pernambuco, com essa participação fortaleceu-se a ideia de criar um Museu Indígena na comunidade, e a partir daí o mesmo foi criado pelos próprios indígenas, trazendo as demandas da presença indígena na comunidade por meio de sua cultura, através das histórias contadas, dos artefatos, que vêm a ser símbolos da comunidade, trazendo as narrativas de um povo junto de determinados objetos, que servem para contar a trajetória do povo indígena que viveu na região.

Com a participação de representantes da comunidade no II Fórum de Museus em Pernambuco, a comunidade Nazaré foi escolhida para sediar o III Fórum Nacional dos Museus Indígenas. Assim, esse fórum de museus foi realizado em 2017, época em que o governo do estado do Piauí era o Senhor Wellington Dias, e este visitou a comunidade, ocasião em que foi entregue o requerimento solicitando a construção do Primeiro Museu Indígena do Piauí, na comunidade Nazaré. O mesmo, de imediato, autorizou a construção do museu (Histórias dos Povos Indígenas Tabajara e Tapuio da Comunidade de Nazaré, Lagoa de São Francisco-PI, 2023, p. 28).

Percebemos que os povos indígenas *Tabajara* e *Tapuio* não esperam o Estado tomar a iniciativa para fazer acontecer a valorização e ações que atendam aos seus direitos e demandas. Eles mesmo se posicionam, se movem, se organizam e se articulam em prol dos seus objetivos, como vimos acima, com a criação do museu.

Na cartilha, é apresentado várias sedes que museu teve até chegar à sede atual. Apesar do Estado do Piauí ter autorizado a construção dele, a comunidade de Nazaré atualmente enfrenta dificuldades para mantê-lo funcionando, visto que o Estado não realizou nenhuma contratação para manter seu funcionamento e manutenção do espaço. Observamos o que nos relatou a professora Lucinete, quando fomos à comunidade em julho:

Eu costumo dizer, olha gente precisa fazer as coisas, mas com essa questão do mas não totalmente no voluntariado porque isso também não vai trazer, vai de certa forma trazer, mas a gente tem uma vida por trás, é como por exemplo a questão do museu, nós estamos aí só com a cara e a coragem, e teimação mesmo, o que a gente já correu atrás aí do Estado, e eles: ainda está em processo, estamos agilizando, mas nunca saiu nenhuma contratação pra cá. Eu disse, minha gente, olha enquanto era só da comunidade, tudo bem, a gente tava aqui no voluntário, mas se não é só da comunidade, é do Estado, nós não temos a obrigação de trabalhar para o estado, de graça não. E aí nós estamos esperando, nós estávamos agora com um edital, da Grande Sociedade pedrossegundense, que incluiu o projeto aqui, e foi contemplado, só que esse projeto acabou, acabou mês passado. Porque a gente teve que se desdobrar, pra poder manter a questão da limpeza, para poder manter a s visitas, agora a gente está até com o horário reduzido porque não tem condição. E o Estado não está assumindo com o papel dele não, aí no dia que nós fomos lá pra Teresina, nós conversamos com o Secretário, aí ele falou: ‘Não, já foi mandado para o Palácio do Karnak’. Eu digo: Pois, nós vamos fechar”, ele: ‘Não, se acalme vamos com calma.’ Aí eu disse na hora: Vamos ficar com o Museu aberto de que maneira? Porque precisamos manter ele limpo, tem toda uma estrutura aí, que precisa manter. A gente tem uma equipe e se divide, antes cada uma ficava duas tardes ou duas manhã, agora a gente escalou uma manhã ou uma tarde, porque não tem condições. Aí é assim, a gente tem muito anseio para que a gente tenha de certa forma, os nossos direitos respeitados, mas não da forma como eu colocava ontem para as meninas, as meninas sorriam: ‘Tia, é muita coisa que você se indigna’. Mas é mesmo [...] (Nascimento, 2024).

Percebe-se um Estado ainda moroso e sem interesse na efetivação dos direitos dos povos indígenas. Em seguida ao tema do museu, temos o “troncos velhos” que são pessoas idosas que possuem muito conhecimento acerca da história da comunidade e sabedoria popular. Sobre esse tema consideramos de grande valor, principalmente, em uma Cartilha destinada à sala de aula, à estudantes, o que pode estimular a valorização das pessoas idosa, o respeito a elas, a valorização da tradição oral.

Logo depois temos os temas: “Conquistas da comunidade, reivindicações da comunidade” e “Considerações finais” sobre as conquistas - estão a construção da oca em parceria com a Funai, parceria com a Secretaria de Educação e Saúde, Projeto Quintal produtivo com foco na criação de galinhas (Governo do Estado e Banco Mundial), a construção do museu em terras doadas pelo Estado, Quinta Agroecológico “Sisteminha”, a própria construção da

Cartilha da história da comunidade, parceria entre Secretaria de Educação e Cultura de Lagoa de São Francisco-PI, a Titulação do Território Indígena (doação de terras dada pelo estado), dentre outros. Já em “Reinvindicações da Comunidade”:

A luta dos povos indígenas desta comunidade iniciou-se há muitos anos, e durante todo esse percurso muitas reivindicações foram feitas e muitas conquistas alcançadas, porém, o que se percebe é que ainda há muitos direitos destes povos que não foram conquistados na prática. Por isso, a comunidade, mesmo diante de algumas conquistas, ainda reivindica o que é de direito dos povos indígenas: a demarcação do território, pois a comunidade recebeu apenas uma doação do Governo do Estado, a demarcação é competência do Governo Federal. A saúde indígena é outra luta, pois mesmo com os atendimentos oferecidos pelo município, ainda se espera que o Governo Federal faça a sua parte com a construção de um polo base de saúde, pois a saúde indígena deve contemplar também a medicina alternativa com o uso de plantas medicinais. A educação escolar indígena, também faz parte dessa luta, pois sabe-se que para ser implantada a educação escolar indígena, deve-se construir um prédio próprio, ou adaptar o já existente, e a educação oferecida deve ser diferenciada, pois os troncos velhos, cacique, pajé, todos contribuem com seus saberes, destacando a realidade do dia a dia do indígena, ou seja, uma educação contextualizada, contemplando a história, a cultura, os saberes e os modos de viver de cada um (Histórias dos Povos Indígenas Tabajara e Tapuio da Comunidade de Nazaré, Lagoa de São Francisco-PI, 2023, p. 37).

Os povos indígenas *Tabajara* e *Tapuio* tem consciência das demandas que são urgentes e ainda não atendidas. A cartilha foi publicada em 2023 e muitas dessas reivindicações apresentadas, ainda não foram atendidas, especialmente, no que diz respeito a própria utilização dela na comunidade e a educação escolar indígena. Vejamos o que diz as professoras, primeiro, Lucinete e em segundo, Mariazinha:

Então é assim esse material. eu costumo dizer que assim, a gente começa trabalhar essa cartilha, aqui mesmo no espaço do Museu, no espaço da oca, mas lá dentro da escola, tem aos pouquinhos professores que levam essa cartilha para escola, pra dentro da sala de aula, mas não é aquela coisa ampla ainda, até porque, nós ainda não temos a nossa educação escolar indígena, né. E isso é levada por nós, e às vezes quando a gente é chamada pra fazer alguma atividade lá, a gente também leva os jogos indígenas, que ano passado eu trabalhava educação física, aí eu levei na minha atividade de educação física, eu levei os jogos indígenas, aí esse ano a Direção da escola pediu que eu levasse novamente, eu já levei. Aí nós também temos no espaço do Museu, porque nós trabalhamos umas atividades, oficinas. Nós temos um pequeno projeto que a gente começou com A hora da Ciranda, aí eu também já levei essa roda da Ciranda, lá pra dentro da escola, e aí de certa forma, a gente vai produzindo de pouquinho, de pouquinho, mais o foco mesmo, é mais aqui no espaço. E aí eu vejo que de certa forma, esse trabalho que a gente faz aqui dentro do Museu, nas oficinas de artesanato, agora com essa hora da ciranda, a tendência dela parece que vai ser assim, um projeto que vai dar certo. A gente começou a fazer aqui mesmo no espaço do Museu, aí depois as meninas já chamaram para ir para a escola, depois as meninas, a menina da Palmeira, conversou comigo, me chamou pra ir pra Palmeira, no momento, no Colóquio de lá, e agora aí no dia 23, me convidaram pra ir lá pra Colóquio Regional, daqui de Piripiri. Eu já vou indo levando a Eloísa, e aí nós já temos o convite pra ir participar da realização da semana do Eu Oca, lá em Teresina, e o carro chefe, é essa Hora da Ciranda, e aí eu acredito. Aí tem a Carmen, a Ana Carla que também está fazendo o trabalho dela aqui, e ela foca também nessa questão da Hora Ciranda. O bom também que eu tava até conversando com as meninas, porque

esse trabalho da Carla, o objetivo dela, no final é a gente produzir uma Cartilha paralelo a essa, todas as brincadeiras, que é pra vir para a Comunidade. Aí de certa forma é um trabalho, que a gente ainda está fazendo formiguinha, mas que está se expandindo (Nascimento, 2024).

Mariazinha: Aí eu fico imaginando, se a gente tivesse, patrocinadores, realmente tivesse uma escola indígena, onde nós tivéssemos autonomia, porque com uma escola assim nessas condições que nós estamos tendo, nós não temos como expandir, certo. Levar esse trabalho, é o que eu digo, fica dentro das quatro paredes, ali da sala de aula, né (Santos, 2024).

Logo, a cartilha foi um passo muito importante na construção de um material didático feito pelos indígenas, contando sua própria história, mas, por outro lado é necessário haver de fato uma efetivação desse conhecimento nas escolas da comunidade, do próprio município, e que ele possa se expandir na educação e no ensino de História do Piauí, e por todo o Estado. Percebemos que paralelo à cartilha as professoras indígenas, também precisam atuar em ações para levar o conhecimento indígena às escolas da comunidade. Bem como nos relatou a professora Mariazinha que tem procurando integrar o conhecimento indígena da comunidade à disciplina de matemática, em suas aulas, utilizando os dados populacionais da comunidade:

Quem leva essa realidade, da nossa cultura, dos nossos ancestrais, dos nossos antepassados, dos nossos idosos, são os professores indígenas. Está acontecendo alguma coisa dentro da escola, porque nós, dentro do nosso conteúdo, a gente faz essas adaptações. Mas isso não está escrito no Projeto Político pedagógico da escola, não está. A gente quanto indígena, a gente faz isso, porque a gente tem esse dever, a gente se sente parte disso, a gente quer fazer isso acontecer. Então, o que que eu faço dentro das minhas aulas de matemática: eu pego todos àqueles dados, quantas famílias indígenas nós temos na comunidade, quantas pessoas nós temos, dentro dessas famílias, conta quanto o números pessoas nós temos na comunidade, quantas crianças de acordo com os dados que nós temos, quantos adolescentes. Isso, eu vou trazendo para dentro da matemática, para você decompor aquele número, colocar o valor posicional daquele número, para gente construir um gráfico de colunas, mostrando naquele gráfico essas estatística (Santos, 2024).

Levando os alunos a conhecer os dados sobre a comunidade indígena presente em e seu município, utilizando eles de forma prática, trabalhando dados da realidade do aluno, gerando tanto para uso cotidiano da matemática, como trazendo a existência dos povos indígenas no município para centralidade do ensino de matemática. Outro exemplo, é a integração da geometria com os formatos presentes nos utensílios produzidos pelos indígenas da comunidade:

A gente trabalha também a questão da geometria, eu trabalho a questão da geometria, por exemplo, nos trançados de palha, que agente constrói aqui né, a gente trabalha muito com os trançados de palha e ali tem toda uma geometria envolvida naquele, tanto para o aluno indígena quanto não indígena, e aí você pode até me perguntar: o aluno indígena ele tem o mesmo interesse? Tem, ele tem o mesmo interesse trançado. Aí eu levo aquele trançado de palha para dentro geometria. Então ali eu estou mostrando aquela realidade, aquela cultura, aquilo que a gente vivencia dentro da comunidade, porque embora ele não seja indígena, ele vivencia aquilo também. Porque o avô dele é agricultor, o pai dele é agricultor e o agricultor se utilizam desses utensílios né, é o côrfo, é o surrão, é a esteira pra bater o milho, pra bater o arroz.

Então é vivência deles também. Então isso não torna difícil você trabalhar na sala de aula, porque eles vivem aquilo ali, tanto o aluno indígena quanto não indígena. A gente vai ver lá né, qual é a forma geométrica que nós temos aqui, então isso é, faz com que se torne um ensino significativo para ele, por que? Porque eles vivenciam aquilo né, na realidade deles, no dia a dia deles. Então isso é significativo, porque o aluno quando eu mostro lá no livro didático um triângulo né, uma forma geométrica, um quadrilátero, porque nós temos um trançado de palha da esteira, que ele tem a mesma forma de um quadrilátero, e quando eu mostro isso pra ele, ele não vai esquecer nunca qual é o formato de um quadrilátero, eles não vão esquecer nunca, é assimetria que eu mostro lá no trançado de palha né, a simetria daquele trançado, quem disse que ele não vai lembrar quando ele vê aquele trançado lá na casa dele né, quando ele ver a esteira quando ele viu abano né, que a mamãe abana lá na hora de acender o fogo, que a gente ainda usa muito o fogão de lenha, aqui né (Santos, 2024).

Com o relato da professora Mariazinha, vemos as diferentes formas por ela utilizada de integrar a vivência e conhecimento dos povos indígenas ao conhecimento da matemática, de maneira significativa para os seus alunos, tanto indígena quanto não indígena. Porém, para a professora, isso ainda é muito limitado, visto que quem faz esse trabalho são somente os professores indígenas, e por fica restrito apenas à sala de aula, não à escola como um todo. A docente destaca o quanto ter uma escola indígena na comunidade, poderia lhe dar mais liberdade para expandir o conhecimento indígena:

Então a gente traz essa realidade da aldeia para dentro da escola, mas que tem essa preocupação de fazer isso? Só nós professores indígenas, porque a gente introduz isso no nosso planejamento, na aula do nosso dia a dia. Quando a gente diz assim que a gente não quer começar dessa forma errada né, mas a gente já está trazendo esse trabalho, mas se a gente tivesse uma escola indígena, porque nós não temos uma escola indígena, nós temos uma escola para indígena, uma escola que atende os indígenas, mas a gente quer uma escola uma escola que tenha a gestão indígena, porque como é que se eu tenho uma escola indígena e um branco vai dirigir ela, gerir essa escola? Tem sentido? não tem. Então a gente está trabalhando dessa forma, está trabalhando assim dessa forma, como se fosse entre, dentro das quatro parede, dentro da sala de aula, a gente não está expandindo muito pra fora, a gente ainda não tem a liberdade fazer o nosso Toré numa segunda-feira, pra dar umas boas-vindas para o aluno, a gente não vai chegar e quanto professora, não vou chegar aí vou fazer isso né. Então, com uma escola indígena, com um projeto político pedagógico, de acordo com a nossa realidade, de acordo com a nossa especificidade, que atenda a nossa cultura, a gente tinha condição de fazer isso né, onde é que nós temos uma oca ali da escola né? o máximo que a gente consegue fazer é aquilo, é dentro da sala de aula é uma roda de conversa, não eu não faço, eu não trabalho com as minhas aulas assim: nós vamos fazer um seminário, hoje nós vamos fazer um debate, eu não utilizo essas palavras, digo: hoje nós vamos ter uma roda de conversa, que o que que acontece fora da sala de aula, é o que acontece dentro da aldeia, o que acontece lá na oca, é o que que acontece lá no museu, a gente se senta em roda pra conversar, então isso, eu já traga também pra sala de aula, nós vamos ter uma roda de conversa sobre esse tema né, se eu estou trabalhando dentro da matemática, que disciplina, então hoje nós vamos debater esse tema aqui, a gente faz aquela roda, a gente senta no chão, porque isso eles já são acostumados a fazer também. Mas eu pergunto a você, o professor não indígena, ele vai fazer isso? Não vai. Não faz. Então a gente está trabalhando, costumo dizer que eu trabalho entre quatro paredes, mas eu trabalho, não expando muito assim ainda, por não ter essa liberdade de expandir esse trabalho pra fora né, fora da sala de aula, nos corredores da sala de aula (Santos, 2024).

O que a professora nos traz em seu relato, acima, demonstra a necessidade da implantação de uma escola indígena na comunidade com uma educação diferenciada, gerida por pessoas indígenas, por professores indígenas que respeite, integre, contextualize e valorize a cultura, o conhecimento e as vivências dos povos indígenas que - de fato - a atenda às suas demandas. Demanda já reivindicada na *Carta dos Povos Indígenas Kariri e Tabajara do Piauí*, feita ao final da *XIV Semana dos Povos Indígenas: construção da Política Pública no Piauí*, ocorrida entre 17 e 19 de abril de 2016, em Teresina, capital do estado. Na qual foram apresentadas as seguintes reivindicações na área da educação:

- Implementação das escolas indígenas, no âmbito da Secretária de Educação do Estado do Piauí, nos municípios de Lagoa de São Francisco, Queimada Nova e Piripiri;
 - Estruturação da Escola Indígena do Canto da Várzea, em Piripiri, com mobília, - equipamentos e o transporte escolar necessários ao seu funcionamento;
 - Cumprimento do pacto celebrado entre os governos do Piauí e do Ceará, através da Secretaria Estadual de Educação, no ano de 2014, que estabelece a Pactuação do Território Etnoeducacional Potyrô;
 - Criação do Magistério Indígena no Piauí pela Secretaria de Estado da Educação do Piauí, em parceria com a Universidade Federal do Piauí (UFPI) e a Universidade Estadual do Piauí (UESPI);
 - Favorecer a inclusão dos indígenas na UFPI e UESPI, através de políticas e ações afirmativas tais como cotas, bolsas, pesquisas e ações de extensão.
- (Carta dos Povos Indígenas Kariri e Tabajara do Piauí, 2016).¹⁶⁷

Esta carta ela foi enviada ao Governo do Estado. Como podemos visualizar, a primeira reivindicação é a criação de uma educação escolar indígena para as duas comunidades. Pelos relatos anteriores das professoras, continua sendo uma demanda urgente para os povos indígenas *Tabajara* e *Tapuia* e continua sem atendimento. Demanda esta que fora ratificada na *III Assembleia dos Povos Indígenas do Piauí* - “*Nossa luta é por terra, saúde e educação*” que ocorreu na cidade Uruçuí-PI, entre os dias 22 e 24 de julho de 2022, em Relatório Geral da APOINME - Articulação do Povos e Organizações do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, organizadora do evento. Ou seja, os povos indígenas continuam lutando, se movimento, se articulando pelo direito à educação escolar indígena.

Outro ponto marcante que gostaríamos de destacar - foi dividido conosco no diálogo com as professoras, é o esforço que a comunidade tem feito em produzir material didático para as turmas de 1º ao 5º ano, frutos das formações advindas de parecerias com povos indígenas de outros estados, como o Ceará, conforme relato abaixo da professora Mariazinha:

¹⁶⁷ Disponível em:
https://ufpi.br/images/Carta_dos_Povos_Ind%C3%ADgenas_Kariri_e_Tabajara_do_Piau%C3%AD.pdf.
 Acesso em: 10/11/2024.

Então assim, a nossa cartilha surgiu lá, porque lá em Monsenhor Tabosa-CE tem uma liderança que é muito forte, a Dona Nena Potyguara, e ela conheceu seu Henrique num evento, aí ela falou pra seu Henrique, que é o Cacique aqui, disse que ia acontecer essa formação, lá em Monsenhor Tabosa, lá na aldeia Mundo Novo, que é no município de Monsenhor Tabosa, com um professor da Amazônia que era lá do Instituto federal de São Gabriel da cachoeira, ele costuma dizer, que foi lá na cabeça do cachorro né, que parece a cabeça de um cachorro lá, o município. Aí nós fomos. Aí ela disse: Olha Henrique, você pode levar quantas pessoas você quiser. [...] Aí foi eu, a Elaine, a Lucinete, a professora Cleuma.

[...] Aí a gente foi para passar uma semana, nós saímos daqui num domingo, e voltamos na sexta à noite. E aí quando a gente chegou lá, a gente se deparou com essa situação, professores de lá né, todos ao redor, um lugar muito bonito, que a gente ficou apaixonada por aquele lugar, uma recepção maravilhosa. Aí quando assistimos a aula de manhã com esse professor, que esse professor, ele veio também pra lá, através da Nena, através de um professor da UFC, lá do Ceará, e o certificado, ia ser expedido pela UFC, nós recebemos. Aí a gente assistiu aula pela manhã. E eu sou muito de projetar as coisas né, de sonhar. Aí na hora do almoço, eu falei assim: Seu Henrique, nós vamos levar esse professor lá pro Piauí. Aí seu Henrique: vamos Mariazinha, porque meus sonhos se cumprem Mariazinha. E toda vez se bate com seu Henrique, minhas ideias, ele também acha legal, ele tem o mesmo objetivo que eu. “Aí, vamos Mariazinha levar, vamos levar!”.

Aí nós assistimos Ana, aula a semana toda, certo. Aí quando foi no final da semana, na sexta-feira, nós propomos para eles: Professor, se você tiver, se a gente tiver condição, de fazer o seu deslocamento, de São Gabriel da Cachoeira até o Piauí, até brinquei: “aonde os judas perdeu as botas, mas dá pra gente chegar lá”, você vai ministrar esse curso pra gente? E ele: “Vou sim! Vocês não precisam me pagar a diária, se vocês arrumarem a passagem, eu já vou ministrar esse curso”. Quando foi no ano seguinte, a gente trouxe ele. [...] Aí ele veio, passou uma semana com a gente, nós dividimos todas as despesas com questões de alimentação. Tinha dia que ele ia pra uma casa, tinha dia que ela ia pra outra, sei que a gente se virou né. Aí nós construímos, nessa primeira vinda dele, a construímos, ele passou toda a orientação, passou toda aquela questão da, é do projeto mesmo, da teoria, aí depois nós fomos para a prática.

Eu sei que nessa primeira formação, a gente produziu o material da educação infantil, de alfabetização, todo adaptado, a coisa mais linda, todo colorido, muito bonito. Aí quem foi que participou desse curso: crianças, jovens, adolescentes, professores, todo mundo que quis participar, participou. Não tinha essa questão de dizer assim “é professor”, não, até as crianças de 10 anos, que ainda estavam no 1º e 2º ano, participaram dessa construção. É parece que na nossa primeira turma, tinha mais de 30 pessoas, foi.

Aí foi dividido, a gente produziu as partes da medicina, das plantas medicinais, aí produzimos a questão do diálogo, a questão das cores, do alfabeto, então toda aquela parte que se trabalha na alfabetização, a gente já tem esse conhecimento né, nós professores, então foi tudo de acordo com a alfabetização. Aí a gente já deixou marcados, ainda é pouco. A gente tem o da alfabetização, mas a gente precisa produzir o do ensino fundamental. Aí ele disse: Pois tá bom, em outro momento eu venho aqui, trabalhar com vocês, aí a gente produz o material de 1º ao 3º ano. Aí teve a segunda formação, aí a gente já tinha uma associação organizada, né, a gente já tinha um pouquinho de recurso, aí foi entrando uns editais [...] Nós conseguimos trazer. [...] Passou novamente ele uma semana com a gente, eles dois, aí nós produzimos o material de 1º ao 3º ano, também um material excelente. Só que ele não ficou nesse tamanho aqui, ficou numa folha de ofício mesmo, numa A4, vai ser uma cartilha bem maior, e aí está lá o projeto, a gente sonhou né.

Isso foi antes da Pandemia, que a gente fez isso, e de lá pra cá a gente tem recebido tantas propostas para essa publicação, mas fica só na teoria, e a gente ainda não conseguiu, então assim, o nosso, sonho mesmo, é que a gente consiga é que alguém patrocine, né, pra gente publicar esse material, por que gente precisa desse material pronto para trabalhar na escola.

[...] Então assim, a gente tem a segunda proposta, que a gente tem, a terceira formação, pra ele vir. [...] Aí sim, o que a gente tem em mente, é que no próximo ano, no início

do ano a gente construa esse material de 4º e 5º ano. Aí a gente vai ter todo o materialzinho completo, de educação infantil, e de 1º ao 5º ano. É um sonho nosso. Aí eu espero que no próximo ano a gente já tenha uma escola, que a gente ainda não tem. De fato, essa escola, para que a gente possa está trabalhando, que um material desse é maravilhoso gente, é muito rico. Pois é, aí foi assim que tudo aconteceu. Estamos precisando agora só do patrocinador (Santos, 2024).

De um evento que o Cacique Henrique participou, resulta a ida do professor para a comunidade Nazaré dos povos *Tabajara* e *Tapuio*, a fim de qualificá-los para a produção de materiais/livros didáticos produzidos coletivamente pelos próprios indígenas. Que enfrentam a falta de valorização e incentivo por parte do governo, visto que até o momento que visitamos a comunidade (julho de 2024), não nos foi relatado nenhuma ação contundente para produção de material didático ou uma ação mais efetiva para implementação da escola indígena na comunidade. Daí; os povos indígenas *Tabajara* e *Tapuio*, assumem uma postura ativa diante dos seus direitos, como disse a professora Lucinete:

Uma outra coisa que eu vejo também, eu não sei até que ponto nós aqui estamos certos, estamos errados, mas eu acredito até onde eu sei, está certo. De não ficar na espera, porque se a gente for ficar esperando, aí as coisas vão vindo do jeito que querem, não do jeito que a gente quer, então se já parte da gente, a gente vai fazer do jeito que a gente quer. Não vai esperar as coisas caírem pronto, porque se cair pronto, aí vai modificar como depois? E aí é uma porção de coisas, que às vezes, aí os benefícios estão chegando, estão chegando, mas até que ponto esses benefícios estão sendo de certa forma, eficaz para nós? (Nascimento, 2024)

Diante da morosidade do Estado em efetivar política públicas de atendimento aos direitos dos povos indígenas, especialmente, no tocante à educação, e em relação ao ensino de sua história, os povos *Tabajara* e *Tapuio* têm procurado agir e não permitir o silenciamento, que ocorreu por tanto tempo na história, quanto institucionalmente, pois tem feito muito mais, através de parcerias, apesar das limitações que o próprio Estado, que tem recursos e obrigação legal para isso. A cartilha *História dos Povos Indígenas Tabajara e Tapuio, da comunidade Nazaré – Lagoa de São Francisco-PI (2023)*, é exemplo dessa posição ativa e urgente de um ensino que os inclua, que os respeite enquanto sujeitos e protagonistas da história e de suas histórias.

4.5 Secretaria de Educação do Estado do Piauí, o Ensino de História do Piauí e os povos indígenas: desafios para a implementação de uma educação escolar indígena

Quanto ao papel da Secretaria de Educação do Estado do Piauí em relação à Educação Escolar Indígena, visitamos a instituição em um primeiro momento, em outubro de 2022, mesmo período que visitamos a aldeia *Ukair*, ambas em Teresina. Nesse período, havia

sido criado recentemente o Núcleo de Educação Escolar Indígena e Quilombola, através Portaria SEDUC-PI/GSENº1495/2022 de 20 de julho de 2022 que Institui o Núcleo de Educação Escolar Indígena e Quilombola no âmbito da Secretaria de Estado da Educação do Piauí-SEDUC e regulamenta normas para sua atuação.

É competência do Núcleo, em relação aos povos indígenas em seu Art. 2º e em seus incisos:

Art. 2º - a coordenação dos processos administrativos destinados à implantação da Educação Escolar Indígena e Quilombola no âmbito do Sistema Estadual de Educação do Piauí – SEDUC/PI, de modo a assegurar:

1. a oferta e execução da Educação Escolar Indígena diretamente ou por meio de regime de colaboração com seus Municípios;
2. – a criação e regularização das escolas indígenas como unidades próprias, autônomas e específicas no sistema estadual de ensino;
5. – a implementação e desenvolvimento das ações pactuadas no plano de ação elaborado pela comissão gestora dos territórios etnoeducacionais;
6. - o provimento às escolas indígenas de recursos financeiros, humanos e materiais visando ao pleno atendimento da Educação Básica para suas comunidades;
8. – a instituição e regulamentação do magistério indígena por meio da criação da categoria de professor indígena, admitindo os professores indígenas nos quadros do magistério público;
9. – a promoção da formação inicial e continuada de professores indígenas e quilombolas – gestores e docentes;
10. – a realização de Conferências Estaduais de Educação Escolar Indígena e Educação Escolar Quilombola, em regime de colaboração com a União, o Distrito Federal e os Municípios;
11. – a implementação de Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação Escolar Indígena e Educação Escolar Quilombola, em diálogo com as comunidades indígenas e as comunidades quilombolas, suas lideranças e demais órgãos que atuam diretamente com a educação dessas comunidades;
- 12. – a promoção da elaboração e publicação sistemática de material didático e pedagógico, específico e diferenciado para uso nas escolas indígenas e escolas quilombolas** (Portaria SEDUC-PI/GSENº1495/2022 de 20 de julho de 2022).

Observemos a importância da criação desse Núcleo para o atendimento da educação escolar indígena no estado do Piauí. Chamamos a atenção para os incisos “1: oferta e execução da EE I- (Educação escolar Indígena), 2: criação e regularização das escolas indígenas, 6: provimento às escolas indígenas, 9: formação inicial e continuada dos professores indígenas, e 12: elaboração e publicação sistemática de material didático, específico e diferenciado para uso nas escolas indígenas”, ou seja, ao Núcleo são imputadas responsabilidades essenciais para o exercício pleno do direito à educação diferenciada pelos povos indígenas. E como podemos observar também, a ele é imputado a produção de material didático diferenciado para uso nas escolas indígenas, ações que ainda não se concretizaram nas comunidades investigadas por esta pesquisa.

Quando visitamos o Núcleo, conversamos com a Coordenadora Tatiana Gonçalves de Oliveira¹⁶⁸ e o Vice coordenador, Dante Gomes Galvão¹⁶⁹ que nos relataram as dificuldades para realização dessas ações, os desafios que enfrentam desde a sua criação e o que o Núcleo tem conseguido realizar diante do curto período de sua criação¹⁷⁰, mas é importante saber que a sua criação surge depois da provocação do Ministério Público em decorrência da *Carta dos Povos Indígenas Kariri e Tabajara do Piauí*, feita ao final da *XIV Semana dos Povos Indígenas: construção da Política Pública no Piauí*, enviado ao Governo do Estado, com as suas reivindicações.

Embora algumas movimentações para atender a demanda por uma educação escolar indígena, comece ainda em 2016, com assinatura do pacto da Proposta de Plano de Ação do Território Etnoeducacional Potyrõ, pelo Secretário de Educação e Cultura do Piauí, na época, Claudio Rodrigues de Melo, observamos a trajetória da criação do Núcleo, conforme o relato de Dante:

[...] em 2003 a gente tem uma virada de gestão, que coincide com o contexto nacional, dos governos do PT, tanto a nível de Brasil, como de Piauí, e aí o MEC ele, acabou formatando é uma Secretaria que era Secad né, que era a Secretaria de Diversidade Inclusão, e a secretaria do Piauí fez algo parecido, criou a GID, que era Gerência de Inclusão e Diversidade, era não, é, que ela existe até hoje, Gerência de Inclusão e Diversidade, dentro dessa gerência não sei exatamente em que período foi instituído uma equipe, chamada de Coordenação para as Relações Étnico-raciais, então eu também a rigor, deveria ser o setor onde cuidaria de toda essa dinâmica, Étnico-racial de uma maneira geral. [...] Quando eu chego em 2011, para a SEDUC, eu fui trabalhar especificamente na educação do Campo, com a equipe da Educação do campo é essa minha especialidade. E, mas os colegas já trabalhavam com as leis, as leis de instituir a história e cultura afro-brasileira e indígena, e se trabalhava muito todas as diretrizes. Em 2014 teve a construção do Plano de Desenvolvimento do Território Etnoeducacional Potyrõ, então a Seduc, signatária desse planejamento, desse planejamento, dessa ação, então tinha coisas acontecendo ali anterior ao Núcleo, ao NEEIQ. Eu tive um afastamento da Secretaria né para fazer mestrado isso entre 2018 e 2020, eu retorno do afastamento em 2020, em 2021 eu assumo a Coordenação da equipe de Educação do Campo e ali no segundo semestre de 2021, só voltando um pouquinho, quando eu retorno em 2020 para Seduc, essa Coordenação das relações étnico-raciais ela já não existia mais tá, então a Secretária ela tava sem esse setor.

¹⁶⁸ Eu me chamo Tatiana Gonçalves de Oliveira, sou professora de história, meu vínculo com a Universidade Estadual do Piauí onde eu atuo desde 2018, fiz concurso e ao chegar na UESPI né, eu não fui para uma cadeira específica, eu fui dar aula de todas as disciplinas. A minha formação, né, eu tenho graduação história, mestrado em história, onde eu pesquisei a temática indígena no século 19 e no doutorado antiga essa pesquisa pensando nos processos para criação de terras indígenas no século 19. Então, trabalho com a temática indígena desde a graduação, focando o século 19, embora obviamente a gente perpassa a temática por todo um contexto mais contemporâneo também (relato concedido à pesquisadora em 05/10/22).

¹⁶⁹ Meu nome é Dante Gomes Galvão, Eu sou professor efetivo da rede estadual de ensino, sou professor de história, é trabalho na gestão da secretaria desde 2011, como técnico de ensino, durante boa parte desse tempo, na verdade até o início deste ano, trabalhei na equipe de Educação do Campo, certo, mais ou menos isso, já um pouco menos de um ano né desde de Fevereiro mais ou menos de 2022, que a gente começou o trabalho de organizar o Núcleo de Educação Escolar Indígena e Quilombola (relato concedido à pesquisadora em 05/10/22).

¹⁷⁰ O Núcleo foi criado no final do mês de julho, dia 20 e minha visita foi realizada em outubro, dia 05 do ano de 2022.

[...] Então em 2021 a Secretaria foi provocada, não lembro agora se ainda em 2020 a Secretaria foi provocada por uma, pela Carta dos Povos Indígenas ao Governo do Estado, em 2020 aconteceu, se não me falha a memória a Assembleia dos Povos Indígenas do Piauí, em 2020, no final das Assembleia, eles produziram uma Carta de demanda ao Governo do Estado e encaminharam ao governador, e o governador despachou para as Secretarias conforme as pautas que os indígenas estavam reivindicando, o processo veio para a Seduc e foi para a GID, Gerência de Inclusão e Diversidade e esse processo ficou lá parado, não se tomou providência em relação a ele tá, e aí quando foi em 2021 o Ministério Público Estadual do Piauí cobrou a Secretaria né, uma resposta aquela reivindicação dos indígenas, então foi aí que a gerente da época me chamou e pediu que eu cuidasse de duas pautas que estavam ali sem, sem ser tratadas especificamente, que era a pauta indígena e educação escolar indígena e educação escolar quilombola, então a ideia que isso se fundisse ali dentro do trabalho da Coordenação de Educação do Campo e aí começamos alguns diálogos muito tímidos ali né procurando as Universidades, pesquisadores né, entender o movimento, representações de movimento, para entender a dinâmica disso, isso um assunto muito novo para mim, é para mim e para a equipe, que tinha lá uma outra especificidade, e isso terminou 2021 sem a gente ter avanços significativos, mas concretos, a não ser de primeiros contatos e como ele diz pessoal da universidade, algumas lideranças para entender como é que tá o fluxo.

Nosso conhecimento sobre, inclusive a Organização Social dos movimentos, onde tinha comunidade, quantas eram, isso é muito irrisório para gente, da equipe. E aí foi gente começa a dialogar, no final de 2021 para início de 2022, eu peço para sair da Equipe de Educação do Campo, na verdade pedi para deixar a Coordenação da equipe e aí nessa nesse arrumado a gerente professora Elisângela Duarte, ela pede que eu assuma a pauta Indígena e Quilombola e a Coordenação, dessa vez a gente chamando ela de Coordenação de Educação Escolar Indígena e Quilombola, motivado por essa coisa anterior, aí a gente começa a fazer esse trabalho, começamos com a equipe duas pessoas e nossa primeira atitude foi procurar pessoas que entendessem dos temas, já que nós não éramos especialistas, começamos a equipe eu e a professora Cintia Falcão, que hoje também está aqui no Núcleo e compõem o Núcleo mas nós não éramos é estudiosos, pesquisadores, nem lhe dávamos com a questão indígena e quilombola, a gente precisava de gente para que pudesse trazer essa segurança de trabalhar o tema, começamos a dialogar com algo, e aí tivemos a indicação da Professora Tatiana Oliveira, como essa pessoa que já tava estudando indígena dentro do núcleo e que nos diálogos ela se dispôs a vir compor a equipe com a gente, tá. Daí foi se formando a equipe, depois foi chegando Fabrício, professora Emanuelle, professora Raquel, chegou agora mais recente, e hoje somos um grupo de 6 pessoas. E daí o trabalho foi no sentido de primeiro entender qual é a realidade da gente, ou seja, onde tem comunidades indígenas, quantas são, quantas pessoas, qual a localização delas, é, procurar dados educacionais existentes da identificação de estudantes em escolas Piauienses, e principalmente se guiar por todos os Marcos legais que existem hoje sobre a educação escolar indígena, e aí a gente tem as Diretrizes Curricular da Educação Escolar Indígena como marco, a outra diretriz que ali de 99, não me lembro dos números agora, mas esse é o nosso norte.

Agora em julho o Núcleo ele foi criado por portaria interna da Seduc, ou seja ele se formalizou como portaria e se desmembrou da gerência, então hoje ele é um núcleo que ele tem uma certa autonomia né, ele tá ligado diretamente a Superintendência de Educação Básica, ou seja, ele tá numa instância hierárquica de maior destaque, está para que a gente possa fazer o diálogo interno. É nesse processo a partir dos marcos legais que a gente foi se baseando, no diálogo com as lideranças, a gente construiu um planejamento, é que é chamado de Planejamento Estratégico, porque a gente foi vendo ali o que que é dever do Estado para com a Educação Escolar Indígena e foi colocando isso como meta de ação da gente, e a gente tem procurado fazer isso, sempre em diálogos com as Universidades, onde têm os pesquisadores e com as organizações sociais dos indígenas. A princípio, o esboço do Núcleo constava com a presença de um educador indígena, o que a gente entende que é importante ter o próprio sujeito aqui dentro, nenhum de nós é indígena e por mais que possamos estudar, pesquisar e tudo mais, nenhum de nós tem a vivência de ser indígena, então isso para gente é importante. Não temos ainda essa pessoa aqui, esperamos conseguir e convencer a

Gestão da Secretaria e garantir as condições, que tenha um educador indígena com a gente, e uma outra coisa também que tá demandado a Governadora do estado é a criação de um Fórum Estadual de Educação Escolar Indígena, para que a gente possa ter um espaço mais amplo. É de debater, dialogar, ajudar a pensar e elaborar as políticas de educação para os povos indígenas. Então nesse percurso que a gente chega hoje, é mais ou menos isso que tem (Galvão, 2022).

Dante fala em seu relato, na Assembleia, conforme já citamos, na verdade a carta dos povos indígenas Tabajara Tapuio e Kariri, foi feita no contexto da *XIV Semana dos Povos Indígenas: construção da Política Pública no Piauí* e a legislação que 1999 que Dante se refere, é o “Parecer CNE/CEB nº 14/99 que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas, as escolas indígenas funcionarão no âmbito da Educação Básica, cabendo à União legislar, apoiar técnica e financeiramente e aos estados sua oferta e execução”¹⁷¹

Em seu relato observamos que o Estado só se moveu para a criação do NEEIQ, após o Ministério Público acioná-lo. E desde 2014 o estado do Piauí assinou um pacto de execução de ações da *Proposta de Plano de Ação do Território Etnoeducacional Potyrõ*, em que consiste:

No desenvolvimento e institucionalização da Educação Escolar Indígena no Território Etnoeducacional Potyrõ, de forma a respeitar a territorialidade dos povos indígenas em questão, garantir suas participações e consultas em todas as etapas de sua implementação e operacionalizar o regime de colaboração entre os Sistemas de Ensino, com a finalidade de responder às necessidades educacionais e às especificidades socioculturais das comunidades. Durante reunião em Fortaleza CE, no Condomínio Espiritual Uirapuru CEU, no dia 22 de maio de 2014, o Ministério da Educação, a Fundação Nacional do Índio, a Secretaria de Educação do Estado do Ceará, Secretaria de Educação e Cultura do Piauí, Secretaria Municipal de Educação de Caucaia, Secretaria Municipal de Educação de Maracanaú, o Ministério Público Federal, Instituto Federal do Ceará, representantes dos povos indígenas Anacé, Jenipapo Kanindé, Kanindé, Pitaguary, Potyguara, Tabajara do Ceará, Tabajara do Piauí, Tapeba, Tapuia Kariri, Tremembé, Tupiba Tapuia professores, lideranças políticas e tradicionais, a Organização dos Professores Indígenas do Ceará OPRINCE, Articulação das Mulheres Indígenas do Ceará AMICE, Associação Indígena Itacoatiara de Piripiri Piauí, Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo APOINME, Coordenação das Organizações dos Povos Indígenas do Ceará COPICE discutiram e pactuaram este Plano de Ação. As ações pactuadas serão constantemente acompanhadas e avaliadas pela Comissão Gestora do Território, obedecendo as normas estabelecidas pelo Decreto nº 6.861/2009 e em conformidade com o Regimento Interno a ser elaborado [...]” (Plano de Ação do Território Etnoeducacional Potyrõ, 2014, P.1).

Histórias dos Povos Indígenas Tabajara e Tapuio da Comunidade de Nazaré, Lagoa de São Francisco-PI:

Dante:

Eu acho que convém falar um pouco Ana, que por mais que a gente tenha o Núcleo criado, a gente não consegue ser tão especialista nas várias dimensões que a Gestão da Educação requer. Então a gente tem que entender muito de tudo e isso é impossível

¹⁷¹ Portarias EDUC-PI/GSE Nº 1495/2022.

né, então assim a gente atua desde pensar a oferta do ensino, ou seja, garantir que os indígenas acessem a educação, garantir que essa educação seja adequada a eles, ou seja, pensar propriamente o currículo, que esse currículo seja operado por professores que entendam a operação dele, é pensar a estratégia de adquirir ou elaborar material didático, fazer com que os estudantes indígenas eles apareçam nos dados oficiais, para que isso gere condição de a gente elaborar as políticas públicas adequadas, enfim é uma, é como se fosse uma Secretaria né, anexada que pensa em todas as dimensões da educação para os indígenas isso acaba dificultando um tanto nosso trabalho, porque se a Secretaria ela está compartimentada em vários setores que cuidam desses assuntos especificamente por especialistas desses assuntos, como é que a gente aqui em poucos, em poucas pessoas da equipe conseguiriam dar conta de tanta especialidade. Isso dificulta, e o que a gente pensa que é o que a gente tem feito esforço, é que se tem assunto específico e que tem uma série que tem o setor dessa série, trate sobre as específicas, que a pessoa que é equipe de setor ela também esteja com a compreensão de que a temática indígena tenha que ser absorvida ali, ou seja, nosso esforço é que a temática indígena ela seja absorvida por toda a Secretaria. Se ela ficar restrito ao Núcleo, dificilmente isso vai conseguir se enraizar, entendeu? Porque os processos eles acontecem e fluxos específicos, então se eu tenho setor, por exemplo que faz formação de professores, via de regra se pensa e fazer formações gerais, então quando é demandado uma formação específica para indígena, normalmente o setor fala assim: “não, mas quem são especialistas em indígenas são vocês, então é vocês que tem que fazer”, entendeu. Então, se eu vou falar de currículo e tem uma equipe e tem ali que tá trabalhando o currículo de uma maneira geral, e a gente fala que precisa ser incluída aí a questão indígena, “não mas o setor de indígena é vocês, então é vocês que tem que fazer”, então todo fluxo ele acaba voltando para cá e a gente não consegue dar conta de tudo isso, há tempo e a contento. Então é um grande desafio para a gente em fazer a gestão né, para que essa coisa aconteça, com uma certa agilidade, como eu disse, a gente tem um atraso histórico, tá. Se a gente considera a Constituição enquanto marco legal e temporal para gente, já é muito tempo, se considerar de fato a dívida histórica com os sujeitos, é maior ainda, então a condição de fazer isso acontecer, é dada urgência que se tem, ela é bem limitante e sem falar que com a criação do Núcleo se criou uma grande expectativa, uma coisa é quando você não tem e não tem expectativa nenhuma, a não ser a crítica né, você apontar, questionar, brigar, lutar e tudo, outra coisa você criar um Núcleo, criar expectativa e tudo é muito para agora, para a urgência, entendeu, então é um desafio muito grande a gente fazer o trabalho que a gente tá tentando fazer aqui (Galvão, 2022).

Tatiana:

Aqui prevalece também uma invisibilidade sobre esse sujeitos, então a gente tá desconstruindo aqui dentro essa invisibilidade, porque também é importante que não só o Núcleo, trabalhe a proposta de educação escolar indígena, mas que isso esteja enraizado em toda a Seduc, isso é muito difícil. Então, a gente por exemplo, propôs uma ação que tinha esse objetivo, né, de formação desses sujeitos que trabalham aqui, para eles compreenderem qual a proposta do Núcleo, que há povos indígenas no Piauí, e essa informação está até disponível no canal educação. [...]E essa formação é, Ana, era em História e Direito dos povos indígenas na formação voltada para os servidores daqui da Sede, justamente para a gente desconstruir essa invisibilidade, é o nosso objetivo, concluímos que não foi alcançado, pela baixa adesão dos Servidores né, então a gente fez esse curso, está disponível, qualquer educador da rede pode ter acesso, então a gente percebe essa lacuna entre ação e a prática, que tá lá o curso, mas adesão ainda muito pequena. Então a gente tá tendo essa dificuldade é de que isso as estructure dentro da Secretaria e não só no Núcleo, então esse é um desafio que se coloca. [...] E essa formação é, Ana, era em História e direito dos povos indígenas na formação voltada para os servidores daqui da Sede, justamente para a gente desconstruir essa invisibilidade, é o nosso objetivo, concluímos que não foi alcançado, pela baixa adesão dos Servidores, então a gente fez esse curso, está disponível, qualquer educador da rede pode ter acesso. Então a gente percebe essa lacuna entre ação e a prática, que tá lá o curso né, mas adesão ainda muito pequena. Então a gente tá tendo essa dificuldade é de que isso as estructure dentro da Secretaria e não só no Núcleo, então esse é um desafio que se coloca. [...] Então, a Seduc, ela pactuou com a Secretaria de Educação do Ceará esse território, em 2014, tem um conjunto de ações

lá, que nunca saiu do papel, então a Seduc já tem esse histórico de pensar a educação escolar indígena, mas que nunca saiu do papel. Então pensou: olha vamos pactuar, mas nunca saiu do papel. Então essa experiência no Ceará foi muito boa nesse sentido, porque trouxe para gente uma dimensão de como tem sido feito essa política lá, todas dificuldades que eles estão tendo né, mas foi importante para gente.

Outra coisa que nós, como eu coloquei o que é primordial para equipe, é visitar as comunidades, porém a gente tem 8 etnias e 27 comunidades para visitar e a gente também trabalha com os quilombolas, que são mais comunidades, é o número bem maior, e a gente tem uma dificuldade de logística e de orçamento, como você sabe né, então, esses empecilhos vão dificultando que o estado chega mais rápido ao sujeitos, com isso implica dizer que os sujeitos, que tenha as necessidades que são do imediato, acaba eles fazendo por eles mesmo até que estado chegue, que é o que tá acontecendo lá em Lagoa, da comunidade Nazaré, os professores e as professoras lá indígenas estão fazendo um material, estão trabalhando à educação indígena a partir dos referenciais deles, sem esperar que o Estado chegue, porque o Estado demora chegar, a burocracia do Estado.

Então eu penso que a criação do Núcleo é um marco importante na gestão da educação escolar no Piauí, porque eu considero uma sementinha, porque é isso mostra o interesse da Secretaria em colocar essa pauta dentro do seu, da sua discussão, porém a gente sabe que é um caminho longo, a educação escolar indígena, ela é uma modalidade em si, se ela é uma modalidade de ensino ela tem que ser vista como tal e não como apêndice. Então como modalidade, ela tem que ofertar educação infantil, ela tem que ofertar ensino fundamental, ela tem que ofertar ensino médio, ela tem que ofertar EJA, então né, todas as etapas da educação básica, então embora o estado do Piauí, embora os estados tenham como missão e tem ficado mais com o ensino médio, as legislação nacional que trata da educação, então ela é uma modalidade específica que cada estado, a sua oferta em todas as etapas e modalidades. Isso também é um desafio para que esses gestores compreendam que se trata de uma modalidade específica, então a gente enfrenta esses desafios dialogando com as comunidades, com uma equipe pequena, mas que eu considero, um marco, para a gente pensar, esse processo de desinibilização de sujeitos (Oliveira, 2022).

Observamos que o Núcleo enfrentou diversos percalços, desde a sua criação. E estes desafios, ainda dificultam a implementação de uma educação escolar indígena de qualidade. Quanto as ações que o NEEIQ tentava desenvolver ainda em 2022, Tatiana nos relatou o Censo Escolar 2022 com atenção para identificação dos estudantes indígenas e quilombolas, a formação para os servidores da Seduc, embora com baixa adesão, a atuação com os indígenas venezuelanos Warao para oferecer educação escolar para eles, com a criação de uma escola indígena em Teresina, para atender tanto eles como os *Guajajaras*, e demais indígenas que quiserem estudar na escola, iam tentar diálogo com a Universidade Estadual do Piauí para a criação de uma licenciatura Intercultural, e como meta de ação - aquisição e produção de material didático específico de acordo com a Lei 11.645/2008, como também a criação de disciplinas eletivas sobre a história dos povos indígenas no Piauí e sobre literatura indígena no Ensino Médio.

Atualmente, dessas ações, vimos se concretizar a implementação da educação escolar indígena para os Warao em Teresina, com o *Projeto Alfabetização EJA Intercultural*, “primeira iniciativa no Brasil de atendimento trilingue aos imigrantes venezuelanos indígenas

da etnia Warao. O projeto vai ensinar para 82 venezuelanos com idade de 15 a 70 anos os idiomas Português, Espanhol e Warao. Eles vivem desde 2019 em abrigos na cidade de Teresina.”¹⁷² Para realização do projeto, uma escola foi adaptada, a escola João Emílio Falcão, localizada no bairro Bela Vista, na Zona Sul de Teresina-PI, capital do estado. Houve também a realização *1º Seminário Estadual de Educação Escolar Indígena do Piauí*, organizado pelo movimento indígena do Norte e Sul do estado, realizado na cidade de Uruçuí-PI. Houve também um evento em parceria entre a Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos e Secretaria de Educação para os servidores, como o tema “*Diálogos para Políticas Públicas para povos indígenas: desafios e perspectivas.*”¹⁷³

No mês de julho de 2024 retornamos à Teresina, e visitamos o antigo NEEIQ, que atualmente não é mais Núcleo, passou a ser Unidade de Educação Escolar Indígena e Quilombola. À época da publicação da portaria de criação do Núcleo (2022), ele era composto pelos professores da rede estadual de ensino, Tatiana Gonçalves de Oliveira - Coordenadora, Dante Gomes Galvão - Vice Coordenador, Fabrício Lima Barradas – Membro, Cyntia Raquel Costa Falcão – Membro e Emanuelle Timóteo Vieira – Membro.

Atualmente o corpo técnico do Núcleo, que hoje é Unidade está com novos componentes, que no momento de nossa visita, a Coordenadora da Educação Escolar Indígena da Seduc, e Arte Educadora Indígena Aliã Waimiri, a qual já havia assumido a pasta em outubro de 2023, não estava presente, mas conversamos com um dos componentes da Unidade e enviamos um Ofício, no dia 15/07/2024 solicitando informações acerca das principais ações voltadas para implantação da Educação Escolar Indígena, estão sendo realizadas atualmente pela Unidade, até o momento aguardamos resposta.

O movimento mais recente, em que foi reforçado a implantação de quatro escolas indígenas e quilombolas, pelo Secretário de Educação do Estado do Piauí, Washington Bandeira, no *Seminário Acompanhamento da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola no Piauí (PNGTAQ)*, realizado no auditório do Diferencial Eventos, em Teresina-PI, no dia 07/11/2024, em que: “destacou as ações e projetos voltados à educação para

¹⁷² **Piauí inaugura primeira escola indígena trilingue do Brasil para imigrantes venezuelanos.** Matéria publicada em 06/06/23. O Dia. Disponível em: <https://portalodia.com/noticias/piaui/piaui-inaugura-primeira-escola-indigena-trilingue-do-brasil-para-imigrantes-venezuelanos-400468.html>. Acesso em: 10/11/2024.

¹⁷³ **Secretário Washington Bandeira reforça meta de implantação de novas escolas indígenas e quilombolas no Piauí.** Matéria publicada em 07/11/2024. Fala Piauí, o Portal do Piauí. Disponível em: <https://riooverdenews.com.br/noticia/47989/escola-de-governo-realiza-seminario-sobre-politicas-publicas-para-povos-indigenas>. Acesso em: 10/11/2024.

comunidades indígenas e quilombolas, com a meta de implementar essas escolas ao longo da gestão, conforme previsto no Plano de Governo do governador Rafael Fonteles.”¹⁷⁴

De acordo com o Decreto nº 26/1991¹⁷⁵ que atribui a responsabilidade de implantação da Educação Escolar Indígena às Secretarias de Educação dos Estados, em seu Art. 2º: “As ações previstas no Art. 1º serão desenvolvidas pelas Secretarias de Educação dos Estados e Municípios em consonância com as Secretarias Nacionais de Educação do Ministério da Educação”, e diante da afirmação acima do Secretário, espera-se que de fato o estado cumpra com sua obrigação legal. Que desde muito tempo não vem cumprindo com seu papel. Pois tem se mostrado moroso ao atendimento da educação escolar indígena, como pudemos ver nas comunidades investigadas, especialmente na comunidade Nazaré.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9.394/1996¹⁷⁶, em seu Art. 78: “afirma que a educação escolar para os povos indígenas deve ser intercultural e bilíngue para a reafirmação de suas identidades étnicas, recuperação de suas memórias históricas, valorização de suas línguas e ciências, além de possibilitar o acesso às informações e aos conhecimentos valorizados pela sociedade nacional.” É um direito assegurado tanto pela Constituição de 1988 quanto pela LDB.

Ademais, o Parecer CNE/CEB nº 14/99¹⁷⁷ que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas, as escolas indígenas funcionarão no âmbito da Educação Básica, cabendo à União legislar apoiar técnica e financeiramente e aos estados sua oferta e execução. Além da Base Nacional Comum Curricular-BNCC que estabelece os princípios para elaborar currículos, como a principais características: comunitária, intercultural, bilíngue/multilíngue, específica e diferenciada. “Todo projeto escolar só será escola indígena se for pensado, planejado e mantido pela vontade livre e da comunidade. O papel do estado e outras instituições de apoio deve ser de reconhecimento da comunidade, incentivo e reforço para este projeto comunitário” (BNCC, 2017, p. 25).

¹⁷⁴ Disponível em: Secretário Washington Bandeira reforça meta de implantação de novas escolas indígenas e quilombolas no Piauí. Acesso em: 10/11/2024.

¹⁷⁵ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0026.htm. Acesso em: 10/11/2024.

¹⁷⁶ Disponível em: LDB_7ed.pdf. Acesso em: 10/11/2024.

¹⁷⁷ Disponível em: Parecer CNE/CEB nº 14/1999, aprovado em 14 de setembro de 1999. Acesso em: 10/11/2024.

Em seu *Currículo do Piauí: um marco para educação do nosso estado: educação infantil, ensino fundamental (2020)*¹⁷⁸, em uma das 5 ações que Estado pretende desenvolver, tem a de número 5, da “flexibilização curricular contemplando a diversidade Regional e cultural considerando as várias modalidades de estudo e entre essas, está a educação escolar indígena”, quanto a este ponto, perguntamos ao professor Dante Galvão, do NEEIQ, se há alguma orientação à efetivação dessa ação no Currículo:

Ana, nós não temos nada efetivamente de orientação partindo da secretaria para as escolas sobre educação indígena ou qualquer coisa desse tipo. Vou tentar te explicar, o currículo é um documento referencial, ele foi elaborado para o grupo de trabalho e sem nenhum especialista em educação indígena. Quando o núcleo aqui foi criado, o NEEIQ foi criado, o processo de elaboração do currículo já estava em fase bastante avançada tá, e é isso né, já sendo encaminhado para finalizar e tudo mais, ou seja nós do núcleo não alcançamos o processo de elaboração do currículo. [...] Aqui no núcleo que são anteriores a isso né, o processo de, de proporcionar acesso, de como a gente por exemplo pensa em corrigir ainda esse currículo, pensando em que se oferece ali, né, e fazer o processo de formação de professores, ou seja, como documento referencial Ok, a secretaria enquanto instituição com o seu papel de referência ali, mas enquanto a operação desse currículo tem todo o caminho a ser colocado, que ainda tá muito longe para que aconteça, entendeu, então a Secretária, Instituição de gestão, e aí que se frise na da rede estadual, ela até onde eu tenho conhecimento né, Pode ser que outro setor esteja fazendo, mas eu desconfio que não você não vai encontrar, ele não tem uma orientação direta, então se isso tá no currículo, quem é que vai ter que operar isso de alguma forma? A escola e o professor, e aí eu me arrisco a dizer né, de maneira especulativa, sem dado, que dificilmente, isso vai acontecer. Entendeu. (Galvão, 2023).

Assim, desse modo, há todo um aparato legal para que seja executada a educação escolar indígena de maneira qualitativa e que atenda às suas especificidades, tanto no âmbito nacional e parte em âmbito estadual, mas ainda não há a execução de fato do que as leis impõem. Ao visitarmos as duas comunidades, percebemos interesses incomuns, ambas reivindicam o acesso à educação que tem direito. O Estado do Piauí precisa ouvir os povos indígenas para a implementação das escolas indígenas em suas comunidades, pois cada uma tem vivências diferente e cada uma sabe o que é mais urgente, o que precisa ser atendido de imediato em sua educação.

A própria Portaria de criação do NEEIQ, em seu Art. 2, inciso 12 tece: – “a promoção da elaboração e publicação sistemática de material didático e pedagógico, específico e diferenciado para uso nas escolas indígenas e escolas quilombolas.” (Portaria SEDUC-PI/GSENº1495/2022 de 20 de julho de 2022). A Seduc-PI não tem feito. Os próprios povos

¹⁷⁸ SILVA, Carlos Alberto Pereira da, [et al.] (Org.). **Currículo do Piauí: um marco para educação do nosso estado: educação infantil, ensino fundamental (2020)**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

indígenas, como vimos na comunidade Nazaré do povo *Tabajara* e *Tapuio*, que produziram em 2023 a sua própria cartilha para contar sua história.

Além da produção de material didático voltado para a alfabetização e para as séries do 1º ao 3º ano. Eles estão aguardando para finalizar a produção do material do 4º e 5º ano, por via de oficinas que eles mesmo organizaram e trouxeram o professor de outro estado para fazê-la com fito de produção de material didático. Mas até hoje a comunidade não encontrou patrocinadores para publicar. Sendo que temos uma instituição com obrigação legal para fazer isso, para produzir, elaborar e publicar. E tornar esse material, como a cartilha, de fácil acesso dos estudantes do Piauí e possa estimular mais produções como essa nas outras comunidades indígenas no Estado para que se conte a história dos indígenas no Piauí a partir deles e com eles mitigue as consequências de anos da invisibilidade histórica e social causadas pelo discurso do “extermínio indígena” no Estado.

Outro ponto como vimos é falta de preparo, qualificação e de valorização de alguns profissionais de educação que trabalham na educação do Estado, ao tratar os povos indígenas que frequentam as escolas não indígenas. Com todo conhecimento disponível e com inúmeros professores indígenas presentes no Piauí e no Brasil, é urgente que a Seduc-PI faça uma formação continuada para toda a rede de ensino de profissionais da educação, e, de fato, pense uma política educacional para valorização dos povos indígenas na história e na história do Piauí.

Para que iniba a reprodução de preconceitos ainda enraizados em muitos profissionais de educação, como vimos nas investigações na escola em Teresina, o uso ainda de termos defasados, que não se utiliza mais para se referir aos povos indígenas, a pouca integração entre indígenas e não indígenas, a própria falta de seguimento do que preconiza a Lei 11. 645/2008 no planejamento dos professores, como vimos no relato da arte-educadora Aliã, que sofreu muito preconceito na infância, bem como no relato da sobrinha, de ainda ver profissionais reproduzindo estereótipos em sala de aula sobre os povos indígenas. O Estado, enfim, precisa assumir sua responsabilidade legal e combativa para que crianças como Aliã não passem pelo o que ela passou; e nem jovens como a sobrinha da arte-educadora se sinta constrangida/desrespeitada em sala de aula pelo despreparo de alguns profissionais de educação.

Seguir o modelo, por exemplo, do que está acontecendo no Instituto Federal do Piauí, que é uma ação do PAFOR Equidade “gerido pela CAPES e idealizada em conjunto com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC). Este tem como objetivo capacitar professores em cursos de licenciatura específicos para atender às redes públicas de educação básica ou às redes

comunitárias de formação por alternância.”¹⁷⁹ Inclusive a professora Mariazinha, que dialogou conosco neste trabalho, é uma das estudantes do curso. Logo, o Estado precisa estabelecer relações junto às instituições, junto à pesquisadores que apoiam e estudam o tema, junto dos próprios indígenas para assim fazer uma educação escolar que os inclua, respeite e valorize seus saberes/conhecimentos para que de fato consiga implementar a educação escolar indígena no Estado de forma promissora que atenda as demandas dos povos indígenas no Piauí. Demanda que durante a pesquisa se mostrou urgente para eles. Como entonou Edson Kayapó em seu texto: *A diversidade sociocultural dos povos indígenas no Brasil: o que a escola tem a ver com isso?*¹⁸⁰

Está lançado o convite para empreendermos um caminho docente que repense a natureza e o lugar da nossa atividade de professor na Educação Básica, assumindo o compromisso social e político próprio do ofício, buscando avançar na produção de outras histórias, com base em outras memórias dos povos indígenas, ancoradas na relação temporal presente-passado e presente-futuro, já que ‘nossa inspiração é a nossa vontade de buscar a utopia’ (Cruz; Fenelon; Peixoto, 2004, p. 12) fundada nos princípios da igualdade e da liberdade que se perderam no caminho da história (Kayapó, 2019, p. 60-61).

Portanto, é um esforço contínuo que exigirá pesquisa, tempo e comprometimento, de toda a rede educacional, nesse caso o estado do Piauí, precisará se movimentar para efetivar políticas públicas que tornarão o acesso à educação, ao ensino de história do Piauí alinhado à realidade indígena e às novas perceptivas que têm se mostrado preocupadas com a verdade histórica.

¹⁷⁹ **IFPI convoca cadastro de reserva para Licenciatura Intercultural Indígena.** Disponível em: [https://www.ifpi.edu.br/noticias/ifpi-convoca-cadastro-de-reserva-para-licenciatura-intercultural-indigena#:~:text=O%20Instituto%20Federal%20do%20Piau%C3%AD%20\(IFPI\)%20convoca,matr%C3%A9Dula%20de%2019%20a%2021%20de%20Agosto%2C](https://www.ifpi.edu.br/noticias/ifpi-convoca-cadastro-de-reserva-para-licenciatura-intercultural-indigena#:~:text=O%20Instituto%20Federal%20do%20Piau%C3%AD%20(IFPI)%20convoca,matr%C3%A9Dula%20de%2019%20a%2021%20de%20Agosto%2C). Acesso em: 15/11/2024

¹⁸⁰ KAYAPÓ, Edson. Ayla Laboratório – Laboratório de Estudos Pós-coloniais e decoloniais. Educação em rede. 2019. V. 7. p. 56-80. Disponível em: https://ayalaboratorio.wordpress.com/wp-content/uploads/2021/05/educacao-em-rede_volume-7_paginas-56-80.pdf. Acesso em: 15/11/2024

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluímos que em um primeiro momento a historiografia tradicional piauiense se voltou para o passado colonial indígena, com o foco em guerras, conquistas, violência e extinção indígena no estado do Piauí. Como os escritores da história do Piauí eram os mesmos que produziram os primeiros livros didáticos de história do Piauí e produziram os primeiros livros com foco na temática indígena, o mesmo discurso que estava presente na historiografia também se fez presente nos livros didáticos de história do Piauí e, conseqüentemente, também esteve presente no ensino de história do Piauí, tendo como fonte essas obras. Se construiu o discurso do “extermínio indígena” no Estado.

Em um segundo momento, a historiografia dedica-se à explanação das violências sofridas pelos povos indígenas no estado do Piauí e fortalece o discurso do “extermínio indígena” no estado e muito restrito ao período colonial. Nos períodos do Império e Republicano os indígenas não aparecem. As novas obras didáticas, neste trabalho analisadas, a maioria delas reproduz esse mesmo discurso e segue o mesmo caminho teórico-metodológico e as poucas obras que trouxeram a presença indígena no Estado fizeram de uma maneira muito distante da realidade dos povos indígenas que atualmente vivem no Piauí, sem protagonismo algum e espaço dedicado suficiente para a contar a história dos povos indígenas na história do Piauí.

Em um terceiro momento, vislumbramos a produção de um livro didático produzido pelo governo do Estado que se propunha condessar a maior parte de informações e conhecimento acerca do Piauí, incluindo sua história. Como também a reprodução não muito diferente das obras anteriores mais recentes já analisadas, citam a presença indígena no Estado de maneira bem breve, não dedicam mais páginas para contar sua história, e logo em seguida focam na explanação da violência, reforçando o velho discurso do extermínio.

Por conseguinte, verificamos que o Piauí ainda tem muito a construir e edificar para se efetivar as políticas públicas voltadas para atender os direitos dos povos indígenas, especialmente, na educação, tanto nas escolas não indígenas, como as regulares. Precisa-se expandir a nova história indígena na história do Piauí, em busca de efetivar o cumprimento da Lei 11.645/2008 que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena no ensino fundamental e médio nas escolas públicas e privadas do Brasil, e no Estado conseqüentemente. Sendo assim, cumprindo a responsabilidade legal da implantação de escolas indígenas, há demanda urgente desses povos na atualidade no Estado. Em contrapartida, os próprios indígenas fizeram - e ainda estão fazendo - a revisão do discurso do “extermínio

indígena”, ao produzirem seus próprios materiais didáticos para contar sua história. Quando eles mesmos são os autores de duas próprias histórias.

REFERÊNCIAS

- ABDIAS da Costa Neves. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1351>. Acesso em: 11 maio 2023.
- ACADEMIA PIAUIENSE DE LETRAS **Coleção do centenário**. Teresina: APL, 2017. Disponível em: <https://www.academiapiaiensedeletras.org.br/colecao-centenario/>. Acesso em: 10 maio 2023.
- ALMEIDA, Helena Azevedo Paulo de. Von Martius e os indígenas no Brasil: uma possibilidade de leitura sobre os preconceitos construídos sobre os povos originários no século XIX. **Revista Pontes**, Paranaíba, v. 8, p. 110-128, 2020. ISSN 1808-6462. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1tdLhwNUmoJD0Q8kkdmM6h_tKUanpYA0M/view. Acesso em: 14 maio 2023.
- BARREIROS, P. N. Por uma abordagem da História Cultural das práticas de escrita na edição de textos. **Alea: Estudos Neolatinos**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 389-414, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1517-106X/2017192389414>. Acesso em: 14 maio 2023.
- BASTOS, Cláudio (org.). **Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. Disponível em: <https://sebodomessias.com.br/livro/geografia/dicionario-historico-e-geografico-do-estado-do-piaui.aspx>. Acesso em: 03/01/2023.
- BERREDO, Bernardo Pereira de. Annaes históricos do Estado do Maranhão, em que se dá notícia do seu descobrimento, e tudo o mais que nelle tem succedido desde o anno em que foy descuberto até o de 1718, offerecidos ao Augustissimo Monarca D. João V, Nosso Senhor. São Luís: Typographia Maranhense, 1849. In: MIRANDA, Reginaldo. **Mandu Ladino**. 2017. Disponível em: <https://www.portalentretextos.com.br/post/mandu-ladino>. Acesso em: 24 ago. 2023.
- BEZERRA, Roger; SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. [2003]. Disponível em: <https://www.academiapiaiensedeletras.org.br/raimundo-nonato-monteiro-de-santana/>. Acesso em: 10 maio 2023.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. Disponível em: <https://ppghistoria.furg.br/images/Selecao/bittencourt-circe-ensino-de-historia-fundamentos-e-metodospdf.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.
- BORGES, Jóina Freitas. **A História Negada: em busca de novos caminhos**. Teresina: FUNDAPI, 2004.
- BOTTESI, Anna. O museu indígena “Anízia Maria”. Etnicidade, território e patrimonialização. **Revista Confluenze**, Bologna, v. XIII, n. 2, p. 201-225, 2021. ISSN 2036-0967, DOI: <https://doi.org/10.6092/issn.2036-0967/12333>, Dipartimento di Lingue, Letterature e Culture Moderne, Università di Bologna. Disponível em <https://confluenze.unibo.it/article/view/12333/13847>. Acesso em: 16/08/2023.

BRANDÃO, Carla. **A Igreja do Amparo celebra solenidade dedicada ao aniversário de Teresina**. 2019. Disponível em: <https://www.geleiatotal.com.br/2019/06/26/igreja-nossa-senhora-do-amparo-uma-historia-de-surgimentos/>. Acesso em: 12 maio 2023.

BRASIL. **Histórico da Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico>. Acesso em: 10/07/24.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento Educação. **Histórico**. Brasília, DF: MEC, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/historico>. Acesso em: 11/07/24.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conheça a história da educação brasileira**. Brasília, DF: MEC, 2023. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/33771-institucional/83591-conheca-a-evolucao-da-educacao-brasileira>. Acesso em: 12 maio 2023.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia. Ensino de quinta à oitava série**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pcn/pcn_5a8_historia.pdf. Acesso em: 11/07/24.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 10/07/24.

BRASIL. **Resolução Nº 4, de 13 de julho de 2010**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Brasília, DF: MEC, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf. Acesso em: 11 jun. 2024.

CADEIRAS e patronos da Academia Piauiense de Letras. Disponível em: <https://www.academiapiaiensedeletas.org.br/cadeiras-e-patronos/>. Acesso em: 23/05/24.

CARVALHO, Elmar. **Obra Reunida, de Pe. Cláudio Melo**. Teresina: Entretextos, 2019. Disponível em: <https://www.portalentretextos.com.br/post/obra-reunida-de-pe-claudio-melo>. Acesso em: 10 maio 2023.

CARVALHO, Jéssica. **Voltar para continuar: processo de retomada indígena no Maranhão**. Maranhão: Conselho Indigenista Missionário regional do Maranhão, 2022. Disponível em: <https://cimi.org.br/2022/04/retomada-indigena-maranhao/>. Acesso em: 4 jun. 2023.

CENTRO DE ESTUDOS AMERÍNDIOS. Fundo MARI de Educação Indígena. [2024]. Disponível em: <https://cesta.fflch.usp.br/node/10>. Acesso em: 10 jun. 24.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antônio Saborit**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

CHARTIER, Roger. Da história da cultura impressa à história cultural do impresso. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 28, n. 1, 2005.

CHAVES, Monsenhor. **Obra completa**. Teresina: Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves, 2013.

CLODOALDO Freitas. 2018. Disponível em: <https://www.academiapiaiusenedelettas.org.br/clodoaldo-freitas/>. Acesso em: 10 maio 2023.

COELHO, Mauro César. Moral da história: representação dos índios nos livros didáticos. In: SILVA, Marcos (org.). **História**: que ensino é esse? São Paulo: Papirus, 2013.

COSTA FILHO, Alcebíades. História da Educação no Piauí: história e pesquisa. **Revista FSA**, Teresina, n. 9, 2012. ISSN 1806-6356. Disponível em: <http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/26/18#>. Acesso em: 10 maio 2023.

COSTA NETO, Tomé Soares da; NASCIMENTO, Francisco De Assis De Sousa. O ensino de história local nas escolas públicas brasileiras: uma análise bibliográfica. **Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI**, Teresina, v. 6, n. 2, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/contraponto/article/download/7616/4425>. Acesso em: 11 maio 2023.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Cronologia histórica do Estado do Piauí: desde os seus tempos primitivos até a Proclamação da República. Rio de Janeiro: Artenova, 1974. 2 v.

COSTA, João Paulo Peixoto. A farsa do extermínio: Reflexões para uma nova história dos índios no Piauí. In: PINHEIRO, Áurea; GONÇALVES, Luís Jorge (Org.). **Patrimônio Arqueológico e Cultura Indígena**. Teresina, Lisboa: EDUFPI, Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, 2011. p. 140–161- p. 142-146.

Dia dos Povos Indígenas: resgata respeito à população originária. Redação Central Única dos Trabalhadores - CUT. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/dia-dos-povos-indigenas-nova-nomenclatura-resgata-respeito-a-populacao-originari-3380#:~:text=A%20palavra%20%C3%ADndio%20%C3%A9%20considera,a%20diversidade%20dos%20povos%20origin%C3%A1rios>. Acesso em: 20/05/2023.

Documentário rodado no Piauí resgata história de 'Ludovico Chovenágua'. Redação. Cidade Verde. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/252499/documentario-rodado-no-piaui-resgata-historia-de-ludovico-chovenagua>. Acesso em: 14/05/2023.

Dossiê das 10 batalhas: guerras que desafiaram o Brasil. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Ano 6, nº 70, julho de 2011.

FAILLACE, Vera Lúcia Miranda; WERNECK, Ana Lúcia Louzada; GUERRA, Ana Maria; PINTO, Bartolomeu Homem d'el Rei (org.). **Arquivo Arthur Ramos**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2004. (Coleção Rodolfo Garcia; v.30). Disponível em: https://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasgerais/drg1111530.pdf. Acesso em: 24 maio 2024.

FANY Ricardo; KLEIN, Tatiane; SANTOS, Tiago Moreira dos (org.). **Povos indígenas no Brasil: 2017/2022**. 1. ed. São Paulo: ISA - Instituto Socioambiental, 2023. v. 1.

FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões**: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização. São Paulo, Paz e Terra/ANPOCS, 1991.

FRANCISCO Augusto Pereira da Costa. Disponível em: <http://www.liber.ufpe.br/pc2/quem.jsp>. Acesso em: 11/05/23.

FUNDAÇÃO Municipal de Cultura Monsenhor Chaves. Disponível em: <https://cultura.pmt.pi.gov.br/missao/>. Acesso em: 13/05/2023.

GOMES, Ana Suelle de Oliveira. **História, historiografia e memória indígena**: o povoado Saquim e a luta pela terra em Ilha Grande do Piauí (1950-2016). 2016. Monografia (Licenciatura plena em História) – Universidade Estadual do Piauí Campus Alexandre Alves, Parnaíba, 2016. Disponível em: <https://repositorio.uespi.br/bitstream/handle/123456789/48/ANA%20SUELLE%20DE%20LIVEIRA%20GOMES.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 maio 2022.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. Do nacional ao local, do federal ao estadual: as leis e a educação escolar indígena. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO: FORMAÇÃO DE PROFESSORES: EDUCAÇÃO INDÍGENA. Brasília, DF: MEC/SEF, 2002. p. 130-136. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/54719>. Acesso em: 10 jul. 2024.

GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. Livros didáticos e fontes de informações sobre as sociedades indígenas no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi (org.). **A temática indígena na escola**: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília, DF: MEC/, 1995.

GUAJAJARA, Aliã Amir; GOMES, Ana Suelle de Oliveira; BOTTESI, Anna; PAULA, Camila Galan de; LIMA, Carmen Lúcia Silva; DIAS, Cícero Evangelista; TACARIJU, Hélder; SILVA, Ianaely Ingrid Alves e; COSTA, João Paulo Peixoto; LOPES, Rebeca Freitas; OLIVEIRA, Tatiana Gonçalves de; GOMES, Helane Karoline Tavares. Piauí: organização e resistência indígena contra a invisibilização. In: RICARDO, Fany; KLEIN, Tatiane; SANTOS, Tiago Moreira dos (org.). **Povos indígenas no Brasil: 2017/2022**. 1. ed. São Paulo: ISA - Instituto Socioambiental, 2023. v. 1, p. 517-520.

GUAJAJARA, Aliã Wamiri, GUAJAJARA, Marina Benício Vilarins, OLIVEIRA, Tatiana Gonçalves de; PEREYRA, Diego Leandro Lima. A cuia que alimenta e que sustenta a ancestralidade. In: BORGES, Síría Emerenciana Nepomuceno; ALBURQUERQUE, Marleide Lins de; LEITE FILHO, Deusdedit Carneiro (org.). **Narrativas indígenas e cultura material Piauí e Maranhão**, 2024. p. 87-93.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A. 2004.

INSTITUTO DOM BARRETO. **História do IDB**. Teresina: IDB, 2023. Disponível em: <https://dombarreto.com/portal/memoria/historia/>. Acesso em: 14/05/2023.

PIAUÍ. Secult. **Histórico**. Teresina: Secult, 2024. Disponível em: <http://www.cultura.pi.gov.br/historico/>. Acesso em: 23 maio 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102018.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2023.

JOÃO Pinheiro. 2023. Disponível em: <https://www.academiapiuiensedeletas.org.br/joao-pinheiro/>. Acesso em: 11 maio 2023.

Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=10639&ano=2003&ato=431MTTq10dRpWTbf4> Acesso em: 11/05/23.

Lei nº 3.273/10/1974. Normativas do Conselho Estadual de Educação do Piauí. Conselho de Estadual de Educação. Disponível em: <http://www.ceepi.pro.br/normativos.htm>. Acesso em: 12/05/23.

Lei Nº 11.645, de 10 de março de 2008. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11645&ano=2008&ato=dc6QTS61UNRpWTcd2>. Acesso em: 11/05/23.

Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=9394&ano=1996&ato=3f5o3Y61UMJpWT25a>. Acesso em: 11/05/23.

Liceu Piauiense comemora 177 anos: conheça a história da mais antiga escola pública do PI. Portal G1-PI. Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/diadopiaui/noticia/2022/10/28/liceu-piauiense-comemora-177-anos-conheca-a-historia-da-mais-antiga-escola-publica-do-pi.ghtml>. Acesso em: 14/05/2023.

LIMA, Nilsangêla Cardoso. Em cada página, História do Piauí colonial e provincial. *In*: LIMA, Nilsangêla Cardoso (org.). **Páginas da história do Piauí colonial e provincial**. Teresina: EDUFPI, 2020. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/570203/2/P%C3%A1ginas%20da%20Hist%C3%B3ria%20do%20Piau%C3%AD%20colonial%20e%20provincial_livro_Cead%20%5BE-book%5D.pdf. Acesso em: 14/05/2024.

LINO, Sonia Cristina. Projetando um Brasil moderno. Cultura e cinema na década de 1930. **Locus**: Revista de História, Juiz de Fora, v.13, n.2, p. 161-178, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20410>. Acesso em: 17/08/2023.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996. Reúne os trabalhos apresentados durante seminário: Raça, Ciência e Sociedade no Brasil, realizado no Centro Cultural Banco do Brasil, Rio de Janeiro, 30-31 maio 1995. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/djnty/pdf/maio-9788575415177.pdf>. Acesso em: 24/08/2023.

MARGOLIN, Malcolm. Pedagogia indígena: um olhar sobre as técnicas tradicionais de educação dos índios californianos. *In*: STONE, Michael K.; BARLOW, Zenobia.

Alfabetização Ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável. São Paulo: Cultrix, 2006.

MIGUEL de Sousa Borges Leal Castelo Branco. Disponível em: <https://www.portalentretextos.com.br/post/capitao-miguel-de-sousa-borges-leal-castelo-branco-neto>. Acesso em: 11/05/23.

MIRANDA, Reginaldo. **Perfis acadêmicos:** Matias Olímpio de Melo. Disponível em: <https://180graus.com/blog-literario/p-e-r-f-i-s-a-c-a-d-e-m-i-c-o-s-matias-olimpio-de-melo-por-reginaldo-miranda-479453/>. Acesso em: 11 maio 2023.

MONTEIRO, John Manuel. “Redescobrimos os Índios da América Portuguesa: incursões pela História Indígena e do Indigenismo”. **Tupis, Tapuias e historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo**. Campinas, UniCAMP, 2001. Disponível em: <http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/TESES/MFN-12944.pdf>. Acesso em: 14/ maio 2023.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra:** índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

MONTEIRO, John Manuel. O desafio da história indígena no Brasil. In: SILVA, A. L. da; GRUPIONI, L. D. (org.) **A temática indígena na escola:** novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MA; Rio de Janeiro: Unesco, 1995. Disponível em: <https://leiaufsc.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/03/o-desafio-da-histc3b3ria-indc3adgena-john-monteiro.pdf>. Acesso em: 24/05/2024.

MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, Tapuias e Historiadores:** Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Departamento de Antropologia IFCH-Unicamp. Tese Apresentada para o Concurso de Livre Docência Área de Etnologia, Subárea História Indígena e do Indigenismo Disciplinas HZ762 e HS119 Campinas, agosto de 2001.

MOTT, Luiz. **Piauí Colonial:** população, economia e sociedade. 2. ed. Teresina: APL, 2010. p. 200. (Coleção Grandes textos, v. 8).

MOURA, Iara Conceição Guerra de Miranda. **Historiografia Piauiense:** relações entre escrita histórica e instituições político-culturais. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí, para a obtenção do grau de Mestre em História do Brasil, Teresina, 2010.

NASCIMENTO, Fernando A. Figueira do. **Arthur Ramos:** perspectivas de uma trajetória. (Doutorando pelo Instituto de Psicologia da USP). Orientação: Profa. Dra. Belinda Mandelbaum. Sociedade Brasileira de História da Ciência-SHBC. Disponível em: https://www.sbhbc.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1042. Acesso em: 24 maio 2024.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Imprensa e imagens: a construção de representações do Piauí e de Teresina através de jornais diários na década de 1970. **Clio:** Revista de Pesquisa História. PPGH-PE, v.28, nº 1, p.1-26, janeiro-junho, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24240/19662>. Acesso em: 10/05/23.

NORMATIVAS do Conselho Estadual de Educação do Piauí. Conselho de Estadual de Educação. Disponível em: <http://www.ceepi.pro.br/normativos.htm>. Acesso em:

10 maio 2023.

NOTA de pesar: Professor Raimundo Santana. Secretaria de Estado do Planejamento. Disponível em: <http://www.seplan.pi.gov.br/noticia.php?id=382>. Acesso em: 10/05/23.

NUNES, Odilon. **O Piauí na história**. Teresina: Academia Piauiense de Letras. 5 ed. 2013.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para história do Piauí**: a Balaia. Início da luta no Maranhão e Piauí. Teresina: FUNDAPI, v. 3, 2007.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para história do Piauí**: Independência do Brasil, especialmente no Piauí. Manifestações republicanas. A ordem. Teresina: FUNDAPI, 2007. v. 2.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para história do Piauí**: pré-história. Primeiros contatos com a terra. Primórdios da colonização e ausência do governo. Prefácio de Antônio Amaral. Teresina: FUNDAPI, 2007. v. 1.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para história do Piauí**: lutas partidárias e a situação da Província. Em busca de organização: escola e trabalho. Teresina: FUNDAPI, 2007. v. 4.

O DIA: quem somos. Disponível em: <https://portalodia.com/quem-somos>. [2023]. Acesso em: 10/05/23.

O QUE diz a LDB sobre a educação escolar indígena. [2022]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 22 jun. 22.

OLIVEIRA, Antônio José de. Os Kariri na dispersão Tupi-Guarani na época pré-colonial e a construção das categorias Tapuias. In: **Ciência Brasileira**: Múltiplos olhares - Religião, Política, Filosofia e Ética. Ebook...Recife (PE) Even3, 2023. Disponível em: <https://www.even3.com.br/ebook/cb-religiao-politica-filosofia-etica-1/599238/>. Acesso em: 25/08/2023.

ORIÁ, Ricardo. RODRIGUES, Jesus. A batalha do Jenipapo no processo da Independência do Brasil. In: **Exposição Histórica**: história não contatadas. Brasília: Câmara Legislativa: Centro Cultural, Caderno 01, 2014. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/visiteacamara/cultura-nacamara/arquivos/batalha-do-jenipapo>. Acesso em: 12/05/2023.

Os indígenas no censo demográfico 2010: primeiras considerações com quesito cor ou raça. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf. Acesso em: 25/07/2022

PÁDUA, Fernanda. Niède Guidon, a arqueóloga que mudou a Serra da Capivara. **360 Meridianos**. Postado em 26-03-2021 | Atualizado em 30-01-2023. Disponível em: <https://www.360meridianos.com/2021/03/niede-guidon-serra-capivara.html>. Acesso em: 14/05/2023.

Parque Nacional das Sete Cidades: paraíso natural no Piauí - Rota Combo. Disponível em: <https://rotacombo.com/blog/parque-nacional-das-sete-cidades/>. Acesso em: 14/05/2023.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Disponível em: <http://www.pgdf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>. Acesso em: 11/05/23.

PORTELLA, Cristiane de Assis. Por uma história mais antropológica: indígenas na contemporaneidade. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 12, n. 1, p. 151-160, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/3170/4939>. Acesso em: 20/08/2016.

QUEIROZ, Teresinha de. **De amor e de livros**. In: **Chaves**. Obra Completa: Monsenhor Chaves, Teresina: Fundação Municipal de Cultura Mons. Chaves, 2013.

QUEIROZ, Teresinha de. **Do singular ao plural**. 2 ed. Teresina: EDUFPI, 2015.

QUEIROZ, Teresinha de. Odilon Nunes: história e erudição. In: NUNES, Odilon. **Pesquisas para a história do Piauí**. 2 ed. Vol. 1. Teresina: FUNDAPI; Fund. Mons. Chaves, 2007.

RAMOS, Bernardo de Azevedo da Silva. **Fenícios no Brasil muito antes dos portugueses**. Disponível em: <https://portal.divinafeminina.org/teoria-da-presenca-de-fenicios-no-brasil-muito-antes-dos-portugueses-brasil-pre-colombiano-historia-amazonas-ordem-cariatides/>. Acesso em: 14/05/2023.

RÜSEN, Jorn. El desarrollo de la competencia narrativa en el aprendizaje histórico. Una hipótesis ontogenética relativa a la conciencia moral. **Revista Propuesta Educativa**, Buenos Aires, Ano 4, n.7, p.27-36. oct. 1992.

SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. **Evolução histórica da economia piauiense**. Teresina: Cultura, 1964.

SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. **Perspectiva histórica do Piauí**. Teresina: Cultura, 1965.

SANTOS, Daniely Monteiro; LIMA, Solimar Oliveira. **Movimento Quilombola do Piauí: participação e organização para além da terra**. Ano 14, n. 30, Ago. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/ie/article/download/1788/1617/5259#:~:text=A%20presen%C3%A7a%20negra%20no%20Piau%C3%AD,de%20vig%C3%Aancia%20do%20sistema%20escravista>. Acesso em: 05/07/24.

SANTOS, Diogo de Godoy. **Os índios em Raízes do Brasil (1936-1948) de Sérgio Buarque de Holanda**: entre o “moderno” e o “nacional”. 44º Encontro Anual ANPOCS, GT 32 Pensamento Social no Brasil. Disponível em: [https://www.anpocs2020.sinteseeventos.com.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czoZNToiYTToxOntzOjEwOiJJRF9BUlFVSZVZVZPIjtzOjQ6IjQ4MDciO30iO3M6MToiaCI7czoZMjoiNDM5NWZMzQ3MmZiNTRjYTBmMjMyYTJlOWY4NjJhMTUiO30%3D](https://www.anpocs2020.sinteseeventos.com.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czoZNToiYTToxOntzOjEwOiJJRF9BUlFVSZVZPIjtzOjQ6IjQ4MDciO30iO3M6MToiaCI7czoZMjoiNDM5NWZMzQ3MmZiNTRjYTBmMjMyYTJlOWY4NjJhMTUiO30%3D). Acesso em: 14/05/2023.

SANTOS, Geneide e VIEIRA, Fábila. **Piauí terá o primeiro Museu Indígena**. Disponível em: <https://www.pi.gov.br/noticias/piaui-tera-o-primeiro-museu-indigena/>. Acesso em: 17/08/2023.

SILVA Brisana Índio do Brasil de Macêdo. MACEDO João Paulo. “Povos indígenas no Piauí: se escondeu para resistir e apareceu para existir!” **Revista Interações**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/rVw6zn6m3XvvrghvktvNVP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23/05/24.

SILVA, Alberto Tavares. “Documento e História”. Prefácio. COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Cronologia histórica do Estado do Piauí: desde os seus tempos primitivos até a proclamação da República**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974. 2 v. Campo Grande, MS, v. 23, n. 1, p. 51-65, jan./mar. p. 61. 2022.

SILVA, Lázaro José da Silva. Capa. In: Chaves, Monsenhor. **Obra completa: Monsenhor Chaves**. Teresina: Fundação Municipal de Cultural Monsenhor Chaves, 2013.

SILVA, Teresa Patrícia Nascimento da Cunha e. **Deturpados e invisíveis: o representar dos nativos nos livros didáticos**. Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal do Piauí – UFPI, Campus Ministro Petrônio Portela, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em História, 2019.

SOARES, Nildomar da Silveira (Org.) **Livro do Centenário da Academia Piauiense de Letras**. Teresina: APL, 2017.

SOUSA, Célia Camelo de; SOUSA, Raiane Pereira de; SOUSA Alba Patrícia Passos de. **Era Vargas: um estudo sobre a educação piauiense**. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/41186/1/2014_eve_ccsousarpsousa.pdf. Acesso em: 11/05/2023.

Teresina: Escola Normal Antonino Freire. FUNDAC. Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/teresina-escola-normal-antonino-freire-nivel-estadual-e-municipal/#!/map=38329&loc=-5.089694000000013,-42.817373999999994,17>. Acesso em: 14/05/2023.

Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz. Disponível em: <https://www.academiapiaiensedeletas.org.br/teresinha-de-jesus-mesquita-queiroz/> > Acesso em: 10/05/2023.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Marcos Pontes, 1993. Disponível em: <https://portalconservador.com/livros/Tzvetan-Todorov-A-Conquista-da-America.pdf>. Acesso em: 24/08/2023.

VALLE, Leonardo. **O que é a parte diversificada do currículo escolar?** Pesquisadores explicam como termo presente na BNCC é trabalhado pelas escolas e redes. Disponível em: <https://www.institutoclaro.org.br/educacao/nossas-novidades/reportagens/o-que-e-a-parte-diversificada-do-curriculo-escolar/>. Acesso em: 29/06/2024.

VICENTINO, Cláudio; VICENTINO, José Bruno. **História: 8º série**. São Paulo: Ática, 2019. VIEIRA, Fábila Adriana. **Povos indígenas lançam cartilha sobre história das comunidades Tabajara e Tapuio**. Disponível em: <https://www.pi.gov.br/noticias/povos-indigenas-lancam-cartilha-sobre-historia-das-comunidades-tabajara-e-tapuio/>. Acesso em: 17/08/2023.

FONTES

ADRIÃO NETO. **Geografia e História do Piauí para estudantes**: da pré-história à atualidade. Teresina: Nova Expansão Gráfica e Editora Ltda. 6ª ed. 2010.

Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME). Disponível em: <https://www.culturalsurvival.org/news/articulacao-dos-povos-indigenas-do-nordeste-minas-gerais-e-espirito-santo-apoinme>. Acesso em: 26/11/2022.

BAPTISTA, João Gabriel. **Etno-história indígena piauiense**. 1ª ed. Teresina, PI: Edufpi. 1994. E-book. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Etnohist%C3%B3ria_ind%C3%ADgena_piauiense.html?id=a1JaHAAACAAJ&redir_esc=y >. Acesso em: 04/01/2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2024. Disponível em <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf> Acesso em: 23/07/2024.

BRASIL. Constituição de 1988. Brasília: Planalto. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23/07/2022

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 23/04/2024.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20/12/1996: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes. Acesso em 27/11/2022.

Censo Escolar 2022: estudantes indígena e quilombolas. Secretaria de Educação do Estado Piauí. Teresina. 2022.

CHAVES, Monsenhor. **Obra Completa**. Teresina: Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves, 2013.

COSTA FILHO, Alcebíades. LIRA, Clarice Helena Santiago. **Educação sem Fronteiras**. 1ª ed., 7ª Série, modalidade EJA-Piauí, 4ª etapa. São Paulo: Dinâmica Gráfica e Editora, 2002.

Currículo do Piauí: um marco para a educação em nosso estado. Ensino infantil e fundamental. Disponível em: https://www.seduc.pi.gov.br/arquivos/diretrizes/7-Curriculo_do_Piaui_vf.pdf. Acessado em 21/10/22.

Currículo do Piauí: um marco para a educação em nosso estado. Ensino Médio. Caderno 2. Disponível em: https://seduc.pi.gov.br/sites/curriculopiaui/wp-content/uploads/2021/10/2-novo-ensino-medio-Caderno02_Curriculo.pdf. Acesso em: 27/11/2022.

Currículo do Piauí: um marco para a educação em nosso estado. Ensino Médio. Caderno 1. Disponível em:
https://www.seduc.pi.gov.br/arquivos/diretrizes/13novo%20ensino%20medio%20Caderno01_Curriculo_Piaui.pdf. Acesso em: 27/11/2022.

DELBONI, Henrique. ROTA, Paulo Jorge Storace. **Geografia do Piauí. 1ª ed., 4º e 5º ano.** Scpione, 2000. Disponível em:
<https://livralivro.com.br/books/show/722814?recommender=I2I>. Acesso em: 03/01/2022.

DELBONI, Henrique. ROTA, Paulo Jorge Storace. **História do Piauí. 1ª ed., 4º e 5º ano.** Scpione, 2000. Disponível em:
<https://livralivro.com.br/books/show/721455?recommender=I2I>: Acesso em: 03/01/2022.

DIAS, Claudete Maria Miranda. SANTOS, Patrícia de Sousa (Orgs.). **História dos Índios do Piauí.** 2ª ed. Teresina, PI: Edufpi, 2016.

Formulários do Educacenso para identificação Indígena e Quilombola. Secretaria de Educação do Estado Piauí. Teresina. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102018.pdf>. Acesso em: 11/08/2023.

Instituto de Terras do Piauí (Interpi) - **Lei Estadual Nº 7. 294/2019.** Disponível em:
<https://leisestaduais.com.br/pi/decreton-21469-2022-piaui-regulamenta-a-lei-no-7294-de-10-de-dezembro-de-2019-quedispoe-sobre-a-politica-de-regularizacao-fundiaria-no-estado-do-piaui>. Acesso em: 25/07/2022

Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Disponível em:
<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=10639&ano=2003&ato=431MTTq10dRpWTbf4>. Acesso em: 11/05/23.

Lei nº 11.645, de 10/03/2008: Obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” no currículo oficial da rede de ensino. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em 27/11/2022.

Lei nº 3.273/10/1974. Normativas do Conselho Estadual de Educação do Piauí. Conselho de Estadual de Educação. Disponível em: <http://www.ceepi.pro.br/normativos.htm>. Acesso em: 12/05/23.

Lei Nº 7.389 de 27 de agosto de 2020. Diário Oficial do Estado do Piauí. Disponível em
https://sapl.al.pi.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2020/4720/7389_2020.pdf. Acesso em 22/07/22.

Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em:
<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=9394&ano=1996&ato=3f5o3Y61UMJpWT25a>. Acesso em: 11/05/23.

Mapa Curt Nimuendaju -1944. Disponível em: <http://mapa-nimuendaju.eita.coop.br/>. Acesso em: 26/07 2022.

Normativas do Conselho Estadual de Educação do Piauí. Conselho de Estadual de Educação. Disponível em: <http://www.ceepepi.pro.br/normativos.htm>. Acesso em: 10/05/23.

Núcleo de História Indígena e do Indigenismo – USP. Disponível em: <https://www.usp.br/nhii/publicacoes.htm>. Acesso em: 10/07/24.

NUNES, Odilon. **O Piauí na história.** Teresina: Academia Piauiense de Letras. 5ª ed. 2013.

Portaria de criação do NEEIQ: Portaria SEDUC-PI/GSE Nº 1495/2022. Disponível em: <https://seduc.pi.gov.br/normativas/listar/60>. Acesso em: 22/10/22.

Proposta de Plano de Ação: território etno educacional Potyrô. Ministério da Educação: Fortaleza -CE, 2014.

Relatório da III Assembleia dos Povos Indígenas do Piauí. Nossa Luta é por Terra, Saúde e Educação”. 22 a 24 de julho de 2022 – Cidade Uruçuí Piauí

Relatório Geral da III Assembleia dos Povos Indígenas no Piauí. “Nossa Luta é por Terra, Saúde e Educação”. 22 a 24 de julho de 2022 – Cidade: Uruçuí-Piauí.

RODRIGUES, Joselina Pereira Lima. **Estudos Regionais do Piauí.** 2ª ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras. 2004.

SAMPAIO, Luana Andrea. **Piauí: História.** 1ª ed. FDT, 2008. Disponível em: <https://livralivro.com.br/livro/piaui-historia/535720.html>. Acesso em: 03/01/2022.

VICENTINO, Cláudio, VICENTINO, Bruno. **Olhares da história:** Brasil e mundo. 1.ed. História - Ensino Médio. 1º ano. São Paulo: Scipione, 2016, vol. 1, 2, 3.

RELATOS ORAIS

- Relatos Orais com a Coordenadora, Ana Célia Sousa Vieira, da escola Prof.^a M^a de Lourdes Rebelo-Teresina-PI;
- Relatos Orais com as Professoras indígenas: Lucinete Maria do Nascimento e Maria da Conceição de Araújo Santos, na comunidade Nazaré em Lagoa de São Francisco-PI.
- Relatos Orais com os membros, à época, do NEEIQ: Tatiana Gonçalves de Oliveira e Dante Gomes Galvão, na Secretaria de Educação do Estado do Piauí-Teresina;
- Relatos Orais da Liderança Indígena Aliã Wamiri Guajajara - Ukair-Teresina-PI.

ANEXO A – TERMOS DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCL)**TERMO DE CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL**

Tipo de Entrevista: História Temática

Local da Entrevista: Unidade Escolar Lurdes Rebelo, Rua Angélica, S/N, Bairro de Fátima. Cep.: 64000-010, Teresina - Pi.

Data da Entrevista: 06/10/22

Cedente Ana Lívia Sousa Vieira
Estado Civil: Solteira RG: 993.291
CPF: 689.291-613-91

Residente à
A. 151 c. 09 Dorceu I, Bairro - Itararé,
Teresina - Pi

Objetivo: Entrevista gravada para uso em Dissertação de Mestrado, com o título provisório: História e memória: O lugar das sociedades indígenas no ensino de História do Piauí (2022)

DO USO: Declaro ceder à pesquisadora Ana Suelle de Oliveira Gomes, Mestranda pela Universidade Federal do Ceará, sem quaisquer restrições, a plena propriedade e os direitos autorais deste meu depoimento, cujo caráter é histórico e documental.

Assinatura: Ana Lívia Sousa Vieira

Teresina, 06 de outubro de 2022



**ANEXO B – TERMO DE CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS SOBRE
DEPOIMENTO ORAL**

TERMO DE CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Tipo de Entrevista: História Temática

Local da Entrevista: Secretária de Educação

Data da Entrevista: 05/10/22

Cedente Dante Gomes Galvão
Estado Civil: Casado RG: 1.949.401-95
CPF: 923.929.623-91

Residente à
Av. Benedito Ferreira Campos, 51, Cajueiro, Timó - MA.

Objetivo: Entrevista gravada para uso em Dissertação de Mestrado, com o título provisório:
História e memória: O lugar das sociedades indígenas no ensino de História do Piauí (2022)

DO USO: Declaro ceder à pesquisadora Ana Suelle de Oliveira Gomes, Mestranda pela Universidade Federal do Ceará, sem quaisquer restrições, a plena propriedade e os direitos autorais deste meu depoimento, cujo caráter é histórico e documental.

Assinatura: Dante Gomes Galvão

Teresina, 5 de outubro de 2022

ANEXO C – TERMO DE CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

TERMO DE CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Tipo de Entrevista: História Temática

Local da Entrevista: Secretária de Educação

Data da Entrevista: 05/10/22

Cedente Tatiana Gonçalves de Oliveira
Estado Civil: solteira RG: 15.229.612 MG
CPF: 082.334.806-73

Residente à
Rua Coronel Osvaldo Duarte, nº 5186, Bairro Santa
Isabel, Teresina, Piauí.

Objetivo: Entrevista gravada para uso em Dissertação de Mestrado, com o título provisório:
História e memória: O lugar das sociedades indígenas no ensino de História do Piauí (2022)

DO USO: Declaro ceder à pesquisadora Ana Suelle de Oliveira Gomes, Mestranda pela
Universidade Federal do Ceará, sem quaisquer restrições, a plena propriedade e os direitos
autorais deste meu depoimento, cujo caráter é histórico e documental.

Assinatura: Tatiana Gonçalves de Oliveira

Teresina, __ de ____ de 2022



ANEXO D – TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado Ana Suelle de Oliveira Gomes como participante da pesquisa intitulada "HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA, O LIVRO DIDÁTICO - OS POVOS INDÍGENAS NO ENSINO DE HISTÓRIA DO PIAUÍ (2003-2024)". Você não deve participar contra a sua vontade. Leia atentamente as informações abaixo e faça qualquer pergunta que desejar, para que todos os procedimentos desta pesquisa sejam esclarecidos.

A presente pesquisa tem como objetivo central compreender qual o lugar dos povos indígenas no ensino da história do Piauí. Para isso faz-se necessário ouvir e dialogar com os povos indígenas acerca da educação e do ensino da história do Piauí sobre eles. Esta pesquisa soma-se às pesquisas que acreditam que o debate acadêmico possa contribuir para o alcance de uma educação mais justa, plural e inclusiva dos povos originários. Comprometemo-nos utilizar os dados e/ou material coletado somente para esta pesquisa. Não havendo nenhum pagamento por participar da pesquisa. Os convidados são livres para a qualquer momento recusar a continuar participando da pesquisa e também poderá retirar seu consentimento, sem que isso lhe traga qualquer prejuízo.

Destacar, ainda no convite, que a qualquer momento o participante poderá recusar a continuar participando da pesquisa e que também poderá retirar o seu consentimento, sem que isso lhe traga qualquer prejuízo. Garantir que as informações conseguidas através da sua participação não permitirão a identificação da sua pessoa, exceto aos responsáveis pela pesquisa, e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto.

Endereço d(os, as) responsável(is) pela pesquisa:

Nome: Ana Suelle de Oliveira Gomes
Instituição: Universidade Federal do Piauí
Endereço: Rua Costa Rica, 29 C, bairro mal Cozinhado
Telefones para contato: 86 9 9535-7739

ATENÇÃO: Se você tiver alguma consideração ou dúvida, sobre a sua participação na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFC/PROPESQ – Rua Coronel Nunes de Melo, 1000 - Rodolfo Teófilo, fone: 3366-8344/46. (Horário: 08:00-12:00 horas de segunda a sexta-feira).
O CEP/UFC/PROPESQ é a instância da Universidade Federal do Ceará responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

O abaixo assinado Lucinete Maria do Nascimento, 51 anos, RG: 4.442.772, declara que é de livre e espontânea vontade que está como participante de uma pesquisa. Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura, tive a oportunidade de fazer perguntas sobre o seu conteúdo, como também sobre a pesquisa, e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro, ainda, estar recebendo uma via assinada deste termo.

Nazare - Praça de São Francisco, 21/07/24

Lucinete Maria do Nascimento Data 21/07/24 Assinatura _____
Ana Suelle de Oliveira Gomes Data ____/____/____ Assinatura Ana Suelle de Oliveira Gomes
Ana Suelle de Oliveira Gomes
Nome do profissional Data ____/____/____ Assinatura Ana Suelle de Oliveira Gomes
que aplicou TCLE



ANEXO E – TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado Ana Suelle de Oliveira Gomes como participante da pesquisa intitulada "HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA, O LIVRO DIDÁTICO - OS POVOS INDÍGENAS NO ENSINO DE HISTÓRIA DO PIAUÍ (2003-2024)". Você não deve participar contra a sua vontade. Leia atentamente as informações abaixo e faça qualquer pergunta que desejar, para que todos os procedimentos desta pesquisa sejam esclarecidos.

A presente pesquisa tem como objetivo central compreender qual o lugar dos povos indígenas no ensino da história do Piauí. Para isso faz-se necessário ouvir e dialogar com os povos indígenas acerca da educação e do ensino da história do Piauí sobre eles. Esta pesquisa soma-se às pesquisas que acreditam que o debate acadêmico possa contribuir para o alcance de uma educação mais justa, plural e inclusiva dos povos originários. Comprometemo-nos utilizar os dados e/ou material coletado somente para esta pesquisa. Não havendo nenhum pagamento por participar da pesquisa. Os convidados são livres para a qualquer momento recusar a continuar participando da pesquisa e também poderá retirar seu consentimento, sem que isso lhe traga qualquer prejuízo.

Destacar, ainda no convite, que a qualquer momento o participante poderá recusar a continuar participando da pesquisa e que também poderá retirar o seu consentimento, sem que isso lhe traga qualquer prejuízo. Garantir que as informações conseguidas através da sua participação não permitirão a identificação da sua pessoa, exceto aos responsáveis pela pesquisa, e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto.

Endereço d(os, as) responsável(is) pela pesquisa:

Nome: Ana Suelle de Oliveira Gomes
Instituição: Universidade Federal do Piauí
Endereço: Rua Costa Rica, 29 C, bairro mal Cozinhado
Telefones para contato: 86 9 9535-7739

ATENÇÃO: Se você tiver alguma consideração ou dúvida, sobre a sua participação na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFC/PROPESQ – Rua Coronel Nunes de Melo, 1000 - Rodolfo Teófilo, fone: 3366-8344/46. (Horário: 08:00-12:00 horas de segunda a sexta-feira).
 O CEP/UFC/PROPESQ é a instância da Universidade Federal do Ceará responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

O abaixo assinado Maria da Conceição de Araújo Santos, 45 anos, RG: 1.833.963, declara que é de livre e espontânea vontade que está como participante de uma pesquisa. Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura, tive a oportunidade de fazer perguntas sobre o seu conteúdo, como também sobre a pesquisa, e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro, ainda, estar recebendo uma via assinada deste termo.

Nazari - Lagoa de São Francisco, 21/07/21

Maria da Conceição de Araújo Santos Data 21/07/21 Assinatura Maria da Conceição de A. Santos
 Ana Suelle de Oliveira Gomes Data 21/07/24 Assinatura Ana Suelle de Oliveira Gomes
 Ana Suelle de Oliveira Gomes
 Nome do profissional Data 21/07/24 Assinatura Ana Suelle de Oliveira Gomes
 que aplicou o TCLE



**ANEXO F – OFÍCIO ENCAMINHADO À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO AO
NUCLEO DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E QUILOMBOLA**

Ofício S/N

Teresina (PI), 15 de julho de 2024

Para:

Unidade de Educação Escolar Indígena e Quilombola

SEDUC - PI

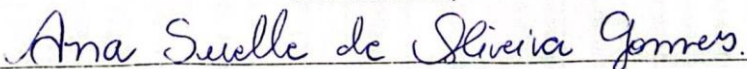
PROTOCOLO / SEDUC-PI	
Processo SEI Nº:	<u>11.048763/2024-06</u>
Recebido em:	<u>15/07/2024</u>
Para consulta, acesse: portalsei.pi.gov.br	
Ass:	<u>Rafael da Silva</u>

Venho por meio deste ofício solicitar acesso a informações e ou documentos acerca de ações educacionais voltadas para o público Quilombola e Indígena no estado do Piauí.

Esta solicitação deve-se para fins estritamente acadêmicos, visando uma investigação científica acerca do lugar dos povos indígenas no ensino de história do Piauí através dos livros didáticos de história do Piauí, pesquisa de campo, legislação educacional vigente, e relatos orais. Desta forma, compreender quais ações estão sendo realizadas por meio da Secretaria de Educação do Estado do Piauí, a fim de atender as demandas educacionais destas comunidades no Piauí, será de suma importância para o presente estudo.

Esta investigação motiva-se pela pesquisa que estou realizando para construção da dissertação no Mestrado Acadêmico de História da Universidade Federal do Ceará-UFC, na Linha de Pesquisa: Cultura e Poder, com orientação da professora Ana Sara Ribeiro Parente Cortez Irff, pelo Programa de Pós-Graduação em História, localizado na Avenida da Universidade, 2762-Benfica, Fortaleza - CE, 60015-340, Tel.: (85) 3366-7741, e-mail: pghist@ufc.br, com foco na temática indígena no Piauí.

Atenciosamente,



Ana Selle de Oliveira Gomes.

anasuelle@hotmail.com

86 9 9535-7739

